



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MOACIR PEREIRA ALENCAR JÚNIOR

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA:

Pensamento Católico e Ação Política na

Era Vargas (1930-1945).

SÃO CARLOS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MOACIR PEREIRA ALENCAR JÚNIOR

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA:

Pensamento Católico e Ação Política na

Era Vargas (1930-1945).

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Orientadora: Prof^ª Dra. Vera Alves Cepêda

São Carlos, 15 de abril de 2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A368pc

Alencar Júnior, Moacir Pereira.

Plínio Corrêa de Oliveira : pensamento católico e ação política na era Vargas (1930-1945) / Moacir Pereira Alencar Júnior. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
238 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Ciência política. 2. Oliveira, Plínio Corrêa de, 1908-1995. 3. Conservantismo. 4. Brasil - história - período de Getúlio Vargas, 1930-1954. 5. Catolicismo. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO AO MESTRADO DE
Moacir Pereira Alencar Junior
15/04/2014

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Maria Fernanda Lombardi Fernandes
Universidade Federal de São Paulo

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 15/04/2014.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Prof. Dra. Maria Fernanda Lombardi
Fernandes

Homologado na CPG-PPGPOL na
32ª Reunião no dia 16/04/2014.

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Coordenadora do PPGPOL

Agradecimentos

Foram dois anos de pesquisa no mestrado, de um período que marca a história do Brasil – Era Vargas.

Esta pesquisa contou com o apoio de dois orientadores, o historiador Marco Antonio Villa, que me acompanhou e auxiliou durante a monografia sobre a TFP na graduação, e durante o primeiro ano de mestrado, antes de sua aposentadoria da UFSCar. Quem abraçou a continuidade da minha dissertação foi a cientista política Vera Alves Cepêda, que deu todo o amparo logístico e intelectual para a conclusão deste estudo. Agradeço imensamente aos dois pela ajuda vital na efetivação deste trabalho, permitindo que eu chegasse a esta banca de defesa de dissertação de mestrado.

Agradeço a todos os docentes presentes nesta banca junto a minha orientadora: professoras Maria do Socorro Sousa Braga, da UFSCar; e Maria Fernanda Lombardi Fernandes, da UNIFESP; por dedicarem parte de seu tempo e conhecimento ao meu estudo.

Agradeço aos caros membros do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, em especial: José Carlos Sepúlveda, Paulo Corrêa de Brito Filho e Abel de Oliveira Campos Filho, por abrirem as portas da antiga Sede Reino de Maria da TFP, hoje Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, permitindo que eu tivesse acesso a todas as documentações de que necessitei para organizar e efetivar os estudos sobre o pensador católico Plínio Corrêa de Oliveira. Sem eles tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço especialmente aos meus pais por todo o apoio nestes dois anos de mestrado, permitindo que um sonho se tornasse realidade. Também deixo aqui meus agradecimentos a todos os amigos que compartilharam comigo conhecimento, parceria e momentos de entretenimento e prazer. Tais momentos foram muito gratificantes.

Obrigado a todos que participaram desta fase de minha vida.

"O importante não é vencer todos os dias, mas lutar sempre."
Santo Agostinho

Resumo

A década de 1930 representou uma nova fase na História do Brasil. A Revolução de 1930 pôs fim a Primeira República, que perdurou por exatos 41 anos (1889-1930). Também merece ser ressaltada a conjuntura internacional do período, onde uma grave crise econômica abala os EUA e os países europeus, levantando questionamentos sobre a funcionalidade das instituições democráticas, aumentando o surgimento de estados fortes, pautados em uma postura mais intervencionista, seja na estrutura social como na economia. Dentro desta perspectiva, no Brasil, as novas elites no poder, vinculadas a Getúlio Vargas, governam o país em meio a uma grande quantidade de eventos. Assistiremos a uma época de verdadeira ebulição de ideologias e de ações doutrinárias movimentando a intelectualidade nacional. O país assiste a ascensão de variados movimentos: políticos, católicos, sociais, etc. Neste momento ocorre a ascensão do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o surgimento da AIB (Ação Integralista Brasileira), assim como a consolidação da LEC (Liga Eleitoral Católica). O movimento católico, representado por diferentes figuras intelectuais, mantém uma ala eminentemente conservadora e tradicionalista, que passará a visualizar em seu horizonte os primeiros sinais e mobilizações que virão a originar no país - com mais força, a partir da segunda metade da década de 1940 - o catolicismo progressista e modernista, inspirado no humanismo integral. Uma das principais figuras intelectuais deste período, no estado de São Paulo, será Plínio Corrêa de Oliveira. Advogado e católico fervoroso, filho de uma família de formação ultramontana e monarquista, ele representará por meio de seu pensamento e ação política a vertente conservadora católica. A meta desta dissertação é analisar a trajetória de Plínio Corrêa de Oliveira neste período. Pensamento e ação, a partir de sua atuação como líder católico e político, tanto na Liga Eleitoral Católica e depois como Deputado Constituinte, assim como sua atuação no Jornal 'O Legionário' e também como Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista. Para isso serão analisados os seus artigos publicados em jornais, além de seus livros, discursos e entrevistas.

Palavras-chave: Plínio Corrêa de Oliveira, Conservadorismo, Era Vargas.

Abstract

The 1930s represented a new phase in the history of Brazil. The Revolution of 1930 ended the First Republic, which lasted for exactly 41 years (1889-1930). Deserves to be emphasized the international environment of the period, where a severe economic crisis shakes the U.S. and European countries, raising questions about the functionality of democratic institutions, increasing emergence of strong states, guided by a more interventionist stance, whether in the social structure as in economics. Within this perspective, in Brazil, the new ruling elites linked to Getúlio Vargas, govern the country in the midst of a lot of events. In Brazil, we have witnessed an era of true boiling doctrinal ideologies and actions moving the national intelligentsia. The country witnessing the rise of various movements: political, Catholics, social, etc. At this time the rise of PCB (Brazilian Communist Party), the rise of AIB (Brazilian Integralist Action), as well as the consolidation of LEC (Catholic Electoral League) occurs. The Catholic movement, represented by different intellectual figures, maintains an eminently conservative and traditionalist wing, which will see its skyline early signs and protests to come to originate in the country - with more force, from the second half of the 1940s - the progressive and modernist Catholicism, inspired by the integral humanism. One of the major intellectual figures of the period representing the state of São Paulo is Plínio Corrêa de Oliveira. Lawyer and devout Catholic, and son of a family of royalist and ultramontane training, he represents through his thought and political action the Catholic conservative strand. Thus, the goal of this dissertation is to analyze the trajectory of Plínio Corrêa de Oliveira in this context. Thought and action, as a Catholic leader and political leader in the Catholic Electoral League and later as Deputy Constituency, as well as your performance in the journal 'O Legionário' and also as President of the Archdiocesan Board of Catholic Action of the State of São Paulo. To carry out this work will be analyzed his articles published in newspapers, in addition to his books, speeches and interviews.

Keywords: Plínio Corrêa de Oliveira, Conservantism, Vargas Era.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	18
Breve panorama da ação da Igreja Católica no Brasil: Colônia, Império e República (1500-1930)	
1.1. A formação da Igreja Católica no Brasil	20
1.2. Império no Brasil	21
1.3. A Igreja na Primeira República	22
1.4. Criação da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica Brasileira – Alinhamentos e rupturas doutrinárias e ideológicas	27
CAPÍTULO II	37
Plínio Corrêa de Oliveira e a militância católica (1930-1934)	
2.1. Das Arcadas a Militância Católica	40
2.2. ‘Fora e acima dos partidos’ – Surge a Liga Eleitoral Católica	48
2.3. Assembléia Constituinte – Plínio e a defesa das reivindicações mínimas da LEC	53
2.4. Promulgada a Constituição de 1934 – A fase de ‘crepúsculo’ em meio às tormentas extremistas	63
CAPÍTULO III	76
O catolicismo e a defesa da ordem como única opção em meio aos extremismos (1935-1945)	
3.1. Lei de Segurança Nacional – (1935-1937)	
A porta de entrada para a ditadura do Estado Novo	78
3.1.1. A ‘ameaça comunista’ e a ‘indefinição integralista’	82
3.1.2. O sucessor do ‘Sr. Getúlio’ é o próprio ‘Sr. Getúlio’	93
3.1.3. As “perspectivas sombrias” do Nazi-fascismo; e o Estado Novo	102
3.2. Estado Novo: centralismo e corporativismo como política de Estado (1937-1945)	112
3.2.1. O fim dos “velhos partidos políticos” e a busca da “unidade” católica	118

3.3. “Idéias, só as da Igreja. Vida, a vida sobrenatural da graça. Ação, a ação católica” _____	130
3.3.1. O IV Congresso Eucarístico Nacional e a defesa da Hierarquia e da ortodoxia católica _____	143
3.4. <i>Em Defesa da Ação Católica</i> , “contra a <i>main tendue</i> ” e os “adesistas” oportunistas _____	146
3.4.1. Defesa do ultramontanismo em meio ao “declínio do poder totalitário” _____	156
3.5. Fim da Era Vargas: A defesa da bandeira anticomunista, e a crítica a idéia de democracia do pós-II Guerra _____	160
3.5.1. A defesa da “constitucionalização” e a crítica a lei eleitoral vigente _____	170
Considerações Finais _____	175
Referências Bibliográficas _____	185
Anexos _____	202

Introdução

Objetivos

A origem do meu interesse pelo estudo do catolicismo no campo da ciência política fica mais clara no ano de 2010. Este ano foi marcado por eleições para a escolha do Presidente da República, dos governadores, dos senadores e dos deputados federais e estaduais; e trouxe para a arena do debate político – com mais altivez frente outros anos eleitorais – questões que perpassavam pelo campo da ética, da moral e da religião. A existência de bancadas de congressistas que apresentavam grande unidade e coerência na tomada de decisões e na defesa de suas agendas – caso dos evangélicos – fez me refletir sobre o papel dos católicos nesta seara.

Ao investigar as diferentes linhas de pensamento católico e o papel de variados grupos atuando na estrutura social brasileira, fiz a opção de escolher como objeto de pesquisa para minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, no ano de 2011, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) como grupo de pressão na Assembléia Constituinte de 1987/1988.

Por que a TFP?

Esta instituição nasce no ano de 1960, e participou ativamente do debate político e religioso durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. A análise do papel desta instituição no campo político assim como no religioso entre estas três décadas destacadas fizeram com que o meu interesse pelo criador desta *Sociedade* – Plínio Corrêa de Oliveira¹ – se tornasse cada vez maior.

O interesse por saber mais sobre o sujeito que originou a TFP, instituição que ganhou dimensão e relevância no Brasil e em outros países do exterior, e ainda possui representatividade e permanece atuante no meio religioso e político presente, fez com que eu mergulhasse em leituras do período que precedeu a fundação desta instituição, e que foi marcante na formação intelectual e de pensamento na trajetória de vida de Plínio Corrêa de Oliveira – a Era Vargas (1930-1945); isto ficará mais claro na recuperação da trajetória do autor.

¹ Na parte de anexos, mais exatamente no ANEXO 1, tem uma foto de Plínio Corrêa de Oliveira na época que foi eleito Deputado Constituinte, em 1933, com então 24 anos, representando o estado de SP na capital federal.

Por que estudar Plínio Corrêa de Oliveira na Era Vargas?

A Era Vargas marca um momento de reposicionamento das elites políticas e econômicas do país na luta pelo poder. O fim da Primeira República (1889-1930) – com a Revolução de 1930 – originará um período marcado pela ebulição de diferentes perspectivas ideológicas e agremiações na busca da garantia de estabilidade e reconhecimento de suas bandeiras dentro da estrutura do Estado.

Neste cenário, Plínio Corrêa de Oliveira terá papel marcante na defesa da bandeira católica, tanto no pensamento católico como na ação social, entrando diretamente na arena política.

Essa fase será marcada pela atuação de Plínio Corrêa de Oliveira no movimento católico, inicialmente nas congregações marianas, e depois na Ação Católica Paulista, onde chega a ocupar a posição de presidente da Junta Arquidiocesana. Simultaneamente a esta atuação no campo religioso, ele também estará junto de outros intelectuais fundando a Liga Eleitoral Católica (LEC), com o intuito de garantir a defesa das reivindicações mínimas dos católicos na Constituição de 1934. Além de fundador da LEC, Plínio será Deputado Constituinte pelo estado de SP entre 1933/1934. Seu papel combativo na defesa da bandeira católica terá suas raízes determinantes no pensamento ultramontano, alinhado com a perspectiva crítica ao liberalismo e a modernidade. Perspectiva esta, que busca impregnar de cristianismo todos os extratos da sociedade, assim como o Estado, que deveria reconhecer a Igreja Católica como ideal por excelência.

Meu objetivo central na dissertação

O objetivo desta dissertação é analisar o pensamento católico e a ação política de Plínio Corrêa de Oliveira na Era Vargas, a partir de um encadeamento cronológico. O pensador e o intelectual que tem participação direta na construção de uma corrente de pensamento católico no Brasil, e que busca no campo da política legitimar esta visão de mundo.

Hipóteses

A Igreja Católica foi instituição sempre presente na formação do nosso país, sendo atuante no Brasil – Colônia, participando da realidade do Império, e buscando sua representatividade na República. Todavia, seu papel dentro da formação da sociedade brasileira não segue uma estabilidade junto ao poder do Estado e sua elite dirigente.

A trajetória da Igreja Católica apresenta fases de oscilação nas relações com o Estado, não tendo em nenhum momento de sua história um papel de verdadeira hegemonia junto às elites dirigentes do poder.

Na fase colonial a Igreja Católica disputou poder pelo controle político, sendo combatida pelo Estado de forma mais sistemática na segunda metade do Século XVIII, com Marquês de Pombal sendo protagonista nesta queda de braço contra a Igreja. No Império, a Igreja Católica chega a ter personagens de sua hierarquia ocupando posição de relevo, caso do regente Feijó (padre) durante a fase regencial, mais exatamente durante a Regência Una (1835-1837). Todavia, a relação Estado-Igreja é arranhada pela Questão Religiosa – assim como por outras regalias que o Estado possuía frente à tomada de decisões por parte da Igreja. Com o fim da Monarquia, a Igreja tenta se remodelar frente à nova dinâmica política republicana, visando ocupar seu espaço na arena política para garantir seus meios de sustentação econômica, assim como seu papel como construtora da ordem moral e religiosa. Para isto, a hierarquia da Igreja se vê na obrigação de arregimentar leigos que façam a conexão com as elites do poder; elite esta que já estava conectada com perspectivas positivistas e com a maçonaria – que ocupava importância desde o período imperial.

A Revolução Russa, em 1917, vem a somar como algo que ameaça as bases do catolicismo, trazendo as bandeiras do comunismo para o Brasil a partir da década de 1920. A somatória destes fatos levará a instituição Igreja Católica a buscar reaver sua força dentro da estrutura do Estado, e para isso investe toda a sua força na formação de uma elite intelectual leiga, com o objetivo de promover uma reação católica no seio da sociedade brasileira, seja na atuação direta na política, como no controle da vida moral. Esta elite intelectual pensa no processo de recristianização da sociedade brasileira frente à modernidade e ao progresso do mundo urbano, que passa a levar a secularização e ao aumento do laicismo, que já preponderava na Carta Constitucional de 1891. Tal reação católica entra no campo das instituições, caso do

Centro Dom Vital – dentre outros institutos – que buscam atingir diferentes setores da sociedade com a meta de defender um programa católico que restaure a ordem com base na moral cristã contra as perspectivas revolucionárias e utilitaristas que se disseminam no cotidiano. Não satisfeitos com os resultados destas atividades junto à sociedade, a elite intelectual de leigos da Igreja Católica vê como solução para fazer valer a fé e a doutrina católica a criação de uma Liga Eleitoral, que seria responsável por colocar católicos autênticos na disputa por representatividade na arena de poder político, com o objetivo de assegurar cada reivindicação mínima dos católicos sem necessidade de intermediadores.

Plínio Corrêa de Oliveira representará neste cenário uma ala católica tradicionalista que tem como meta defender a existência de um Estado, de preferência antiliberal, que reconheça o catolicismo como ideal por excelência na estrutura social. Sua perspectiva não será a única a dominar o pensamento da intelectualidade católica. Plínio representará uma ramificação deste pensamento na Era Vargas, passando a encontrar opositores dentro da Igreja.

Dito isto, as perguntas que orientam a pesquisa e a construção deste trabalho são as seguintes:

1. As condições do contexto histórico explicam a trajetória ideológica e doutrinária de Plínio Corrêa de Oliveira nos anos 1930?
2. Que motivos levam Plínio Corrêa de Oliveira a não aceitar as novas perspectivas que se formam no horizonte político e católico do fim da Era Vargas, adotando um gesto que de certo modo poderia levá-lo a ter mais obstáculos para fazer reverberar sua linha de pensamento posteriormente?

Metodologia

Os estudiosos da historiografia brasileira chamam a atenção para o caráter ensaístico de grande parte da historiografia brasileira do século XX, especialmente da primeira parte do século. Atualmente, o destaque do caráter ensaístico da historiografia brasileira vem acompanhado, com certa freqüência pelo lamento de que, nos últimos anos, os historiadores abandonaram a preocupação com uma apreensão mais global da história do Brasil. Os historiadores contemporâneos estariam menos afeitos ao ensaio macro interpretativo, preferindo as monografias técnicas, pontuais e específicas. Os autores do século XX até os anos 1960, mais ou menos, com ênfase nos da primeira metade desse período, tinham em comum enfrentar uma questão fundamental de sua época: *o socialismo como uma alternativa ao capitalismo e o marxismo como doutrina política* (MENDES, 2012).

A oposição ao socialismo e ao marxismo fez-se por meio de textos cuja questão central era combatê-los. Sob esse aspecto, o ensaio constituiu a forma adequada para alcançar esse objetivo. Com efeito, diante da formulação que apontava o socialismo como o futuro da sociedade, isto é, como a forma histórica de superação do capitalismo, como situava o marxismo e os próprios acontecimentos, principalmente depois da revolução russa, os autores precisavam defender a tese de que a história brasileira não caminhava na direção do socialismo. Fizeram-no de diferentes maneiras, elaborando uma apreciação geral da história do Brasil – ou uma interpretação dela – que abarcasse passado, presente e futuro, com o objetivo de negar a tendência para o socialismo. Segundo Mendes:

“O principal argumento de muitos desses autores para fundamentar sua tese eram as particularidades da história brasileira. Dito de outra maneira, eles afirmavam que as formulações do marxismo, que serviam para a Europa, não eram adequadas ao Brasil justamente pelo fato de este possuir uma história que se diferenciava completamente da europeia. De certa maneira, trata-se de argumento perfeitamente válido. Com efeito, a história de cada país tem suas particularidades, que a distingue dos demais. No entanto, em nosso caso, esse argumento servia apenas para justificar uma interpretação da história que, sob o pretexto de fundar-se nessas particularidades, introduzia uma visão que se opunha frontalmente a qualquer proposta de socialismo ou, no mais das vezes, fundamentava uma concepção reformista ou etapista da história”. (MENDES, 2012, p.98)

Plínio Corrêa de Oliveira, em mais de 15 anos de publicações de artigos ora quinzenais e depois semanais durante os anos de 1930-1945, fará uma interpretação

ampla da formação do estado brasileiro, tratando de diferentes variáveis e contextualizações, sendo ferrenho defensor de uma tese que encaminhasse o país no rumo do catolicismo como ideal por excelência, buscando abarcar o passado, presente e futuro nacional tendo como pauta este projeto, opondo-se veementemente as perspectivas socialistas e comunistas. Somente a *recatolicização* da população salvaria o país, que apresentaria fome de espiritualidade.

Portanto, esta dissertação trabalha com a perspectiva de que o pensamento católico não representava o *status quo* e o *establishment* político da conjuntura dos anos 1930, e dentro disso, o catolicismo buscaria demarcar terreno em meio à erupção de diferentes linhas de pensamento que reverberavam na realidade nacional.

O procedimento adotado para esta pesquisa de dados que originaram esta dissertação teve como parâmetro um grupo de delineamento: aquele que se vale das chamadas fontes de "papel": a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Conforme destaca Gil, a pesquisa bibliográfica é:

“constituída principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.” (GIL, 2008, p.50)

Já o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. (GIL, 2008)

As raízes deste estudo de mestrado começaram com a revisão da literatura, buscando identificar e localizar os estudos mais relevantes relacionados com o problema de investigação, situando problemas e obtendo novas informações. A princípio, foi feita uma revisão de fontes secundárias, para formar uma visão geral do tema, numa fase inicial de revisão da literatura (COUTINHO, 2011).

Mas o objetivo final da revisão da literatura foi identificar as fontes primárias. Essas fontes são artigos originais e relatórios de investigação. No caso de Plínio Corrêa de Oliveira, estamos falando de uma vasta produção de artigos, o que fez com que minha pesquisa adotasse uma estratégia para registrar as anotações que resultavam da leitura destas fontes primárias. Por tratar de questões que perpassavam pela política, história, religião, teologia, tanto na realidade nacional como mundial da conjuntura da época, a seleção das centenas de artigos lidos exigiu tomar nota dos aspectos mais salientes de modo a delimitar com mais exatidão o problema de investigação. Portanto, foi necessário agrupar os estudos por temas investigados ou tópicos similares, por ordem cronológica, visando equacionar o desenvolvimento temporal da temática ao longo do tempo (COUTINHO, 2011).

O percurso de pesquisa desta dissertação ocorre a partir do levantamento e análise da produção intelectual de Plínio Corrêa de Oliveira durante a Era Vargas (1930-1945). Esta produção engloba dois tipos de literatura:

a) os artigos por ele publicados em diferentes jornais do período, sendo dado destaque ao Jornal *O Legionário* – jornal oficioso da arquidiocese de São Paulo – onde ele escreverá periodicamente. Também serão analisados artigos por ele escritos em outros jornais e periódicos, assim como entrevistas e discursos, ora como político atuante na Constituinte de 1933/1934, ora como pensador católico e presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista a partir de 1940, tratando de doutrina e da realidade social do país.

b) análise de uma obra principal neste período da Era Vargas – o livro *Em Defesa da Ação Católica*, publicado no ano de 1943.

O levantamento e as pesquisas foram feitas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; no CEDIC-PUC-SP; no Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, que disponibilizou documentos digitalizados, livros e outros materiais sobre a trajetória de vida de Plínio Corrêa de Oliveira. Também foram visitadas bibliotecas e plataformas da internet que disponibilizam um grande banco de dados acadêmicos e jornalísticos digitais sobre variados temas do nosso presente e do passado que foram vitais para o desenvolvimento deste estudo. Assim como foram usados dados levantados por mim na pesquisa da monografia sobre a TFP no ano de 2011.

Ao todo foram selecionados, citados e analisados nesta dissertação mais de 140 artigos, entrevistas e discursos de Plínio Corrêa de Oliveira divulgados na

imprensa da época.

O texto desta dissertação ora apresentado está dividido em três seções, correspondendo cada uma a um capítulo.

- Na primeira seção será analisado de forma breve o papel da Igreja Católica durante o Brasil colonial, imperial e republicano, com o objetivo de abordar os principais fatos nos quais a Igreja busca obter maior poder e prestígio frente ao poder central do Estado, e quais mecanismos foram utilizados para tais ações de reconhecimento da instituição em diferentes momentos históricos.
- Na segunda seção será analisada a trajetória de Plínio Corrêa de Oliveira entre os anos de 1930-1934, sendo valorizada a descrição dos momentos, na sombra e no resultado da ação, a partir dos contínuos ajustes ideológicos que o pensador apresentará na fase inicial da Era varguista, em meio às tensões de setores da sociedade pós-1930, buscando uma resposta conservadora católica nesta conjuntura.
- Na terceira seção será analisada a trajetória de Plínio Corrêa de Oliveira entre os anos de 1935-1945, sendo mantida a descrição dos momentos, e como tais fatos levam Plínio Corrêa de Oliveira a construir uma linha de pensamento em meio ao processo resposta-político lapidado na arena de ação. Após o fim da Era Vargas (1930-1945) tais perspectivas deste constructo intelectual ficarão mais evidentes e contundentes, passando a ser legitimadas por setores da hierarquia eclesiástica e da opinião pública.

CAPÍTULO I
- 1500-1930 –

Igreja Católica e Brasil: Uma breve visita a Colônia, Império e República

"Desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas"

‘Alexis de Tocqueville’

1.1. A formação da Igreja Católica no Brasil

A Igreja Católica sempre esteve presente como uma força de poder altamente relevante no processo de desbravamento e conquista do território originado com a Terra de Vera Cruz, no ano de 1500. Juntamente com o Estado português, nesse período a Igreja Católica exercia um poder supremo no que tangia às relações no âmbito social, político e econômico. A realeza portuguesa estava subjugada a esta estrutura, sendo que o Estado e a Igreja se completavam mutuamente, com suas perspectivas ideológicas e de cunho filosófico. A Contra-Reforma, implantada na segunda metade do século XVI, tornaria a Península Ibérica – com Portugal e Espanha – baluartes da ideologia da Igreja Católica frente aos demais países que se abriam a Reforma Protestante, que promovia preceitos humanistas que ganhavam dimensão cada vez maior entre algumas nações européias. Será nesta conjuntura, de Estado e Igreja fortemente alinhados, que assistiremos ao processo de construção de um modelo colonial de exploração que determinará traços fundamentais da estrutura político-social que delineará a sociedade brasileira.

Dentro desta perspectiva, o clero apresentava certa ambigüidade em sua estrutura de atuação no Brasil – Colônia. A idéia de unidade Igreja-Estado se dava com a atuação dos sacerdotes em uma espécie de burocracia paralela, financiada pelos cofres do governo geral. Esta burocracia paralela desempenhou longas disputas contra o Estado pelo controle do poder político. Sendo que, a Companhia de Jesus (ordem dos jesuítas) possuíam de certa forma, o monopólio deste poder eclesiástico, tanto em Portugal como no Brasil (CARVALHO, 2008).

Apenas no ano de 1759, no caso luso-brasileiro, o Estado vence a Igreja com a expulsão dos jesuítas, triunfando o regalismo², que já tinha sido reconhecido por Roma, quando aceitou o Padroado. Portanto, “*com a expulsão dos jesuítas houve uma crise geral nos seminários, perdurando apenas alguns segmentos, assim mesmo com vida precária*”³. Desta maneira, ao fim do século XVIII, o clero na colônia brasileira, era reconhecidamente malformado e de costumes pouco acordes com a disciplina eclesiástica, com exceção de uma minoria do alto clero, formada em Coimbra (CARVALHO, 2008, p.182).

² Regalismo é uma doutrina que defende direito de interferência do *chefe de Estado* em assuntos internos da *Igreja Católica*.

³ *História da Igreja no Brasil, Primeira Época*, p.200. Eduardo Hoornaert.

Já no fim do Século XVIII e início do Século XIX, a tônica geral dos membros mais ilustrados do clero já era dada pelos ideais da Revolução Francesa e Americana (princípios de liberdade política, democracia) – porém, o alto clero formado em Coimbra não era atingido por estas perspectivas.

1.2. Império no Brasil

Com a independência do Brasil (1822), e o início da Monarquia, os padres ainda voltaram a ter posição de expressão na política nacional, principalmente na fase da Regência, quando tiveram Feijó⁴ atingindo posição ministerial no Império, ápice da presença de padres na política imperial. A força política do clero ressurgiu novamente durante a segunda metade do Século XIX, quando o papa Pio IX (1846-1878) inicia um movimento de reforma no seio da Igreja – por meio de uma reação corporativa e ultramontana⁵ ao regalismo da política imperial. Não se tratava da participação de padres na política, mas sim uma tentativa da hierarquia de definir uma política da Igreja perante o Estado. Isto levará ao choque da Questão Religiosa (1872-1875) (CARVALHO, 2008).

As origens lusas na relação Estado-Igreja foram herdadas pelo Brasil, de modo que para recompensar a coroa portuguesa por sua luta contra os mouros e por espalhar o catolicismo pelo mundo, Roma lhe concedeu o padroado – direito para indicar bispos e outros privilégios menores referentes à administração eclesiástica. Certos privilégios assumiram relevante importância no Segundo Reinado brasileiro, sendo dois de grande destaque: o direito de recurso ao governo em questões de disciplina eclesiástica e o direito do *placet*, isto é, de censurar todos os documentos provenientes de Roma, inclusive encíclicas. Neste contexto, o *placet* levará a Questão

⁴ Diogo Antônio Feijó (1784-1843) foi um padre católico, e político brasileiro. Era defensor da descentralização e de políticas liberais, entrando em conflito com a própria Igreja. Foi deputado geral por São Paulo (1826 e 1830), senador (1833), ministro da Justiça (1831-1832) e regente do Império (1835-1837).

⁵ Ultramontanismo - Palavra de origem latina cuja raiz significa “Além dos montes”, e que, portanto, se empregou na França, assim como na Alemanha e outras regiões do norte da Europa, para se referir ao movimento dentro do catolicismo romano que buscava centralizar a autoridade na cidade de Roma e na pessoa do papa. Seu principal opositor foi o galicanismo, cuja defesa das “antigas liberdades da Igreja galicana” se opunha aos interesses ultramontanistas. Embora o conflito comece no Séc. XVII, foi no Século XIX que o ultramontanismo veio a prevalecer, em parte como resultado da Revolução Francesa (em que muitos dos dirigentes do galicanismo pareciam curvar-se ante a pressão do Estado) como reação contra as ameaças do liberalismo, o estado secular, e outras idéias modernas. A promulgação da infalibilidade papal pelo Concílio Vaticano I (1870), marca o topo do ultramontanismo. (González, 2010, p.292)

Religiosa, onde os bispos Dom Vital⁶ e Dom Macedo Costa⁷ entram em choque com o Estado, na medida em que este não seguia certas encíclicas aprovadas por Pio IX. Os dois bispos são punidos pelo Estado por seguir os ideais ultramontanos das encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus*⁸, sendo presos e suspensos de suas atividades. Porém, com a saída do maçom Visconde de Rio Branco da Presidência do Conselho de Ministros, em 1875, e com a entrada de Duque de Caxias (muito católico), o Imperador teve que anistiar os mesmos, já que Caxias decidiu que só assumiria a Presidência do Conselho se houvesse a anistia dos bispos, além da suspensão dos interditos dos mesmos, para voltarem à vida normal (CARVALHO, 2008b).

Mesmo com a anistia dada aos bispos, as relações entre Igreja e Estado ficaram para sempre arranhadas. Jamais se vira, e não se viria, nem mesmo durante os governos militares, coisas semelhantes como a prisão de bispos.

1.3. A Igreja na Primeira República

Em 1889 é proclamada a República. A primeira Constituinte da República – em 1891 – consagrou o princípio da separação entre Igreja e Estado no Brasil. Mas as propostas de expulsão dos jesuítas do Brasil, proibição das ordens religiosas e ruptura de relações diplomáticas com o Vaticano (que constavam do anteprojeto da Constituinte) não foram aprovadas.

Ao longo da Primeira República, conforme destaca Miceli (1985), o processo de “construção institucional” da Igreja Católica brasileira, se prende, de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do Século XIX, e de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira.

Em meio à implantação do regime republicano, a Igreja passou a enfrentar um duplo desafio: tinha que buscar definir um modelo organizacional próprio,

⁶ Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878) foi Bispo de Olinda entre 1872-1878.

⁷ Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891) foi Bispo de Belém do Pará a partir de 1861, sendo ordenado Arcebispo no ano de 1890 pela cidade de Salvador – Bahia. Recebe o título honorífico de Arcebispo Primaz do Brasil, por ter atuado na Diocese mais antiga do Brasil.

⁸ Estas cartas encíclicas do Papa Pio IX foram promulgadas em 1864. *Quanta Cura* foi um documento papal enviado a todos os bispos do mundo católico, a fim de que esses mesmos bispos pudessem ter diante de seus olhos todos os erros e doutrinas perniciosas que o Papa reprovava e condenava. *Syllabus* foi um catálogo de 80 propostas errôneas, uma lista dos mais comuns erros do pensamento moderno. Agrupadas em dez posições distintas, cada proposição é referência cruzada ao documento papal específico onde foi discutida a proposta em particular - e condenada como errônea. (Papa Pio IX, 1864 [1998]). Em suma, é a condenação da modernidade oficializada pelo Papa.

que desse condições de garantir a autonomia material, financeira, institucional, doutrinária; sendo capaz de respaldar suas pretensões futuras de influência política. Sem poder mais contar com subsídios governamentais, tinha que buscar desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade. A estagnação organizacional da Igreja durante o período imperial permitiu, inclusive ao governo, apossar-se de uma quantidade relevante de imóveis e outros bens eclesiásticos. A priori, a Igreja buscará reaver a parcela do patrimônio incorporado pelo poder público (MICELI, 1985).

As competências da fixação de normas e diretrizes de interesse para as atividades e serviços eclesiásticos, assim como indicação e nomeação de preladados, além da criação de dioceses e paróquias, deixava de ser competência do Imperador, e agora – na fase republicana – passava a depender da alta hierarquia eclesiástica. Em meio a um sistema político oligárquico, a tomada de decisões da Igreja exigiu cada vez mais amplas consultas às lideranças leigas. Ao invés de se restringir o processo decisório aos principais escalões da hierarquia interna, os dignatários eclesiásticos buscaram ampliar o círculo de interlocutores leigos, buscando desta maneira, barganhar as melhores condições de concessão de subsídios de toda ordem por parte das autoridades públicas do novo regime (MICELI, 1985).

Conforme Miceli, dentro deste cenário, as tendências de descentralização do regime republicano, levaram a consolidação de padrões de controle político associados a “política dos governadores”. Sendo assim, encontrávamos no país uma autonomia de clãs políticos locais e regionais, assim como a existência de partidos políticos cada vez mais regionalizados. Portanto, ocorre o processo de “estadualização” das políticas implementadas pelos detentores do poder eclesiástico. Toda capital de estado fora promovida a sede de diocese, sendo muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos. Isto será de grande relevância para a efetivação nos levantamentos de recursos e na obtenção de patrimônio diocesano.

Segundo Miceli:

“O referido processo de “estadualização” converteu a Igreja em instituição-chave como espaço de encenação das solenidades de legitimação e ostentação do poder oligárquico [...]. Nesse cenário “estadualizado” de atuação, as autoridades eclesiásticas foram aos poucos dilatando suas pretensões de influência, juntando as funções institucionalizadas de consagração do poder oligárquico a formulação de doutrinas nacionalistas e a prática de atos cívicos”. (MICELI, 1984, p.47)

Em meio a uma nova readequação da Igreja Católica no cenário político-social nacional, também ocorre uma disputa ideológica e doutrinária em diferentes setores da Igreja Católica a nível mundial. No Século XX, voltava a ganhar força um grande choque entre uma ala da Igreja afeita aos valores da Revolução Francesa, e uma ala que via na modernidade, a efetivação da desordem das instituições.

Dentro deste embate doutrinário nascem as raízes que originarão a Ação Católica⁹. O papa Pio XI (1922-1939), no início da década de 1920, conclama a Ação Católica, no intuito de renovar toda a sociedade humana no espírito de Cristo, declarando que todos os fiéis das variadas categorias e grupos etários deveriam unir-se (FISCHER-WOLLPERT, 2006). Segundo Mattei (1997), teria sido Pio XI quem deu à Ação Católica a sua fisionomia jurídica e o seu prestígio na Igreja.

Neste contexto – no Brasil – começava a surgir com mais forma e conteúdo, diferentes grupos de intelectuais católicos. Haveria, a partir de 1922, um “surto crescente de expansão do catolicismo entre as elites intelectuais” que seria o maior da história, de modo que *“em qualquer momento anterior seria impossível apontar tal número de católicos na primeira linha de pensadores, literatos, historiadores, professores, etc.”* (LIMA, 1967, p.1871).

Para Pinheiro Filho (2007) o marco inaugural desse movimento, é atribuído à conversão de Jackson de Figueiredo¹⁰ ao catolicismo em 1916. A plataforma política de Jackson de Figueiredo consistiria em organizar uma elite espiritual que deveria por direito (teo)lógico conduzir a vida da nação. Sua tarefa seria a de efetivamente criar instituições que formassem, a partir do culto da ordem (e da hierarquia e autoridade), novos quadros capazes de intervirem em todas as dimensões da realidade brasileira, em nome do catolicismo e em consonância estrita com as diretrizes

⁹ Desde o início do século XX, vários papas tentaram estimular a criação de organizações de apostolado leigo. Essa idéia só foi formalizada, entretanto, na primeira encíclica do papa Pio XI, *Ubi arcano Dei*, de 23 de dezembro de 1922, na qual a Igreja era apresentada como “a única força capaz de curar a chaga do materialismo onipresente e de restabelecer as consciências na harmonia e na paz”. Com base nesse princípio, Pio XI sugeria a instalação de um movimento mundial com ramificações em vários países, denominado Ação Católica, cuja tarefa seria evangelizar as nações, como uma “extensão do braço da hierarquia eclesiástica”. Essa missão era vista como extremamente oportuna devido à tênue presença do clero em certos meios, sobretudo no meio operário, o qual, segundo a Igreja, constituía o alvo preferido dos comunistas. Lançada a fórmula da Ação Católica, Pio XI apresentou aos bispos dos diferentes países uma solicitação para sua instalação imediata. (excertos sobre a Ação Católica encontrados no DHBB-CPDOC/FGV)

¹⁰ Jackson Figueiredo (1891-1928) foi líder da reação católica conservadora inspirada pelo pensamento anti-revolucionário europeu do século XIX, fundador da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, instituições centrais na elaboração e na divulgação de sua prédica, em cuja direção o sucedeu Alceu Amoroso Lima, após sua morte em 1928. (Pinheiro Filho, 2007, p.36)

da Igreja.

A realidade brasileira e mundial no início da década de 1920 apresenta grandes mudanças estruturais. Após a I Guerra Mundial, o mapa geopolítico da Europa se altera por completo, mudando a distribuição de forças das nações, e na Rússia, ocorre a primeira grande revolução socialista, com a derrubada do czarismo. Com base na estatização dos meios de produção se constituiu um sistema de direção da economia que tomava uma forma institucional cada vez mais definida. Para András Hegedüs:

“Depois da Comuna de Paris – escreveu Kritsman -, que criou pela primeira vez na história da humanidade um governo proletário, a Revolução Russa, em princípio, deu um novo passo adiante com a constituição de um aparelho proletário de direção da economia”. (HEGEDÜS, 1988, p.17)

Voltando a realidade brasileira – entre o fim da década de 1910 e início da década de 1920 – as greves operárias e o surgimento do movimento tenentista ganham certo destaque a nível nacional. Na perspectiva de Boris Fausto (1980), os grandes conflitos operários, como a greve geral de 1917, não chegaram a abalar os fundamentos do poder. Com relação aos tenentistas, se tratava de um movimento de membros do exército, tendo, portanto, uma feição peculiar, não redutível imediatamente a qualquer categoria da sociedade – o programa que o movimento adotaria no período anterior a Revolução de 1930 poderia ser identificado com as aspirações concretas das classes médias urbanas, mas o tenentismo era um movimento que não propunha organizar tais ações (voto secreto, reforma administrativa, independência do Judiciário, reforma do ensino).

Todavia, na visão do líder da reação católica Jackson Figueiredo, que vivencia o período em questão, o tenentismo subverteria a hierarquia no exército (instituição que deveria zelar por ela), sem contar que estas mobilizações ameaçariam o equilíbrio entre as classes sociais. A mesma razão levaria Jackson a reprovar as reivindicações operárias. As teses de Jackson Figueiredo estarão em consonância com os movimentos políticos mais à direita nas primeiras décadas do Século XX, que reagem contra tudo que for “revolucionário” (PINHEIRO FILHO, 2007).

Em 1921, com o apoio do Arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme¹¹, Jackson Figueiredo fundou no Rio de Janeiro o periódico *A Ordem*, e

¹¹ Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) foi coadjutor na Paróquia de Santa Cecília, em São Paulo, a partir de 1904. Em 1911, foi sagrado Bispo Auxiliar do Cardeal Arcoverde. Em 1916 foi

em 1922, o Centro Dom Vital – próprio nome dava testemunho das posições de Jackson, que se definiu abertamente como reacionário e ultramontano.

Segundo Villaça (2006), a meta de Jackson Figueiredo era a defesa da ordem e da tradição, contra o revolucionarismo. A ação política de Jackson Figueiredo pode se resumir nas palavras de Joseph de Maistre¹²: “Não é a contra-revolução o que se tem a fazer, mas o contrário da revolução”.

Com a morte de Jackson Figueiredo, em 1928, surge a figura de destaque de Alceu Amorosa Lima¹³. Em 1924, Alceu, insatisfeito com sua postura existencial, passou a demonstrar interesse por assuntos de cunho religioso. Deste modo, passou a trocar correspondências com o pensador católico Jackson de Figueiredo. Em 1928, declarou sua conversão ao catolicismo, fato que repercutiu nos meios intelectuais. Nesse mesmo ano, foi designado para substituí-lo à frente do Centro Dom Vital (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001).

Em São Paulo, no mesmo período, mais exatamente no fim de 1927, foi fundada – segundo Maia (1992) – a primeira federação diocesana para unir e orientar as

designado para a diocese de Olinda, e, em 1921, com às graves condições de saúde do Cardeal Arcoverde, foi nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, com direito à sucessão, sendo elevado a Arcebispo e Cardeal no ano de 1930. (Santo Rosário, 1962)

¹² Segundo Joseph de Maistre “para se levar a cabo a Revolução Francesa foi necessário subverter a religião, ultrajar a moral, violar todas as propriedades e cometer todos os gêneros de crimes” Joseph de Maistre. Considerações sobre a França [1796]. (Paris, Complexe, 1988, p.132-133). Joseph de Maistre (1753-1821) foi filósofo, escritor, advogado e diplomata. Era defensor de sociedades hierárquicas e do estado monárquico. Ele defendia o retorno da Casa dos Bourbon ao trono francês e argumentava que o Papa deveria ter autoridade máxima em questões temporais.

¹³ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) se formou em direito, chegando a atuar na carreira diplomática como adido do Itamarati em 1917. Em 1919, no lançamento de *O Jornal* inaugurou seu pseudônimo Tristão de Athayde, sendo grande crítico literário. Entretanto, em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a buscar novos caminhos. Interrompeu então sua coluna de crítica literária em *O Jornal* e iniciou um longo diálogo epistolar com Jackson de Figueiredo, líder católico que fundara em 1922, no Rio de Janeiro, o Centro Dom Vital, uma associação civil para estudo, discussão e apostolado, vinculada à Igreja Católica. Esse debate — publicado mais tarde no livro *Correspondência* — tratou inicialmente de questões políticas. Jackson se empenhava na defesa do presidente da República Artur Bernardes e de princípios conservadores, contrapondo-se a Alceu, crítico do governo e adepto das idéias liberais. Mais tarde a discussão se ampliou para o aprofundamento dos problemas filosóficos e religiosos, levando Alceu a se dedicar à leitura das obras dos pensadores católicos Jacques Maritain e Gilbert Chesterton, que passaram a exercer uma profunda influência em sua vida. Esses debates e questionamentos desencadearam seu processo de conversão ao catolicismo, que se completou afinal em junho de 1928, quando, diante do padre Leonel Franca, Alceu declarou sua fé, confessou e comungou pela primeira vez depois de adulto. Ao longo de todo esse período as influências de Jackson de Figueiredo não chegaram a alterar fundamentalmente as idéias liberais anteriores de Alceu. Porém, com a morte do fundador do Centro Dom Vital, em dezembro de 1928, Alceu assumiu a direção da instituição e passou a editar a revista *A Ordem*, dando início a uma nova etapa de sua vida, caracterizada em um artigo que escreveu na ocasião intitulado “Adeus à disponibilidade”. À frente do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima manteve a orientação política conservadora desenvolvida até então, passando gradativamente a assumir a posição ortodoxa de seu antecessor, baseada no sentimento da disciplina e da ordem. (Trechos da trajetória de vida de Alceu Amoroso Lima encontrados no DHBB - CPDOC/FGV)

Congregações Marianas. Quem assume a liderança do movimento, em 1930, é o padre Irineu Cursino de Moura.

Ao fim da década de 1920, conforme destaca Fausto (1980), as disputas políticas em torno da sucessão presidencial que marcam a história da Primeira República, ganham, em 1929, uma expressão mais ampla, com a formação da Aliança Liberal. Porém, entre a trajetória político-eleitoral da Aliança e o movimento revolucionário de 1930, não há uma relação imediata de causa e efeito. As forças que realizam a revolução não são exatamente as mesmas que formam a Aliança, sendo que a derrota eleitoral explica apenas em parte a opção pela revolução.

Em síntese, a organização social da Primeira República é marcada pela preponderância do setor agrário-exportador, onde inexistia uma luta clara de facções no interior da burguesia entre o setor agrário e o industrial, em razão da fraca integração do território nacional. São Paulo e Minas Gerais predominam. Porém, Rio Grande do Sul surge como força oposicionista, por meio da Aliança Liberal, e pelo papel de Getúlio Vargas – ex-ministro da Fazenda de Washington Luís e governador do Rio Grande do Sul antes da Revolução de 1930. A Aliança Liberal exprime várias reivindicações de grupos desvinculados à economia cafeeira e faz da reforma política o centro de seu programa. Com o apoio das Minas Gerais, a Aliança ganha força (FAUSTO, 1980).

1.4. Criação da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica Brasileira – alinhamentos e rupturas doutrinárias e ideológicas

Conforme Fausto (1980), a “máquina” funcionou nas eleições, elegendo Júlio Prestes presidente. Porém, as duas reivindicações de lavoura, além das emissões para o financiamento e a moratória recusadas aos cafeicultores paulistas por Washington Luís, fez com que o governo deixasse de contar com sua verdadeira base de apoio na hipótese de um choque aberto com a oposição. Em meio à vulnerabilidade do poder central se efetivou a revolução de 1930.

Novos grupos oligárquicos vão se formando ou sobem ao poder, porém os mesmos não possuem a força do núcleo socialmente mais coeso da Primeira República (o grupo cafeeiro de São Paulo).

A década de 1930 levaria ao afastamento dos valores liberais que sustentavam a vocação agrária, dando espaço para a crescente inclinação ao modelo intervencionista do planejamento e defesa da industrialização. Em substituição à crise

de hegemonia política liberal da Primeira República e da teoria das vantagens comparativas (suporte da economia primário-exportadora), surge a centralização e protagonismo do Estado, assim como a aceitação da explicação econômica do “subcapitalismo” como o eixo que organiza e dá sentido à modernização em curso (CEPÊDA, 2010).

Após a formação do Governo Provisório de Vargas, o novo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, começou a promover um movimento de leigos para dar voz ao povo católico na organização do novo regime político brasileiro. No início dos anos 30, o “movimento mariano” (referente às Congregações Marianas) distinguia-se pela amplitude da sua irradiação e também pela intensidade de ação de seus adeptos. O movimento veio a ser estimulado particularmente por outra figura da época, ao lado do Cardeal Leme: Dom Duarte Leopoldo e Silva¹⁴ – Arcebispo Metropolitano de São Paulo (primeiro arcebispo), figura hierática e austera, que durante trinta anos permaneceu à frente da arquidiocese. Plínio Corrêa de Oliveira passa a destacar-se como uma das principais figuras do pensamento católico em São Paulo.

A relação São Paulo – Governo Federal se mostrará plenamente complexa e controversa durante os anos de 1931 e 1932. Diferentes interventores e a dissonância entre os mesmos e as elites paulistas levarão a constantes períodos de instabilidade política.

Em 9 de julho de 1932 eclodiria a Revolução Constitucionalista, que sem o apoio de outras regiões sucumbiria meses depois. Plínio viria a considerar a Revolução Constitucionalista iniciada por São Paulo, como sendo de “espírito legalista”, uma vez que questionaria o aspecto discricionário do governo provisório de Vargas. Em meio a este cenário que precederia a formação da Assembléia Constituinte, prevista para ocorrer em 1933, surgiria à oportunidade para criar mais que um partido, um movimento católico acima dos partidos.

Em outubro de 1932, segundo Mattei (1997), Plínio Corrêa de Oliveira sugeriria ao Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte, lançar no Brasil uma associação que arregimentasse os eleitores com a finalidade de orientar o seu voto para candidatos que se empenhassem em respeitar o programa católico. Sugeriu algo semelhante ao que o General De Castelnau (1851-1944) criou na França – a Federação Nacional Católica.

¹⁴ Dom Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938) foi Arcebispo de São Paulo por 30 anos (1908-1938), começando o sacerdócio em 1892. Em 1894 torna-se pároco da Igreja de Santa Cecília, em São Paulo.

Em novembro de 1932, ocorre uma resposta positiva de Dom Duarte e Dom Leme. Sendo assim, Plínio Corrêa de Oliveira se encontra com mais dois pensadores católicos de destaque no contexto - Heitor da Silva Costa e Alceu Amoroso Lima. Eles ficam responsáveis por delinear os estatutos da nova associação¹⁵, nascendo assim a Liga Eleitoral Católica (FIGUEIREDO LUSTOSA, 1983).

A Liga Eleitoral Católica (LEC) apresentaria aos candidatos dos vários partidos um conjunto de exigências, denominadas reivindicações mínimas, para que se comprometessem a agir como católicos no Parlamento. Foi nomeado presidente da LEC Pandiá Calógeras, e secretário-geral Alceu Amoroso Lima. Em São Paulo, Estevão Emmerich de Souza Rezende foi designado presidente local, e Plínio Corrêa de Oliveira, secretário. No início de 1933, o programa da LEC era definido.

Nas palavras de Plínio Corrêa de Oliveira¹⁶:

“Ou o Catolicismo conseguirá vencer nas urnas e fazer progredir resolutamente o país no caminho da restauração religiosa, ou o socialismo extremado apoderar-se-á do Brasil para fazer dele a vítima de numerosos Calles e Lênins que pululam nos bastidores da nossa política sequiosos de 'mexicanizar' e 'sovietizar' a Terra de Santa Cruz”.

A Constituinte se inicia em 15 de Novembro de 1933, e entre os eleitos que representaram a Liga Eleitoral Católica estavam: Plínio Corrêa de Oliveira, Andrade Furtado, Monsenhor Arruda Câmara, Barreto Campelo, Lacerda de Almeida, Adroaldo Mesquita da Costa, Luís Sucupira, Anes Dias, Moraes Andrade dentre outros.

A meta de modificar a fisionomia laicista do Estado Brasileiro se daria pelos membros da LEC por vias indiretas, em fileiras dispersas. Ninguém deveria assumir um papel de realce como líder católico. Com a promulgação da Carta Magna de 1934, a Liga Eleitoral Católica se comprovou eficiente; tendo êxito e participação na decisão de variados artigos promulgados.

Nesta conjuntura, a Ação Católica Brasileira (ACB) é oficialmente instituída com os Mandamentos dos Bispos do Brasil, de 9 de junho de 1935, coincidindo com a festa de Pentecostes daquele ano. A ACB tem os significados de apostolado católico geral e apostolado social. Pio XI vai procurar concretizá-la oficialmente, em 1935, de modo especial na Itália e no Brasil, como uma organização

¹⁵ Estatutos da Liga Eleitoral Católica encontram-se em anexo no fim deste trabalho – ANEXOS 2 e 3.

¹⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Liga Eleitoral Católica - A postos! - Em “*O Legionário*”, nº111, 15 de janeiro de 1933.

distinta de todas as outras organizações católicas, contando com outras auxiliares, e comportando uma estrutura própria e metodologia correspondente, a qual visava à colaboração ou participação do leigo no apostolado da hierarquia da Igreja.

Neste cenário encontraremos um Brasil que apresenta um turbilhão de movimentos políticos, ideológicos e doutrinários em debate. Consolidação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), surgimento da AIB (Ação Integralista Brasileira), assim como diferentes alas da Igreja Católica buscando sua influência política.

Com o Golpe do Estado Novo - em 10 de novembro de 1937 - ocorre à extinção do PCB e da AIB, assim como dos demais partidos políticos.

A Ação Católica Brasileira, já atuante por dois anos, tem como presidente Alceu Amoroso Lima. A direção efetiva era confiada a uma comissão episcopal composta de cinco membros. O modelo organizativo tinha como base núcleos relativamente autônomos e reagrupava os associados segundo critérios de idade e sexo.

No momento que a Ação Católica nascia de modo efetivo, as Congregações Marianas se encontravam em pleno desenvolvimento. Alceu Amoroso Lima e Plínio Corrêa de Oliveira se mostravam como as principais figuras pensantes do catolicismo, respectivamente, no âmbito carioca e paulista.

A Ação Católica no Brasil, como em muitos outros países em que se havia implantado, mostrava-se mais aberta às novas experiências progressistas. Em razão disso, a trajetória de pensamento destes dois pensadores católicos entre o fim da década de 1930 e início da década de 1940, viriam a apresentar itinerários simétricos e opostos. Conseqüentemente, as atividades da Ação Católica Paulista e brasileira tenderiam a apresentar mudanças, que viriam a repercutir na postura política e na doutrina católica.

Enquanto a capital federal - Rio de Janeiro - passava a representar o pólo progressista do país na figura de Alceu Amoroso Lima; em São Paulo desenvolve-se o pólo tradicional, com Plínio Corrêa de Oliveira.

Nas palavras de Villaça:

“Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) trouxe para o Brasil o pensamento de Maritain, as posições político-sociais maritainistas - *“do humanismo integral”*. [...] esse livro pioneiro teve enorme repercussão no pensamento católico do Brasil. Foi um impacto. Foi um divisor de águas. Separou fundamente. Suscitou divergências terríveis. A partir daí, o pensamento católico brasileiro se diversifica: os maritainianos e os antimaritainianos. Os reacionários e os liberais. Os abertos e os fechados. Os da direita e os da esquerda. O passado e

o presente”. (VILLAÇA, 2006, p.16)

Será dentro deste conglomerado de fatos e acontecimentos que buscarei analisar a vida, o pensamento e a ação de Plínio Corrêa de Oliveira tanto no campo político como no religioso.

O capítulo II desta dissertação perpassa pela conjuntura que marca definitivamente o processo republicano do país. A Queda da Primeira República, por intermédio da Revolução de 1930, reposiciona as elites dirigentes do período, e põe fim a um período político que durou 41 anos (1889-1930). Diferentes grupos de intelectuais buscam se realinhar em meio às mudanças estruturais pelas quais o Estado passará. No caso em questão, Plínio Corrêa de Oliveira terá atuação efetiva no intuito de defender a bandeira católica.

Sua atuação durante os anos de 1930-1934, período analisado neste segundo capítulo, busca retratar suas principais linhas de pensamento nas publicações do jornal oficioso da Arquidiocese de São Paulo - *O Legionário*¹⁷ - assim como sua importância na formação da Liga Eleitoral Católica, que foi uma das forças políticas que o ajudaram a se eleger como deputado constituinte durante os anos de 1933/1934.

Como um dos fundadores da Liga Eleitoral Católica (LEC) - no final de 1932, junto de nomes como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) e Heitor da Silva Costa - Plínio Corrêa de Oliveira defenderá as 'reivindicações mínimas' pelas quais um verdadeiro católico deveria lutar para serem asseguradas na nova Constituição, que viria a ser promulgada em 1934. Como deputado constituinte eleito, ele será um dos membros do legislativo que representará o Estado de São Paulo na defesa destas reivindicações mínimas, além de ser, na mídia jornalística católica da época, um autêntico crítico dos pensamentos comunistas que ganhavam mais força em setores da

¹⁷ Plínio escreve seu primeiro artigo no jornal em 1929. Vale se ressaltar que Plínio Corrêa de Oliveira passou a ser diretor do Jornal *O Legionário* a partir de 6 de agosto de 1933 – edição 125 - posição no qual permaneceu até 1947. O jornal nasceu como uma simples folha paroquial em 1927 (Paróquia de Santa Cecília) e depois viria a se transformar em órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo, sendo influente e prestigioso nas publicações católicas nacionais. Plínio Corrêa de Oliveira, além de exercer a direção, escrevia no “*Legionário*” o artigo de fundo e a coluna “7 dias em revista”. Fernando Furquim de Almeida, a par de artigos sobre a História da Igreja no século XIX, cuidava da revisão geral dos artigos. Mais tarde, José Carlos Castilho de Andrade seria o secretário da Redação. José de Azeredo Santos redigia os artigos de cunho sociológico. Adolpho Lindenberg era o redator especializado em assuntos econômicos e de política internacional. José Fernando de Camargo prestava sua colaboração à seção “Noticiário da Semana”. José Gustavo de Souza Queiroz se incumbia do “Santo do Mês”. Também havia dois professores de Seminário: Monsenhor Antonio de Castro Mayer – Assistente Eclesiástico do jornal, e o padre Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D.

sociedade brasileira, além de crítico contundente da modernidade, do liberalismo e suas conseqüências.

Uma das influências que atuam sobre a construção intelectual de Plínio - que o leva a defesa incondicional da bandeira católica - além da formação ultramontana de sua família, remetem também as perspectivas doutrinárias e ideológicas de Dom Vital e Jackson de Figueiredo, no Brasil; assim como de alas do pensamento conservador contra-revolucionário que se forma e se consolida na Europa durante o Século XIX (nomes como Donoso Cortés, Bonald e Veuillot).

O capítulo III desta dissertação passa a analisar o papel de Plínio Corrêa de Oliveira após a promulgação da Constituição de 1934 - que ocorreu em 16 de julho - onde alguns triunfos e objetivos da bandeira católica defendidos pela LEC foram aprovados na Nova Constituição. Em vista disso, Plínio Corrêa de Oliveira leva adiante suas metas de defesa do catolicismo. Plínio constatava que, na segunda Constituição republicana, “os preceitos constitucionais inscritos na carta fundamental dependeriam, na sua maior parte, de regulamentação”¹⁸. Dessa maneira - pós-constituente - Plínio iria ser uma voz atuante na imprensa católica, batalhando para que os futuros candidatos que viessem a ser representantes do povo no legislativo, tivessem o compromisso de regulamentar lealmente o exercício dos direitos espirituais dos católicos.

Nesta conjuntura, Plínio, recorrendo aos pensamentos de Tristão de Ataíde, destacava que o “progresso integral e uniforme do homem deveria ser construído pela concepção cristã da política”¹⁹. Nesta perspectiva, a política procuraria a orientação em uma ciência geral e superior que seria a Moral. Assim sendo, “a política, a moral e a teologia” formariam uma cadeia integrada.

A partir desta linha de pensamento estruturado na concepção cristã de política, Plínio Corrêa de Oliveira concluía que a realidade da época levava o homem a praticar “falsas concepções morais, baseadas umas no prazer, outras no servir, outras no dever”, sendo boa parte delas sintetizadas no “utilitarismo”. Deste modo, competiria única e exclusivamente aos católicos retificar a vida nacional segundo os valores cristãos. Para isto seria necessário uma multiplicidade de esforços que seriam levados adiante por atividades ordenadas, que viessem a ter resultados profícuos. Essa

¹⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: A consolidação - Jornal *O Legionário* - nº150- 22 de julho de 1934.

¹⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Catolicismo e Política - Jornal *O Legionário* - nº169 - 14 de abril de 1935.

“retificação individual, por uma catolização dos católicos, pela sobrenaturalização da vida diária” virá a originar a Ação Católica, em 1935. Nas palavras de Plínio, a Ação Católica:

“É a hierarquia respeitada, é o realismo a que se refere Tristão de Ataíde, na importância dada aos “primeiros princípios e às finalidades últimas”, na subordinação do natural ao sobrenatural. Por essa sobrenaturalização das consciências, que deve ser “Objeto primeiro dos esforços dos católicos, preparar-se-á a verdadeira e solidíssima base para a restauração nacional, pois o dever espiritual supera e condiciona todos os outros deveres”²⁰.

Em meio a este cenário ocorreria a ascensão da ANL – Aliança Nacional Libertadora – movimento encabeçado por Luis Carlos Prestes²¹. Em vista disso, Plínio considerava que todos os católicos deveriam estar prevenidos sobre o perigo de um movimento socialista, defendendo a idéia de que o governo deveria coibir a propaganda deste 'mal'.

Neste período, a defesa dos valores da ordem e da moral defendida por Plínio buscava amparo no pensamento de Luiz Veuillot²², pensador francês reconhecido

²⁰ id. ibid. - idem ibidem

²¹ Luis Carlos Prestes (1898-1990) nasce em Porto Alegre. Quando jovem, por decisão de seu pai, que era positivista, Prestes e as irmãs deveriam fazer sua opção religiosa quando atingissem a maioridade. Foi no Colégio Militar que o professor de latim e médico Joaquim da Silva Gomes o convenceu a iniciar-se na religião católica. Em 1916 entra para a carreira militar, na Escola Militar do Realengo. O ano de 1922 foi marcado por alguns acontecimentos, cujas conseqüências determinaram mudanças significativas na história política brasileira, desempenhando também papel fundamental na trajetória de vida de Prestes e de seus companheiros de turma da Escola Militar. Nos dias 25, 26 e 27 de março realizou-se o I Congresso do Partido Comunista Brasileiro, então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado nessa ocasião. Prestes foi um dos articuladores para o levante do Forte de Copacabana em 1922. Participou das revoltas tenentistas de 1924, e foi figura central da Coluna Prestes. No fim da década de 1920 e início da década de 1930, Prestes vive em alguns países vizinhos ao Brasil, aprimorando os estudos marxistas e planejando uma ação revolucionária que desse efeito no Brasil. Em 1934 vivia em Moscou e acompanhava de perto a Internacional Comunista. Em Moscou, Prestes tentou ingressar no Partido Comunista da União Soviética (PCUS), mas sem êxito, pois o agravamento das lutas internas dentro da agremiação levou Stalin a proibir novas filiações. Todavia, Prestes contou com a intervenção a seu favor de Dmitri Manuilski, que, através do Bureau Internacional Comunista (Komintern), conseguiu efetivar sua admissão no PCB ainda em agosto daquele ano. A Internacional Comunista confiou à responsabilidade de Luis Carlos Prestes a preparação para a revolução no Brasil, pois seu nome continuava a ser lembrado como o grande líder revolucionário, o Cavaleiro da Esperança (ganho durante a Coluna Prestes). Será figura chave em 1935, na fundação da Aliança Nacional Libertadora e na insurreição conhecida como Intentona Comunista, que ocorre em novembro de 1935. Prestes foi preso em 5 de março de 1936, sendo processado não só como responsável pelo levante de 1935, mas também como desertor do Exército brasileiro. Prestes vai ser julgado em diferentes esferas do Governo (como o STM (Supremo Tribunal Militar e o TSN (Tribunal de Segurança Nacional), saindo da prisão apenas no início de 1945. (trechos de verbete da trajetória de vida de Luis Carlos Prestes disponibilizados no DHBB-CPDOC-FGV).

²² Luis Veuillot (1813-1883) nasce na França. Ele foi jornalista e um dos grandes propagandistas e difusores do pensamento ultramontano. Seu jornal *L'Univers*, de temática católica e de circulação diária, era conhecido por criar polêmicas com as alas católicas moderadas.

no Século XIX, por ser um dos grandes defensores do “pensamento católico ultramontano”.

No que se refere ao Integralismo e ao Comunismo, em 1936, Plínio Corrêa de Oliveira ressaltava que: “No Brasil, a divisão entre os integralistas e os burgueses dos partidos liberais abriria uma deplorável brecha na frente anticomunista. E, portanto, seria gravemente antipatriótico qualquer investida integralista contra o atual governo”. Em sua análise, em meio aos partidos liberal-democráticos, as três grandes correntes intelectuais que empolgariam o Brasil seriam: “o Catolicismo, o Comunismo e o Integralismo”²³. Na apreciação dos fatos da época, *os católicos não seriam guiados por nenhum secreto pendor pela democracia ou pelo Estado forte*²⁴. Teriam em mente, tão apenas, os grandes interesses fundamentais da civilização católica do Brasil. E seria à luz desses interesses que considerariam os acontecimentos.

Para Plínio Corrêa de Oliveira, aplicando à política o “princípio de bom senso elementar”, por mais que os políticos liberal-democráticos hostilizassem o Integralismo, eles nunca lhe poderiam “votar um ódio igual ao que mereceria o comunismo”. O Integralismo poderia ser incompatível com os interesses nacionais, com as tendências do povo, com as tradições de nossa história, mas de certo modo, conforme Plínio, “invocaria para si os princípios de Deus, Pátria e Família”; o que já constituiria um “título de glória”. Mas Plínio não “o afirmava e nem o negava” como uma possível bandeira a ser seguida por um autêntico católico naquele contexto.

Plínio constataria que o comunismo teria o “objetivo claro de advogar a extinção de todas as religiões, de todas as pátrias e de todas as famílias”. Portanto, a lógica exigiria que a democracia liberal, ao entrar na arena para combater o sigma, a foice e o martelo, tomasse em consideração esta circunstância de uma importância capital. Assim sendo, “o extremismo moscovita” deveria ser combatido com vivacidade.

Com o Golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, Plínio destacava que a Nova Constituição que nascia, garantiria muito dos direitos reconhecidos pelos católicos na Constituição de 1934, de maneira que, usando os católicos dos meios que a Constituição lhes conferia para fazerem valer sua opinião na esfera legislativa, “nenhuma hostilidade encontrariam nos poderes públicos que estariam dispostos a lhes

²³ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: O Barrete Frígido, perante a Cruz, o sigma e a bandeira vermelha – *Jornal O Legionário* – nº215 - 25 de outubro de 1936.

²⁴ id. ibid. - idem ibidem

facultar as regalias de que realmente quisessem se servir”²⁵.

Neste contexto, Plínio Corrêa de Oliveira se dedica e ocupa papel de relevo na militância católica paulista. Sua luta se torna mais evidente na defesa do catolicismo tradicionalista, e ele passa a entrar em choque com as alas progressistas católicas que passam a apresentar suas primeiras arrematadas no cenário nacional.

No limiar de 1938, Plínio Corrêa de Oliveira formulava os mais positivos, claros e categóricos votos de que o Estado Novo brasileiro fosse não apenas diverso, mas exatamente oposto do Estado hitlerista, “primando no respeito ao pensamento católico e ao repúdio iniludível de qualquer veleidade de idolatria do Estado, sem prejuízo, é claro, das características próprias a um Estado antiliberal”²⁶. Segundo ele, o Estado Novo estaria aparelhado de todos os elementos possíveis para conter qualquer infiltração comunista no Brasil. No seu ponto de vista, “*a repressão anticomunista seria, no Brasil de Vargas, pertinaz, inflexível, coerente, minuciosa e enérgica como poderia e deveria ser em um Estado forte*”²⁷.

Em 1940, Plínio assumiria a presidência da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista, se tornando figura central no pensamento católico conservador tradicionalista. Será neste período, mais exatamente em 1943, que ele escreverá o livro “*Em Defesa da Ação Católica*”. Neste momento, o *integrismo* era cada vez mais claro no pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira. Numa definição descritiva, o *integrismo* é uma perspectiva de grupos católicos investidos de códigos de comportamento religioso ou político em conflito com as formas de vida em razão da secularização. Partindo do campo religioso doutrinário, o *integrismo* representa uma atitude no sentido de impregnar de catolicismo todas as esferas da vida social.

Em Defesa da Ação Católica será a principal obra de Plínio neste período, momento onde ele deixará claro suas propostas e o que deveria ser de fato, na sua concepção, o papel da Ação Católica junto aos católicos na busca da recristianização da sociedade.

Em meio a este cenário, Plínio encontrará muitas dificuldades em ver suas metas de pensamento e ação serem aceitas junto ao episcopado e suas principais

²⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – A Igreja e o Estado na nova Constituição - publicado no Jornal O Legionário, de 21 de novembro de 1937 – edição nº271.

²⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: No limiar de 1938 –Jornal *O Legionário* - nº 277 – 2 de janeiro de 1938

²⁷ id. ibid. - idem ibidem

figuras eclesíásticas. Segundo ele, a Ação Católica passaria a apresentar erros de doutrina que comprometeriam de forma irreversível sua atuação junto a variados setores de leigos, comprometendo também a Hierarquia seguida dentro da estrutura da Igreja Católica.

CAPÍTULO II
– 1930-1934 –

Plínio Corrêa de Oliveira e a militância católica

Quando ainda muito jovem,
Considerarei enlevado às ruínas da Cristandade,
A elas entreguei meu coração
Voltei às costas ao meu futuro
E fiz daquele passado carregado de bênçãos
O meu Porvir...
*(palavras escritas de próprio punho,
como epígrafe do livro
“Meio século de epopéia anticomunista”, 1980)*

‘Plínio Corrêa de Oliveira’

Plínio Corrêa de Oliveira descende de duas famílias tradicionais, respectivamente de Pernambuco e de São Paulo – os ‘Corrêa de Oliveira’ e os ‘Ribeiro dos Santos’ - nascendo em São Paulo, em 13 de dezembro de 1908.

A família paterna de Plínio descendia dos senhores do Engenho Uruaé, em Pernambuco. Seu tio-avô, João Alfredo Corrêa de Oliveira, foi uma das lideranças políticas do Império, chegando ao posto máximo de Presidente do Conselho de Ministros durante o Segundo Reinado – entre março de 1888 e junho de 1889. O irmão mais velho do Conselheiro João Alfredo foi o Capitão Leodegário Corrêa de Oliveira, senhor do Engenho Uruaé. Dele descende Plínio, por seu pai, João Paulo Corrêa de Oliveira, que foi se estabelecer em São Paulo, onde se casou com Lucília Ribeiro dos Santos²⁸.

A família materna de Plínio descende do interior paulista, Pirassununga. Lucília Ribeiro dos Santos - sua mãe - era filha de Antônio Ribeiro dos Santos, advogado – que atuou como promotor público - e também foi grande fazendeiro na região. Um dos irmãos de Lucília era Gabriel Ribeiro dos Santos²⁹, também advogado e fazendeiro, sendo presidente da Sociedade Rural Brasileira (1923-1924), além de ter sido Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo.

Desde modo, podemos constatar, que, desde muito jovem, Plínio teve uma formação intelectual, espiritual e social privilegiada, em razão da formação aristocrática de sua família. Na sua infância e juventude estudou no Colégio São Luis – dos padres jesuítas - e na perspectiva espiritual, teve uma formação eminentemente católica, de raízes ultramontanas ainda advindas do período imperial, que eram característicos da sua família, principalmente de sua mãe, Lucília.

²⁸ Artigo de Dom Luiz de Orleans e Bragança: “Plínio Corrêa de Oliveira e a Família Imperial do Brasil” In: *Plínio Corrêa de Oliveira 1908-1995 Dez anos depois...* . Livro publicado em 2005 pela Associação dos Fundadores da TFP – TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE, p. 35-36.

²⁹ Em 1923, como presidente da SRB, Gabriel foi distinguido com a Grã Cruz e a comenda da Ordem do Mérito pelo governo da Bélgica, tendo o Rei Alberto lhe conferido a condecoração especial agrícola de primeira classe, pelos serviços que prestou à agricultura – www.srb.org.br/modules/news/article.php?storyid=3171

2.1. Das Arcadas a Militância Católica

Após terminar o ensino secundário, Plínio ingressa na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde começa a entrar efetivamente nas arenas de debates políticos e religiosos. Na faculdade, ele será um dos fundadores da AUC - Ação Universitária Católica³⁰ - em outubro de 1930. Conforme mostrava o Manifesto Aucista em “O A.U.C.”, ano I, nº 1, outubro de 1930, p.1:

“Está fundada a Ação Universitária Católica de São Paulo, entidade que se propõe à afirmação, à difusão, à atuação e à defesa dos princípios católicos, não só de estudante para estudante, mas de estudante para a família e para a pátria. Aos universitários em geral e aos estudantes católicos em particular é dirigido este manifesto definindo o escopo da A.U.C. Muitos já têm uma noção deste belo movimento de restauração espiritual na sociedade brasileira. Os que o acolheram com simpatia têm, por certo, guardadas na sua consciência estas palavras que são um brado: momento decisivo. Os que, céticos, indiferentes e ateus, receberam-no com a frieza natural, sabem, porém, mais do que os crentes, que há um momento decisivo, e este é justamente quando a convicção do homem oscila entre as duas extremidades: o erro e a verdade. Este é o momento atual da civilização”³¹.

Antecedendo a Ação Universitária Católica, Plínio já militava pelas congregações marianas da Paróquia de Santa Cecília, também em São Paulo. E será por intermédio desta ação junto à paróquia de Santa Cecília que ele passará a atuar no jornal *O Legionário*, fundado em 1927. Sua primeira aparição como articulista do jornal será em 1929³².

A primeira análise de Plínio fazia referência ao papel da universidade na edificação do caráter e na construção intelectual dos estudantes. Ele também destacava a Universidade de Louvain, na Bélgica, que seria um modelo pólo do conhecimento e um dos maiores centros intelectuais católicos da Europa. Nas palavras de Plínio, seria um local onde “o estudante encontrava-se em um meio em que o desenvolvimento científico seria esclarecido pela Fé e facilitado pela vida irrepreensivelmente morigerada de seus colegas”.

³⁰ A AUC – Ação Universitária Católica – foi absorvida em 1938, por decisão da autoridade eclesiástica, pelo setor correspondente da Ação Católica Brasileira, isto é, a Juventude Universitária Católica (JUC) (MACHADO, 1980, p.413).

³¹ Manifesto Aucista se encontra em anexo no final deste trabalho – ANEXO 4.

³² Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Uma Universidade Católica – em 22 de setembro de 1929, edição nº43.

Em 1930, Plínio escreve 12 artigos em *O Legionário*. Estes artigos perpassam por questões de cunho religioso, político e espiritual; tratam do combate ao comunismo no Brasil e no mundo; tratando também da ciência e do indiferentismo religioso existente na realidade brasileira de então. Plínio, em uma crítica a Constituição de 1891 - de caráter laico na questão religiosa - declarava que³³:

“O homem que professa uma opinião religiosa ou irreligiosa, uma vez no poder, continuará a aplicar seus princípios. Logo, o Estado nunca será leigo. Será protestante, quando governado por protestantes, católico, quando dirigido por católicos, e ateu quando dirigido por ateus. Logo, *é irrealizável o Estado indiferente, leigo*”.

Segundo Plínio, um Estado jamais pode se colocar de forma indiferente quando o assunto tratado é a Fé que emana e anima o ethos de uma nação. Para ele:

“Se o Estado fechar os olhos ao problema religioso, não poderá ele proporcionar a felicidade à maioria, pois que, enquanto o Estado busca um ideal independente de qualquer solução em matéria religiosa, não pode atingir a felicidade ambicionada pela maioria, felicidade esta subordinada, toda ela, a uma concepção religiosa ou irreligiosa qualquer. Logo, *o Estado agnóstico, indiferente*, como o Brasil de hoje, *não se admite cientificamente*. Admite-se, isto sim, o Estado protestante, judeu ou ateu, tanto quanto o católico. O que não se compreende é o Estado indiferente”³⁴.

Portanto, para Plínio, o Estado teria vantagem em oficializar e amparar a Religião da maioria, porque assim desenvolveria e defenderia a moralidade pública. Este artigo já deixa evidente a opção do pensador católico por um estado ultramontano, onde Estado e Igreja Católica caminhassem juntos na construção social e cultural dos cidadãos.

Em vista disso, é de vital importância destacar as origens e as circunstâncias sociais que levaram a consolidação do pensamento conservador. Segundo Mannheim (1986), assim como um estilo de arte não pode ser plenamente descrito sem se levar em conta a escola artística e o grupo social que ele representa, também não podemos realmente entender mudanças em um estilo de pensamento a não ser que estudemos os grupos sociais que são os portadores destas mudanças. Sendo assim, de certa forma, a ligação entre os estilos de pensamento e seus portadores não existem apenas nos momentos críticos da história ou nos momentos de grandes crises sociais.

³³ Artigo intitulado: A ciência e o indiferentismo religioso - *Jornal O Legionário*, nº61, 13 de julho de 1930.

³⁴ id. *ibid.* – *idem ibidem*

Dessa maneira, qualquer relevante estudo de estilos de pensamento característicos da primeira metade do Século XIX, começa, de fato, do momento em que a Revolução Francesa operou como um agente de catálise em relação a diferentes tipos de ação política e diferentes estilos de pensar. E será sobre a pressão ideológica da Revolução Francesa que se desenvolverá um contra-movimento intelectual que desenvolve suas premissas lógicas de forma a mais extensa possível.

Conforme Mannheim:

“Esse núcleo central, esse impulso em direção ao âmago do pensamento conservador, está indubitavelmente relacionado com o que chamamos de tradicionalismo. O conservadorismo, em certo sentido, surgiu do tradicionalismo: de fato, ele é primordialmente nada mais do que o tradicionalismo tornado consciente. Apesar disso, os dois não são sinônimos, na medida em que o tradicionalismo só assume seus traços especificamente conservadores quando ele se torna expressão de um modo de vida e pensamento (que primeiro se desenvolveu em oposição à atitude revolucionária) extremamente definido e consistentemente mantido e quando ele funciona como tal, como um movimento relativamente autônomo no processo social”. (MANNHEIM, 1986, p.111)

Ou seja, o conservador pensa em termos do sistema como um meio de reação, quando passa a se ver forçado a desenvolver um sistema com características próprias para contrapor o progressismo, ou quando a marcha dos acontecimentos acaba por privar o mesmo de qualquer influência sobre o presente imediato, sendo assim, obrigado a girar a roda da história para trás, com o intuito de reconquistar sua influência. Mas segundo Nisbet (1986), não foi somente contra a Revolução Francesa que os conservadores se revoltaram. A perda do *status* também podia ser notada em toda Europa Ocidental, em vista das mudanças econômicas, da secularização da moral e da centralização política:

“Para homens tais como Burke e Bonald, a Revolução Francesa foi apenas o auge do processo histórico de atomização social que remete à origem de doutrinas tais como o nominalismo, a heterodoxia religiosa, o racionalismo científico e à destruição daqueles grupos, instituições e convicções intelectuais que foram fundamentais na Idade Média”. (NISBET, 1986, p.65)

Para Lallement (2008), o ponto de vista sociológico consolida-se realmente na confluência das mudanças decisivas que assinalam o fim do Século XVIII e o conjunto do Século XIX. Novos esquemas analíticos ganham forma na ciência (química/biologia) e colaboram no nascimento da sociologia. Será neste cenário que a Revolução Francesa ratifica a ruptura com um regime baseado sobre as ordens e os

privilégios. Exaltada pelos setores pró-revolução, contestadas pelos reacionários, a revolução constituiu assim uma fonte de inesgotáveis formas de reflexão, para aqueles que se debruçavam, como os sociólogos, sobre o vínculo social – exemplos de Tocqueville, Comte.

Assim sendo, num sentido mais significativo, o conservadorismo moderno se volta pra sociedade medieval em busca de inspirações e modelos, contra os quais lança o mundo moderno.

Embebido por este pensamento conservador, católico e contra-revolucionário - em 1931 - Plínio escreve 16 artigos em *O Legionário*, além de ter escrito mais três artigos em *O Século*.

Em *O Legionário*, Plínio vem a destacar as reivindicações políticas pelas quais um autêntico cristão deveria lutar. Ao defender estas reivindicações políticas, Plínio concluía:

“Ser cristão não é só ser um crente, é ser também um soldado. É saber descer à arena da luta de opiniões, ostentando com firmeza nossos princípios. É não ter medo de adquirir inimizades, se for necessário. É não ter medo de atrair sobre si antipatias. É, em suma, sacrificar-se. [...] Todos os católicos têm a obrigação de lutar incessantemente por estas reivindicações”³⁵.

Ainda em 1931, Plínio trataria da questão que perpassava por Deus e pela Constituição, levantando a seguinte questão: tratava-se de saber se a futura Constituição brasileira deveria ser promulgada em nome de Deus. Para Plínio, o Estado não poderia deixar de tomar uma atitude qualquer em face do problema religioso. Portanto, seria vital que o Estado introduzisse a invocação a Deus na Constituição, defendendo o ensino religioso nas escolas, assim como o caráter de sacramento no casamento, etc; agindo como um Estado efetivamente crente na fé católica.

Segundo ele³⁶:

“Conseqüentemente, em um país como o nosso, em que o povo é católico, catolicíssimo até, em que a Igreja Católica é a única força organizada existente, no dizer do insuspeito Dr. Plínio Barreto, no “Estado de S. Paulo”, as instituições devem ser católicas, o ensino deve ser católico, o casamento religioso deve ter, para os católicos, valor jurídico, tudo enfim deve ser católico”.

³⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Nossas Reivindicações Políticas - Em “*O Legionário*”, nº74, 8 de fevereiro de 1931.

³⁶ Plínio escreve o artigo: Deus e a Constituição – I - em 8 de março de 1931, na edição nº76 do *Jornal O Legionário*.

Ao defender o catolicismo e a Igreja Católica como única força organizada existente, Plínio reforçava a idéia de que, em caso algum, se justificaria a opressão *manu militari* ou outra qualquer atitude violenta em relação às minorias dissidentes, “que mereceriam toda a brandura que a caridade lhes outorgasse, desde que elas não ultrapassassem os próprios limites traçados pela lei e pelo Direito Natural”.

Plínio Corrêa de Oliveira daria desfecho a questão que tratava de Deus e a Constituição recorrendo a uma reflexão de Eduardo Prado, feita em 1895³⁷:

“Um país (*os Estados Unidos*) onde o Congresso, todos os dias, antes de abrir as suas sessões, prosterna-se à voz de um capelão que abençoa em nome de Deus, os trabalhos legislativos; um país em que o poder público, em solene proclamação, determina que um dia do ano deve ser de repouso e consagrado a agradecer à Divindade as graças recebidas; um país em que, numa grande crise da nação, o presidente decreta um dia de jejum nacional, para obter do céu a salvação pública, não pode ter nada de comum com o ateísmo vulgar, que é a essência mesma da República Brasileira”.

A crítica ao ‘laicismo constitucional’ era o ponto central destes artigos.

Um editorial do Jornal *O Legionário*, intitulado “*Socialismo e Catholicismo*”³⁸, destacava que ambos os termos eram antagônicos, e que a forma de “socialismo católico” que se pronunciaria em discursos e se estamparia em escritos do período, não passavam de pura antinomia, por apresentarem termos de impossível conciliação. O Catolicismo seria uma “doutrina de ordem essencialmente sobrenatural e transcendental, que teria base na idéia de um Deus criador, conservador, redentor e julgador das criaturas”. Esta doutrina espiritual e transcendental do catolicismo seria negada pela doutrina socialista que se “fundaria no mais rígido materialismo”.

“A luta de classes, o livre exame, a igualdade absoluta com a ausência de qualquer hierarquia – sem a qual não poderia existir sociedade alguma – a concepção meramente contratual de família e outras idéias que se afastam da moral” seriam razões claras para se concluir que socialismo e catolicismo fossem antitéticos e inconciliáveis.

O editorial chegava ao seu desfecho destacando as palavras do Sumo Pontífice Pio XI (1922-1939), onde em sua encíclica *Quadragesimo Anno* escreveu:

“Se acaso o socialismo, como todos os erros, encerra algo de verdade, o que os Sumos Pontífices nunca negaram, a concepção da sociedade

³⁷ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Deus e a Constituição – II - publicado em 29 de março de 1931, no Jornal *O Legionário*, edição n°77. A reflexão de Eduardo Prado é encontrada no artigo ‘*Crítica Republicana*’, seção “Opiniões”, do Jornal “O Comércio de São Paulo”, de 21 de novembro de 1895.

³⁸ Editorial de 27 de setembro de 1931, publicado no Jornal *O Legionário*, edição n°87.

que é característica e na qual se baseia, é oposta à verdadeira doutrina cristã. Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e socialista verdadeiro”.

No primeiro Jornal *O Legionário* de 1932, que circulou em 3 de janeiro – um relatório do funcionamento da *Congregação Mariana da Anunciação*, divulgado pelo presidente congregado Svend Kok, destacava que Plínio tinha atuação central no Departamento de Estudos, sendo o presidente³⁹. A academia por ele presidida levava o nome de 'Jackson de Figueiredo'⁴⁰. Nas palavras de Kok:

“A muito estreita amizade pessoal que me liga ao congregado 2º assistente Dr. Plínio Corrêa de Oliveira, presidente do Departamento de Estudos, impede-me relatar com palavras brilhantes o que foi a sua portentosa actuação para elevar a inteligência e o coração dos congregados e para incutir-lhe sólidos conhecimentos doutrinários e históricos do christianismo.”

As realizações de reuniões tiveram como temas centrais naquele período os seguintes temas: *O apostolado intelectual; as reivindicações católicas no momento político nacional; a atitude do episcopado, prestando solidariedade aos governos; psicanálise e psicologia; a perseguição religiosa no México; Dom Vital; etc.*

No mesmo dia da publicação do Jornal *O Legionário*, tratando do funcionamento da Congregação Mariana, Plínio escrevia no jornal *O Século* um artigo no qual criticava a ação do interventor federal do estado de São Paulo – Coronel Manuel Rabelo⁴¹. Manuel Rabelo havia decretado o fim do ensino religioso nas escolas

³⁹ Jornal *O Legionário*, edição 92, 3 de janeiro de 1932, p.4

⁴⁰ O nome da academia presidida por Plínio Corrêa de Oliveira no departamento de estudos da Congregação faz referência direta a figura de 'Jackson de Figueiredo'. Jackson dedicou-se à política e ao mundo do jornalismo. Seu nome é um dos pontos de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. (dossiê – A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 – biografias – Jackson de Figueiredo –DHBB - FGV – CPDOC)

⁴¹ Manuel Rabelo (1878-1945) se torna praça em 1893, pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Alferes-aluno em 1901, era adepto do positivismo, tendo pertencido ao grupo de discípulos do tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, um dos principais articuladores do movimento militar que culminou com a proclamação da República em 1889. Manuel Rabelo servia em Mato Grosso quando eclodiu, no Rio de Janeiro, o levante tenentista contra a posse de Artur Bernardes. Apoiou o movimento e aderiu às forças rebeladas do general Clodoaldo da Fonseca, comandante da 1ª Circunscrição Militar de Mato Grosso e acabou preso. Com a vitória da Revolução de 1930, foi anistiado no dia 12 de novembro, como todos os participantes dos movimentos tenentistas da década de 1920. Reintegrado à carreira militar e promovido a major e a tenente-coronel por decreto no dia 15 de novembro, assumiu em janeiro de 1931 o comando do 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna (SP). No dia 13 de novembro de 1931, Manuel Rabelo foi nomeado interventor em São Paulo por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório. Seu nome era apoiado por João Alberto, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (então comandante da 2ª Região

paulistas, negando pura e simplesmente aplicação a um decreto promulgado pelo Governo Federal, para vigorar em todo o Brasil. Em razão disso, Plínio criticava esta ação do interventor classificando o fato como um “desastrado acontecimento” que viria a “quebrar a unidade legislativa da nação, negando a um Estado os benefícios que a todos os outros se concedem”.

A queda de Laudo de Camargo⁴² e a nomeação como interventor do coronel Manuel Rabelo abriu de certa maneira, o caminho para o choque direto da elite política paulista com o Governo Provisório. O embate deixava de ser com os tenentes, com os comandantes militares ou ministros, era com o chefe do governo provisório, com Getúlio Vargas.

Em meio a esta situação, ocorreu o manifesto de lançamento da FUP (Frente Única Paulista), que veio a ser redigido por Francisco Morato, representando o PD, e Altino Arantes, representando o PRP. Os dois partidos exigiam a devolução da autonomia política a São Paulo, com a nomeação de um interventor paulista e civil, e a reconstitucionalização do país, já que Vargas governava discricionariamente desde sua

Militar) e Miguel Costa (comandante da Força Pública do estado), figuras proeminentes do tenentismo. Em janeiro de 1932, promoveu a reorganização da instrução pública no estado, revogando o ensino religioso e, segundo seus oponentes, transformando o ensino público em um “prolongamento da Legião Revolucionária” (organização tenentista também liderada por Miguel Costa). Por razão desse e outros fatores ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1932, a oposição recrudescceu. [excertos sobre a vida de Manuel Rabelo obtidos no DHBB - CPDOC/FGV]

⁴² Laudo de Camargo (1881-1963) foi escolhido para a interventoria em São Paulo, assumindo-a no dia 25 de julho de 1931. Durante sua breve experiência político-administrativa, assinou alguns decretos mediante os quais regulamentou o ensino religioso nas escolas públicas, criou o serviço de enfermagem da saúde pública e instituiu urna comissão central para rever os quadros do funcionalismo do estado e da prefeitura da capital. Por haver sido a primeira tentativa de planejar a administração pública paulista, esse decreto teve grande importância. A escolha de Laudo Camargo foi a tentativa do Governo Provisório no sentido de conciliar as elites políticas de São Paulo com as forças revolucionárias, representadas pelo tenentismo. Com efeito, Camargo gozava da simpatia do PD. Deveria, no entanto, enfrentar o revolucionarismo de Miguel Costa, que se vinha aproximando do operariado, num contexto socialmente agitado. Para aceitar o cargo, o novo interventor havia imposto a condição de que Miguel Costa deixasse de acumular as funções de secretário de Segurança e comandante da Força Pública, optando por uma ou outra. Visando enfraquecer a posição do chefe tenentista, Laudo fundiu a Secretaria de Justiça com a de Segurança. Isso gerou com Miguel Costa uma forte crise, que o levou a se demitir do comando da Força Pública, o qual passou às mãos de Abraão Ribeiro. Em vez de resolver-se, entretanto, o impasse tornou-se mais aceso. Logo após sua demissão, o ex-comandante da Força convocou um congresso da Legião Revolucionária onde, ao elaborar-se o programa político da organização, foi definida uma linha de clara oposição ao interventor. A situação ficou ainda mais tensa quando Laudo Camargo anistiou diversos políticos comprometidos com o governo deposto e nomeou vários juizes seccionais que haviam sido afastados de seus cargos pela revolução triunfante. Diante disso, a administração federal interveio em São Paulo, demitindo tais juizes e substituindo-os por outros. A crise culminou com os ataques que os centros agrícolas, apoiados por João Alberto, desferiram contra o governo de Camargo. O secretário estadual da Fazenda, Numa de Oliveira, foi acusado de corrupção e envolvimento em negócios escusos ligados ao café. O capitão João Alberto chegou a ser recebido em palácio e, em nome de Getúlio Vargas, intimou o secretário a depor judicialmente. Por fim, diante das pressões do governo federal e da redução de sua autonomia, Laudo de Camargo demitiu-se da interventoria estadual em 13 de novembro de 1931, sendo substituído pelo coronel Manuel Rabelo. (dados DHBB - CPDOC-FGV)

posse. A união entre as duas siglas se deu apenas em cima dessa plataforma específica, mantendo ambas suas autonomias programáticas e organizacionais. A aliança desde o início recebeu o apoio das grandes entidades de classe do patronato paulista, como a Associação Comercial ⁴³.

Conforme destaca Villa:

“A exigência central era a nomeação de um civil paulista como interventor. Mas a tensão política chegou a tal ponto que mesmo a assinatura do Código Eleitoral, a 24 de fevereiro – que apontava para a eleição da Assembleia Constituinte, em 1933, criando a Justiça Eleitoral, adotando o voto secreto e instituindo o direito de voto às mulheres – e a designação, a 7 de março, do embaixador Pedro de Toledo para interventor em São Paulo conseguiu acalmar os ânimos.” (VILLA, 2008, p.42-43)

Desta maneira, em suas publicações de 1932, serão notórias as metas centrais as quais Plínio Corrêa de Oliveira ⁴⁴ lutaria. No Jornal *Diário Nacional* ⁴⁵, Plínio, interrogado sobre se os católicos procurariam arregimentar-se para efeitos eleitorais, respondeu: “Fora e acima dos partidos – eis a senha que, no momento oportuno, quando os fatos nos chamarem à ação, saberemos adotar e impor”. Esta já seria uma das declarações que antecipariam as primeiras movimentações rumo à formação da Liga Eleitoral Católica. Segundo ele, esta agremiação nada teria de comum com os agrupamentos partidários, e se recusaria formalmente a assumir qualquer coloração política ou partidária.

Destaca Ramos, que em meio a estes acontecimentos, o anteprojeto do Partido Democrático (PD), elaborado por Vicente Rao, Marrey Júnior, Cardoso de Melo Neto, Henrique Bayma e Vicente Pinheiro, e remetido à direção do partido a 10 de junho de 1932, defendiam eleições indiretas para Presidente da República e para o Senado, que deveria passar a denominar-se como Conselho Federal; o anteprojeto também destacava a defesa da divisão hierárquica das unidades federativas em Estados, Províncias e Territórios, assim como o tratamento especial à religião católica em relação aos outros cultos, como se praticava no tempo da monarquia (RAMOS, 1980).

Plínio Corrêa de Oliveira parabenizou a postura adotada pelo PD,

⁴³ Verbete sobre a Frente Única Paulista encontrado no DHBB - CPDOC/FGV.

⁴⁴ Em 1932, Plínio Corrêa de Oliveira participou como membro do *setor de religião*, da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que mais tarde daria origem à Ação Integralista Brasileira (AIB). O setor de religião era composto de quatro membros, os outros três eram: Rui Barbosa de Campos, Sebastião Pagano e Santiago Dantas. (TRINDADE, 1979)

⁴⁵ Em 27 de abril de 1932, o jornal entrevistou Plínio Corrêa de Oliveira em reportagem: “Organização Política dos Católicos - O que diz ao "Diário Nacional" um dos líderes da ação católica em São Paulo”.

reproduzindo as palavras de Rui Barbosa (quando este disse qual o tratamento que foi pensado para a Constituição de 1891, tendo como base o constitucionalismo norte-americano) para reafirmar sua defesa da bandeira católica: “*Antes da república existia o Brasil; e o Brasil cresceu cristão, cristão continua a ser até hoje. Logo, se a república veio organizar o Brasil, e não esmagá-lo, a fórmula da liberdade constitucional na república, necessariamente há de ser uma fórmula cristã*”⁴⁶.

2.2. ‘Fora e acima dos partidos’ – Surge a Liga Eleitoral Católica

O ano de 1932 viria a ser marcante em razão da Revolução Constitucionalista. Imediatamente após a FUP ser fundada, iniciou-se contatos nos meios militares com vistas à preparação de um movimento armado contra o governo federal. A organização do levante ficou a cargo do general Isidoro Dias Lopes, veterano das lutas tenentistas da década anterior e comandante supremo do levantes de 1924 contra o governo de Artur Bernardes. Para Plínio Corrêa de Oliveira, o movimento armado de São Paulo apresentaria um ‘espírito legalista’, em flagrante oposição ao famoso ‘espírito revolucionário’. Em sua análise, a doutrina católica seria aquela que cercaria com maiores garantias a autoridade, contra os caprichos e desmandos da demagogia popular.

Segundo Plínio⁴⁷:

“O São Paulo moderno, cheio de progresso e de riqueza, não poderia mais intitular-se o continuador dos antigos bandeirantes, mas apenas o sepulcro suntuoso de uma tradição morta, se decaísse das tradições ordeiras de seus maiores. Mas a preocupação de respeitar as autoridades reviveu agora, com o empenho manifestado por nossas autoridades em demonstrar que, se São Paulo se ergue contra o Governo Provisório, é porque este não quer a Lei Constitucional, pela qual os paulistas estão dispostos a derramar até a última gota de seu sangue. São Paulo se ergue, portanto, contra o Governo, mas pela Lei”.

O movimento armado foi efetivamente deflagrado em 9 de julho de 1932, mas foi efetivamente derrotado pelas forças do governo federal em 2 de outubro de mesmo ano, apesar de ter contado com expressivo apoio de variados setores e grupos

⁴⁶ “A nota da Semana”, do Jornal *O Século*, de 19 de junho de 1932.

⁴⁷ Plínio Corrêa de Oliveira escreveu em 17 de julho de 1932 um artigo tratando do cenário que se iniciava com a Revolução Constitucionalista, em a “A Nota da Semana”, do Jornal *O Século*.

da sociedade paulista. Os principais líderes da FUP foram obrigados, então, a ir para o exílio.

A ‘vitoriosa derrota’ de São Paulo obriga a bruscos reajustes, tanto de São Paulo quanto do Governo Provisório. Ramos (1980) mostra que após serem vencidos militarmente, os partidos paulistas, por intermédio de ações de conciliação levadas adiante pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, voltaram a entender-se com Vargas, que lhes ofereceu, depois da derrota, um interventor civil e paulista, sob compromisso de dar apoio político ao Governo Provisório. O entendimento leva a nomeação como interventor do engenheiro Armando Sales de Oliveira⁴⁸.

A chegada do ano de 1933 seria marcada por grande movimentação de diferentes setores políticos, se remanejando e buscando garantia de representatividade na Assembléia Constituinte. Em janeiro, Plínio destacaria que acabava de surgir em São Paulo a Liga Eleitoral Católica, sendo ele o secretário da entidade no estado de São Paulo. Conforme Plínio⁴⁹, a LEC contaria com a simpatia e aprovação das autoridades

⁴⁸ Armando Sales de Oliveira (1887-1945), realizou seus estudos na capital paulista, cursando o Colégio Progresso Brasileiro e o Ginásio do Estado. Ingressou a seguir no curso de engenharia civil da Escola Politécnica de São Paulo. Com dificuldades financeiras após a morte dos pais, começou a trabalhar em 1908 na construção de trechos da estrada de ferro Mojiana, ainda durante os tempos de estudante. Concluída a faculdade, especializou-se em projetos técnicos para companhias de serviços públicos, destacando-se no cenário estadual como engenheiro e empresário. Casou-se então com Raquel de Mesquita, filha do proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita, de quem se tornaria amigo e sócio em diversos empreendimentos. Em 1927, com a morte de Júlio de Mesquita, enquanto O Estado de S. Paulo passava a ser dirigido por Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho, assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do jornal, na qual desenvolveria atividades preponderantemente financeiras, ao lado de Francisco Mesquita e Carolino da Mota e Silva. Também nessa época integrava a diretoria da Mojiana. Em 1930, filiado ao PD, Armando apoiou a Aliança Liberal de Vargas, em oposição ao PRP (que dominava a política do estado de São Paulo) e à candidatura Júlio Prestes. Todavia, após a Revolução de 1930, os membros do PD se irritam com Vargas por nomear interventores federais e não dar o poder a sua legenda. A nomeação do coronel Manuel Rabelo a interventoria de SP provocaria o recrudescimento da campanha que desde fevereiro de 1932 mobilizava os paulistas em defesa da reconstitucionalização do país e de um interventor “civil e paulista”. Armando Sales, tomou parte ativa na articulação do movimento de união das principais forças políticas do estado, encabeçadas pelo PD e o PRP, na luta por aquelas reivindicações. Esse movimento ganharia forma com a criação da Frente Única Paulista (FUP). Armando participa do esforço de mobilização da população civil durante a Revolução de 1932. Em novembro, os principais líderes constitucionalistas, civis e militares, foram deportados para Portugal, dentre eles Júlio de Mesquita Filho. Com o exílio do cunhado, Armando Sales assumiria a direção de O Estado de S. Paulo até seu retorno ao Brasil, um ano depois. Entre 1933-1934 Armando Sales será interventor em São Paulo, por nomeação de Vargas. É Governador de São Paulo entre 1935-1936, eleito por eleições indiretas (período constitucional). Em 1937 oficializa sua candidatura a presidente da república, porém com o golpe do Estado Novo, recebeu ordens de embarcar imediatamente, como exilado político, para o exterior. Tal determinação lhe foi dada pelo próprio Getúlio Vargas em telegrama enviado por intermédio do general Góis Monteiro. Ao retornar no início de 1945 ao Brasil, participa das primeiras mobilizações de formação da UDN, porém morre em 17 de maio de 1945. (partes da trajetória de vida de Armando Sales de Oliveira – DHBB - CPDOC-FGV)

⁴⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado em 15 de janeiro de 1933, intitulado: Liga Eleitoral Católica – A postos! - Jornal *O Legionário*, nº111.

eclesiásticas e desenvolveria uma atitude rigorosa em conformidade às diretrizes da Santa Sé.

Viria a ser destacado por Plínio, que a LEC era a única organização aprovada pelas autoridades eclesiásticas, nos termos da Circular da Cúria Metropolitana de 12 de novembro de 1932, publicada nos jornais da capital paulista. Também era destacado por Plínio Corrêa de Oliveira que:

“Outrossim, a Liga faz ciente que, até o momento de se manifestar por estes ou aqueles candidatos à Constituinte, mantém a mais absoluta neutralidade em relação a todos os partidos atualmente existentes, ainda que em seu programa incluam alguns deles cláusulas favoráveis ao programa dos católicos. (...) Mas, aos membros das Juntas locais (da Liga), a LEC não permite o ingresso em partidos políticos, pois eles devem ser os dirigentes do seu eleitorado e, se entrassem para outra agremiação eleitoral, poderiam desviar em benefício desta, e prejuízo da Liga, a sua atividade”⁵⁰.

E Plínio fazia questão em frisar que a Liga Eleitoral Católica não era um partido político. Ela congregaria todos os católicos, deste ou daquele partido para, unidos, poderem constituir uma força capaz de preservar o patrimônio moral do Catolicismo brasileiro.

Seria Plínio Corrêa de Oliveira um dos paulistas que se candidataria a deputado Constituinte, pela LEC no ano de 1933. A ‘Chapa Única por São Paulo Unido’, conforme Ramos, foi apresentada e elaborada por José Carlos de Macedo Soares, em nome das classes “conservadoras” de São Paulo. As principais lideranças paulistas, tanto do Partido Republicano Paulista (PRP) quanto do Partido Democrático (PD), encontravam-se no exílio, mas os dois partidos não haviam sido impedidos de funcionar legalmente. Os dois decidiram então somar suas forças e constituir uma relação de 22 candidatos, saídos de ambas as fileiras, que deveriam concorrer às eleições para Constituinte na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido. Macedo Soares, na sua condição de mediador, encaminhou os nomes escolhidos à apreciação prévia de Getúlio Vargas (RAMOS, 1980).

Dos 22 deputados indicados pela Chapa Única por São Paulo Unido – composta de perrepiristas, democráticos, elementos católicos não-identificados partidariamente e membros da Federação dos voluntários - 17 acabaram sendo eleitos⁵¹.

⁵⁰ Plínio Corrêa de Oliveira escreve este artigo em 29 de janeiro de 1933, na edição 112 do Jornal *O Legionário*, O artigo se chama: Definindo situações – A Liga Eleitoral Católica e os Partidos.

⁵¹ Os 17 deputados eleitos pela Chapa Única, proclamados a 21 de junho de 1933, pelo presidente do

Os outros 5 candidatos eleitos se distribuíam entre o Partido Socialista (3) e o Partido da Lavoura (2)⁵². Os integralistas foram deliberadamente rechaçados pelos eleitores.

Antecedendo as eleições de 1933, Plínio Corrêa de Oliveira concedeu duas entrevistas a *Folha da Manhã*. Como secretário da LEC em São Paulo e como um dos candidatos a deputado constituinte ele destacava:

“Estamos satisfeitiíssimos com o sucesso que vai alcançando a nossa iniciativa. E, não só na Capital, como nas demais cidades paulistas, o seu êxito, pode-se dizer, é, desde já, completo. A fim de facilitar os nossos trabalhos, subdividimos o interior do Estado em várias zonas, cada qual com a sua sede localizada na cidade principal da região. Isso facilitou imenso, a irradiação rápida da ação da Liga, por todo o nosso hinterland (interior). Contribuiu ainda como fator preponderante da rapidez dessa irradiação, o concurso que nos tem sido prestado pelas associações católicas, disseminadas por todo São Paulo. Instituições essas de que, conforme o Anuário da Cúria Metropolitana fazem parte 129.000 pessoas. Dizendo melhor, a Liga limitou-se aos serviços de sua mobilização, concitando-os, depois, a promover a propaganda e o alistamento eleitoral”⁵³.

Já em abril, Plínio concluía que a Chapa Única, por sua constituição eclética, permitiria a defesa do estado de São Paulo, com eficiência verdadeiramente notável, quer na parte política, quer na intelectual, na espiritual e na financeira. Em suas palavras: “*Paulistas natos, paulistas por convicção, paulistas por ideal, paulistas de coração, que somos todos nós, saberemos envidar o máximo de nossos esforços, em prol da defesa dos interesses e dos direitos do povo paulista, de São Paulo*”⁵⁴.

Com a proclamação dos deputados eleitos, que ocorreu em 21 de junho de 1933, Plínio foi o candidato mais votado no estado de São Paulo e o mais jovem integrante da Assembléia. Assumindo o mandato em novembro de 1933, participou da ação da LEC, que teve os três pontos mínimos de seu programa aceitos por mais de 2/3

Tribunal Regional de São Paulo - Afonso José de Carvalho - foram: Plínio Corrêa de Oliveira, Alcântara Machado (PRP), Teotônio Monteiro de Barros, José Carlos de Macedo Soares, Oscar Rodrigues Alves, Barros Penteadado, Valdomiro Silveira, João Domingos Sampaio (PRP), Moraes Andrade (PD), Almeida Camargo, Alberto Whately (PRP), Vergueiro César (PRP), Jorge Americano (PRP), Manuel Hipólito do Rego (PRP), José Ulpiano, Cincinato Braga (PRP), e Carlota Pereira de Queirós. (RAMOS, 1980, p.160)

⁵² Os três deputados eleitos pelo Partido Socialista foram Francisco Gilraldez Filho, Zoroastro Gouveia e Guaracy Silveira. Os dois deputados eleitos pelo Partido da Lavoura foram Teodolindo Castiglione e Celso Vieira (RAMOS, 1980, p.160).

⁵³ Entrevista concedida a *Folha da Manhã* em 9 de fevereiro de 1933. Título da reportagem: São Paulo mobiliza-se, espontânea e rapidamente, para as lutas eleitorais. A ação da Liga Eleitoral Católica na capital e no interior do estado. Suas finalidades, no momento político nacional.

⁵⁴ Entrevista concedida para o jornal *Folha da Manhã* do dia 13 de abril de 1933. Reportagem intitulada: A CHAPA-ÚNICA CONSAGRADA PELA OPINIÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO. A palavra de diversos candidatos em torno das diretrizes da Constituinte. O que declarou o Dr. Plínio Corrêa de Oliveira.

dos constituintes e incorporados à Constituição. Eram eles o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso, a instrução religiosa obrigatória nas escolas e a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos hospitais⁵⁵.

Segundo Joseph Love (1982) - em seu estudo sobre segmentos das elites políticas brasileiras em perspectivas comparadas - a elite paulista era quase que exclusivamente composta de homens. Sendo a raça questão delicada para a elite do período, e a condição de branco era assumida ou atribuída na imensa maioria dos casos. De maneira que a vasta maioria era certamente composta por católicos romanos por educação e por tradição familiar. Sendo que entre os poucos não-católicos na elite paulista (incluindo ateus), não figuraria nenhum protestante.

Plínio Corrêa de Oliveira, depois de proclamado deputado constituinte – em pleito que ocorreu em 3 de maio de 1933 - refletindo sobre o início do Processo Constituinte, que se daria em novembro - acreditava, a partir de suas previsões, que o catolicismo que era fiel ao programa traçado por Leão XIII e seguido pela Liga Eleitoral Católica não se poderia reduzir a nenhum dos grupos políticos representados na Assembléia Constituinte. Segundo ele, os liberais contariam com a maioria numérica de representantes, mas esta corrente apresentaria uma timidez em defender de forma efetiva sua própria ideologia. Plínio concluía que poucos seriam os liberais ortodoxos dispostos a sustentar em todas as suas conseqüências os princípios de 1789.

Um grande número de liberais, de acordo com Plínio, se inclinaria para o socialismo, que ofereceria às suas tendências igualitárias um derivativo cômodo. Outros liberais, impressionados com as últimas e fortes críticas contra as teses liberais, fariam concessões às correntes da direita, dispostos a pactuar com algumas reformas moderadas, contanto que continuassem intactos os valores da liberdade, igualdade e fraternidade. Plínio qualificava as tendências liberais como de ‘centro’ naquele contexto, enxergando os extremos ardorosos e combativos do período no “espírito revolucionário”⁵⁶ e no “espírito reacionário”⁵⁷.

⁵⁵ Verbete sobre Plínio Corrêa de Oliveira disponibilizado no DHBB - CPDOC/FGV.

⁵⁶ Para Plínio Corrêa de Oliveira, o ‘espírito revolucionário’, seria entendido como as correntes da extrema-esquerda, que teriam certamente sua representação ao lado dos ‘demolidores de todos os matizes’, enviados pelas minorias de alguns Estados, incluindo os deputados socialistas eleitos em São Paulo. Este grupo procuraria perturbar os trabalhos, criar casos e forjar incidentes, impressionando pelo barulho, uma vez que não poderiam impressionar pela força do número ou dos argumentos. Tudo indicaria que a influência deste grupo apenas se tornaria ponderável se, em algumas de suas exigências, encontrassem a “indefectível benevolência dos liberais *lato sensu*”.

Assim sendo, segundo Plínio, os católicos deveriam ora apoiar os liberais (entendida a palavra com as restrições impostas pelo espírito católico), ora os “reacionários”, desde que uns e outros prometessem seu apoio aos postulados católicos. Desta maneira, a LEC saberia manter uma linha de superior neutralidade, em matéria temporal, que seria uma diretriz determinada pela autoridade da própria Igreja⁵⁸.

2.3. Assembléia Constituinte – Plínio e a defesa das reivindicações mínimas da LEC

A três dias do início da reunião de abertura dos trabalhos da Assembléia Constituinte, Plínio Corrêa de Oliveira escrevia artigo⁵⁹ onde destacava que o “governo provisório” buscaria por meio de um esforço supremo a defesa de sua orientação doutrinária, tentando cristalizá-lo nos artigos do anteprojeto da Constituição. Conforme Plínio, as características do governo provisório de Vargas fluuavam de modo ‘incessante entre o Catolicismo e o Socialismo’. Ao analisar os altos cargos administrativos do governo provisório de Vargas, Plínio destacava:

“Na distribuição dos altos cargos administrativos, não foi outro o seu critério. Ora confiava as mais importantes tarefas a elementos mais ou menos da “direita”, apaixonados da disciplina social e freqüentemente simpáticos ao Catolicismo, ora introduzia habilmente, em outros cargos, alguns agitadores impenitentes, capazes de imprimir à sua atividade os rumos mais inquietantes. Ora combatia o liberalismo, servindo-se das armas da sociologia católica. Ora fazia socialismo do mais extremado, flertando a esquerda com a mesma *insouciance* (despreocupação) sorridente com que, há pouco, se aproximara da direita”.

Em dezembro de 1933, Plínio mostrava estar confiante na atuação da Liga Eleitoral Católica em meio ao primeiro mês de trabalhos da Assembléia

⁵⁷ Já o ‘espírito reacionário’, assim chamado por Plínio para acentuar sua oposição ao “espírito revolucionário”, constaria principalmente de elementos eleitos pelo norte, e que encontrariam sua expressão mais característica nos monarquistas integrais, desejosos de opor ao comunismo (que seria o “espírito de revolução levado até os seus últimos desdobramentos”) o patrianovismo, isto é, o princípio da autoridade adotado em todos os terrenos.

⁵⁸ A análise de Plínio sobre os grupos políticos que viriam a serem representados na Assembléia Constituinte foi escrita em artigo chamado: Previsões - publicado em 3 de setembro de 1933 no Jornal *O Legionário*, edição nº127.

⁵⁹ Artigo publicado no Jornal *O Legionário* de 12 de novembro de 1933, edição 132 – título: Como sempre. Merece ser destacado que faltando três dias para o início da reunião de abertura da Assembléia Constituinte (12-11-33), Plínio Corrêa de Oliveira era homenageado pelos membros do Jornal *O Legionário*. Tal homenagem e os votos de sucesso em sua atuação na Constituinte podem ser vistas no ANEXO 5 desta dissertação.

Constituinte. Destacava a relevância da Liga Eleitoral Católica do Rio de Janeiro na coordenação dos esforços dos elementos católicos na Constituinte. O destaque era dado a figura central de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). De acordo com Plínio, o prestígio de Tristão de Athayde era conquistado junto a todos os representantes católicos do povo brasileiro.

Plínio recorre a uma reflexão de São Francisco de Sales, que se referia a ‘certo lago italiano, que jamais transbordava a despeito das mais violentas tempestades, porque os rochedos que o marginavam cresciam com as ondas levantadas pelo vento’; e concluía:

“É assim também Tristão de Athayde, que cresce em atividade à medida que as dificuldades se avolumam, conseguindo, hoje em dia, acumular as múltiplas funções de diretor de uma importante sociedade de fiação, do homem de estudos constantemente a par das últimas novidades bibliográficas, de crítico e jornalista, de diretor da “Ordem”, de Presidente do Centro Dom Vital e, atualmente, de líder católico da Constituinte”⁶⁰.

A partir da análise da intelectualidade da década de 1930, o sociólogo Guerreiro Ramos destacava que a mesma, por sua determinação social, como em todos os períodos de nossa história, seria constituída por indivíduos incluídos na estrutura social estabelecida, seja por identificação, seja por acomodação. Em outras palavras, na década de 1930, significativa parcela da inteligência brasileira se colocava como excluída da estrutura social estabelecida, ou em frontal antagonismo com ela.

Em sua abordagem sobre a análise da intelectualidade da década de 1930, Guerreiro Ramos cria um espectro das posições destes grupos entre dois pólos: o da “hipercorreção”⁶¹ e o do “pragmatismo crítico”⁶². Nem sempre é possível identificar os integrantes da inteligência nacional claramente como representativos de um ou outro pólo do espectro.

Guerreiro Ramos constata que:

⁶⁰ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 24 de dezembro de 1933. Título: As Emendas Católicas - Jornal *O Legionário*, edição nº135.

⁶¹ Hipercorreção é a característica do posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação ambivalente com o elemento nacional, tendem a atribuir a ideais e teorias importadas eficácia direta na configuração de comportamentos sociais, assim negligenciando os seus condicionamentos contextuais (Ramos, 1982, p. 533).

⁶² O pragmatismo crítico caracteriza o posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação positiva com o elemento nacional e de sua sensibilidade às condições contextuais típicas do meio em que vivem, tendem mais a se servir das idéias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata (Ramos, 1982, p.533). Alguns exemplos de pragmáticos críticos poderiam ser indivíduos como: Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Irineu Evangelista de Souza (visconde de Mauá), Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, e Oliveira Vianna.

“Tanto hipercorretos como pragmáticos críticos são largamente consumidores de cultura importada. O que os distingue é o seu posicionamento em face da cultura produzida nos centros da história cosmopolita. Os hipercorretos tendem a aceitá-la como súmula de paradigmas de ação. Os pragmáticos utilizam-na como elemento subsidiário para qualificar o empreendimento formativo da sociedade brasileira, do qual se vêem como mandatários” (RAMOS, 1982, p.533)

Dentro deste espectro construído por Guerreiro Ramos, existiria uma particular modalidade de hipercorretos, que seriam os intelectuais católicos. Estes intelectuais estariam alinhados com o pensamento de Jackson de Figueiredo e Hamilton Nogueira, que ganha espaço e força durante a década de 1920.

Boa parte destes intelectuais católicos são *bonaldianos*⁶³, apresentando uma interpretação conservadora da doutrina cristã. Doutrinários por excelência, em suas obras existem escassas contribuições ao entendimento concreto dos problemas das décadas de 1920 e 1930. Assim, apresentar-se-iam como defensores da legalidade a todo preço, de mal definida “ordem”, bem como da imprecisa tradição brasileira. Suas propostas reformistas da época referem-se a medidas sobre a família, o ensino, os costumes, o corporativismo, o combate ao comunismo, a recristianização do país. Considerando as revoluções políticas como fatores de desagregação social, tiveram nula participação nos movimentos insurrecionais dos anos 20 e 30, que por princípio, tenderam a condenar (RAMOS, 1982).

Podem ser destacados como membros desta corrente: D. Sebastião Leme, Alceu Amoroso Lima, padre Hélder Câmara, *Plínio Corrêa de Oliveira*, Sobral Pinto, Jonathas Serrano, Alcebíades Delamare, Sebastião Pagano, Perilo Gomes, Tenente Severino Sombra, Oscar Mendes, Luís Delegado, dentre outros neste período.

Se recorrermos à análise de Sérgio Buarque de Holanda, no Brasil será precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza no campo da religião católica. Isso fazia com que o nosso culto fosse sem obrigação e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que dispensava no fiel todo esforço, toda tirania sobre si mesmo, o que corromperia,

⁶³ Visconde Luís de Bonald (1754-1840), autor da *Teoria do poder político e religioso na sociedade demonstrada pelo raciocínio e pela história* (1796), se inscreve na linhagem anti-revolucionária e anti-individualista. O visconde não apenas considera evidente a fundação religiosa das sociedades humanas, mas pensa, sobretudo que ao procurar libertar-se de toda coerção para construir uma nova sociedade, os revolucionários esquecem que a sociedade tem a primazia sobre o indivíduo. O indivíduo só existe por estar firmemente inserido em uma rede complexa (grupos profissionais, família, nação) que lhe dá o existir como ser social (Lallement, 2008, p.65).

pela base, a construção de nosso sentimento religioso. Também merece ser ressaltado fatos significativos que, ao tempo da questão eclesiástica, no Império, levou a uma luta furiosa, que durante longo tempo abalou o país, tendo se iniciado principalmente porque Dom Vital de Oliveira se obstinava em não abandonar seu “excesso de zelo” (praticar a fé católica de fato) (HOLANDA, 1995).

Conforme define Holanda:

“A uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse a produzir qualquer moral social poderosa. Religiosidade que se perdia e se confundia num mundo sem forma e que, por isso mesmo, não tinha forças para lhe impor sua ordem. Assim, nenhuma elaboração política seria possível senão fora dela, fora de um culto que só apelava para os sentimentos e os sentidos e quase nunca para a razão e a vontade”. (HOLANDA, 1995, p.150)

Portanto, não nos causaria surpresa e espanto que a república brasileira tenha sido feita ora pelos positivistas, ou agnósticos, e nossa Independência fosse obra de maçons, assim como períodos de nossa monarquia fossem marcadamente influenciada pelos maçons. O catolicismo viveu em meio ao “regalismo” do segundo reinado.

O ano de 1934 se iniciaria com a Assembléia Constituinte em atividade e Plínio Corrêa de Oliveira fazendo críticas severas ao sistema político/partidário brasileiro. Plínio recorria às reflexões de Oliveira Vianna⁶⁴ pra dizer que desde a monarquia, a competição entre liberais e conservadores não passaria de uma grande farsa. Os liberais demagogicamente combateriam as reformas dos conservadores e, na

⁶⁴ Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) nasce em Saquarema - RJ, filho do fazendeiro e coronel da Guarda Nacional Francisco José de Castro Vianna e de Balbina de Oliveira Vianna. Forma-se em direito em 1905 na Faculdade Nacional de Direito. Nos anos 1920 foi diretor da Carteira Comercial e Financeira do Instituto de Fomento e Economia Agrícola do Estado do Rio. Ainda nessa década, em 1924, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1932, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, passou a integrar as comissões técnicas do Ministério do Trabalho, criado no ano anterior sob a chefia de Lindolfo Collor, com a função de elaborar e sistematizar a legislação social e trabalhista brasileira, da qual foi o principal mentor. Permaneceu como consultor jurídico e “assessor técnico em economia social” do Ministério do Trabalho até 1940. Nesse período, em 1937, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Nomeado ministro do Tribunal de Contas da União em 1940, exerceria esse cargo até sua morte em 1951. Residiu por toda a vida na cidade de Niterói (RJ) e não se casou. Preservou a fazenda herdada de seu pai, orgulhando-se de sua condição de fazendeiro. Era católico praticante e legionário do Sagrado Coração de Jesus. Para Vianna, o intervencionismo estatal seria uma imposição da era contemporânea. (trechos da trajetória de vida de Oliveira Vianna, DHBB - CPDOC-FGV)

essência, quando subiam ao poder, eram os seus grandes defensores, pelas indiscutíveis vantagens que lhes proporcionavam e vice-versa. Enfim, entre ambos os partidos, só o personalismo dos chefes servia de limite, porque um e outro participavam da “mesmíssima mentalidade parlamentarista e democrática do tempo”. Após esta reflexão, Plínio fazia sua análise sobre o momento presente pelo qual passava o país, dizendo:

“De fato, qual tem sido, até hoje, a característica principal dos métodos políticos de nossa terra senão o personalismo mais primitivo e feroz, e uma ausência completa de idéias e programas? Tudo quanto, durante o Império ou a República, tem aparecido por aí, com os rótulos de federalismo, civilismo, voto secreto, (...) são aspirações vagas, imprecisas, mal coordenadas, que os políticos exploram a seu favor, sem um corpo de doutrina, um programa dentro do qual se encaixem e se justifiquem. Em última análise, todas as lutas políticas, em nosso País, se resumem na conquista do Poder pelo Poder, ou melhor, pelas vantagens do Poder... Faz-se uma propaganda eleitoral, faz-se uma revolução, e ao cabo de uma ou de outra, vença ou não vença, a situação é a mesma... [...] Durante muito tempo, em São Paulo, não foi outra a razão da dissidência entre o PRP [Partido Republicano Paulista] e o Partido Democrático. Procurar programas diversos que justificassem a dualidade de partidos era inútil, pois não os havia. E a própria Revolução de 1930, embora tivesse provocado o surto de muitas ideologias políticas na nossa terra, foi, contudo uma revolução sem programa, e que até aos próprios propósitos de regenerar os costumes políticos desvirtuados pelos “carcomidos” chegou a trair...”⁶⁵

Após estas críticas ao sistema político/partidário do período, Plínio concluía que a Liga Eleitoral Católica “*dentre as grandes forças políticas do momento, agiria no campo restrito das reivindicações sociais da Igreja, e apresentaria uma notável exceção aos hábitos reiterados da nossa política indigna*”; e em nova referência a Oliveira Vianna, dizia:

“O mesmo Oliveira Vianna, a quem já nos referimos, conta que um biógrafo de Hamilton observa que os verdadeiros estadistas praticam a política de colméia, procurando tudo subordinar ao interesse coletivo, enquanto os falsos “políticos” praticam a política da abelha, na qual tudo se subordina ao interesse individual. [...] Destes “políticos” temos tido; mas estadistas realmente não”.

Oliveira Vianna, segundo a análise de Guerreiro Ramos, se enquadraria no pólo dos ‘pragmáticos críticos’ deste contexto da década de 1920/30. Segundo esta análise de Ramos, Vianna buscaria seu posicionamento por força de sua identificação positiva com o elemento nacional e de sua sensibilidade às condições contextuais típicas

⁶⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Política de Abelha – Jornal *O Legionário*, de 4 de fevereiro de 1934, edição nº138.

do meio em que vivia, tendendo mais a se servir das idéias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata. Para José Murilo de Carvalho, Em *O Ocaso do Império* (obra de Oliveira Vianna mencionada na reflexão de Plínio Corrêa de Oliveira anteriormente), Vianna não mencionaria à Questão Religiosa e a sua contribuição para o desgaste do regime. Aliás, segundo Carvalho, o papel da Igreja é também praticamente ignorado em *Populações Meridionais do Brasil*. As formas de solidariedade aí discutidas se limitariam às que foram criadas pelo latifúndio. Nada é dito sobre a solidariedade religiosa, como a que se dava nas irmandades, muito mais igualitárias do que a dos clãs familiares. Carvalho diz não encontrar explicação para tal atitude de Oliveira Vianna, que se tornaria ainda mais estranha se levássemos em conta que ele seguia os métodos de Le Play, autor envolvido em movimento católico⁶⁶.

Voltando a Plínio Corrêa de Oliveira - na arena de atuação da Assembléia Constituinte - sua nova crítica era voltada para a tentativa de aprovação de uma constituição sintética, levada a cabo pela “comissão dos 26”⁶⁷. Esta “comissão dos 26” ficaria incumbida de aprovar uma constituição sintética, que viria a ser súmula dos princípios essenciais da organização do Estado. Aprovada essa súmula pelo plenário da Constituinte, esta procederia à eleição do Presidente da República. Só depois de concluídas essas tarefas é que passaria à elaboração de chamadas “leis orgânicas”, que completariam a Constituição, sem dela fazer parte, no entanto. A LEC entendeu este mecanismo levado adiante pela “comissão dos 26” como uma manobra com o intuito de excluir por meio da constituição sintética as teses católicas, que poderiam passar a ser reputadas como matéria inconstitucional. A decisão da LEC foi não votar por esta possível constituição sintética, pois ela não apresentaria todos os itens católicos fundamentais⁶⁸.

⁶⁶ Introdução da obra de Oliveira Vianna - *O ocaso do Império* - feita por José Murilo de Carvalho, publicada em 2006 pela ABL (Academia Brasileira de Letras), como parte da Coleção Afrânio Peixoto. Página XIX.

⁶⁷ Em 16 de novembro de 1933, após a instalação da Constituinte, esta recebeu oficialmente o anteprojeto constitucional (do Itamarati) e foi formada a Comissão Constitucional, composta de 26 membros, conhecida como Comissão dos 26: um de cada estado da Federação (num total de 20), um do Distrito Federal, um do então Território do Acre e quatro representantes das categorias profissionais. Assumiu a presidência desta Comissão Carlos Maximiliano (do PRL Gaúcho e ex-membro da Subcomissão do Itamarati), a vice-presidência Levy Fernandes Carneiro (jurista e deputado classista dos profissionais liberais) e como Relator-geral Raul Fernandes (do PPR – Partido Popular Radical) (Torrezan, 2009, p.133)

⁶⁸ Seriam os itens católicos fundamentais: ensino religioso nas escolas; indissolubilidade do vínculo conjugal; atribuição de efeitos civis ao casamento religioso; assistência religiosa às classes armadas, hospitais, prisões etc. A crítica de Plínio Corrêa de Oliveira a “comissão dos 26” foi escrita em artigo chamado ‘*on ne passe pas...*’ no Jornal *O Legionário* de 4 de fevereiro de 1934, edição nº138/2.

Plínio destacava que tal comissão estava centralizando muito poder a partir do processo de construção do substitutivo ao anteprojeto do Governo Provisório. Ele destacava que a comissão buscou suprimir o capítulo *Da Religião*, que o anteprojeto do Governo Provisório trazia. A matéria do capítulo foi distribuída por diversos outros capítulos, e nesta distribuição dar-se-ia a “escamoteação das teses católicas”. O divórcio seria proibido por um “dispositivo ambíguo”. O ensino religioso só seria ministrado por pessoas estranhas ao magistério oficial e “sem prejuízo do horário escolar”. A assistência religiosa aos quartéis ficaria proibida, sendo apenas tolerada nas expedições militares, “quando se fizesse sentir sua necessidade”. Para Plínio, esta seria uma ‘fórmula mal intencionada do anteprojeto’, cuja dubiedade o substitutivo conservaria ‘carinhosamente’, em lugar de corrigir. Plínio fazia questão de frisar que o papel de Levy Carneiro como vice-presidente da Comissão era importante – devido à “impecável correção com que ele procedia para com os católicos” - diferentemente da postura de Carlos Maximiliano, presidente da Comissão, que apresentaria “espírito ferrenhamente anti-católico”⁶⁹.

A perspectiva que Plínio sempre defendeu era enraizada em um catolicismo tradicional e antiliberal, entretanto, em via de assistir uma ascensão das teses marxistas na estrutura social do país, ele passa a fazer um discurso que busca se enquadrar em novas linhas de ação no plano ideológico/econômico. Segundo ele, “preceituavam os marxistas que todos os fatos sociais, todo progresso e toda decadência, tudo que girava em torno da religião, da moral, da filosofia, do direito, da ciência e da arte, tudo, enfim, seria consequência exclusiva dos fatores econômicos”. Na sua visão, o homem em sua integridade teria que viver tanto com o “espírito” como com a “matéria”. Deste modo, seria uma utopia querer o homem ser tão somente espírito, e um aviltamento viver o mesmo apenas da matéria. Para Plínio, a economia:

“Portanto, a economia, que se relaciona com o lado material da vida, é uma grande parcela. Mas... PARCELA. Na complexidade da vida humana, outras parcelas há que, reunidas à economia, vão formar a grande soma de valores. Na harmonia e fusão desses elementos está o VALOR de um povo”.

Plínio constataria que o triunfo da matéria sobre o espírito levaria a subtração dos valores humanos: “*da religião, da família e da propriedade*”. O marxismo

⁶⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Na “hora H” – publicado no Jornal *O Legionário* de 4 de março de 1934 – edição nº140.

‘calcariá aos pés toda dignidade humana’ – “pregaria a luta das classes”; “o ódio ao superior”; “a revolta”; “e a felicidade efêmera no gozo da matéria”. A base para combater o marxismo estaria no cristianismo. Nas palavras de Plínio:

“(...) o Cristianismo, que é o amor organizado, ensina aos poderosos a justiça para com os direitos dos humildes; a caridade para socorrê-los nas suas horas difíceis; (...) ensina aos inferiores o respeito aos superiores; a alegria dentro de sua própria condição; a aspiração de elevar-se por merecimento real; (...) o Cristianismo semeia a paz na harmonia das classes e no concerto admirável resultante do domínio das paixões egoísticas e vis; (...) o Cristianismo acena para o Alto e promete uma felicidade eterna depois da prova desta vida...”⁷⁰

Podemos encontrar no discurso de Plínio Corrêa de Oliveira a defesa do caráter divino da propriedade (considerado um valor humano), e a defesa do merecimento real (mérito) dentro da estrutura social; estrutura esta que preferencialmente deveria apresentar uma harmonia entre as classes dentro das desigualdades/diferenças existentes. Um discurso que se assemelha ao da bandeira liberal na questão sócio-econômica.

Entretanto, Plínio fazia questão de salientar que para se desenvolver uma campanha de idéias e princípios católicos seria necessário:

“Para isso é preciso, em primeiro lugar, lutar pelas reivindicações religiosas, em defesa da família, da educação e da Igreja. E, em segundo lugar, destruir os falsos ídolos e os dogmas do democratismo liberal, como sejam a soberania absoluta do povo e o sufrágio universal, a autonomia do indivíduo e o abuso das liberdades, as prevenções contra um Estado forte realmente capaz de assegurar a ordem social, etc”⁷¹.

O liberalismo, como uma concepção de Estado limitado, acredita que o poder do Estado não pode ser exercido em todos os campos, existindo esferas sujeitas à deliberação individual (economia, vida privada). A perspectiva liberal busca aceitar a diversidade e conflito como fontes de inovação, da mudança, do progresso. A igualdade do liberalismo é a de regras igualmente aplicáveis a todos, não a que procure situação de igualdade ao fim do processo.

⁷⁰ O artigo de Plínio Corrêa de Oliveira que ‘trata das teses marxistas’, ‘trata do espírito e da matéria’, ‘perpassa pelo tema da economia’, e chega à definição do que seria o ‘cristianismo’ chama-se: Subtração de valores - e foi publicado no Jornal *O Legionário* de 15 de abril de 1934, edição nº143.

⁷¹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira chamado: *Au dessus de la mêlée...* [acima da refrega] - publicado no Jornal *O Legionário* de 29 de abril de 1934, edição nº 144.

Já a democracia, é um regime político com base na soberania popular e no direito universal à participação política, garantida por um conjunto de regras, em geral inscritas na Constituição. Caracteriza-se, desde a antiguidade, pela atribuição de poder à maioria; seria o governo de muitos, em oposição ao governo de poucos e/ou de apenas um. Deste modo, o liberalismo busca limitar o poder, enquanto a democracia se encarrega de distribuir este poder entre os diferentes grupos da sociedade civil.

O projeto liberal promove o exercício do poder tendo como base a regulação por normas gerais (Constituição), incorporando neste conjunto de normas, as garantias aos direitos considerados fundamentais – logo, a presença de mecanismos efetivos de controle do poder tornam-se vitais, ao mesmo tempo em que a redução da ação do estado se torne a mínima indispensável. Este estado mínimo (liberal) fará com que em certas esferas (religião, economia, costumes, política, estilos de vida) ocorra a emancipação do indivíduo frente ao poder. Historicamente (tendo como parâmetro a Europa, e algumas personalidades brasileiras) teríamos diferentes ramificações de liberais ao fim do século XIX e início do Século XX: os liberais radicais, que aceitam a democracia; e os liberais conservadores, contrários ao sufrágio universal (desconfiam do voto popular).

Entretanto, na realidade brasileira, o liberalismo teve suas próprias peculiaridades. Segundo Holanda:

“Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”. (HOLANDA, 1995, p.160)

Plínio Corrêa de Oliveira demonstra uma maior ‘afinidade’ neste cenário com o ‘liberalismo democrático’ [apesar de suas críticas] como a via mais apropriada para dar amparo às ameaças socialistas e comunistas em evidência. Assim, Plínio se enquadraria em uma ramificação conservadora que defende indiretamente este

liberalismo *sui generis* nacional, que surge e se forma em meio às raízes patrimonialistas de nossa estrutura social⁷².

O primeiro triunfo da Liga Eleitoral Católica se efetivaria em maio de 1934. Iniciada a votação do projeto constitucional, a emenda do preâmbulo da Constituição, invocando o nome de Deus, foi a primeira a ser aprovada pela diferença de cento e onze votos. 168 deputados decidiram, contra 57, a invocação do nome de Deus na Constituição⁷³.

Segundo Plínio:

“Um triunfo tão esmagador, em torno de um ponto que nem sequer fazia parte do “programa mínimo” da Liga Eleitoral Católica, é quase o indício seguro de que as demais reivindicações dos deputados católicos na Assembléia serão vitoriosas”.

A Liga Eleitoral Católica, nos *Annaes da Assembléa Constituinte*, justificava a relevância da invocação de Deus na Constituição, junto com mais nove reivindicações – chamadas de “decálogo de ação imediata”⁷⁴.

Ao se dirigir a invocação de Deus na Constituição, a justificativa dada pela LEC era a de que Deus é o princípio e o fim da vida individual e social. Sendo que o homem, a par de uma finalidade temporal efêmera, tem seu destino fixado numa vida sobrenatural, que não comporta termo. A religião seria uma atividade pública e uma verdade. Portanto, a invocação de Deus na Constituição seria a subordinação preliminar do homem a Deus, do relativo ao absoluto, do imperfeito ao perfeito. Seria uma forma

⁷² Sobre o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira com relação ao integralismo, tratarei mais adiante, ainda neste capítulo.

⁷³ Artigo: O primeiro triunfo - de autoria de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 13 de maio de 1934 – *Jornal O Legionário*, edição nº145.

⁷⁴ O decálogo de ação imediata era composto das seguintes reivindicações: 1º) Promulgação da Constituição em nome de Deus; 2º) Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência as famílias numerosas e reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso; 3º) Incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, dos Estados e dos Municípios; 4º) Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc; 5º) Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; 6º) Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistências espirituais às forças armadas e às população civis, como equivalente ao serviço militar; 7º) Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social, e nos princípios da ordem cristã; 8º) Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; 9º) Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; 10º) Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. In: *Annaes da Assembléa Constituinte 1933/1934*, Volume 4, 1935, p. 319-320.

de garantia de paz social, acompanhada pela proteção de Deus, que seria a fonte de razão e justiça⁷⁵.

Em junho de 1934, Plínio destacava que a Constituinte acabava de aprovar as emendas católicas. A emenda final, que se encontrava no art. 171 tinha sido aprovada. Para Plínio, era o momento no qual ele “tirava das costas a cruz pesada que se transformava nas mãos dos deputados católicos, em palma de vitória”.

De acordo com Plínio Corrêa de Oliveira:

“... o Brasil se reergue de seus escombros como nova fênix, tirando do seio de seus filhos uma Constituinte sensata e laboriosa que, entre trovoadas de conspiratas militares que roncavam surdamente no horizonte e a incompreensão de um povo mal informado por uma imprensa incontentável, elaborou um pacto constitucional que se não é uma obra prima de alfaiataria jurídica, como o de 91, é ao menos uma roupa de caboclo decente, que veste muito melhor nosso corpo caipira do que um *frack* londrino, que nos daria quando muito um ar de camelô, e nunca a *allure* [as maneiras, o porte] de um *gentleman*”⁷⁶.

Segundo ele, se a Constituição de 1891 ‘tinha sido elegante na forma, ela teria sido um fracasso no fundo’. Teria sido coerente no seu “liberal laicismo”, que até o fim teria seguido este caminho doutrinário, fechando, para isto, “os olhos ao Brasil”. Já a Constituição de 1934 seria, em suas palavras, um “crepúsculo”.

Para Faoro, a Carta de 1891 seria:

“para os críticos, visto que não exerce comando normativo, apenas uma importação extravagante, cópia servil incapaz de vestir o país novo e estuante de vida. Os pseudo-realistas, certos de que nada se alcança das leis e das idéias políticas, vêm nos teóricos que construíram o esboço republicano, meros importadores de fórmulas vazias, de índole francesa, inglesa ou norte-americana, contaminados de "marginalismo". (...) No esforço de modernização, que cobre o Império e desperta o entusiasmo dos construtores da República, procura-se ajustar o país aos modelos importados, sustentados pelo livro estrangeiro”. (FAORO, 2001, p.561-562)

2.4. Promulgada a Constituição de 1934 – A fase de ‘crepúsculo’ em meio às tormentas extremistas

Em 16 de julho de 1934 era promulgada a nova Constituição Brasileira. A LEC atingia seus objetivos na Assembléia Constituinte. Eram eles:

⁷⁵ Annaes da Assembléa Constituinte 1933/1934 – Volume 4, 1935, p. 320-321.

⁷⁶ Plínio Corrêa de Oliveira escreveria este excerto no artigo: O primeiro marco - publicado em 10 de junho de 1934 no Jornal *O Legionário*, edição nº147.

“a indissolubilidade do vínculo conjugal, o ensino religioso livre nas escolas públicas e a assistência religiosa facultativa às forças armadas – como também de outros pontos constantes do programa máximo da LEC: o direito de voto aos religiosos, o reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso, o direito ao descanso dominical, a faculdade de o clero prestar o serviço militar obrigatório na condição de capelães das tropas” (MACHADO, 1980, p.416).

Além disso, *a invocação de Deus na Constituição*, conforme citado anteriormente.

A promulgação da nova Carta Magna de 1934 viria a colocar fim ao movimento ‘revolucionário de 30’. Todavia, as reivindicações liberais, que apresentaria as características que vinham das contestações da década de 20, teriam sido atendidas. O pleito seria livre, formalmente livre, com a supervisão judicial e o voto secreto. Entretanto, com as interventorias e os partidos manipulados pelos agentes do governo federal, o coronelismo, sem desaparecer, se anulara. Logo a fase pós Carta de 1934 se mostrava como um regime de transação, com uma única realidade: “*a simples modernização do estatuto de 1891, subjugando o chefe do governo de ousar reformas e transformações*”. Em vista disso, a reorganização política esvaziaria o poder, abrindo espaço para certas correntes buscarem ocupar tal vazio. (FAORO, 2001)

As correntes as quais Faoro faz referência são: o *integralismo* e o *comunismo*. O integralismo – via AIB (Ação Integralista Brasileira) - moldado sobre o fascismo, com suas adaptações nacionais colheiria uma parcela da herança da direita nacionalista da década de 1920. Segundo os integralistas, o liberalismo levaria ao caminho do anarquismo, entregando a sociedade a si mesma. Sendo a “liberal democracia” - para os integralistas – algo originado para depreciar o regime do voto e dos partidos, e ainda por cima promoveria o domínio do país pelo capitalismo internacional (a influência estrangeira seria um mal de morte para os integralistas). A figura central do movimento seria Plínio Salgado⁷⁷.

⁷⁷ Plínio Salgado (1895-1975) nasceu em São Bento do Sapucaí (SP). Seu pai, farmacêutico de profissão, foi coronel da Guarda Nacional, chefe político de São Bento desde o início da República e, profundo admirador de Floriano Peixoto, cultivou o sentimento nacionalista em seus filhos. Seu avô materno, Antônio Leite Cortez, nascido na Espanha, foi professor de letras clássicas e político do Partido Conservador do Império. No Brasil, os dois ligaram-se por casamento a tradicionais famílias paulistas. As crônicas de Plínio Salgado no Correio de São Bento revelaram um escritor de talento, logo reconhecido por intelectuais como José Bento Monteiro Lobato, que tratou de publicá-las em sua Revista do Brasil. Algumas foram também transcritas no Correio Paulistano. Durante a década de 1920, Plínio Salgado dedicou-se essencialmente às atividades literárias, tornando-se um escritor de renome. Sua atuação política foi praticamente inexpressiva ao longo de todo esse período, desenvolvendo-se sempre à margem de grupos oligárquicos paulistas. Ao lado de Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho e Menotti del

No outro extremo estariam os comunistas, arregimentados na ANL (Aliança Nacional Libertadora). Eles entrariam como uma peça do jogo político, que servia à conquista do poder, gerando áreas de reação, vinda de raros ex-tenentes, intelectuais comprometidos na denúncia ao atraso social, e trabalhadores. A figura central era Luís Carlos Prestes.

Enquanto os extremos integralistas e comunistas buscavam espaço no vazio deixado, os políticos liberais abraçavam o retorno ao predomínio dos Estados no jogo político.

Em meio a este cenário, o integralismo conseguiu trazer para sua zona de influência alguns intelectuais, alguns membros da *hierarquia católica*, além de alguns setores das classes armadas.

Para Mello Franco (1965), o Brasil que viveu o período que precede o Estado Novo era uma nação onde predominou uma radicalização de caráter mais teórico - era a doutrinação ora de comunistas e ora de integralistas, em meio a um governo que não apresentaria qualquer *diretriz teórica ou coerência doutrinária*.

Em meio a esta configuração e reorganização dos grupos sociais, Plínio Corrêa de Oliveira se pronunciaria. Primeiramente, em agosto de 1934, Plínio fazia uma

Pichia, foi um dos ideólogos da tendência nacionalista do modernismo — denominada Movimento Verde-Amarelo — lançada ainda nesse ano em oposição à corrente primitivista, que se afirmara a partir do Manifesto pau-brasil, de Oswald de Andrade. Com esse movimento, segundo Salgado, “iniciei a campanha nacionalista que já manifestava uma tendência construtiva, depois da fase irreverente de destruição no campo literário e da anarquia intelectual em que nos lançáramos”. O grupo tornou-se conhecido principalmente pelos artigos publicados no Correio Paulistano e na Revista Novíssima, do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1928, Plínio Salgado foi eleito deputado estadual na legenda do PRP. No início de 1932, decepcionado com a indefinição ideológica do regime de Vargas, Salgado idealizou a criação de um centro de estudos, visando congregar os intelectuais e líderes políticos identificados com as idéias fascistas. A primeira reunião para a organização da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) foi realizada em fevereiro de 1932, na sede do *A Razão*. Em junho, o manifesto redigido por Salgado para divulgar publicamente a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi aprovado em assembléia geral da SEP, mas a publicação do documento foi adiada em virtude do iminente confronto armado entre São Paulo e o Governo Provisório. Em 7 de outubro de 1932, logo após a capitulação das forças constitucionalistas, foi divulgado em São Paulo o documento que ficou conhecido como Manifesto de outubro, que marcou a fundação oficial da AIB como movimento político independente. O integralismo de Plínio Salgado fundamentava-se em valores morais e religiosos e num ideal nacionalista sintetizado no próprio lema da AIB: “Deus, Pátria e Família.” A frase inicial do manifesto, “Deus dirige os destinos dos povos”, assinalou a adoção de um princípio de fé, que definia o progresso moral como a finalidade superior do ser humano: “O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam... o trabalho e o sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade.” Hégio Trindade considerou fundamental na doutrina integralista o ideal de uma sociedade harmoniosa. “Os homens e as classes”, dizia o documento, “podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual.” Salgado liderou a revolta integralista contra o Governo de Vargas em 1938. Foi candidato a presidente da república em 1955, deputado federal pelo Paraná entre 1959-1963 e deputado federal por São Paulo entre 1963-1974. (trechos da trajetória de vida de Plínio Salgado – DHBB - CPDOC/FGV)

comparação da realidade política nacional e dos países europeus. Nesta análise, a vida pública dos países europeus interviria e se entrosaria muito mais estreitamente com a vida particular do que no Brasil. Por esse motivo, os partidos políticos que militariam na Europa teriam toda a vantagem em associar ao seu destino os interesses de alguma classe social que colaboraria eficientemente na propaganda eleitoral e em toda a vida partidária, contanto que fossem defendidos os interesses particulares. A vida partidária apareceria, pois, não como um domínio inteiramente paralelo e alheio aos interesses particulares do grosso da população, mas como um poderoso meio de ação para a defesa dos interesses da classe⁷⁸.

No caso brasileiro, de acordo com Plínio:

“A iniciativa particular desempenha, na economia em geral de todas as classes sociais, um papel muito mais relevante e mais ativo do que a iniciativa do Estado. A maioria dos nossos problemas pode ser resolvido com muito maior vantagem pela iniciativa do indivíduo, porque a natureza oferece, entre nós, muito maiores recursos à ação particular do que no velho continente europeu. (...) o grosso da população tem sua vida inteira orientada de tal maneira que dificilmente lhe poderá trazer qualquer perturbação uma alteração de ministério ou uma transformação governamental qualquer. Em geral as repercussões imediatas de tais acontecimentos ficam restritas ao âmbito estreito do funcionalismo público, das classes armadas, e de meios comerciais interessados em negociar com o governo”.

Em setembro, Plínio viria a fazer uma análise comparativa entre o *liberalismo* e o *integralismo* perante o catolicismo. Sua comparação nasce de um debate ocorrido entre Plínio Barreto⁷⁹, *liberal-democrático*; e Miguel Reale, *integralista*. Plínio Corrêa de Oliveira fazia questão de frisar que era um velho e assíduo leitor das obras/publicações de Plínio Barreto, além de dizer que ele seria ‘um dos autores mais sorratamente persuasivos que atuariam no Brasil’ naquele contexto. A análise comparativa que será feita por Plínio Corrêa de Oliveira se origina a partir da crítica

⁷⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – À margem dos acontecimentos - publicado em 5 de agosto de 1934, no Jornal *O Legionário*, edição nº151.

⁷⁹ Plínio Barreto (1882-1958) foi jornalista e político. Ingressou em 1899 na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1902. Ainda estudante, empregou-se como revisor no jornal *O Estado de S. Paulo*, passando para a redação por volta de 1898. Em 1930, além de ser designado secretário de Justiça e Segurança Pública, chegou a ser governador provisório de São Paulo entre 6 e 25 de novembro. Em 1932, Plínio Barreto apoiou o movimento constitucionalista de São Paulo. Então presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, em agosto de 1932 conclamou, pelo rádio, seus colegas a aderirem ao movimento. Depois, assumiu a chefia do serviço de censura das forças paulistas. Após a derrota da Revolução de 1932, foi preso no Rio de Janeiro em outubro e posto em liberdade poucos dias depois. Retornando a São Paulo, retomou suas atividades de advogado e redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*. Em 1934, deu seu apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira, eleito governador de São Paulo em outubro do mesmo ano. [fragmentos da trajetória de vida de Plínio Barreto encontrados no DHBB-CPDOC/FGV]

dirigida por Plínio Barreto à obra que era lançada por Miguel Reale em 1934 – ‘*O Estado Moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*’⁸⁰.

A análise de Plínio Corrêa de Oliveira começa destacando a seguinte crítica de *Plínio Barreto* dirigida à obra de Miguel Reale:

“O meu cepticismo sobre as virtudes de regimes políticos absolutos, sobre a possibilidade de encerrar os homens de uma nação no cárcere da unidade mental e social, tira a sua seiva da observação desapassionada do que tem sido a humanidade na sua misteriosa peregrinação pela terra. Se a Igreja Católica, que é a mais admirável organização associativa e a mais forte domesticadora de homens que o mundo jamais conheceu, não conseguiu estabelecer, nem mesmo dentro de uma só nação, a unidade de pensamento e de ação e integralizar o homem aos Evangelhos, que são o mais famoso dos códigos morais, há de ser o Estado que consiga integralizá-los aos seus postulados, que nem sempre se recomendam pela moral e pela justiça? Se a ação integralizadora da Igreja falhou apesar da autoridade divina em que se apoiou e de se dirigir ao que o homem tem de mais belo e mais nobre, que é o sentimento, que é a espiritualidade, a do Estado, que se inspira em um triste utilitarismo e só se alicerça nos instintos mais grosseiros da humanidade, é que há de triunfar?”. “Não se pode afirmar que a dúvida seja destituída de fundamento. Não. Se a Inquisição não pôde manter a Igreja ao abrigo das heresias, não serão as tchekas que darão aos Estados a uniformidade de pensamento e a subordinação integral dos indivíduos aos seus ditames. A razão humana será sempre uma revoltada contra a razão do Estado. O não conformismo é uma das leis da criatura humana”

Ao expor tal afirmação de Barreto, Plínio Corrêa de Oliveira começa sua análise destacando que não haveria dúvida que o integralismo assumiria, perante o Catolicismo, uma situação muito mais simpática do que o liberalismo. No fundo, porém, seria sempre uma posição agnóstica que ditaria a norma de conduta de ambas as ideologias perante a Igreja. E, enquanto o agnosticismo continuasse a servir de base

⁸⁰ O Estado Integral nas palavras de Miguel Reale era definido da seguinte forma: “o Estado é soberano, está acima das classes, sendo superior a todas elas pela força de que deve dispor e pelos fins que deve realizar”. Por isso que o modo de representação proposto pelo integralismo de Miguel Reale é o corporativismo, pois “a corporação é o órgão estatal, onde se encontram os representantes dos empregadores e dos empregados, ou melhor, dos trabalhadores da inteligência, do braço e do capital” Deste modo: “o todo não deve absorver as partes (totalitarismo), mas integrar os valores comuns respeitando os valores específicos e exclusivos (integralismo)”. O Estado Integral marcaria, assim, a reintegração (e reconciliação) do elemento individual ao social, mostrando como indissolúvel a união entre ambos. Assim, no entender de Miguel Reale, o Estado Integral é um Estado *ético*, porque se encontra subordinado às “leis éticas”, isto é, a princípios que, por um lado, impedem o Estado de, em seu alcance e ação, anular os indivíduos e suas personalidades, e por outro, que o permitam agir sempre em defesa da Nação quando os interesses de alguns poucos grupos sociais tentem se sobrepor aos da sociedade. (Ramos, 2008)

para as concepções políticas dos homens de Estado, não seria possível alicerçar no Brasil a civilização nova que ele teria de produzir.

O liberalismo, segundo Plínio, partiria do conceito de que, sendo o conhecimento da verdade religiosa “inacessível ou de difícil acesso”, não poderia o Estado transformar em causa sua a defesa de uma determinada Religião. O seu âmbito natural seria tão somente o da consciência individual. E a questão religiosa, de problema que interessaria à própria ordem pública, seria uma mera questão de ordem privada, rebaixadas, conseqüentemente, as diversas igrejas, a simples instituições de caráter particular.

Já o integralismo, pelo contrário, reconheceria a Igreja Católica, ou as igrejas como instituições que teriam direito a uma expressão político-social determinada, elementos que seriam o dos mais ponderáveis, da vida social que o Estado integralista deveria levar em consideração ao organizar-se. Daí surgiria um deslocamento novo, em que a Igreja, da esfera de mera instituição de vida privada em que a pusera o liberalismo, seria transferida para situação de instituição de caráter oficial. De modo que, ao contrário do Estado liberal, o Estado integralista “afirmaria o espírito”. No entanto, ele não ousaria romper de vez com “o pior dos preconceitos liberais”, que seria o “agnosticismo oficial”.

Desta maneira, Plínio Corrêa de Oliveira fazia a seguinte indagação:

“De que maneira pretende o Estado integralista realizar a disciplina social e suprimir a luta partidária, se não recorrer à incomparável força espiritual disciplinadora da Igreja, para estabelecer antes de tudo a unidade dos espíritos?” “Pretender que se possa estabelecer em uma nação unida de ação e de vida política, sem antes se ter estabelecido a unidade de pensamentos, é pretender implicitamente que não é pelo pensamento que se governa o homem.”

Sua análise tomaria o desfecho com a seguinte constatação⁸¹:

“O homem é livre. E serão vãs todas as tentativas que pretendam chumbá-lo indissolivelmente a esta ou àquela ideologia. É o terreno íntimo do livre arbítrio, em que o Estado não pode intervir e em que o próprio Deus quer deixar livre jogo à criatura humana”. “Mas se o integralismo não quer reconhecer a verdade intrínseca da Igreja, mas apenas fazer dela uma propagadora de mitos sociais úteis, não será loucura tentar ele privar-se da ação daquela em que o Sr. Plínio Barreto, bem insuspeito, é certo, viu “a mais forte domesticadora de homens que o mundo jamais conheceu”?”

⁸¹ Toda a análise de Plínio Corrêa de Oliveira que busca comparar o liberalismo e o integralismo perante o catolicismo foi publicada no Jornal *O Legionário* de 2 de setembro de 1934, edição nº153 – o artigo chama-se: À margem de uma crítica.

Plínio se mostrava efusivo em sua meta principal. Segundo ele, um país que se deixasse guiar por movimentos meramente personalistas seria um país que caminharia muito longe de sua salvação. Logo, “*o Brasil não precisaria de homens, o Brasil precisaria de uma Idéia*”. Este Ideal – ‘com “I” maiúsculo’ – seria “*o Ideal por excelência, seria o Catolicismo em todo vigor de sua pujança sobrenatural*”⁸².

Destacaria Plínio Corrêa de Oliveira - no fim de outubro de 1934, logo após as eleições legislativas realizadas em todo o país em 14 de outubro⁸³ - que nos dois grandes partidos liberais - democráticos do país⁸⁴ não figurariam mais os incongruentes defensores de uma “república forte”, como seria, em suas palavras, Artur Bernardes - que seria “bastante sensato para não ser demagogo e bastante tímido para não romper com a democracia”. Conforme Plínio, os comunistas ansiariam pelo Estado integralmente ateu; e quanto ao Integralismo:

“O Integralismo, por fim, está cada vez mais conquistando posições, e não tem medo em zombar, dentro mesmo do templo do liberalismo que é a nossa Faculdade de Direito [faculdade de Direito do Largo São Francisco], dos ídolos vãos da democracia liberal. E, na extrema-direita do Integralismo, já vemos despontar a mais extremada das organizações reacionárias, os Patrianovistas, que realizam o “*não plus ultra*” da contra-revolução, substituindo o espiritualismo dos integralistas pelo catolicismo integral, seu espírito de hierarquia social, por uma tendência pronunciada a uma aristocracia quase feudal, e completando o princípio de autoridade de que os integralistas se mostram tão ciosos, pela fidelidade a um monarca de direito divino”.

Encerrando 1934, Plínio seria mais claro e objetivo possível na sua visão sobre os extremos de então: *comunismo e integralismo*. Em dezembro, Plínio trataria do momento no qual conheceu o Ministro da Justiça, Vicente Rao. A ocasião ocorreu durante uma viagem em meio ao processo constituinte, no período no qual ocorreria a

⁸² Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira chamado: Um erro – publicado em 2 de setembro de 1934, no Jornal *O Legionário* – edição nº153.

⁸³ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Três rumos – publicado no Jornal *O Legionário* em 28 de outubro de 1934, edição nº157.

⁸⁴ Os principais partidos ‘liberais democráticos’ ao qual Plínio faz referência seriam o Partido Constitucionalista (PC) e o Partido Republicano Paulista (PRP). O PC será fundado por Armando Sales de Oliveira em fevereiro de 1934, logo após o fim da existência do Partido Democrático (PD). O PC não visava substituir a legenda do PD; seu objetivo seria mostrar que São Paulo necessitava de uma força política que fundisse o programa liberal de 30 com as reivindicações constitucionalistas de 32 – “uma síntese das aspirações que as duas revoluções defenderam”, nas palavras de Armando. Já o PRP se origina do Manifesto de Itu, em 3 de julho de 1873. Durante os primeiros 40 anos da República o PRP elegeu 4 presidentes – Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906) e Washington Luís (1926-1930). Foi uma das principais forças partidárias da Primeira República. RAMOS (1980)

ameaça da ‘constituição sintética’, defendida pela ‘comissão dos 26’.

Após rememorar este momento da Constituinte, onde destacou qualidades de Rao, Plínio frisava as novas medidas que seriam adotadas pelo Ministro da Justiça, enfatizando que o mesmo estaria resolvendo “assestar desde logo as baterias conjuntas de seu poder, de sua cultura e de sua inteligência contra seus adversários de sempre”. Estava ocorrendo neste período à preparação de um projeto de lei contra os “extremismos”, que segundo Plínio, seria “uma corda com a qual Vicente Rao desejaria enforçar numa ponta o *comunismo* e na outra o não menos execrado *integralismo*”.

Todavia, Plínio Corrêa de Oliveira dizia desaprovar a ação de Vicente Rao ao colocar o integralismo na mesma classificação de “extremismos” junto ao comunismo. Em sua perspectiva, “atar no mesmo pelourinho os seguidores de Marx e Plínio Salgado não seria coeso”. O integralismo afirmaria Deus, a propriedade e a família; de “modo que a mais negra acusação as ações do movimento não passariam de elogios róseos perto do menor dos delitos comunistas”. Assim, Plínio Corrêa de Oliveira se solidarizaria com os integralistas diante das medidas adotadas por Rao. Em suas palavras:

“É com toda a solidariedade dos católicos, pois, que merece aplausos a repressão ao comunismo, é com o meu mais formal protesto que se coloca o integralismo ao lado daqueles quando é certo que nem sequer podem ser articuladas contra eles as tropelias selvagens que foram o preço do triunfo do fascio ou do hitlerismo”⁸⁵.

Entretanto, Plínio Corrêa de Oliveira fazia questão de dizer “*que seria clara sua intenção de manter-se rigorosamente alheio a todo e qualquer partido ou “ação” política*” (grifo de Plínio Corrêa de Oliveira). Segundo ele, todo seu tempo e energia seriam voltados para os esforços pela causa da Igreja Católica.

Merece ser destacado que seria exatamente o Partido Constitucionalista de Armando Sales de Oliveira que daria a Vargas, através de Vicente Rao⁸⁶ no

⁸⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado em 9 de dezembro de 1934 no Jornal *O Legionário*, edição nº160 – título do artigo: Extremismos.

⁸⁶ Promulgada a nova Constituição brasileira em 16 de julho de 1934 e eleito Getúlio Vargas para a presidência da República no dia seguinte, o Partido Constitucionalista indicou Vicente Rao para a pasta da Justiça e Negócios Interiores do novo ministério, cargo no qual foi empossado no dia 24 daquele mês. O partido obteria ainda a nomeação de José Carlos de Macedo Soares para a pasta das Relações Exteriores. Ainda em 1934, Rao participou da fundação da Universidade de São Paulo (USP), sendo um dos autores de seus estatutos. Tornou-se também catedrático de teoria geral do Estado do curso de doutorado da Faculdade de Direito dessa universidade. Vicente Rao foi o responsável pela elaboração da Lei de Segurança Nacional, que seria sancionada em 4 de abril de 1935. Incurriam nos dispositivos da nova lei todos os que tentassem o recurso da força como meio de acesso ao poder, que estimulassem

Ministério da Justiça, os meios de que ele necessitava para despedaçar a Constituição de 1934. Esta mesma Constituição que os políticos paulistas consideravam uma obra inviolável, resultante das obrigações que a Chapa Única assumira – *e que Plínio Corrêa de Oliveira considerava como um “crepúsculo”* – nascia sob a ameaça de extinção prematura, estando exposta ao tiro de misericórdia que o Ministro da Justiça poderia disparar, de uma hora para outra (RAMOS, 1980).

As ‘esperanças de democratização’ que se abriu para a nação em maio de 1933 - com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, e que pareciam efetivar-se com a promulgação da Carta Magna, em 16 de julho de 1934 – duraram muito pouco. O início de 1935 já traria o estrangulamento das franquias democráticas que tinham sido recentemente restabelecidas.

Podemos ao fim deste capítulo, recorrer à reflexão de Hanna Arendt que se origina a partir da afirmação do poeta e escritor Rene Char: *“Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento”*⁸⁷. Arendt constataria que “sem tradição que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros⁸⁸ e qual o seu valor, não parece haver continuidade consciente no tempo, ou seja, nem passado nem futuro”.

Desta maneira, a memória como articuladora de nossa história nacional em muitas vezes foi dada fora de um quadro de referência preestabelecida, se mostrando, no decorrer de nossa construção como nação, impotente como um dos principais modos de pensamento.

Em vista disso, a realidade brasileira difere e muito da realidade da Europa, onde a tradição tem influência formativa permanente. Logo, nosso fio condutor

manifestações de indisciplina entre as forças armadas, que atentassem contra a vida de pessoas por motivos de ordem ideológica ou doutrinária e que tentassem executar planos de desorganização dos serviços urbanos e dos sistemas de abastecimento. A lei estabelecia sanções para jornais e emissoras de rádio que veiculassem matérias consideradas subversivas, previa a cassação de patentes de oficiais das forças armadas cujo comportamento fosse considerado incompatível com a disciplina militar e autorizava o chefe de polícia a fechar entidades sindicais suspeitas [excertos de verbete sobre Vicente Rao encontrado no DHBB - CPDOC/FGV].

⁸⁷ Rene Char faz esta afirmação se referindo à ‘resistência francesa’ que atuou junto aos exércitos aliados durante a II Guerra Mundial. Em meio ao front de batalha os homens se encontrariam visitados por uma visão de liberdade, e passariam a criar entre si um espaço público onde a liberdade poderia aparecer. Eles não conheciam seu tesouro, mas sabiam muito bem o significado do que faziam e que este estava acima da vitória e da derrota (Arendt, 1979, p.28-35).

⁸⁸ O tesouro seria algo que faz parte de nossa realidade, mas está em uma esfera de transcendência, delimitando as ações dos homens conforme as circunstâncias aos quais ele se encontra exposto. Logo será este tesouro que manterá ativo a conservação ou alteração da estrutura de uma comunidade, sociedade, nação, provocando questionamentos e possíveis rupturas (Arendt, 1979, p.28-31).

através do passado [externo a nossa realidade, em muitos casos] promoveu muitas incompreensões em meio a nossa elite intelectual e do poder tanto no campo teórico como prático ao buscar interpretar o Brasil.

Neste cenário em especial, que perpassa pela primeira metade do Século XX, temos uma somatória de fatores internos e externos determinando o cenário que se desenha em nosso contexto político, social e cultural. Uma miscelânea de influências origina um processo de tamanha complexidade para ser problematizado e determinado.

O campo do pensamento católico teve sua relevância na década de 1930, de modo que às análises de Simon Schwartzman que tratam da relação do intelectual com o poder⁸⁹ conseguem mostrar isso. Schwartzman mostra que a Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral; e Francisco Campos⁹⁰ como Ministro de Governo saberia qual era o papel político e instrumental da Igreja em seu projeto político.

Alceu Amoroso Lima e Francisco Campos apresentariam uma identidade de pontos de vista quanto à falência do regime liberal, e também concordância,

⁸⁹ A figura central do estudo de Schwartzman foi Gustavo Capanema (que foi Ministro da Educação entre 1934-1945), entretanto é dado um grande destaque ao papel de Alceu Amoroso Lima (pensador católico) na influência sobre a trajetória política de Capanema durante a Era Vargas. Neste estudo também é destacado o projeto político de Francisco Campos e diálogos tratados entre ele e Alceu Amoroso Lima.

⁹⁰ Francisco Campos (1891-1968) começou sua carreira política como deputado estadual por MG, sendo eleito em 1919, com 4.287 votos, pela 7ª Circunscrição Eleitoral, vindo a ser relator da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara estadual, participando com destaque da reforma constitucional elaborada por iniciativa de Artur Bernardes, que era então governador de Minas Gerais. Já em 1921, sendo conhecido como “defensor da ordem”, Campos foi eleito deputado federal pelo PRM (Partido Republicano Mineiro). Desde o início de seu mandato (1921-1926), investiu “contra o Estado liberal e as instituições democrático-liberais, as quais qualifica de superstição política”, como escreveu Jarbas Medeiros. Foi Ministro da Educação do Governo Vargas entre 1930-1932, consultor Geral da República entre 1933-1937, e Ministro da Justiça entre 1937-1941. Foi um dos principais ideólogos do Estado Novo; uma das idéias mais caras a Francisco Campos era a da unidade de um estado nacional. Segundo Jarbas Medeiros, seu pensamento, que o credenciaria a montar o arcabouço jurídico-institucional do Estado Novo, pode ser sintetizado nos seguintes aspectos: 1) uma visão apocalíptica do período que se vivia (“nunca falhou em tão grande escala a confiança humana na coerência do universo do pensamento e do universo da ação”); 2) uma visão da sociedade moderna como “sociedade de massa” (“quem quiser saber qual o processo pelo qual se formam efetivamente, hoje em dia, as decisões políticas, contemple a massa alemã, medusada sob a ação carismática do *Führer*”); 3) uma visão do Estado moderno como Estado autoritário e antiliberal (“o que o Estado totalitário realiza é — mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos Estados democráticos, a métodos jurídicos nem à atenuação feminina da chicana forense — a eliminação das formas exteriores ou ostensivas de tensão política”; “o sufrágio universal, a representação direta, o voto secreto e proporcional, a duração rápida do mandato presidencial foram meios impróprios, senão funestos, aos ideais democráticos”; “para as decisões políticas, uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu”); 4) uma apologia das elites, vistas como agentes da história (“as transformações não se operaram pela ação da mentalidade primitiva das multidões e dos seus líderes, mas pela influência das ciências e das artes, filósofos, pesquisadores, cientistas, engenheiros, artistas”). (dados sobre a trajetória de vida de Francisco Campos obtidos no DHBB- CPDOC-FGV)

evidentemente, quanto à importância dos valores religiosos como fundamento ideológico para a consolidação moral do país. Todavia, destaca Schwartzman:

“Apesar de considerar "útil" a orientação fascista do movimento iniciado por Campos, Alceu deixa clara sua divergência profunda com um dos princípios básicos do fascismo e do pensamento político de Francisco Campos, que é a crença na supremacia da ação e da vontade sobre o uso da razão. Pensador católico, Alceu Amoroso Lima não se afasta da idéia clássica de que é possível estabelecer uma ordem social de base moral erigida de acordo com os princípios da filosofia racional, cujas conclusões coincidirão, necessariamente, com as verdades reveladas da religião cristã. É esta racionalidade que permitiria sair do relativismo, do ceticismo, da falta de critério. É ela que permitiria substituir a debilidade de princípios que Alceu via no liberalismo democrático por uma ordem social fundada em princípios cristãos bem definidos. Para Francisco Campos, no entanto, os princípios cristãos pareciam ser principalmente, um instrumento de mobilização política, e não um valor em si”. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 388-389):

Com a saída de Campos e a entrada de Capanema⁹¹ no ministério da Educação, em 1934, a influência de Alceu Amoroso Lima se fortalecerá mais junto às

⁹¹ Gustavo Capanema Filho (1900-1985) bacharelou-se em direito na cidade de Belo Horizonte, em dezembro de 1924. No ano seguinte, retornou a Pitangui (cidade onde nasceu no Estado de MG), onde lecionou e advogou até 1929. Ao longo desse período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Ingressou ao mesmo tempo na vida política, elegendose em 1927 vereador à Câmara Municipal de Pitangui. Em 1929, com o rompimento do pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo em torno da sucessão presidencial do ano seguinte, Capanema aderiu à Aliança Liberal, coalizão oposicionista formada pelos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Ainda em 1929, após a indicação de seu primo Olegário Maciel à sucessão de Antônio Carlos, seu nome passou a ser citado entre os prováveis integrantes do futuro governo mineiro. Em 1º de março de 1930, Olegário Maciel elegeu-se presidente de Minas, conseguindo resistir às pressões, tornando-se o único governante eleito antes da revolução a permanecer no cargo após a ascensão de Vargas ao poder (3/11/1930). Em dezembro de 1930, Capanema travou os primeiros entendimentos com Francisco Campos a fim de destruir as bases de sustentação de Artur Bernardes em Minas Gerais, organizadas principalmente no interior do Partido Republicano Mineiro (PRM). Ministro da Educação e Saúde, pasta criada pelo Governo Provisório chefiado por Vargas, Francisco Campos exerceu uma influência decisiva nos rumos políticos de Minas após a Revolução de 1930, tendo sido, segundo Simon Schwartzman, o “mentor político e intelectual de Capanema nesse período”. Olegário Maciel faleceu no dia 5 de setembro de 1933. Com sua morte, Capanema assumiu interinamente o cargo de interventor federal em Minas, sendo substituído em dezembro por Benedito Valadares. Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a presidência da República pela Constituinte, Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública, cargo onde permanecerá até 1945. Capanema não permaneceu alheio ao grande debate travado em 1935, nos meios culturais e políticos do país, sobre o sentido e a orientação do sistema educacional brasileiro. De um lado, os educadores do chamado movimento escolanovista, como Anísio Teixeira, Manuel Bergström, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, defendiam uma educação igualitária sob a responsabilidade do Estado. Do outro, situava-se o movimento católico, liderado por Alceu Amoroso Lima, propugnando o ensino religioso e livre da tutela do Estado. “Entre os extremos”, diz Simon Schwartzman, “Capanema jamais se decide de maneira totalmente explícita, mas o peso da influência de Alceu é, sem dúvida, o predominante”. Capanema seria constituinte em 1946 pelo PSD; deputado federal por Minas Gerais entre 1946-1959, também pelo PSD; ministro do TCU entre 1959-1961; novamente deputado federal por MG entre 1961-1965 (PSD), 1966-1970 (ARENA); e

ações adotadas no campo da educação, e, conseqüentemente, levará as causas católicas a estarem sempre em pauta na arena política, haja vista a grande proximidade e apoio que Alceu deu a Capanema durante sua trajetória antes de ascender ao posto de ministro.

De modo geral, a idéia de uma ordem pública/social e de um estado forte se mistura a um discurso liberal entre os intelectuais que vivenciam a década de 1930. Portanto, em especial, a década de 1930, seria marcada fortemente no pensamento político brasileiro por uma corrente autoritária, merecendo destaque para uma palavra: “Estado”, que carregaria em si o sentido de “fortalecimento do poder público”. A consolidação e a legitimidade desta palavra-chave no terreno político era o objetivo intelectual desse grupo de pensadores. Haveria a delimitação de um espaço político para a implantação de determinado modelo – Segundo Lamounier:

“... espécie de liberalismo aguado, que consistia em atenuar e cegar o gume de algumas premissas do pensamento liberal clássico e em realizar a mesma operação de atenuação e de obliteração do gume que possuía o pensamento fascista no Brasil”. (LAMOUNIER, 1982, p.550)

Plínio Corrêa de Oliveira também se enquadrava, de certo modo, dentro deste modelo. Ele enxergava como modelo ideal um Estado Forte que promovesse a ordem social e pública, e que respeitasse, simultaneamente, as bases do catolicismo como fundamento ideológico para a consolidação moral do país. Entretanto, como ele não via a possibilidade deste estado ter o “catolicismo como o Ideal por excelência” na estrutural social brasileira em sua totalidade, recorreria ele a um discurso crítico, porém de aproximação ao liberalismo *sui generis* nacional como forma de criar uma barreira de defesa contra as perspectivas socialistas e comunistas existentes.

Este contexto histórico que corta a década de 1930 e adentra o início da década de 1940 poderia ser classificado como de “autoritarismo desmobilizante”, onde predominaria um ‘liberalismo antiliberal’. Conforme define com exatidão Faoro (2001):

“Há a burocracia, expressão formal do domínio racional, própria ao Estado e à empresa modernos, e o estamento burocrático, que nasce do patrimonialismo e se perpetua noutro tipo social, capaz de absorver e adotar as técnicas deste, como meras técnicas. Daí seu caráter não transitório. Na conversão do adjetivo em substantivo se trocam as

senador por MG entre 1971-1979, também pela ARENA. (trechos da trajetória de vida de Capanema, obtidas no DHBB - CPDOC-FGV)

realidades, num jogo de palavras fértil em equívocos. O próprio bonapartismo, em lugar de ser uma expressão política própria, serve para assegurar uma situação permanente, a aparência democrática, cesarista num quadro autocrático, generalização e não participação do poder pelo povo. César — o herói e a caricatura — desce a escada do palácio e se dirige ao povo, para melhor afastar a soberania de baixo para cima, num espetáculo aclamatório, em favor de dom Pedro II, Napoleão III, Bismarck ou Getúlio Vargas”. (FAORO, 2001, p. 877-878)

CAPÍTULO III
– 1935-1945 –

O catolicismo e a defesa da ordem como única opção em meio aos extremismos (1935-1945)

“Fugi deste contra-senso doutrinário,
pelo qual querem alguns identificar a religião
com este ou aquele partido político,
a tal ponto que chegam quase a declarar que seus adversários
não são mais cristãos”
(Encíclica *Cum Multa*)

‘Leão XIII’

3.1. Lei de Segurança Nacional – (1935-1937) A porta de entrada para a ditadura do Estado Novo

O ambiente nacional no início de 1935 - nas palavras de Plínio Corrêa de Oliveira - começava “agitado”. O movimento grevista de alguns funcionários públicos – caso dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos - assim como a “fraqueza da autoridade governamental” causaria uma “nítida sensação de insegurança”. Para Plínio faltaria punho do governo para lhe dar com greves, conflitos políticos, conspirações, boatos⁹².

Efetivamente, para Plínio Corrêa de Oliveira, o ano de 1935 começaria com muita desconfiança, já que eram possíveis greves da Central, da Lloyd, etc. Estas greves prometidas somadas aos “conciliábulo de Interventores” (casos de Rabelo, Góes Monteiro e Leite de Castro) davam uma nova cara ao país que saía de 1934 com Nova Constituição. De acordo com Plínio, amigos declarados de Vargas - caso dos irmãos Chateaubriand⁹³ - aconselhariam ao presidente a dissolução da Câmara dos Deputados,

⁹² Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado em 6 de janeiro de 1935 no Jornal *O Legionário*, edição nº162/1 – título do artigo: Sobre a greve.

⁹³ Com a vitória da revolução e a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas, segundo Renato Jardim, Assis Chateaubriand (1892-1968) teria recebido inúmeros favores, entre eles a concessão de vultosos empréstimos à cadeia dos Diários Associados, através da Caixa Econômica Federal. Ainda segundo esse autor, Chateaubriand associou-se a Edmundo Navarro de Andrade, secretário de Agricultura da Interventoria de São Paulo, para explorar o invento de uma aparelhagem de beneficiamento de café e vendê-lo ao estado de São Paulo. Chateaubriand teria sido também beneficiado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Lindolfo Collor, que lhe proporcionou lucrativa viagem à Amazônia, da qual resultaram grandes reportagens para os Diários Associados, além de um contrato jornalístico com a empresa Ford, lá instalada. Com a ampliação de sua cadeia jornalística e seu envolvimento com proeminentes figuras do governo, Chateaubriand fundou em agosto de 1931 a agência de notícias Meridional, com o objetivo de fornecer informações para seus próprios jornais e, ao mesmo tempo, vendê-las para outros periódicos. Ao final de 1931 começaram a surgir suas primeiras divergências com o Governo Provisório. Chateaubriand, ligado ao grupo composto por Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e Raul Pilla, clamava pela rápida reconstitucionalização do país, temendo o estabelecimento definitivo de um governo ditatorial. Dentro dessa perspectiva, apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, sofrendo, em função disso, o confisco da sede e da maquinaria de *O Jornal*, órgão líder da cadeia dos Diários Associados, e recebendo uma ordem de deportação. Conseguiu, entretanto, escapar do barco que o conduziria para o exterior, o navio japonês *Havai maru*, escondendo-se no interior do país durante vários meses. Reapareceu com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em novembro de 1933, conseguindo reaver seu principal jornal, cuja direção foi entregue a seu sogro, Zózimo Barroso do Amaral. Segundo Austregésilo de Ataíde, Zózimo era governista e sua presença à frente de *O Jornal* representou uma busca de apaziguamento com Vargas. Reconciliado com o governo, Chateaubriand adquiriu em abril de 1934 a revista *A Cigarra*, no Rio de Janeiro, comprando também, nesse mesmo ano, sua primeira estação de rádio, a Tupi do Rio. Pouco tempo depois adquiriu a Rádio Tupi de São Paulo e a Educadora do Rio, que passou a se denominar Rádio Tamoio, dando início à constituição de uma cadeia de rádio-emissoras que chegou a ter 25 estações. Durante o ano de 1935, Chateaubriand, ferrenho anticomunista, desencadeou, através de seus jornais, uma violenta campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de âmbito nacional que lutava contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Na época foi acusado pelo jornal *A Manhã*, porta-voz da ANL, de pressionar Getúlio para que

do futuro conselho municipal do Rio e de outras “coisas miúdas”, que teriam por resultado concreto o imediato restabelecimento da “ditadura” no país. Em meio a este cenário Plínio faria a seguinte indagação:

“Para onde vamos, Senhor? Ainda perdurará para o Brasil a dolorosa obrigação de recomeçar a trilhar a montanha russa de suas sucessivas esperanças e desilusões políticas quando a 16 de julho já parecíamos ter atingido o porto tranqüilo da legalidade?”⁹⁴

Ao tratar da Lei de Repressão ao Extremismo (comunismo e integralismo), Plínio concluía que ela seria excelente, em todos os dispositivos em que procurava acautelar o Estado contra tentativas violentas de perturbação da ordem. Porém haveria um lado fraco. Conforme Plínio, a lei procurava conservar-se, na maioria de seus dispositivos, rigorosamente dentro dos limites de ação tolerados pelo liberalismo. Ora, dentro destes limites, “difícil seria opor diques eficientes a certas ideologias que não têm o direito de vingar”. Para ele, a concepção católica seria irreduzivelmente contrária à velha doutrina do *Etat-Gendarme*, do Estado inspetor de quarteirão, que se limitaria a manter a ordem material. E de forma bem clara e direta dizia:

“O “Legionário” é órgão católico. Suas simpatias vão todas para a Igreja de Deus, e, mariano que é, não há lugar em seu coração para outra causa que não a do Catolicismo, que encarna todos os mais profundos e substanciais interesses do País. Também a mão que traçou estas linhas pode escrever, *ex abundantia cordis*, que não é integralista. Mais uma vez, cabe ao autor destas linhas reafirmar sua inteira dedicação à causa da Igreja. Note-se bem, porém, que “inteira” não admite limites, não tolera restrições, não sofre co-participações. Católico, e exclusivamente católico, procura examinar os acontecimentos não à luz esfumada de preconceitos ou paixões pessoais, mas à claridade meridiana da doutrina da Igreja”⁹⁵.

Quanto ao papel do Estado, Plínio destacava que o mesmo “não possuiria uma soberania ilimitada”. Embora fosse o órgão encarregado de realizar o fim último da Nação e de velar pelos seus interesses, apresentaria em suas funções limites impostos pela lei natural e pelos diversos elementos que o comporiam. A lei natural, que seria

aquele movimento fosse reprimido. (Trecho de verbete sobre a trajetória de vida de Assis Chateaubriand disponibilizado pelo DHBB - CPDOC-FGV).

⁹⁴ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado em 6 de janeiro de 1935, no Jornal *O Legionário*, edição nº162/2 – artigo intitulado: Na montanha Russa.

⁹⁵ Plínio Corrêa de Oliveira trata desta questão no artigo: A Lei de Repressão ao Extremismo - escrito na edição 164/2 do Jornal *O Legionário*, de 3 de fevereiro de 1935.

anterior ao próprio Estado deveria ser obedecida com rigor. Plínio recorreria a Joseph Greth⁹⁶, a partir de uma citação de Tristão de Ataíde⁹⁷: “nem mesmo Deus pode dispensar da lei natural senão mudando a matéria”. A sociedade civil não poderia ver negada pelo Estado seus direitos naturais. Porém, a sociedade civil teria deveres a cumprir. Recorrendo as palavras de Tristão de Ataíde, Plínio constatava que tais deveres seriam: “o bem comum, a lei natural e a lei eterna”. Nas palavras de Plínio:

“O primeiro representado por tudo o que de espiritual e materialmente o homem necessita para realizar a sua atividade e cumprir o seu destino pessoal. A segunda, submetendo a si a personalidade humana, como submete a atividade do Estado e a de qualquer grupo social. A terceira, consubstanciada na lei dada por Deus ao homem e que de modo algum se opõe à lei natural e ao bem comum, pois é a própria fonte de ambos”.

Tudo que ultrapassasse na ação do governo tais limites daria origem a uma interferência do Estado em assuntos que não seriam de sua alçada, constituindo o “despotismo do Estado”⁹⁸.

Plínio Corrêa de Oliveira argumentava que os últimos quatro séculos teriam tornado os homens “doutrinadores políticos que ignoravam a Cristo”. Desta maneira, o pensamento político da sociedade contemporânea teria como corolário um agnosticismo, que levaria a “crise moral do presente”. A imagem de Cristo seria usada apenas de modo oportunista:

“Lembraram-se então os homens de que Cristo existira e foram buscar o que Ele ensinara, não para o dar lealmente como alimento às multidões famintas de ideal, mas para o adaptar às suas próprias idéias e fazer de Jesus o testemunho de seu ensino. E assim viram nele, uns, apenas o homem que apostrofava os ricos e poderosos e exaltava os humildes, e o tomaram como o primeiro socialista, o primeiro comunista. Outros, viram apenas o homem que mandava dar a César o que é de César, o homem que mandava respeitar e obedecer aos superiores; e transformaram no primeiro endeusador do Estado absoluto, e, ao contrário dos socialistas e comunistas, pretenderam usar da Igreja de Cristo como colaboradora do seu despotismo e do

⁹⁶ Joseph Greth (1863-1940) foi um beneditino de Luxemburgo, professor de Filosofia e Doutor em Teologia, sua especialidade foi a filosofia tomista. Foi membro da Academia Pontifícia Romana de São Tomás de Aquino e da Religião Católica.

⁹⁷ Merece ser destacado que Tristão de Ataíde é o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima. Há momentos que Plínio se refere a ele na forma do pseudônimo, e há circunstâncias em que ele se refere ao pensador católico como Alceu Amoroso Lima.

⁹⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira intitulado: Igreja, Autoridade e Liberdade – edição nº165, 17 de fevereiro de 1935.

seu autoritarismo”⁹⁹.

Conforme destaca Ramos (1980), o país seguia de forma sofrível o seu caminho constitucional traçado pela Carta de 1934, até que a intensificação das provocações feitas pelo integralismo, sob ‘formas de ameaças e punições exterminadoras’, incentivaram represálias do ‘radicalismo esquerdista’, dando pretexto ao governo para frustrar a penosa reconquista democrática. O período negro da década de 1930 teria início antes dos acontecimentos de 27 de novembro de 1935¹⁰⁰.

Em 4 de abril de 1935, entrava em ação a lei nº 38 - conhecida como Lei de Segurança Nacional - que definia crimes contra a ordem política e social, quando a própria Constituição, através do estado de sítio, previa a existência de medidas de resguardo do regime.

Dez dias após a aprovação da lei nº38, Plínio destacava sentir estranheza na declaração de uma manchete da “Ofensiva”, órgão integralista, que informava que “a Ação Integralista era a única força moral antiburguesa capaz de salvar o Brasil do comunismo”. De imediato, Plínio Corrêa de Oliveira dizia que tais palavras do órgão integralista apresentariam “uma afirmação imprecisa na sua forma e falsa no seu sentido”. Em suas palavras:

“Não sabemos o que o órgão integralista entende por força “antiburguesa”. Se “antiburguesa” significa hostilidade ao espírito burguês no que ele tem de mau, isto é no seu excessivo apego aos prazeres da vida e no seu espírito céptico, a Igreja é a maior força antiburguesa que há, ou melhor o catolicismo é, por excelência, a antítese do “burguesismo” moderno. Mas se por “antiburguês” se entende uma oposição à burguesia como tal, e à condenação inexorável de toda uma classe, emende ela embora os inumeráveis defeitos de que é ré, se é este seu verdadeiro sentido, desenha-se uma oposição irremediável entre a manchete quase marxista da “Ofensiva” e o espírito da Igreja”¹⁰¹.

⁹⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira intitulado: Cristo e a Sociedade – edição nº167 – 17 de março de 1935.

¹⁰⁰ Neste dia ocorre a Revolta Comunista de 1935. Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa “intento louco, plano insensato”. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18 km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). (Dados obtidos no banco de dados do DHBB- CPDOC-FGV)

¹⁰¹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira intitulado: Desvairamento – Jornal *O Legionário*, edição nº169, 14 de abril de 1935.

Após a crítica dirigida diretamente a imprensa integralista, Plínio Corrêa de Oliveira passava a colocar a ANL – Aliança Nacional Libertadora – no centro de suas críticas.

3.1.1. A ‘ameaça comunista’ e a ‘indefinição integralista’

Conforme destaca Pandolfi (1999), com a instalação de um governo constitucional (conquistado pela Carta de 1934), o clima político do país radicalizou-se. Dois importantes movimentos de massas, com conotações ideológicas bem distintas, mobilizaram a população: *a Ação Integralista Brasileira* (nacionalista e antiliberal) e a *Aliança Nacional Libertadora* (socialistas, comunistas, e nacionalistas).

A violência dos enfrentamentos políticos não diminuíra durante o governo constitucional; muito ao contrário, ampliou-se e aprofundou-se ainda mais envolvendo chefes militares, interventores federais, parlamentares, ministros e militantes políticos de direita e de esquerda (GOMES, 1980).

Plínio Corrêa de Oliveira, em meio a este cenário, destacava que parecia que o movimento socialista se “apresentaria melhor organizado, mais ativo e mais revolucionário”. A Aliança Nacional Libertadora “*estaria disseminada em quase todo o Brasil, multiplicando os seus esforços, organizando diretórios e congregando elementos que passavam desde os chamados socialistas moderados até os congressistas mais vermelhos que seriam precisamente os chefes do movimento*”. Luiz Carlos Prestes seria o seu chefe supremo.

A ação a ser adotada frente à ANL, segundo Plínio - em vista da “ação nitidamente revolucionária” e “anticristã” da mesma - seria por intermédio da “reeducação moral”. O “mal que perturbaria a humanidade não estaria tanto nos corpos como nas almas, seria muito mais moral que material”. A “fase de extremos” daquela conjuntura - para Plínio – seria bem esclarecida nas palavras de Luis Veillot, ditas ainda no século XIX:

“A chaga está nas almas; a estas é que deve ser levado o remédio. Não se trata de reprimir, de aprisionar, de fuzilar; não se trata mesmo de organizar o trabalho dos braços; trata-se de organizar o trabalho das consciências. Enquanto a sociedade não fizer cristãos os homens que a perturbam, ela os terá como inimigos encarniçados e implacáveis. O bem-estar material, embora realizado como eles o pedem, não os moderará; do bem-estar moral que eles têm necessidade antes de tudo.

A grande fome de que eles sofrem, e que nada pode saciar, é a fome do orgulho...”¹⁰²

No que se referia a Ação Integralista Brasileira, Plínio Corrêa de Oliveira questionava:

“Mas a Ação Integralista? Por que continua seu pesado silêncio em torno da exata posição da Igreja no seu programa? Por que manter em assunto tão fundamental para todos os católicos - o que vale dizer para todos os brasileiros - tão enigmático silêncio? Se é de afirmações que o Brasil precisa - e o integralismo proclama esta verdade em todos os tons - por que não começam os milicianos do Sr. Plínio Salgado por definir com maior clareza os direitos do espírito, que eles têm afirmado de forma imprecisa?”¹⁰³

As reflexões que passavam pelo corpo e alma, pela matéria e o espírito, ganhavam a rua em uma disputa pelas consciências dos cidadãos brasileiros, por meio de manifestações, comícios, panfletagens, etc.

Plínio Corrêa de Oliveira destacava a ocorrência de um comício no Rio de Janeiro organizado pela Aliança Nacional Libertadora. Segundo Plínio, neste comício se defendeu ‘a unidade sindical, no caso o sindicato único socialista, negando-se existência ao sindicato que declarasse ter confissão religiosa ou que alegasse outra ideologia política; também ter-se-ia combatido revolucionariamente a guerra imperialista do Chaco, e um membro do Sindicato dos Professores teria protestado contra o ensino religioso nas escolas’.

Uma das vozes revolucionários do comício da ANL era o então estudante Carlos Lacerda¹⁰⁴, que na ocasião disse: “nem os bonecos de galões nem os bonecos de

¹⁰² Artigo: Aliança Nacional Libertadora – escrito por Plínio Corrêa de Oliveira. Publicado no Jornal *O Legionário* em 26 de maio de 1935, edição nº172.

¹⁰³ Artigo: Por que? – publicado no dia 26 de maio de 1935 no Jornal *O Legionário*, edição nº172.

¹⁰⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) nasce no Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em 1932, durante o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em inícios de 1934, ainda acadêmico, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Em setembro seguinte, ao lado de Ivan Pedro Martins e de Edmundo Muniz, passou a integrar a comissão organizadora do I Congresso da Juventude do Brasil, promovido pelos estudantes da Faculdade de Direito com o apoio da federação, com o objetivo de congregar os estudantes em torno de posições democráticas, debatendo formas de luta contra a expansão do fascismo no Brasil, representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Nessa mesma época, ao lado de Roberto Sisson, de Francisco Mangabeira e de Francisco Chicovate, entre outros, Lacerda participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização fundada afinal em 23 de março de 1935 com o caráter de “frente popular”, cujo programa, baseado na mobilização das massas, propunha a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. Compareceu no dia 30 de março à sessão de instalação da ANL, realizada no Teatro João Caetano, no Rio, com a incumbência de lançar o nome de Luís Carlos Prestes — líder comunista então oficialmente no exílio, mas de fato clandestino no país — para a presidência de honra do movimento, sugestão que recebeu aclamação unânime dos presentes. Entre 1935-1937 esteve ao lado de membros da ANL e do

papel de imprensa... etc. poderão deter a massa na conquista dos direitos que ela exige... A massa passará esmagando os 'bonecos'".

Tais declarações impactantes de membros da ANL provocaram grande repercussão na opinião pública e na classe política, assim como atingiu parcela das massas que se viam órfãs de representatividade na sociedade, principalmente a classe operária.

Plínio Corrêa de Oliveira, em vista destas circunstâncias, mobilizou a imprensa católica paulista, representada no Jornal *O Legionário*, para defender os valores da 'questão social' segundo os preceitos da Igreja Católica. As ações e mobilizações da ANL estariam "violando a justiça e minando as bases mesmas da vida social"¹⁰⁵ - razões estas que 'seriam suficientes para que a associação fosse proibida'. As bases desta defesa seriam encontradas nas palavras do Papa Leão XIII (1878-1903), publicadas na Encíclica *Rerum Novarum* (1891):

“Por certo, que a máxima parte dos operários quereriam melhorar de condição por meios honestos, sem prejudicar a ninguém; todavia não poucos há que, embebedos de máximas falsas e desejosos de novidades, procuram a todo custo excitar tumultos e impelir os outros a violências. Intervenha portanto a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu... O remédio portanto, nesta parte, mais eficaz e salutar, é prevenir o mal com a autoridade das leis, e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão de nascer os conflitos entre os operários e os patrões”.

Todavia, para evitar as vias de fato da repressão e violência, Plínio recorreria as palavras de Pio XI (1922-1939) publicadas na Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931):

PCB, sendo preso em outubro de 1937 e liberto após o golpe do Estado Novo por insuficiência de provas. Seu rompimento com os comunistas ocorreu em 1939, conforme registrou em Depoimento, quando se convenceu que a “solução comunista” implicava na instituição de “uma ditadura, pior do que as outras, porque muito mais organizada, e, portanto, muito mais difícil de derrubar”. Esse rompimento foi consolidado com a publicação, no Observador Econômico e Financeiro, de um artigo de sua autoria encomendado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no qual contava a história do comunismo no Brasil e afirmava ao final que, graças ao Estado Novo, o PCB havia sido desbaratado e seus líderes presos. Em consequência, os comunistas acusaram-no de traidor, contrariando sua versão, segundo a qual o próprio comitê central do partido o autorizara a escrever o artigo, já que, se não o fizesse, a incumbência caberia a “um jornalista ferrenhamente anticomunista”. Foi deputado federal pelo RJ (então distrito federal) entre 1955-1960 e governador pela Guanabara entre 1960-1965, ambos pela UDN (União Democrática Nacional). (trechos da trajetória de vida de Carlos Lacerda disponibilizados pelo DHBB - CPDOC-FGV)

¹⁰⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira chamado: Ainda a Aliança Nacional Libertadora - publicado em 9 de junho de 1935, no Jornal *O Legionário*, edição nº173.

“Aos governantes compete defender toda a nação e os membros que a constituem, tendo sempre cuidado especial dos fracos e deserdados da fortuna ao proteger os direitos dos particulares. Porquanto a classe abastada, munida de seus próprios recursos, carece menos de auxílio público; pelo contrário a classe indigente, desprovida de meios pessoais, esteia-se sobretudo na proteção do Estado. Por conseguinte deve ele atender com particular cuidado e providência aos operários, visto serem eles no número da classe pobre”.

Haveria uma falta de política social ativa organizando a proteção eficiente e real da classe operária frente à ascensão de movimentos organizados como o da Aliança Nacional Libertadora.

No mês de junho de 1935, Plínio se empenharia em trazer discussões que tratavam tanto do integralismo como do comunismo, sendo contundente em críticas aos dois grupos. Segundo ele, grandes lideranças da ANL “pregariam idéias que não professariam”. O prefeito do Rio de Janeiro – Pedro Ernesto¹⁰⁶ – foi duramente criticado. Para Plínio, o “burguesíssimo” prefeito assim como outros militantes da causa à esquerda praticaria “a mistificação como nota característica e a demolição como finalidade suprema”. Todavia, “o meio de combater o comunismo não consistiria apenas

¹⁰⁶ Pedro Ernesto Batista (1884-1942) nasce em Recife. Em 1908 formou-se em medicina. Em 1918, fundou, no Rio de Janeiro, a Casa de Saúde Pedro Ernesto, uma das primeiras da cidade especializada em obstetrícia, cirurgia e ginecologia. Excelente cirurgião, Pedro Ernesto alcançou rapidamente grande reputação e prosperidade. A trajetória política de Pedro Ernesto começou efetivamente em 1922, quando aderiu ao movimento de oposição desencadeado naquele ano pelos “tenentes”, ou seja, a jovem oficialidade revolucionária do Exército. Em outubro de 1924, Pedro Ernesto aliou-se à conspiração chefiada pelo capitão-de-mar-e-guerra Protógenes Guimarães para revoltar os navios da Esquadra fundeados na baía de Guanabara, em ato destinado a apoiar o movimento revolucionário contra o presidente Artur Bernardes, deflagrado em São Paulo no dia 5 de julho daquele ano. Aderiu a Aliança Liberal e apoiou Vargas. No plano político, Pedro Ernesto ganhou notoriedade como membro do Gabinete Negro, denominação dada pela imprensa ao grupo de “tenentes” e revolucionários de origem civil que se reunia no palácio Guanabara em torno de Getúlio com o propósito de discutir o futuro do governo. Em 1933 participou da comissão organizadora do Partido Autonomista do Distrito Federal. Nas eleições de 3 de maio de 1933, o Partido Autonomista conseguiu fácil vitória, elegendo seis dos dez representantes cariocas à Assembléia Constituinte. Nos demais estados, com exceção da Bahia, os resultados revelaram o enfraquecimento do tenentismo, precipitando sua dissolução como movimento organizado. Alguns “tenentes” ingressaram em seguida na AIB, outros se incorporaram ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, enquanto outros ainda diluíram-se nos movimentos oligárquicos ou afastaram-se do cenário político. Nessa altura, combatido tanto pelos integralistas como pelos comunistas, Pedro Ernesto projetava-se como o líder partidário de maior influência no Distrito Federal, com um estilo de atuação inédito, precursor do populismo empregado por Vargas anos mais tarde. No princípio de 1935, já como prefeito do Rio, Pedro Ernesto sofreu duras críticas dos meios católicos em virtude de sua oposição ao projeto de introdução do ensino religioso nas escolas públicas do Distrito Federal. Em 30 de março do mesmo ano, cedeu o teatro João Caetano para a sessão inaugural da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política constituída pelos comunistas e os opositores de esquerda. Além disso, solidarizou-se com algumas greves operárias e movimentos populares, como a campanha para impedir o aumento do preço da gasolina. Em julho de 1935, condenou veementemente o fechamento da ANL e denunciou o perigo de implantação de uma ditadura oligárquica no país. (trechos de verbete sobre Pedro Ernesto obtido no DHBB - CPDOC-FGV)

em vociferar, principalmente quando, vociferando-se, far-se-ia propaganda do adversário”. O “melhor meio de combater o comunismo consistiria em conquistar o operariado, associando-o em organizações caracteristicamente católicas”, buscando “saciar sua alma sedenta de carinho e de justiça, suavizando-lhe o trabalho, facilitando-lhe a vida”¹⁰⁷.

Ao analisar estas possíveis incompatibilidades quanto à ‘consciência de classe’ assim como da ‘posição de classe’ de certas figuras ilustres do período, Plínio afirmava:

“Do que vale vociferar, em jornais suspeitos de “burgueses”, contra o comunismo, se não se vai ao operariado, se não se procura extirpar de sua alma o câncer da inveja e da revolta, e dar a suas justas aspirações uma real satisfação? E não é tudo. É mister, também, conquistar as elites. Não é só da alma do operário, que é mister arrancar o câncer da inveja. É necessário extirpar da alma do patrão o câncer não menos devorador de uma ganância imoderada. É necessário ensinar às “elites” os seus deveres, porque trabalhará em vão pela paz social quem quiser encarar unilateralmente o problema, vindo na recristianização de uma das classes toda a chave do problema, e fechando os olhos à recristianização da outra”¹⁰⁸.

Já a crítica dirigida por Plínio Corrêa de Oliveira aos integralistas viria em resposta a um artigo¹⁰⁹ publicado no Jornal “Diário de São Paulo” pelo Departamento de Publicidade da Ação Integralista Brasileira. Começava o artigo da AIB perguntando ‘porque não se pronunciavam os católicos definitivamente sobre o integralismo’.

A resposta de Plínio Corrêa de Oliveira era objetiva e bem clara. Os católicos não teriam obrigação alguma de se definir em relação ao integralismo. De mais a mais, o pensamento dos católicos só poderia ser definido pela autoridade da Igreja. Poderiam eles ter suas opiniões individuais sobre várias questões de ordem temporal e política, dentro dos limites permitidos pela doutrina católica, mas só a Igreja poderia, pelo Papa e pelos Bispos, “*pronunciar-se definitivamente*” sobre questões que afetassem a fé e os costumes e quando tais definições se imporiam por motivos que igualmente só à Igreja, divinamente assistida, caberia julgar. Em suas palavras:

“Não lutamos pela violência, não nos organizamos “*tão fortemente como o integralismo*” porque a Igreja não precisa dos homens mas os

¹⁰⁷ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Reconquistemo-los – publicado em 9 de junho de 1935, no Jornal *O Legionário*, edição nº173.

¹⁰⁸ id. ibid. – Idem Ibidem

¹⁰⁹ Artigo intitulado: Urgente definição - publicado no dia 9 de junho de 1935, no Diário de São Paulo.

homens é que precisam da Igreja. Afirmar o contrário é não ter fé, é não confiar nos meios sobrenaturais que constituem a força própria da Igreja e não conhecer o que seja a Igreja. A nossa confiança não está no integralismo nem em qualquer outra organização humana, mas só na Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo. Autênticos soldados da cruzada iniciada por Jackson de Figueiredo, ainda estamos em que o mundo de hoje está, tão perdido que só uma ação puramente católica o poderá evitar”¹¹⁰.

Em meio a estes debates, o tom insurrecional de algumas alas da Aliança Nacional Libertadora começava a ecoar com mais impacto nas ruas, ficando mais claro que o povo era exortado para lutar pelo poder. Reunindo comunistas, socialistas, numerosos sindicatos de trabalhadores, organizações juvenis e feministas, a ANL experimentou rápido crescimento em todo o país e liderou, no dia 5 de julho, manifestações públicas em comemoração aos levantes tenentistas de 1922 e 1924.

Entretanto, no dia 11 de julho, o presidente Vargas decretou o fechamento da ANL, cuja sede, situada no Distrito Federal, foi lacrada dois dias depois. Desde então os comunistas se empenharam na preparação de um levante armado para a derrubada de Vargas e a instituição de um governo “popular-nacional-revolucionário com Prestes à frente”, conforme dizia o editorial do semanário *A Marcha*, escrito por Carlos Lacerda.

Após o fechamento, a ANL passou a funcionar na clandestinidade e os comunistas, liderados por Prestes, iniciaram os preparativos para o movimento revolucionário que previa, em uma primeira etapa, a instalação de um governo nacional revolucionário sob a chefia de Prestes. Numa segunda etapa seria organizado o governo soviético dos operários e camponeses. O movimento seria iniciado com levantes militares em várias regiões e deveria contar com o apoio da massa proletária que desencadearia greves em todo o país.

Entre 1930 e 1935, presenciáramos a convivência de vários projetos políticos que, cada qual a seu modo, tentavam oferecer ao Brasil uma nova ordem político-jurídica. Comparadas entre si, as alternativas eram múltiplas e díspares, mas expressivas de um país que vivenciava um ‘capitalismo retardatário e dependente’. E foi esse mesmo capitalismo que ofereceu condições para a implementação de um regime autoritário cujo discurso apoiava-se na idéia de que o Brasil necessitava de um novo modelo de Estado: forte, industrializado, capitalista (CARNEIRO, 1999).

¹¹⁰ Plínio escreve o artigo em resposta ao Departamento de Publicidade da AIB usando o mesmo título utilizado pelos integralistas -“Urgente definição”- em 23 de junho de 1935, em *O Legionário*, edição nº174.

Nesta seara, o pensamento católico, segundo Plínio Corrêa de Oliveira, teria uma “tarefa árdua pela via do jornalismo”. Assim, tornar-se-ia cada vez mais atual “O Legionário” relacionar os assuntos de que ele tratava no campo religioso com as questões do momento, formulando freqüentes críticas, quer a políticos, quer a escritores, quer à imprensa. Entretanto, “O Legionário” não teria em vista, de modo principal, “a conversão de hereges ou de pecadores”. A principal finalidade do “O Legionário” seria o de orientar a ‘opinião dos que já seriam católicos’. Não haveria no período em questão, um jornal católico que tivesse condições de competir com os jornais diários da grande imprensa, que faria com que “a maioria dos católicos ingerisse sem antídotos todos os venenos que lhe seriam ministrados pela imprensa quotidiana”¹¹¹.

Para efeito de comparação, o Jornal *O Legionário* - que tinha aprovação eclesiástica e era oficioso da Arquidiocese de São Paulo - tinha publicação quinzenal. A partir de agosto de 1936, o jornal passará a ser semanal.

Haveria uma ‘tonalidade de católicos’ no Brasil – ‘católicos liberais, católicos socialistas, católicos semi-paganizados’ - sendo que, segundo Plínio, só teria uma ‘tonalidade autêntica’ - a de Roma.

A partir desta situação do catolicismo e das condições com as quais a imprensa católica poderia agir/reagir no meio social e político, Plínio Corrêa de Oliveira considerava que as chances de preservar valores e preceitos cristãos se tornavam cada vez mais dificultados em razão da ebulição de pensamentos políticos/ideológicos na imprensa da época, encontrando sua principal oposição no marxismo.

Após a entrada na ilegalidade da ANL em julho, a mesma buscava criar mecanismos que possibilitassem sua atuação junto a diferentes grupos da sociedade. E além da formação das primeiras células, além da propaganda oral e dos panfletos distribuídos à porta das fábricas, junto a colonos do interior, etc; também trataram imediatamente os chefes da ANL de utilizar um dos principais canais pra fazer valer sua bandeira frente aos variados estratos sociais de então - a imprensa.

Plínio considerava que a colocação da ANL na ilegalidade não poderia ser vista pelo governo como uma vitória definitiva frente às ações da Internacional Comunista no Brasil. Seria ‘incompreensível o simples fechamento da ANL; seria uma medida incompleta, pois seus órgãos de publicidade não teriam sido suspensos, nem

¹¹¹ Artigo – Ofensiva? – publicado em 29 de setembro de 1935, edição nº181 – Jornal *O Legionário*.

seus chefes detidos'. Haveria para Plínio "inércia governamental e uma cumplicidade da oposição". Em suas palavras:

"A oposição, em sua maioria composta de representantes de partidos conservadores, se acumpliciam com o extremismo comunista, fazendo pura demagogia, unindo-se aos comunistas declarados ou não, desde que veja nisso os seus pequeninos interesses de oposição que quer ser governo..."¹¹²

Tais declarações de Plínio eram feitas quando se tinha início a Revolta Comunista. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18 km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O final do ano de 1935 marcou o início de uma violenta repressão do governo central a todos os opositores do regime. Foram feitas milhares de prisões, não somente de comunistas como de simpatizantes e integrantes da ANL, de socialistas, trotskistas e anarquistas. Muitos não haviam participado do movimento revolucionário e nem dele haviam tomado conhecimento. A repressão à revolta de novembro atingiu o prefeito do Distrito Federal, deputados, senadores e simples opositores dos governos estaduais e do regime de Vargas. A tentativa de derrubada do governo foi utilizada como justificativa para uma maior concentração de poder nas mãos do governo central.

Para Faoro, após a Revolta Comunista:

"A atividade repressiva... desencadeada após o frustrado ataque de novembro de 1935, além de situar o governo federal no centro das forças empenhadas na defesa da ordem, dota a União de amplos poderes de controlar a manifestação da opinião e dos debates no Congresso. Desde o final de 1935, as forças armadas, por seus generais, sentem que o estatuto de 1934 será apenas um *intermezzo* incômodo, perturbador, capaz de ameaçar o curso pacífico das transformações sociais". (FAORO, 2001, p.841)

Com a Revolta Comunista sendo contida e suas principais figuras neutralizadas, o medo do comunismo aglutinou em torno de Vargas forças que até então

¹¹² Artigo: As atividades comunistas no Brasil – publicado no Jornal *O Legionário*, de 24 de novembro de 1935, edição nº185.

lhe eram contrárias¹¹³. Plínio, apesar de ser opositor de Vargas, se alinharia com o governo do mesmo no combate efetivo ao comunismo.

Como consequência da revolta de 1935, a repressão se centralizaria nas forças do centro. Além disso, o presidente, “de frieza maquiavélica, para os conservadores, resplandeceria, no povo, como o mito, capaz de todas as artes”. A força militar não atuaria apenas movida no combate ao comunismo: ela queria, principalmente, ‘modernizar o país’, com a indústria siderúrgica. Desandar o caminho percorrido era impossível, senão ao preço da luta social. O rumo estava a indicar a retomada, também formalmente, “do governo autoritário, por via militar ou civil”. Getúlio Vargas evitaria o comunismo¹¹⁴, conciliando o operariado, e se afastaria do fascismo, oficializando os grupos de pressão capitalistas. O centro de equilíbrio, igualmente afastado dos extremismos, “não se situaria na democracia, nem no liberalismo” (FAORO, 2001).

As ações de combate ao comunismo não se limitaram ao governo central. No início de 1936, o governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, do Partido Constitucionalista, fazia um discurso em banquete oferecido às forças armadas na qual definia quais seriam as linhas mestras pra combater a ideologia do comunismo¹¹⁵.

¹¹³ Após a eleição indireta para presidente vencida por Getúlio Vargas - em julho de 1934 - Plínio deixava clara sua oposição à Vargas. Em suas palavras: "A muita gente poderá parecer estranho que eu, candidato à Constituinte da Liga Eleitoral Católica, tivesse sufragado o nome de um positivista, como é o Sr. Borges de Medeiros. Entretanto, a verdade é esta: as idéias atuais do Sr. Borges de Medeiros, em matéria religiosa, podem ser endossadas quase sem restrições por qualquer católico. O espírito do grande político gaúcho evoluiu muito, nestes últimos anos, no sentido do Catolicismo. Antes da eleição, conversei a esse respeito com o Sr. Alceu Amoroso Lima, que foi o coordenador do elemento católico dentro da Assembléia. E ambos concluímos que realmente não mais existe um motivo sequer, de ordem religiosa, que ponha em conflito um sincero católico com o nome do Sr. Borges de Medeiros". Diário da Noite, 18 de julho de 1934, reportagem: A eleição do presidente da república.

¹¹⁴ Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo Executivo. O estado de sítio foi prorrogado até junho de 1937. Foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos e crimes contra as instituições políticas e sociais. O atestado de ideologia passou a ser exigido para todos os que exercessem cargos públicos e cargos sindicais. Finalmente, foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional, destinado a julgar os implicados na Revolta de 1935. De setembro a dezembro de 1936, o total de sentenciados pelo Tribunal chegou a 1.420 pessoas (trechos de informações sobre a Revolta Comunista de 1935 – DHBB - CPDOC-FGV).

¹¹⁵ Tais linhas eram: 1) O perigo comunista exige uma repressão enérgica, e o Brasil não está disposto a adormecer às portas do cataclismo, como certas democracias européias; 2) no cenário da política nacional, São Paulo está disposto a apoiar com todo o peso de seus valores políticos e sociais, a luta contra o comunismo; 3) no entanto, cumpre ponderar que qualquer alteração no regime presidencial vigente só pode ser inócua quando não inconveniente; 4) que o comunismo visa resolver um problema que tende a desaparecer espontaneamente do cenário mundial e que nunca adquiriu forma e consistência no Brasil: a saber, a hipertrofia do capitalismo, a qual está sendo abolida na maior parte dos países europeus, e que nunca existiu no Brasil; 5) que o mal é moral, e principalmente pela educação pode ser corrigido; 6) que para remediá-lo o Estado se deve apoderar da Educação, e fazer circular nesta uma forte

Tais linhas defendidas pelo governador Armando Sales de Oliveira ecoaram entre grupos católicos, e Plínio Corrêa de Oliveira saiu em defesa de tais palavras. Todavia, Plínio fazia algumas ressalvas e elogios com relação a algumas linhas do discurso de Armando.

A questão do nacionalismo (tese 6 do discurso de Armando), segundo Plínio, por si só não bastaria. E indagava:

“Terá ele salvo a Alemanha de um partido que, como o nazista, sob pretexto de combater o comunismo, estabeleceu um regime que é primo-irmão do de Moscou? Por mais nobre que seja, terá o nacionalismo virtudes suficientes para desinfetar todos os ambientes do vírus comunista? E se assim é, como se explica que os chefes da Aliança Libertadora nenhuma dificuldade sentiram em pregar o nacionalismo ao lado do comunismo, para iludir nossas massas? É certo que, para homens cultos, nacionalismo e comunismo “*hurlent de se trouver ensemble*”. No entanto, para a ignorância do homem da rua, nenhuma incompatibilidade existe entre uma e outra coisa, e, para o temperamento acomodatório do brasileiro será muito fácil aceitar uma forma de comunismo que, na prática senão na doutrina, se harmonize com pregações hiper-nacionalistas”¹¹⁶.

Com relação à tese 8 do discurso de Armando, Plínio considerava que não haveria dúvidas sobre a necessidade que o “Estado teria de apelar para a cooperação da Igreja, na defesa de instituições que interessassem tanto a Religião quanto a Pátria”. Segundo Plínio, nacionalismo sem Religião seria coisa impossível. Porque “nacionalismo significaria patriotismo”. Patriotismo “significaria sacrifício aos interesses superiores do País”¹¹⁷.

Nas palavras de Plínio, o Brasil seria um país de imigração. Cada imigrante que aqui aportaria seria um reservatório de forças humanas que, posto em contato com os recursos naturais nacionais, ainda inexplorados, passaria necessariamente, a ser um gerador de prosperidade. O “xenofobismo seria, pois, no Brasil, uma tolice”. O interesse do povo brasileiro “não consistiria em professar um nacionalismo agressivo, revestido de arame farpado”. Tal nacionalismo consistiria em oferecer ao imigrante a capacidade de o mesmo fazer pelo Brasil os maiores sacrifícios, e assim ser o merecedor da “mais absoluta confiança de seus patrícios, brasileiros”.

corrente de nacionalismo; 7) que esse trabalho deve ser feito principalmente nas Universidades civis e nos cursos militares superiores; 8) que, na luta contra o comunismo, devem cooperar todas as forças sociais, máxime a Igreja, aliada natural de todos quantos defendem a civilização cristã.

¹¹⁶ Artigo – O discurso do Municipal - publicado em 2 de fevereiro de 1936, no Jornal *O Legionário*, edição nº190.

¹¹⁷ id.ibid – Idem Ibidem

Todavia ele questionava:

“As recentíssimas manifestações, fascistas, e especialissimamente as manifestações hitleristas aqui realizadas no Clube Germânia têm um significado profundamente antinacionalista (agora, no sentido brasileiro da palavra). Mantendo as suas diversas colônias ligadas sempre à Mãe Pátria, os consulados de certas potências tendem a transformar os seus patrícios residentes no Brasil não mais em fecundas sementes de prosperidade, destinadas a se entranharem no nosso solo, nele se radicarem e produzirem frutos no Brasil e para o Brasil; mas em verdadeiros quistos inassimiláveis pelo sentimento de brasilidade dos nacionais”¹¹⁸.

Merece ser destacado que em março de 1936, mais exatamente ao dia 21, o decreto nº702 instituía o Estado de Guerra¹¹⁹ a nível nacional.

Após a aplicação de tal decreto, Plínio considerava que “os jornais contavam a prisão de numerosos líderes comunistas, um senador, deputados, o Prefeito do Distrito Federal, professores universitários, etc., etc. E, no entanto, nada dizia claramente sobre prisões de elementos proletários”. Seriam os “*leaders*” comunistas “*burgueses que nunca teriam se negado em mostrar suas preferências pelo credo marxista e se aproveitavam das posições de mando que o Estado burguês lhes havia confiado, para levar a efeito uma tenaz campanha a favor do comunismo*”. Entre os “prisioneiros políticos”, figurariam diversas pessoas intimamente ligadas ao “situacionismo dominante”¹²⁰.

A caminhada rumo a um autoritarismo cada vez mais centralizador e repressor contra o comunismo e certos setores opositores trariam pro mesmo espectro a elite política paulista e o poder central, como pode ser encontrado em precioso depoimento do deputado Aureliano Leite, correligionário do Ministro da Justiça, Vicente Rao:

“A solidariedade de Armando (a Vargas) levou-nos, os seus deputados e o ministro da Justiça, a colaborar ativamente na Lei de Segurança e na Emenda Constitucional criando o Estado de Guerra e o Tribunal de

¹¹⁸ Artigo – Patriotismo – publicado em 10 de maio de 1936, edição nº197 – Jornal *O Legionário*.

¹¹⁹ Situação em que uma nação, com ou sem declaração de guerra, inicia hostilidades contra outra suspendendo internamente todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional. Prevista em todas as constituições brasileiras, em 1935 essa situação foi equiparada, através da Emenda Constitucional nº 1, à “comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais”. Com essas características foi decretado o estado de guerra no país nos anos 1936-1937. Instaurado pelo Decreto nº 702, de 21 de março de 1936, com vigência inicial de 90 dias, prorrogado entretanto até meados de junho de 1937, o estado de guerra voltou a ser implantado em 2 de outubro de 1937, pelo Decreto nº 2.005, vigorando até 10 de novembro do mesmo ano, quando foi decretado o Estado Novo.

¹²⁰ Artigo – Perigo Irreal – publicado em 12 de abril de 1936, edição nº 195, Jornal *O Legionário*.

Segurança Nacional. Acusou-se disso muito a Rao e Armando. Mais tais instituições eram necessárias para o tempo”¹²¹.

3.1.2. O sucessor do ‘Sr. Getúlio’ é o próprio ‘Sr. Getúlio’

Será em meio a este processo de enrijecimento da aplicação das leis de ordem pública e social que começaria as preliminares do que deveriam ser as eleições de 1938. Merece ser destacado, conforme mostra Faoro (2001), que ainda em 1935, três anos antes do término do mandato presidencial, Vargas utilizar-se-ia do expediente de outros tempos: “antecipar o debate sucessório”.

No segundo semestre de 1936, em nome do Partido Constitucionalista – o deputado federal Paulo Nogueira Filho¹²² - discursaria em defesa do rejuvenescimento da democracia, pela formação de “grandes partidos políticos”, que viessem a ser, simultaneamente, ‘órgãos de educação física, cívica e moral, e de direção eleitoral’. De modo geral, seria um discurso pela modernização dos partidos políticos, e pela participação dos mesmos em variadas esferas da vida do cidadão. Tais proposições levantadas por Nogueira fizeram com que Plínio Corrêa de Oliveira fizesse uma crítica onde buscava delimitar qual seria o “verdadeiro papel de um partido político frente às demais instituições existentes”, casos da ‘Igreja’ e do ‘Estado’¹²³.

Segundo Plínio, em primeiro lugar, a educação moral não incumbiria a qualquer Partido, mas à Igreja e ao Estado. Os partidos políticos “manipulariam

¹²¹ Esse depoimento de Aureliano foi extraído de seu livro *Páginas de uma longa vida*, p.260 editado em São Paulo pela Livraria Martins – citação encontrada em RAMOS (1980, p.176).

¹²² Paulo Nogueira Filho (1898-1969) nasce em São Paulo. Descendente de famílias abastadas, proprietárias de fazendas e indústrias, Paulo Nogueira Filho conviveu desde a infância com destacadas personalidades do mundo econômico e político da época, como Manuel de Campos Sales, José Gomes Pinheiro Machado, Carlos Guimarães, José Maria Whitaker e outros. Formou-se em Direito e entrou para o mundo da política. Em 24 de fevereiro de 1926, surgiria o Partido Democrático (PD) de São Paulo, cuja comissão organizadora se reuniu pela primeira vez na casa de Antônio Prado e elegeu Paulo Nogueira Filho para a secretaria geral. A nova agremiação defendia as instituições da democracia liberal, lutando especialmente pela reforma eleitoral e o voto secreto, mas era deliberadamente vaga na definição das principais reivindicações trabalhistas, defendendo “todas as medidas que interessam à questão social”. Paulo Nogueira Filho cooperou diretamente com a chefia do movimento revolucionário de 1932. Com a derrota da revolução no início de outubro de 1932, Paulo Nogueira Filho partiu para o exílio, de onde retornou no ano seguinte. Em outubro de 1934, foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Constitucionalista, passando a apoiar a candidatura afinal vitoriosa de Armando de Sales Oliveira ao governo estadual. Em maio de 1935 iniciou seu mandato na Câmara dos Deputados. Favorável à rigorosa Lei de Segurança Nacional, apoiou em julho o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política “contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio”. Além de ser deputado federal entre 1935-1937, foi Constituinte em 1946, e novamente deputado federal entre 1946-1951. (trechos da trajetória de vida de Paulo Nogueira Filho obtidos no DHBB - CPDOC-FGV)

¹²³ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Em torno de um discurso – publicado em 5 de julho de 1936, em *O Legionário*, edição nº201.

violentamente a mentalidade das massas” e “hipertrofiariam nelas a noção da importância da política”. Apareceria desta maneira, uma “espécie de misticismo político”, que colocaria “as preocupações partidárias acima do patriotismo”, acima do sentimento de “respeito à autoridade constituída”, e principalmente acima do “sentimento religioso”¹²⁴. Portanto, para Plínio:

“a idolatria dos *leaders*”. Todos os *entraineurs* de massas sabem muito bem que, se uma multidão é capaz de um entusiasmo igual a X, por um determinado ideal, ela é capaz de um entusiasmo igual a X MAIS MIL, se esse ideal se concretiza em um homem apontado, por uma propaganda sagaz, como o salvador do País. É curioso como a nossa época, que repudiou o Salvador, procura salvadores. Por toda parte eles pululam. Aos poucos, o prestígio de programa partidário vai desaparecendo, para só ficar o prestígio do mentor do Partido. É um homem, que se apodera da opinião pública, e que, com a onipotência nas mãos, governa o País, prescindindo do apoio de quaisquer forças organizadas, quer de ordem espiritual como a Igreja, quer de ordem econômica como as corporações, quer de ordem intelectual como as instituições culturais, as sociedades científicas, as associações técnicas, etc”¹²⁵.

A vida partidária hipertrofiada “asfixiaria e sufocaria necessariamente a democracia”. De maneira que as “modernas democracias provocariam excesso de vitalidade de seus órgãos” – os partidos.

Neste contexto, novas críticas surgiam com relação ao Integralismo na imprensa. Embora o integralismo pretendesse ser um instrumento para a instauração do Estado integral, recusava-se a ser assimilado, num primeiro instante, a um partido político e proclamava-se apenas como movimento cultural e cívico. Esse fato se explicaria mais por razões de estratégia política e coerência ideológica do que por apolitismo. Em 1936, quando a AIB apresentou Salgado como candidato à presidência da República, e mesmo antes, por ocasião das eleições legislativas e municipais, ela transformou-se em partido político, competindo eleitoralmente. A transformação do movimento em partido coincidiu também com a passagem da fase “revolucionária” do integralismo à sua fase “eleitoral”, o que exprimiu uma definida mudança de tática política, diante da sucessão de Vargas.

Todavia, as críticas que surgiam dirigidas ao Integralismo faziam referência a um dos ‘delicados aspectos da doutrina integralista’, que seria, para Plínio Corrêa de Oliveira, “seu caráter interconfessional, que procuraria observar uma estrita

¹²⁴ id. *ibid.* – Idem *Ibidem*

¹²⁵ id. *ibid.* – Idem *Ibidem*

norma de neutralidade, nas suas relações com as diversas correntes religiosas existentes no País”. O chefe do Departamento de Doutrina da AIB - Miguel Reale - fazia questão em frisar que não haveria diferença entre o Deus que figuraria no lema integralista, de um Deus que figurasse na doutrina espírita, protestante, etc. Tais afirmações de Reale faziam com que Plínio definisse o Integralismo como uma doutrina que não era católica nem anticatólica. “Teísta”, “ela consideraria por um prisma de pretensa neutralidade todas as religiões”.

Plínio Corrêa de Oliveira fazia questão em dizer que “nunca compreendeu a posição religiosa dos legionários do sigma”; uma vez que tradicionalistas como se apresentavam, era de se imaginar que buscariam assegurar a primazia da Igreja Católica sobre as demais correntes religiosas, às quais seriam apenas facultadas as liberdades de cultos devidamente regulamentados. E se mostrava impressionado com as palavras de “certos amigos integralistas” quando tratava desta questão sobre o papel do catolicismo no integralismo:

“Expondo esse modo de ver a muitos amigos integralistas, eles me têm respondido que tal atitude alienaria necessariamente, dos integralistas, o apoio dos protestantes, dos espíritas etc. E que uma corrente que dá seus primeiros passos não pode prescindir de apoio algum, seja ele qual for, desde que não venha de comunistas”¹²⁶.

Como “corrente que não pudesse prescindir de apoio algum”, Plínio Corrêa de Oliveira considerava que não seriam apenas motivos táticos, que conservariam ao Integralismo seu caráter interconfessional, havendo, “na medula de seu pensamento, uma tendência doutrinária má”, que, se não fosse corrigida a tempo, prejudicaria a fundo a AIB, e mesmo o Brasil¹²⁷.

Com relação ao “caráter interconfessional” do Integralismo – questionado por Plínio Corrêa de Oliveira - merece destaque o avançado estudo sobre o integralismo feito por Hélió Trindade, que contou com um avançado survey que veio a analisar o contexto sociológico individual dos integralistas. No que remete a religiosidade dos integralistas, haveria uma diferença considerável da filiação religiosa dos ‘dirigentes nacionais e regionais’ em comparação aos ‘dirigentes locais e aos militantes de base’. Destaca Trindade:

¹²⁶ Artigo - Na expectativa – escrito por Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 23 de agosto de 1936, em *O Legionário*, edição nº206.

¹²⁷ id.ibid – Idem Ibidem

“A quase totalidade dos militantes integralistas se proclama cristã; embora o grupo majoritário seja de confissão católica, não se pode esquecer a presença de um grupo considerável de protestantes dentre os integralistas de base, em geral descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina”¹²⁸. (TRINDADE, 1979, p.146)

Em 11 de setembro de 1936 era aprovada a lei nº244, que autorizava a organização do Tribunal de Segurança Nacional para julgar sumariamente as vítimas do Estado de Guerra.

Neste período de 1936, já começaria a surgir às primeiras medidas repressivas que os tribunais poderiam passar a aplicar contra os integralistas que conspirassem contra a ordem pública. Em meio a este cenário, Plínio Corrêa de Oliveira considerava que seria “preciso extirpar o comunismo, para se ver extirpado o Integralismo”. A democracia deveria “matar pela raiz o comunismo”, assim:

“... o integralismo se verá desfalcado das melhores armas com que luta atualmente. Leão sem garras, poderá urrar, mas já não poderá ferir. E, aos poucos, seus urros diminuirão e se sumirão dentro do ambiente geral de felicidade e despreocupação”¹²⁹.

Portanto, no dia em ‘que se tivesse exterminado o comunismo, seria golpeado de morte o integralismo’. Ao se ‘arruinar os vendedores de soro, matar-se-iam as cobras’¹³⁰.

Schwartzman (1982) mostra que o integralismo, que no começo é um aliado importante, que joga na centralização do Estado como uma forma de conseguir a sua própria força, no final vai passando a ser recusado. Isto ocorre em razão do “fortalecimento de um Estado cada vez mais desmobilizador”.

A AIB sofrerá uma reorganização no ano de 1936, aumentando o número de órgãos executivos e ampliando suas funções. Os antigos departamentos tornam-se novas e poderosas secretarias. Em junho de 1936, o Chefe (Plínio Salgado) instituiu outras secretarias: Organização Feminina e da Juventude (Plinianos), Imprensa, Relações Exteriores e Assistência Social. Em setembro de 1936, a organização passa a contar com um Conselho Jurídico Nacional para orientar e defender a AIB junto à justiça brasileira (TRINDADE, 1979).

¹²⁸ As tabelas com os números absolutos do survey organizado por Héliog Trindade indicavam que entre os dirigentes nacionais e regionais, 92% teriam filiação religiosa católica. Já entre os dirigentes locais e militantes de base, a filiação religiosa católica caía para 61%, e 35% seriam protestantes.

¹²⁹ Artigo – Cobras, cordeiros e governadores – publicado no Jornal *O Legionário*, de 11 de outubro de 1936, edição nº213.

¹³⁰ id.ibid – Idem Ibidem

Retomando novamente as análises de Plínio Corrêa de Oliveira sobre a conjuntura de então, mereceria destaque a tentativa do pensador católico em analisar a posição do Papa Pio XI perante a esquerda e a direita. Para Plínio, por mais inexplicável que pudesse parecer, ‘comunistas e direitistas’ estariam tacitamente conjurados entre si no propósito de contestar a eficiência da Igreja na “salvaguarda da civilização”¹³¹.

Plínio constataria que a partir de meados do século XIX, quando era publicado o famoso “Manifesto” de Karl Marx - o ponto inicial de todo o movimento comunista - ‘a Igreja teria sido a bigorna sobre a qual se passaria a desferir, sucessivamente, os mais duros golpes das forças revolucionárias’. Marx dizia que a ‘Religião é o ópio do povo, e que seria impossível levantar as massas contra a burguesia enquanto vibrasse na alma popular o mais leve sentimento religioso’. Desta forma, acabava-se por concluir que os obstáculos levantados pela Igreja ao comunismo seriam tais, que ‘sua cabal destruição deveria ser visada por quantos se empenhassem na destruição da família e da propriedade’. Um “exemplo cabal disso seria os comunistas que se apoderaram da Rússia em 1918”, que passaram a ‘tratar de destruir radicalmente o espírito religioso do povo russo’, atacando com ‘particular virulência’ os templos católicos estabelecidos em seu território¹³².

Em meio a este processo de ascensão de forças e perspectivas de ação e pensamento revolucionário, Plínio afirmaria que os ataques feitos a Igreja Católica eram de molde a promover e apontar às massas uma idéia de instituição que promovesse ou ‘fomentasse a tirania’. No outro lado, os preconceitos liberais estariam tornando a burguesia fadada a cegueira, de tal maneira que, embora seus próprios adversários lhe apontassem na ‘Igreja a única tábua de salvação’, muitos se abrigariam ‘à sombra da Cruz’. Logo, o apoio de uma burguesia interessada em manter a “ordem social vigente” não se confirmaria¹³³.

Considerando os cerca de 20 anos da ocorrência da Revolução Russa, Plínio destacaria a “argúcia dos comunistas”, que para evitar que o movimento de reação antiliberal beneficiasse à Igreja, cessaram bruscamente de apontá-la como ‘fomentadora de tirania’, chegando a silenciar totalmente sobre o catolicismo, e passando a lançar seus altos brados contra os “partidos da direita”, “fascistas”,

¹³¹ Artigo – O Papa perante a esquerda e a direita – publicado em *O Legionário*, 01 de novembro de 1936, edição nº216.

¹³² id.ibid – Idem Ibidem

¹³³ id.ibid – Idem Ibidem

“hitleristas”, “integralistas”, como sendo o ‘mais real obstáculo à sua ação subversiva’. Em vista disso, Plínio consideraria um erro a Igreja se apoiar nas “direitas” de então, tal qual já ocorreria entre alguns setores católicos. Em suas palavras:

“Os partidos da direita tem contribuído para reforçar esta impressão. Eles se apresentam como os únicos paladinos da civilização e incitam os católicos a apoiá-los, sob pena de perecerem irremissivelmente. Dir-se-ia que o Catolicismo precisa como escora, do fascismo, do hitlerismo, dos “*Croix de Feu*”, para se salvar. Ou a Igreja se protege à sombra das direitas, ou o mundo desabarará. Em mais de um setor da direita, o católico que não enverga camisa de cor partidária é tido como relapso, judaizante, como maçonete. O Santo Padre mostrou claramente que seria vã a reação das direitas se não existisse no mundo a Igreja Católica e que é Ela, mais do que qualquer outra força contemporânea, que escora ainda a civilização atual, contra as investidas de seus adversários”¹³⁴.

A conjuntura internacional faria com que Plínio Corrêa de Oliveira buscasse analisar o papel do catolicismo a partir da América Latina. E sua observação sobre o papel do catolicismo latino-americano nasceria de uma crítica ao “Sr. Blum”¹³⁵, primeiro-ministro francês que teria efetivado uma aliança diplomática e comercial com a União Soviética. Esta seria apenas uma das “alianças” que ocorreriam ao redor da Europa e das Américas, que viriam segundo Plínio, a provocar em um breve futuro, um cenário de catástrofe para várias nações, afetando principalmente os interesses ‘supremos da Igreja e da civilização’. Segundo Plínio:

“A Europa e os Estados Norte-Americanos estão a braços com problemas tremendos. Dentro em pouco - e só os cegos podem contestá-lo - virá um dilúvio internacional: a guerra mundial está a bater às portas da civilização do Ocidente. Depois deste dilúvio, o que ficará da velhíssima Ásia, da Europa agonizante, da América do Norte precocemente arrastada a uma crise mortal? Ninguém poderá dizê-lo. Mas o que é certo é que, à margem deste mundo corrompido e destruído, ficará, virginalmente intacta, a América Latina. E é de suas entranhas, que terá de brotar a nova civilização”¹³⁶.

¹³⁴ id.ibid – Idem Ibidem

¹³⁵ Leon Blum (1872-1950) foi um político francês, chefe do Partido Socialista, conhecido historicamente por ter liderado o *Front Populaire*. Em 3 de maio de 1936, tivera lugar na França o segundo turno das eleições legislativas. O escrutínio deu maioria a uma coalizão de esquerda, o *Front Populaire*, conduzido por Leon Blum, que se tornou primeiro-ministro, sendo considerado um chefe carismático, então com 64 anos. O *Front Populaire* era uma aliança eleitoral formada dois anos antes pelos três grandes partidos de esquerda: o Partido Comunista, de Maurice Thorez, o Partido Socialista, de Leon Blum, e, mais ao centro, o Partido Radical-Socialista, de Edouard Daladier. Sua vitória provoca nas classes populares uma esperança tanto maior porquanto o país estava paralisado, havia muitos anos, por uma crise econômica derivada do ‘crash’ de Wall Street de 1929.

¹³⁶ Artigo – Unidade Nacional – publicado em 22 de novembro de 1936, em *O Legionário*, edição nº219.

Para que a América Latina estivesse preparada para ‘tão sublime missão’, ela teria que estar “unida e coesa”. Seria “erro imperdoável se as nações irmãs suscitadas por Deus para a mesma luta e a mesma vitória”, dessem origem ao “germe da discórdia intestina”. Se a “raça latino-americana” se dividisse, ela seria “destruída pelos inimigos comuns”. Nessa “América Católica” que nasceria da “Igreja e da Ibéria”, caberia ao Brasil a liderança. Tal “unidade continental” também centralizaria a direção da “política sul-americana”¹³⁷.

Ao fim de 1936, Plínio Corrêa de Oliveira reconheceria que a ação da Liga Eleitoral Católica na Assembléia Constituinte de 1933/34 teria sido ‘positiva’, uma vez que teria elegido diversos deputados que eram representantes lídimos e exclusivos do Catolicismo; teriam sido sufragados, nas listas partidárias, numerosos deputados conhecidos simpáticos ao Catolicismo; mesmo alguns candidatos indiferentes a assuntos religiosos se comprometeram a defender as reivindicações católicas; e finalmente, foram aprovadas todas as reivindicações católicas, não somente as que eram esperadas e desejadas pelos católicos, mas algumas que os católicos desejavam, mas não tinham certeza de obter. Entretanto, tudo que ocorrera de ‘positivo’ se limitaria unicamente ao ‘processo constituinte’. Na realidade nacional pós-constituente, as reivindicações católicas conquistadas na Assembléia teriam ficado no “tinteiro”. E bem no “fundo do tinteiro”¹³⁸.

Para Plínio, dias após as eleições de 1934, a realidade da Liga Eleitoral Católica (LEC) passava a apresentar “resultados negativos”. Um dos mais ‘rijos inimigos das reivindicações católicas’, o deputado Pedro Aleixo, apresentou um projeto suprimindo o ‘voto livre’. O eleitor ‘não poderia compor mais uma chapa mista, escolhendo elementos de diversos partidos políticos’. Deveria ‘votar em chapas completas’, apresentadas pelos Partidos. Desta forma, esse projeto:

“... implicava em manietar a Liga Eleitoral Católica. O deputado Barreto Campelo (eleito pela LEC) desenvolveu contra ele uma oposição brilhante e tenaz. Mostrou o representante católico de Pernambuco, à saciedade, o inconveniente que ele encerrava. Mas o projeto foi aprovado, e a Liga foi degolada pelos próprios deputados que ela elegera, votando contra o projeto Pedro Aleixo apenas um reduzidíssimo número de católicos da Assembléia. Tristão de Athayde

¹³⁷ id.ibid – Idem Ibidem

¹³⁸ Artigo: Porque estamos sós - publicado em 20 de dezembro de 1936, em *O Legionário*, edição nº223.

estava tão pessimista – com toda a razão – que nem sequer tentou modificar o curso dos acontecimentos”¹³⁹.

A Assembléia funcionou mais nove meses¹⁴⁰. E não regulamentou uma “única reivindicação católica”. Com o funcionamento da Câmara, já em 1936, ‘nada ainda teria sido feito’. Segundo Plínio e outros membros da LEC, o casamento religioso estava “enterrado” em alguma comissão. As “capelanias não existiam”, a despeito da “enorme propaganda comunista nas forças armadas”. O ‘sindicalismo católico’ não poderia desenvolver-se porque “a liberdade sindical da constituição não teria sido regulamentada”. Portanto, os católicos, em 1934, teriam sido de uma “inabilidade pasmosa” e as maiorias das conquistas teriam se tornado “letra morta”¹⁴¹.

O ano de 1937 teria seu início, e nas palavras de Plínio, finalmente, “depois de tergiversações e demoras inexplicáveis”, organizava-se a ‘justiça de exceção’. Inquiriam-se as primeiras testemunhas. Quase todas elas estavam sendo recrutadas entre os ‘mais altos funcionários do Estado’, entre ‘amigos íntimos do Governo Federal’. Plínio demonstrava que existiria a possibilidade de ocorrer ‘a inteira inocência de acusados cuja culpabilidade era mais do que evidente’¹⁴².

Conforme destacou Guerreiro Ramos (1982), o marxismo-leninismo, todavia, reprimido frontalmente em sua “manifestação subversiva de 1935”, foi, por assim dizer, mantido em “rédea curta até 1945”. Mas, a partir desta data, graças ao seu “suporte externo, propagandístico e político”, fortaleceu-se crescentemente em seu papel periférico do nosso cenário intelectual.

Em vista dos mais de seis anos da ocorrência da Revolução de 30, Plínio Corrêa de Oliveira recorreria a uma reflexão feita em nota do “Estado de São Paulo” por Plínio Barreto:

“A república de hoje é, no final das contas, a mesma coisa que a república anterior a 1930? Não é sem sobressaltos que formulamos essa interrogação e não é sem angústia que aguardamos a resposta que a elas os fatos darão. Tanta coisa estranha temos contemplado nestes últimos tempos no cenário político, que já vamos sentindo, dentro em nós, vacilar a fé na sinceridade e na pureza dos ideais políticos de muitos revolucionários de 1930 e no poder de renovação de princípios

¹³⁹ id.ibid – Idem Ibidem

¹⁴⁰ Merece ser destacado que com a promulgação da Constituição de 1934, que ocorreu em 16 de julho, os deputados constituintes tiveram seu mandato estendido até maio de 1935.

¹⁴¹ Artigo: Porque estamos sós - publicado em 20 de dezembro de 1936, em *O Legionário*, edição nº223.

¹⁴² Artigo escrito por Plínio Corrêa de Oliveira – Meia volta, volver – publicado em 17 de janeiro de 1937, edição nº227, jornal *O Legionário*.

e costumes dos nossos mais graduados pregadores da democracia. O interesse individual continua, como outrora, a ser o motivo determinante dos acontecimentos políticos de quase todas as atitudes que os políticos assumem? “A essa crítica, infelizmente, nem todas as intervenções, ultimamente decretadas, poderão escapar. “O que nelas, em geral, predomina é menos o interesse público que o interesse político de certos grupos ou indivíduos”¹⁴³.

Segundo Plínio, o mal do Brasil seria moral. Em 30, o elemento liberal teria procurado dar-lhe um ‘remédio político’, entretanto teria fracassado. E todos os que quisessem resolver por via ‘meramente política a crise brasileira’ tenderiam ao fracasso.

As especulações sobre possíveis candidatos a sucessão presidencial já começavam a ganhar grande destaque na imprensa, todavia, Plínio e ‘O Legionário’ consideravam que os católicos não teriam candidaturas boas a escolher; a política forçaria os mesmos a optarem por alguma candidatura que se viesse a averiguar como a “menos má”¹⁴⁴.

A liberdade sindical da constituição, que ainda não havia sido regulamentada, levava Plínio a trazer ao debate a pluralidade sindical, meta que já tinha sido defendida pela LEC durante a Assembléia Constituinte. A Igreja afirmaria a necessidade da ‘organização dos operários e dos patrões em organizações profissionais católicas’. Sem estes, não seria possível resolver-se a ‘questão social’. A Igreja aceitaria a ‘pluralidade sindical onde ela fosse necessária’. Os católicos dirigidos por Tristão de Athayde se ‘bateram’ na Constituinte de 34 pela pluralidade sindical. E a Constituição de 16 de julho a consignou no parágrafo único do artigo 120: “*A lei assegurará a pluralidade sindical, e a completa autonomia dos sindicatos*”¹⁴⁵.

Todavia, teriam sindicatos católicos cuja existência legal seria permitida pela Constituição, mas não estariam reconhecidos devido a uma lei inconstitucional do Ministério do Trabalho aprovada dois dias antes da promulgação da Carta de 34. Tal lei exatamente era contrária a pluralidade sindical. Tal luta pela defesa do pluralismo sindical por parte dos católicos teria vida curta. O Estado Novo, conforme destaca Pandolfi (1999), se incumbiria de abolir a pluralidade sindical, e criaria o imposto sindical, contribuição anual obrigatória, paga por todo empregado, sindicalizado ou não.

¹⁴³ Artigo – ‘7 dias em Revista’ – publicado em 28 de março de 1937, edição 237, *O Legionário*.

¹⁴⁴ Artigo – ‘7 dias em Revista’ – publicado em 4 de abril de 1937, edição 238, *O Legionário*.

¹⁴⁵ Artigo – Pela pluralidade sindical – publicado em 11 de abril de 1937, edição 239, *O Legionário*.

Faltando seis meses para se concretizar o Golpe do Estado Novo, Plínio Corrêa de Oliveira constataria que não haveria mais no Brasil quadros políticos claramente definidos. As cisões entre os principais partidos políticos (dos estados de RS, SP, MG, BA, PE) do país não conseguiriam mostrar verdadeiros contrastes entre ‘oposição’ e ‘situação’ frente ao governo de Getúlio Vargas. Ao falar pelo *Jornal O Legionário*, Plínio fazia a seguinte afirmação:

“Somos de opinião que os partidos políticos foram a desgraça para o Brasil. Nenhum vínculo a eles nos prende. Sobre sua sepultura, nunca cantaríamos um hino de pesar, mas sim um festivo “*Alleluia*”. (...) Atrás de toda esta confusão, entreabre-se a perspectiva de uma derrogação da Constituição vigente. Esta derrogação não teria por efeito instaurar um regime de autoridade, mas um regime idêntico ao que conhecemos até 1933, em que o poder discricionário se aliava a um método de governo todo feito de recuos, de transações, de defecções e de fraquezas”¹⁴⁶.

Ainda em 1936, Plínio considerava que haveria um amigo a quem o Sr. Getúlio seria “fidelíssimo”, pelo qual ele vinha lutando há oito anos, e ao qual teria sacrificado tudo: ‘amizades, tranqüilidade, repouso, etc.’. Este amigo do ‘Sr. Getúlio’ seria o próprio ‘Sr. Getúlio’¹⁴⁷.

3.1.3. As “perspectivas sombrias” do Nazi-fascismo; e o Estado Novo

Com relação ao fascismo e ao nazismo que ganhava cada vez mais força na Europa, Plínio também viria a se pronunciar¹⁴⁸. Ele considerava que Hitler ‘calava-se’, porque nada decente teria a dizer, contra a última encíclica [“*Mit brennender*

¹⁴⁶ A sucessão presidencial – artigo publicado em 16 de maio de 1937, em *O Legionário*, edição nº244.

¹⁴⁷ Artigo – O candidato predileto – publicado em 20 de setembro de 1936, em *O Legionário*, edição nº 210.

¹⁴⁸ Particularmente significativa foi a solução da Questão Romana durante o papado de Pio XI: Em 11 de fevereiro de 1929, foram celebrados os assim chamados tratados de Latrão, nos quais a soberania da cidade do Vaticano, uma destinação financeira e uma concordata se efetivaram. Os tratados culminaram numa reconciliação do papa com o Estado italiano, no qual Benito Mussolini, o então “Duce” da Itália, teve participação essencial. – Na Alemanha desenvolveram-se relações inicialmente positivas entre a Igreja e o Estado, até a tomada do poder por Adolf Hitler, em 30 de janeiro de 1933, quando teve início uma nova época de perseguição da Igreja, apesar do programa partidário proclamar a “liberdade de todas as confissões religiosas”. Em 10 de setembro de 1933, foi firmada uma concordata (preparada há mais tempo) com o Reich alemão. Todavia, Pio XI, em sua encíclica “*Mit brennender Sorge*”, de 1937, apontou agravos arbitrários do governo do “Reich” ao texto da concordata. Numerosas mensagens do papa a Hitler e todas as tentativas para movê-lo ao cumprimento da concordata falharam. Os bispos que lideraram essa luta da Igreja foram o cardeal Faulhaber de Munique e o bispo (mais tarde cardeal) Conde de Galen (Graf Von Galen) de Münster. Com a irrupção da II Guerra Mundial, abrandou-se um pouco a perseguição, porque o governo do “Reich” necessitava de todas as forças para a condução da guerra e a conquista da vitória. A ruptura com a Igreja deveria ser postergada até a “vitória final”. (Fischer-Wollpert, 2006, p.161)

Sorge”, de 14-3-37] do Santo Padre. Entretanto, os “asseclas hitleristas” continuariam a lançar contra a Igreja uma série de ‘inectivas’. No que se referia ao fascismo, Plínio afirmava que as “tendências totalitárias” do Estado fascista transpareceriam através de inúmeros “pontos nevrálgicos” da organização da Itália contemporânea. O ‘corporativismo de Estado’, a ‘tendência absorvente do Estado em matéria de educação’, ‘a ingerência do Estado na vida doméstica a ponto de provocar casamentos obrigatórios’, e uma ‘multidão’ de outros indícios fariam sentir que, entre os “doutrinadores do fascismo”, as tendências do Estado totalitário seriam tão vivas que, freqüentemente, “influenciariam os atos do governo”. De maneira que a Santa Sé já haveria colocado no “index” um dos maiores juristas e doutrinadores fascistas contemporâneos. E Mussolini, sem se deixar monopolizar num primeiro momento pelos “doutrinadores do fascismo”, lhes daria, entretanto, uma ‘larga parte de influência no governo da Itália’¹⁴⁹.

Um estado totalitário, conforme mostra Arendt (1990), busca destruir as tradições sociais, legais e políticas. Na educação totalitária não se busca insuflar convicções, mas destruir a capacidade de adquirí-las. O aparelho do Estado torna os homens dominados em todos os aspectos (regime totalitário exige poder ilimitado). Anula divergências políticas da direita e da esquerda. O bom senso treinado no sentimento utilitário é impotente contra esse “super-sentido ideológico” (domínio do homem sobre o mundo). As opiniões se tornam inócuas, arbitrárias e destituídas de crítica. Neste cenário, *o meio se transforma no fim*, e a capacidade de agir é aniquilada, uma vez que o livre consentimento seria um obstáculo ao domínio total.

No fascismo, em particular, teríamos a busca da chamada ‘mobilização total’, conceito cunhado por Ernst Jünger, e depois forjado por Carl Schmitt – que viria a ser a penetração total da esfera pública na esfera privada [a exata teoria do Estado Total do filósofo italiano Giovanni Gentile]. Conforme destaca Emilio Gentile (1988), os princípios fundamentais da ideologia fascista foram definidos em um texto oficial de 1932, a *Doutrina do fascismo*, escrita em parte pelo filósofo Giovanni Gentile e em parte por Mussolini, e publicada na Enciclopédia Italiana. O fascismo era definido como ‘uma concepção religiosa da vida, e, portanto espiritualista, anti-individualista e totalitária’.

¹⁴⁹ Artigos: ‘7 dias em revista’ e ‘Mussolini’ – publicados respectivamente em 11 de abril e 25 de abril de 1937, edições nº239 e 241, em *O Legionário*.

A busca pela neutralização da luta de classes se inspira em um projeto de modernização totalitária, fundado na industrialização, na escolarização, no assistencialismo e no sindicato único de trabalhadores. A busca do chamado ‘consenso’, conforme Palla (1996) deve ser encarada com cautela. Afinal o ‘consenso’ demandaria condições de plena maturidade, autonomia e independência para que os juízos políticos pudessem expressar-se, e tais condições estariam garantidas em uma democracia, mas certamente não nas ditaduras em geral e muito menos nas ditaduras fascistas. Em vez de tentar obter apoio de uma maioria bem definida (o que implicaria a existência de uma minoria discordante), o regime fez de tudo para criar uma impressão de unanimidade, cujo principal exemplo estava nas aclamações que as disciplinadas massas fascistas dedicavam ao todo-poderoso Mussolini. Com unanimidade tenta-se ocultar os conflitos da concorrência na economia, da luta de classes no plano social e da diferença ideológica no plano político. Não pode ser esquecido que o fascismo nasceria como resposta à revolução bolchevique, como uma forma de combater o temor da ascensão comunista no mundo ocidental.

O corporativismo dentro deste sistema teria função vital, uma vez que as corporações teriam o papel de levar a uma “solidariedade orgânica”. Para Durkheim, as sociedades evoluíram de uma forma simples – em que havia solidariedade mecânica baseada na baixa especialização de papéis e funções, até a solidariedade orgânica (sociedades complexas) derivadas da interdependência dos papéis especializados. Conforme mostra Durkheim, com relação à estrutura das sociedades em que a ‘solidariedade orgânica’ é preponderante:

“Elas são constituídas não por uma repetição de segmentos similares e homogêneos, mas por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e que são formados, eles próprios, de partes diferenciadas. Ao mesmo tempo que não tem a mesma natureza, os elementos sociais não estão dispostos da mesma maneira. Eles não são nem justapostos linearmente, como os anéis de um anelídeo, nem encaixados uns nos outros, mas coordenados e subordinados uns aos outros em torno de um mesmo órgão central, que exerce sobre o resto do organismo uma ação moderadora”. (DURKHEIM, 1999, p.165)

Deve se frisar que o corporativismo não foi algo pensado pra ser aplicado unicamente em um estado totalitário, como o fascista italiano, muito pelo contrário; durante o período entre as duas guerras mundiais, o corporativismo viria a ser introduzido no debate do catolicismo social por meio da Encíclica *Quadragesimo Anno*,

do papa Pio XI, em 1931.

Sousa (2006) ressalta que a preocupação de Pio XI voltava-se para o relacionamento entre Estado e Igreja, que era considerada como insubstituível para o preenchimento do vazio existente na relação entre os indivíduos e o Estado. Para a Igreja, esta relação deveria ser feita por meio das associações, não importando quais seriam. Segundo Sousa:

“Em relação às associações, a encíclica deu mais importância àquelas de cunho socioeconômico. Com isto afastou-se do sindicalismo clássico para se aproximar do sindicalismo corporativo, que, acentuando os interesses comuns entre operários e patrões e demonstrando grande empenho no sentido de que a sociedade fosse organizada sob outro critério, voltado para a harmonização dos interesses, propunha também que se abandonasse o critério econômico, e o substituísse pelo social, com ênfase sobre a atividade profissional onde cada um funcionasse e na qual coincidisse patrões e operários”. (SOUSA, 2006, p.425)

É necessário destacar que não se deve confundir o corporativismo católico com o corporativismo estatal (dirigista) que se concretiza no estado fascista. Tal distinção estaria na perspectiva ‘ética’ do modelo católico: ‘a supremacia do amor e do bem comum sobre os interesses particulares’, isto é, numa moral baseada ‘no conceito de justiça, na caridade e no bem comum’. Já para o modelo dirigista, os interesses que deviam prevalecer eram ‘os da nação’, onde os problemas sociais são gerados, sobretudo, pela necessidade de ‘implementação da riqueza e da produção nacional’ e não de ‘sua distribuição’ (SOUSA, 2006)

No Brasil, neste contexto, o pensamento corporativo aparecia com quesitos como grupos sociais, profissões, setores produtivos, ramos econômicos, trabalhadores/empresários, dispersos ou numa fusão do social que mescla economia, níveis de administração com formas de representação (empresas/atividades, município/estados/federação, democracia direta/ democracia representativa). Diante dessa miscelânea o que parece como central é a concepção da ontologia social: a sociedade é a composição de partes funcionais e não dos indivíduos. Destaca Cepêda:

Daí a facilidade da consequência do nacionalismo, de alternativas que construam a solidariedade social a *partir do Estado*. No entanto, o Estado não é aqui “oponível ao indivíduo”, mas sua própria realização. Da mesma maneira, os indivíduos também só se realizariam nas “*classes profissionais que integram*”. Como extensão possível dessa argumentação seria legítima a ação interventora do Estado em situações de interesse nacional mal compreendido, quando

os grupos sociais (ou alguns deles) criassem obstáculos a esta nova e desejável situação. (CEPÊDA, 2009, p.236)

Retomando Plínio Corrêa de Oliveira; em junho de 1937, ele destacaria que *O Legionário* não seria sistematicamente governista nem sistematicamente oposicionista. Ele estaria disposto a apoiar todos os ‘gestos louváveis’ das autoridades. E estaria firmemente resolvido também a ‘criticar todos os erros’. Em nenhum momento se daria um “compromisso partidário” em vista de certos fatores¹⁵⁰.

Plínio considerava que a “questão religiosa” seria, no Brasil, em grande parte um problema de “*elites*”. O povo, em geral, seria católico. Ou ao menos não seria anti-católico. Mas as “*elites*” intelectuais ou sociais seriam, em geral, hostis ao catolicismo. Conservariam certos hábitos de inspiração cristã, ‘como, por exemplo, o de dar esmolas, o de receber o batismo ou de se casar religiosamente... quando não se era divorciado’. Mas seria só. Segundo ele, enquanto o Brasil não tivesse universidades católicas, não poderia ter “*elites*” católicas. E, enquanto não tivesse “*elites*” católicas, não teria sido resolvida em suas fronteiras a “questão religiosa”. As universidades do Brasil seriam em geral “fábricas de comunistas, de ateus ou de céticos”¹⁵¹. O problema da ‘recatolicização’ implicaria no problema da conquista dos meios necessários para formar a opinião pública. “*Recatolicisar*” significaria tornar católica ‘uma opinião que o seria incompletamente’, ou ‘não o seria de todo’. Só depois da conquista das inteligências, é que poderia ser empreendida de forma ‘duradoura e definitiva’ a reforma das ‘instituições’, ‘dos hábitos’, ‘e das leis’¹⁵².

Esta busca da “recatolicização” defendida por Plínio Corrêa de Oliveira leva-nos a pensar na maneira como diferentes autores e “linhagens” de pensamento

¹⁵⁰ ‘Tanto nas fileiras governistas quanto nas oposicionistas, haveria homens de todas as opiniões, desde a extrema esquerda até a extrema direita’; ‘entre tantos elementos díspares, o ponto de convergência não estaria nas idéias, mas nas simpatias, nos interesses, e muito raramente em certos ideais políticos que, aliás, nada teriam a ver com a doutrina católica’; ‘tais partidos, portanto, teriam rumos incertos. Caminhariam ora junto à Igreja, ora longe dela, ou até contra ela, conforme a corrente interna que preponderasse no momento’; ‘como poderia o “Legionário” desejar a perpetuação no poder de correntes políticas que constituíssem para os católicos uma angustiada incógnita? Para sanear essas correntes, seria quase necessário esvaziá-las, isto é, matá-las. De mais a mais, ainda que fossem “esvaziadas” de seus maus elementos, não seriam isentas de perigo’. ‘O vinho novo, colocado em odres em que se guarda vinho velho e azedo, ficaria por sua vez deteriorado em pouco tempo’. ‘Isto ainda mesmo se no odre sobrassem apenas algumas gotas de vinho velho!’; e eventualmente, portanto, no caso de se ter ‘de optar entre uma e outra corrente, seria preciso escolher a menos má e não a melhor’. (*O Legionário* – 20 de junho de 1937 – 7 dias em Revista – edição nº249)

¹⁵¹ Os católicos e a sucessão presidencial - artigo publicado em 4 de julho de 1937, edição nº251, *O Legionário*.

¹⁵² Os católicos e a sucessão presidencial (II) - artigo publicado em 11 de julho de 1937, edição nº252, *O Legionário*.

buscam tratar a relação entre leis e costume, assim como a política e a cultura, vindo a ser uma chave importante para entender suas posições no debate sobre a formação nacional. Segundo Ferreira (2010), a precedência dos costumes frente às leis pode ser considerada um traço mais próximo do ‘pensamento conservador’. Nesta perspectiva, o presente seria visto mais como ‘resultado do passado’ do que como ‘ponto de partida para o futuro’. Nessa chave conservadora, conforme Ferreira (2010):

“... a nação é concebida como uma comunidade orgânica formada por gerações passadas, presentes e futuras, marcada por uma história, uma língua e costumes comuns. O homem não é pensado como um ente abstrato, portador de direitos universais, mas situado em uma sociedade particular, sujeito a circunstâncias concretas que marcam seu perfil, seu destino, e qualificam os direitos que lhe cabem. O peso dado às circunstâncias particulares de cada comunidade leva à rejeição da idéia da aplicabilidade das leis a todas as sociedades, assim como a uma certa descrença no poder transformador das leis”. (FERREIRA, 2010, p.72-73)

Alceu Amoroso Lima também trataria da questão do “Espírito Partidário”¹⁵³ do contexto vivido. Plínio Corrêa de Oliveira e ‘O Legionário’ iriam dar destaque a tal publicação daquele que seria “o grande leader católico”¹⁵⁴. Segundo Alceu, um dos fenômenos indiscutíveis do momento social que o Brasil vivia, seria o “renascimento do espírito de partido”. Este processo de “renovação” poderia ser, apenas, ‘fruto da sucessão presidencial’ - como já ocorreria, para Alceu, no último meio século -, ou poderia representar a conseqüência de ‘uma evolução política da mentalidade e do ambiente que o Brasil viveria’. Alceu mostrava-se inclinado a crer na segunda hipótese. [circunstância na qual Alceu já demonstra uma diferença de interpretação em relação à perspectiva de Plínio]. Entretanto, consideraria tal “espírito partidário” como uma arma de manejo delicado, que facilmente poderia se deflagrar. E constatava:

“Ora, é um grave erro, perdoável aos não católicos, mas imperdoável aos católicos, querer nivelar a Igreja a um partido, julgar que ela favorece necessariamente um partido contra outro ou colocá-la, por natureza, à direita, ao centro ou à esquerda. A Igreja não é um partido; não apóia incondicionalmente este ou aquele partido, nem se coloca em qualquer dessas três posições, em que se convencionou distribuir os partidos segundo suas idéias conservadoras, moderadas ou avançadas. A Igreja é um todo: aprova ou desaprova qualquer partido, de acordo com a posição deste em face de suas doutrinas e se coloca, não à direita ao centro à esquerda, mas “*acima*” de qualquer destas

¹⁵³ Artigo publicado no Diário de São Paulo, em 31 de julho de 1937.

¹⁵⁴ O destaque dado ao artigo de Alceu Amoroso Lima pode ser encontrado no artigo: A Igreja não se deixa enfeudar por qualquer corrente política - publicado em *O Legionário*, de 8 de agosto de 1937, edição 256.

três posições e noutro plano, pois Deus transcende a essas divisões meramente convencionais e terrenas e a Igreja é, acima de tudo, divina”.

Após a comemoração do 115^a aniversário da Independência do Brasil, Plínio Corrêa de Oliveira analisaria o discurso de 7 de setembro de Getúlio Vargas, com certa angústia. Plínio afirmava que tal como a ‘tradição republicana’, todos os presidentes, ao cabo do primeiro biênio, entravam em ‘decadência política’, e, nos últimos dias do quadriênio, ‘já não valiam nada’. Entanto Vargas, pelo contrário, conservaria seu “prestígio tão fresco” e “tão intacto” como se ‘tivesse assumido ontem a suprema magistratura da Nação’¹⁵⁵.

Segundo Plínio, Vargas afirmaria em tal discurso que seria ‘a última alocução que dirigia ao povo brasileiro como Presidente da República’, e, um pouco mais adiante, insinuaria que seria preciso ‘revogar as constituições que atrapalhavam a vida política de um país’. Isto levaria Plínio a fazer as seguintes questões sobre Getúlio:

“Está disposto a reprimir o comunismo? Quer continuar a governar sob o signo do barrete frígio? Prefere mandar às urtigas o fraque presidencial para envergar uma camisa verde? Quer voltar às doçuras da vida privada? Pareceria urgente uma definição”¹⁵⁶.

Faltando um mês para a anúncio do Estado Novo por Getúlio, comunicado oficial de *O Legionário*, assinado e corroborado por Plínio Corrêa de Oliveira, afirmava que o “catolicismo era uma religião e não uma sociologia ou uma política”. No entanto, acidentalmente compreenderia também princípios constitutivos da ciência política como de qualquer outra ciência social. A política seria a “ciência prática” e como toda a ciência prática estaria subordinada a moral. A moral embora fosse constituída por princípios acessíveis à simples razão natural (moral natural), ‘não poderia prescindir do Catolicismo’, pois a ‘lei divina de Cristo’ seria a confirmação e a garantia da lei moral natural. Portanto, a subordinação da política à moral, implicaria, pois, numa “subordinação da política à religião”. Resumindo, o campo da ciência e da ação política próprio do Estado seria autônomo, mas “não independente em relação à Igreja”. Interessaria a esta, porque em qualquer parte onde o homem tratasse de regulamentar sua ação, individual ou social, deveria respeitar ‘os princípios supremos

¹⁵⁵ Artigo – O discurso do Sr. Getúlio Vargas - publicado em 12 de setembro de 1937, *O Legionário*, nº261.

¹⁵⁶ id.ibid – Idem Ibidem

da moralidade¹⁵⁷.

Neste cenário, Plínio Corrêa de Oliveira destacava que a Europa se encontrava “à margem do hitlerismo”, que promovia na Alemanha um “tremendo surto de idolatria” ao *Führer* Adolf Hitler, e nesta circunstância ficaria cada vez mais claro que o movimento hitlerista seria ‘absorvente’, promovendo cultos pagãos e idólatras danosos aos preceitos espirituais e morais da Igreja Católica. A troca de presentes entre Hitler e Mussolini¹⁵⁸, e o convite oficial do *Duce* para a vinda de Hitler a Roma em julho de 1938, teria ‘timbrado em provar que não seriam os dois apenas chefes de Estado amigos, mas de partidos irmãos’. Para Plínio, não tinha como se negar que o fascismo teria gravíssimos erros doutrinários. A prova disto é que algumas obras fascistas estavam condenadas pela Igreja (Encíclica *Non abbiamo bisogno*). E a aproximação exagerada do fascismo e do hitlerismo “criava perspectivas sombrias”¹⁵⁹. E no caso brasileiro, Plínio considerava que os católicos deveriam negar a qualquer partido “o monopólio da ação anticomunista”. E por mais iminente que fosse o perigo comunista no Brasil, ele não seria de molde a obrigar os católicos a uma atitude em que fossem forçados praticamente a abdicar de suas convicções para “abrigar-se à sombra protetora de uma entidade messiânica” (numa referência crítica ao Integralismo e a Plínio Salgado)¹⁶⁰.

De acordo com Plínio Corrêa de Oliveira, era inegável que a carta magna de 1934 representava um progresso sensível sobre a de 1891, principalmente sob o ponto de vista religioso e social. Mas daí a considerá-la ideal, iria uma distância imensa. Em 34 far-se-ia pela Igreja e pelo Brasil tudo que era “possível”. Não se faria, porém, tudo que era “necessário”. Em vista disso, o Brasil deveria realizar, por meios pacíficos, uma “reforma orgânica”, garantindo a “manutenção da Constituição”. Entretanto, o estado de guerra decretado pelo governo demonstrava uma fase crítica para possíveis mudanças dentro da legalidade constitucional. Logo, uma ditadura só interessaria aos católicos como um “estado de coisas transitório”, em que um homem de pulso

¹⁵⁷ Artigo – Posição do “Legionário” em face da política brasileira - A renovação pela qual pugnamos deve atingir a Nação inteira, desde a alma de seus filhos até os fundamentos de suas instituições. – publicado em 10 de outubro de 1937, edição nº265, *O Legionário*.

¹⁵⁸ Hitler presentearia Mussolini com as insígnias da Grã-Cruz Alemã, enquanto Hitler recebeu as insígnias de oficial honorário das milícias fascistas.

¹⁵⁹ Artigo: à margem do hitlerismo... – publicado em 24 de outubro de 1937, edição 267, *O Legionário*.

¹⁶⁰ Artigo – Posição do “Legionário” em face da política brasileira - A renovação pela qual pugnamos deve atingir a Nação inteira, desde a alma de seus filhos até os fundamentos de suas instituições. – publicado em 10 de outubro de 1937, edição nº265, *O Legionário*.

preparasse o país a receber uma “ordem estável e normal”, fosse esta ordem qual fosse, ‘*democrática, corporativa ou qualquer outra*’¹⁶¹.

O caso do conservadorismo católico no campo do pensamento político brasileiro, em especial, tende a ter suas próprias peculiaridades frente a outras perspectivas conservadoras, apesar de apresentar pontos de semelhanças em algumas premissas. Para Rodrigues (2010), os pensadores Edmund Burke (conservador tradicionalista), De Bonald, De Maistre e Donoso Cortés¹⁶² (conservadores contrarrevolucionários) serão os idealizadores deste modelo de conservadorismo católico que será levado adiante no Brasil por Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e outros intelectuais aglutinados a esse grupo católico, caso no qual se enquadra Plínio Corrêa de Oliveira. Segundo Rodrigues:

“Cada um desses pensadores faz isso por meio de escritos produzidos diante de uma determinada conjuntura, os quais iriam servir de sustentação à defesa da restauração da monarquia católica, à defesa da autoridade pontifícia, aos privilégios da aristocracia, enfim, aos privilégios da Igreja e, mais tarde, aos interesses de grupos, movimentos e governos avessos à democracia. Tais pensadores criticavam os princípios de liberdade, soberania popular, igualdade, além de, no caso específico de Donoso Cortés, propor a ditadura do Estado para, em casos excepcionais, conter o avanço revolucionário popular”. (RODRIGUES, 2010, p.365)

Em 10 de novembro de 1937, o presidente Vargas discursava e proclamava ao povo brasileiro¹⁶³ que a “investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolvia, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração”. As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamavam, por vezes, imperiosamente, a ‘adoção de medidas que afetassem os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo’. Para Vargas, nos períodos de crise, como o que se atravessava, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana,

¹⁶¹ Artigo: Nem ditaduras nem aventuras – publicado em 24 de outubro de 1937 – *O Legionário*, nº267.

¹⁶² Donoso Cortés (1808-1853) nasce em Badajoz (Espanha) em 1808. Em 1820 vai estudar na Universidade de Salamanca e, mais tarde, aprofunda seus conhecimentos de ética, lógica e metafísica. É eleito deputado em 1837, mudando sua orientação ideológica: de liberal para a conservadora. Em 1848 é nomeado membro do conselho real. Seus escritos mais polêmicos foram: *Discurso sobre la Dictadura* (1849) e *Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo* (1851). Adversário veemente da Revolução Francesa e de qualquer tipo de revolução, Cortés tornou-se referência para os teóricos da ditadura. Morreu em 1853 (RODRIGUES, 2010, p.362).

¹⁶³ A ‘proclamação ao povo brasileiro’ foi lida por Vargas no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país na noite de 10 de novembro de 1937.

“subverteria a hierarquia”, ameaçaria a “unidade pátria” e poria em perigo “a existência da Nação”, extremando as competições e acendendo “o facho da discórdia civil”. As novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por ‘sua própria natureza refratárias aos processos democráticos’, ofereceriam perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, “o reforço do poder central”. Segundo Vargas “quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação”. Assim, era promulgada a quarta constituição dos Estados Unidos do Brasil. Nas palavras de Vargas:

“(…) A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica. (...) Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação. (...) Se queremos reformar, façamos, desde logo, a reforma política¹⁶⁴.”

Quatro dias após a instauração do novo regime, Plínio Corrêa de Oliveira e ‘O Legionário’ destacavam que ‘como católicos e exclusivamente católicos’ o “Legionário” veria a supressão de instituições, cuja vida se findava, “sem a menor saudade”, e alimentava o firme propósito de lealmente, e dentro do quadro das “novas instituições”, sem qualquer “*arrière pensée*”, trabalhar para o seu único ideal, que era o ‘Reinado do Senhor Jesus Cristo sobre o Brasil’. A nova meta seria atingir o “*desideratum*”, com a disposição de ‘trabalhar sempre pelo Brasil e pela Igreja’¹⁶⁵.

A nova Constituição, segundo Plínio, consagrava explicitamente dois princípios católicos que seriam da maior relevância naquele contexto: “a proibição do divórcio e o ensino religioso”. As relações entre a Igreja e o Estado poderiam ser reguladas por uma lei ordinária feita pelo Presidente da República ou pelo Parlamento Nacional; muitas das conquistas obtidas pela Constituição de 1934, que nunca tinham sido regulamentadas, e por isto nunca teriam sido postas em prática, poderiam ganhar notável visibilidade no novo regime e ter enfim funcionalidade/aplicabilidade. Segundo Plínio:

¹⁶⁴ O discurso de proclamação ao povo brasileiro pode ser encontrado na íntegra em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937/04.pdf/view>

¹⁶⁵ Artigo – Em um regime novo – publicado em 14 de novembro de 1937, edição nº270, *O Legionário*.

“A Constituição de 37 se avanta muito sobre a de 34 quando reconhece que “*a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais*” (art. 123), garantindo a estes o apoio do Estado. Reconhecido como “*direito natural*”, este direito se torna inalienável e superior às próprias leis positivas que não o podem revogar lícitamente. E, com isto, fica a família protegida contra certos excessos de estatismo educacional que muita dor de cabeça nos deram no regime anterior. Ao menos é esta a interpretação legítima que se deve tirar do art. 125. O art. 127 reforça vigorosamente a obrigação do Estado de suprir as falhas eventuais das famílias mal organizadas, e está bem redigido”¹⁶⁶.

Também seria “louvável” o destaque com que a Constituição falava sobre o “ensino profissional”, que segundo Plínio, certamente seria muito mais vantajoso para as classes pobres do que o ensino secundário. Com isto, a Constituição seguiria os princípios do ‘imortal educador São João Bosco’. O ensino religioso seria mantido com caráter facultativo nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais, constituindo, nessas escolas, matérias do curso ordinário. Logo, ninguém poderia ser promovido sem obter aprovação em Religião, o que não existia na Constituição de 34; sendo tal conquista considerada excelente para os católicos¹⁶⁷.

3.2. Estado Novo: centralismo e corporativismo como política de Estado (1937-1945)

Merece grande destaque na década de 1930 o papel desempenhado pelo Arcebispo do Rio de Janeiro – Dom Sebastião Leme - na defesa da bandeira católica. Desde a década de 1920, inicialmente como bispo, ele já tinha papel de vanguarda na luta pela recristianização da sociedade brasileira; seu papel de relevo surge junto a Jackson de Figueiredo no Centro Dom Vital, e se aviva cada vez mais na Era Vargas, participando da criação da LEC e da efetivação do funcionamento da Ação Católica Brasileira, assim como dos *Círculos Operários*. Conforme destaca Della Cava (1975), Leme apresentava uma consumada habilidade política em atuar sobre aquele momento histórico. Nestas circunstâncias, o profundo vazio gerado pela Revolução de 1930 transformava a Igreja em uma força social ‘absolutamente indispensável para o processo político’.

¹⁶⁶ Artigo: A Igreja e o Estado na nova Constituição – publicado em 21 de novembro de 1937 – O Legionário, edição 271.

¹⁶⁷ id.ibid – Idem Ibidem

Dom Leme demonstrava preferência por grupos de interesse frente aos partidos políticos. A instabilidade foi uma marca dos anos iniciais de Vargas. O desafio da Igreja, em 1931; a Revolta de São Paulo, em 1932; a Assembléia Constituinte de 1933, a depressão mundial de 1934, e a revolta comunista de 1935 são fatos que não podem ser esquecidos. Dentro deste cenário, Leme buscou garantir privilégios a Igreja em troca de apoio ao regime. Também buscava manter ligações abertas com todos os partidos políticos (todos frágeis institucionalmente), e preferencialmente, ser comedido quanto ao julgamento do movimento fascista no Brasil, a Ação Integralista Brasileira (AIB), uma vez que o movimento – ‘paralelamente ao sucesso de seus pares na Europa Ocidental’ – parecia certo concorrente ao poder (DELLA CAVA, 1975).

Com a consolidação e a instauração do Estado Novo, Seitenfus mostra que mesmo praticando no Brasil uma diplomacia pouco coordenada, a Itália e a Alemanha reagiram de maneira idêntica quando do golpe de 10 de novembro de 1937. O encontro dessas duas diplomacias realizou-se quando da instauração do Estado Novo getulista, com o auxílio integralista. Mas o novo regime, mesmo adotando certas idéias integralistas, tais como a necessidade de um Estado forte e a supressão da democracia parlamentar, significava antes de tudo o início do processo de eliminação da AIB enquanto movimento político organizado (SEITENFUS, 1982).

E nesta seara, a identidade do corporativismo católico¹⁶⁸ com os diversos corporativismos estatais mostrava que Estado e Igreja se identificaram na busca de uma ação disciplinadora sobre o mercado de trabalho. Esse desejo comum fez com que convergissem os interesses de um e de outro contra a democracia leiga e contra os movimentos operários que não se encontravam sob a tutela de ambos, tendo a contribuição de Oliveira Vianna e Alceu Amoroso Lima¹⁶⁹ para a montagem do corporativismo católico, como resultante da ação destas duas instituições, isto é, a Igreja

¹⁶⁸ “Por corporações, a Igreja entende toda a sociedade privada juridicamente constituída e sua utilidade está provada “(...) pela história e pela razão”, já que “1- É um fato histórico e indiscutível que nossos antepassados experimentaram durante muito tempo a influência benfazeja das corporações, e que a grande causa do mal estar atual parte da supressão destas mesmas corporações pela Revolução Francesa; 2- É uma lei da natureza freqüentemente lembrada pelos livros santos que os homens colhem preciosas vantagens da sua união: ‘o irmão é semelhante a uma cidade fortificada’. ‘Em linguagem corrente dizemos: a união faz a força’ ”(ROMANO, 1979, p.152).

¹⁶⁹ Após a instauração do Estado Novo, Alceu Amoroso Lima se tornaria reitor da Universidade do Distrito Federal, fato que repercutiria no meio católico e teria relevância no campo da educação durante esta fase da Era Vargas (*O Legionário*, edição 277, 2 de janeiro de 1938).

operando uma verdadeira espiritualização das relações de classe, e o Estado se impondo na supervisão e coordenação destas relações (SOUSA, 2006).

Oliveira Vianna, um dos pensadores do Estado Novo – onde atuava como consultor jurídico e assessor técnico em economia social do Ministério do Trabalho até 1940 – considerava que o grosso da massa eleitoral não teria independência de opinião na realidade nacional. Em vista disso, os meios mais eficazes para assegurar tal independência não seriam obtidos por meio do “suffragio universal” e nem pela “eleição directa”, assim como não seria pela via do “voto secreto” ou do “self-government local”. Para Vianna, outros meios de “natureza econômica e social”, seriam eficazes:

“O estabelecimento da pequena propriedade; um systema de arrendamentos a longo prazo ou um regimen de character emphyteutico; a diffusão do espirito corporativo e das instituições de solidariedade social, uma organização judiciária expedita, prompta e efficaz; uma magistratura autônoma, com força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais, etc. Nenhuma dessas reformas tem qualquer character constitucional; mas, somente ellas serão capazes de dar á nossa plebe rural, base do eleitorado nacional, esses indispensáveis attributos de independência e liberdade, sem os quaes a famosa “soberania do povo” não tem significação alguma”. (VIANNA, 1939, p.112-113)

Vianna considerava que a vida política brasileira escapava ao domínio exclusivo das reformas de caráter puramente constitucional.

O corporativismo passaria a ser tema de debate constante, e Plínio Corrêa de Oliveira também iria entrar nesta arena de discussões. Para Plínio, não poderia nem deveria haver, no Brasil inteiro, setor da opinião que “apoiasse mais nítida e decididamente o corporativismo do que o católico”; os católicos por via do corporativismo colocar-se-iam ao lado de uma “grande reforma econômica e social” que os Pontífices recomendavam ‘em benefício das sociedades humanas, como meio de evitar a injustiça e a falta de caridade, a produção descontrolada e desonesta, e a tirania do capital ou das massas’¹⁷⁰. Para Plínio:

“Se o Estado forte de 1937 souber realizar a grande reforma política, administrativa e econômica de que o Brasil carece, estará morta a democracia liberal, até mesmo no coração dos (...) seus defensores. Porque ninguém, no Brasil, diante de um governo que venha a se mostrar honesto e eficiente, terá coragem de manifestar saudades pelos parlapatões vazios e dispendiosos e escandalosos que enchem quase literalmente o nosso parlamento e o legislativo estaduais e

¹⁷⁰ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Corporativismo - publicado em 12 de dezembro de 1937, edição 274, *O Legionário*.

municipais”¹⁷¹.

Simultaneamente aos fatos que ocorriam na nação brasileira, Plínio Corrêa de Oliveira analisava a conjuntura e os eventos que ocorriam na Europa e em outras partes do mundo como fatores que consagrariam o século XX como o “século das heresias políticas”. O século XX sofreria de “duas grandes heresias”. Uma seria o “comunismo”, herdado do século XIX; a outra seria a “idolatria pagã do Estado”, que encontrava no “nazismo sua expressão mais completa”. Contra estes inimigos, os católicos deveriam empregar o melhor de sua argúcia, procurando atentamente, nos documentos pontifícios contra o ‘liberalismo’, contra o ‘modernismo’, contra o ‘socialismo’, contra o ‘comunismo’, contra o ‘nazismo’ e contra o ‘fascismo’ a condenação dos princípios fundamentais de todos estes ‘erros’¹⁷².

Este pessimismo cultural demonstrado por Plínio Corrêa de Oliveira diante das grandes mudanças que cortam o Século XVIII e se expandem nos séculos XIX e XX, será uma característica que os conservadores tendem a assumir.

Em meio a tal panorama, Plínio Corrêa de Oliveira defendia que os povos da América Latina estavam ligados entre si pela mais ‘suave e eficiente das fraternidades’, que seria a “condição de filhos da Igreja”. Segundo ele, o povo latino-americano apresentaria unidade entre as ‘línguas e raças’, assim como “na identidade das *tradições históricas continentais e ibéricas*”. Entretanto, para o grande fim comum das ‘nações latino-americanas’, apresentava-se uma ocasião preciosa de cooperação com os Estados Unidos, em uma obra que seria de ‘salvação para toda a civilização’¹⁷³.

Os países da América do Norte, segundo Plínio Corrêa de Oliveira, conservar-se-iam na heresia, colocando-se à margem da fraternidade e Fé Católica; fraternidade esta que seria a “verdadeira e autêntica liga religiosa das nações latino-americanas”. A América do Norte “não apresentaria identidade racial, nem de idioma, nem de tradições históricas, nem de problemas atuais com a América Latina”, e seria a “representante do mundo liberal” - mais preocupado com o econômico e com o utilitarismo que com o religioso e o social - mas no momento em questão, seria a nação que representaria a defesa da civilização ocidental frente aos totalitarismos. Logo, a

¹⁷¹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Bom prognóstico - jornal *O Legionário*, 20 de fevereiro de 1938, edição 284.

¹⁷² Artigo – No século das heresias políticas – publicado em 29 de maio de 1938 – edição 298, *O Legionário*.

¹⁷³ Jornal *O Legionário*, edição 295, 8 de maio de 1938, artigo: Legítima defesa.

cooperação da América Latina com os Estados Unidos na tarefa de preservação do continente “contra a infecção nazista” seria vital¹⁷⁴.

Se recorrermos a Carvalho (1991), o iberismo pode ser entendido negativamente, como a recusa de aspectos centrais do que se convencionou chamar de mundo moderno. Carvalho considera que:

“Este conceito de iberismo não se distancia muito do que foi utilizado por Richard Morse em seu polêmico *O espelho de Próspero*. Como é sabido, Morse postula a persistência de uma tradição cultural ibérica fundada no comunitarismo, em oposição ao individualismo do Ocidente anglo-saxônico”. (CARVALHO, 1991, p.89)

José Murilo de Carvalho sugere que o modelo de sociedade que orienta toda a obra de Oliveira Vianna – uma das cabeças pensantes do Estado Novo - se enquadra perfeitamente na “visão ibérica de inspiração católica”. Vianna opta por uma visão leiga da sociedade e da política, embora informada por valores ligados à ‘tradição católica medieval’; já Plínio Corrêa de Oliveira tem uma visão católica ultramontana declarada.

Isso pode sugerir que há certos pontos e momentos de consonância nas perspectivas de pensamento de Plínio e Vianna. Como exemplos de consonância pode se destacar: a defesa do corporativismo, a procura de inspiração nas encíclicas sociais (política social), o combate ao nazismo e ao comunismo (totalitarismos), assim como a crítica a idolatria de lideranças carismáticas. Também merece destaque a defesa de ambos por valores de sociedades pré-capitalistas. Eram valores da sociedade pré-capitalista, existentes também na sociedade baseada no latifúndio: a nobreza, a moderação, o desprendimento, a dignidade, a lealdade.

Efetivamente, tal como destaca Ricupero (2010), os conservadores, numa certa idealização do período feudal, destacam como corpos constituídos: as corporações, a Igreja, a família, etc, que seriam capazes de garantir para o homem um efetivo lugar na sociedade. Conservadores também tendem a dar grande importância à história, sendo o presente o mais avançado estágio alcançado pelo passado. A idéia central dos conservadores não é de sucessão, mas a de coexistência.

Raimundo Faoro, em ‘*existe um pensamento político brasileiro?*’ considerou que o pensamento político brasileiro, na sua origem, é o pensamento político

¹⁷⁴ id.ibid – Idem Ibidem

português. Entre a Dinastia de Avis, conjugada ao Renascimento e à Contra-Reforma, constituiu-se a nacionalidade portuguesa. O humanismo, sob as severas penas da Inquisição estava banido de Portugal. Vigoraria o tradicionalismo político, imune às fracas ondas renascentistas que passaram sobre a paisagem portuguesa. Para Faoro:

“O certo é que a irrupção pombalina rearticulou o Estado, aproximando-o de setores novos, rompendo com a aliança – senão a hegemonia – eclesiástica, numa transação com a burguesia mercantil, com o enfraquecimento do setor mais conservador da aristocracia, liquidando as diferenças entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Por aí entraria em Portugal o liberalismo, com a Revolução de 1820, e por aí se fixaria o modelo liberal do Brasil, oficial e dirigido do alto, como apêndice do Estado”. (FAORO, 1994, p.47-48)

Nasce um liberalismo irrealizável, historicamente impossível de desarticular o aparelhamento estatal luso-brasileiro. A primeira Carta Constitucional outorgada no Brasil, de 1824, faz com que o liberalismo seja a nota tônica do sistema constitucional, colocada no Estado, e não no indivíduo, em seus direitos e garantias. Assim, uma vez superada a luta emancipacionista colonial, o liberalismo que era aplicado no Brasil seria inútil, posição, matéria morta no campo das idéias políticas. Assim, imperaria na nossa realidade nacional o “monstro patrimonial-estamental-autoritário”. Não se efetivou um liberalismo autêntico – com valor permanente - que poderia ampliar o campo democrático, mas sim um liberalismo meramente instrumental.

Saindo das características que remetem a uma construção do pensamento político luso-brasileiro, retomemos Plínio Corrêa de Oliveira e sua análise da conjuntura política do Brasil no primeiro ano do Estado Novo.

No campo das questões raciais – mais exatamente da escravidão que imperou no Brasil - Plínio considerava que o papa Leão XIII recomendou expressamente um “regime de especial proteção espiritual e material ao elemento liberto, que muito teria a sofrer de uma liberdade repentina”. Para Plínio, a “raça negra” ficou sem o amparo que seria indispensável para que o 13 de Maio promovesse a ‘reparação benéfica simultaneamente imposta pela justiça e pela caridade, na totalidade de seus efeitos’. Em suas palavras:

“Se Leão XIII tivesse sido devidamente atendido, a situação religiosa e moral da raça negra no Brasil seria muito outra. Sirvamos a causa dos negros, não por uma série de elogios ao feiticismo das macumbas, mas pelo trabalho ativo em prol de sua integração cada vez mais

perfeita na santa Igreja de Deus”¹⁷⁵.

Plínio Corrêa de Oliveira destacava que, o Estado Novo, por meio de decreto-lei, fazia com que o Ministério da Educação passasse a ter como um de seus órgãos de cooperação, o Conselho Nacional de Cultura¹⁷⁶, vindo assim, a assumir nitidamente papel de “Estado-pedagogo”¹⁷⁷.

Para Plínio, regulamentando a produção filosófica, literária e científica, o Estado Novo chamava para si uma função que poderia ser preponderante na elaboração do pensamento brasileiro. Logo, ninguém poderia negar que, sob o ponto de vista “rigorosamente teórico”, a atitude que o Estado Novo assumia em virtude de sua orientação seria mais inteligente do que a do “*État gendarme*” [Estado policial]. Plínio defendia que:

“Cifrar-se o Estado à função simplesmente repressiva do policiamento é um disparate. Ou o Estado trata de preservar a mentalidade pública dos erros que a podem conduzir à rebelião e ao crime, ou ele será fatalmente esmagado pelas ondas crescentes das revoluções e das imoralidades que ele não poderá simplesmente coibir por via de repressão policial. Só um cego não pode ver isto. E um cego que não queira ver”¹⁷⁸.

Plínio compartilharia da idéia que a ação educacional do Estado Novo deveria ocorrer sempre em conformidade com a doutrina católica. O estado brasileiro era laico, mas a ação educadora da Igreja deveria ter papel de ‘centralidade dentro dos estabelecimentos públicos de ensino’¹⁷⁹.

3.2.1. O fim dos “velhos partidos políticos” e a busca pela “unidade” católica

No que tange a análise do Chefe máximo da nação – Getúlio Vargas - Plínio Corrêa de Oliveira afirmava ser o mesmo o “mais sutil e sinuoso político” do

¹⁷⁵ À margem do 13 de maio – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, *O Legionário*, 15 de maio de 1938, edição 296.

¹⁷⁶ O Conselho Nacional de Cultura viria a ser o órgão de coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, abrangendo, entre outras, as seguintes finalidades: produção filosófica, científica e literária; o cultivo das artes; a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual, isto é o livro, o rádio, o cinema, o teatro, etc.; a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas e humanitárias; a educação física através de toda sorte de demonstrações coletivas; o esporte coletivo.

¹⁷⁷ O Estado-Pedagogo – artigo publicado em 10 de julho de 1938 – edição 304, *O Legionário*.

¹⁷⁸ id.ibid – Idem Ibidem

¹⁷⁹ id.ibid – Idem Ibidem

país. Getúlio efetivamente teria “matado a política”. O Poder Executivo tornar-se-ia “a medula do novo estado de coisas” que, funcionando ele, estava tudo em funcionamento e, paralisado ele, a Constituição estaria morta. Logo, para Plínio: “o regime constitucional, na ordem concreta dos fatos, significa, hoje em dia, o pleno exercício do Poder Executivo”¹⁸⁰.

Numa comparação entre Napoleão Bonaparte e Getúlio Vargas, Plínio considerava que o primeiro fracassou devido à inépcia dos que o rodeavam, lhe faltando diplomatas e estadistas autênticos, de modo que as suas qualidades militares suplantavam sua capacidade de fazer política; já o segundo seria pertinaz e sutil no terreno traiçoeiro da politicagem, mesmo havendo em muitos de seus partidários uma inabilidade que causasse pranto. Segundo Plínio:

“Incontestavelmente, na luta livre e romana, dentro da liça elástica e cheia de alçapões, que é a política brasileira, ninguém tivemos ainda que possuísse a napoleonicidade política do Sr. Getúlio Vargas. Para ele não tem havido Waterloos. Ulm, Yena, Marengo são para ele historietas insignificantes. Napoleão derrotava seus adversários fazendo-os recuar diante de seu exército agressor. Getúlio Vargas é mais completo, mais sublime, mais absolutamente total na arte de destruição. Ele não faz recuar ninguém. Como um mágico, abraça... e elimina. Ora, positivamente eliminar é muito mais do que fazer recuar. Quem recua, vive. Quem é eliminado desaparece”¹⁸¹.

Vargas teria uma perícia que fazia das “suas mais terríveis derrotas as suas mais assinaladas vitórias”. Efetivamente naquele contexto nenhum político teria condições de “esmagar” Vargas¹⁸².

Naquele momento, o Estado impôs limites aos movimentos de cunho mobilizante do país. Da mesma maneira que incentivou e interditou a Ação Integralista Brasileira, o governo estimulou e freou progressiva e definitivamente o projeto original da Organização Nacional da Juventude. A entrada em cena do ministro da Educação, Gustavo Capanema, e as considerações que registrava em documentos e correspondências ao presidente da República a respeito das alterações pelas quais deveria passar o projeto original da Organização Nacional da Juventude e sua reedição, em bases cívicas, no que ficou conhecido como Juventude Brasileira, confirmam alguns elos que o Ministério da Educação consolidou ao longo do Estado Novo. A “aproximação com o Exército”, “o acolhimento da ala mais conservadora da Igreja

¹⁸⁰ Artigo: E a política? - *O Legionário*, nº 313, 11 de setembro de 1938.

¹⁸¹ Artigo: Vargas e Bonaparte - publicado em 30 de outubro de 1938 – edição 320 – *O Legionário*.

¹⁸² id.ibid – Idem Ibidem

católica” e o “fortalecimento de uma política educacional de cunho mais burocrático e cívico”, tudo isso foi, aos poucos, em decorrência dos conflitos e dos processos de negociação, substituindo a estratégia mobilizante de feição totalitária sugerido por Francisco Campos (BOMENY, 1999).

O fim do incentivo ao integralismo efetivamente ficaria claro em 3 de dezembro de 1937, quando Vargas decreta a dissolução dos partidos políticos. Porém teria desfecho oficial em 11 de maio de 1938, após o levante irrompido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sob a liderança dos integralistas e com o apoio de alguns oposicionistas liberais, visando à deposição do presidente Getúlio Vargas. O principal episódio da revolta foi o assalto ao palácio Guanabara, residência oficial do presidente da República, onde, apesar da precária resistência legalista, os assaltantes foram contidos em poucas horas. A revolta integralista de 1938¹⁸³ representou a única reação armada ao regime do Estado Novo, até o alijamento de Vargas do poder pelas forças armadas em 1945. Embora tenha contado com a participação de uma maioria de integralistas, o levante envolveu, no tocante ao seu planejamento e direção, elementos não filiados ao integralismo.

Ao fim de 1938, Plínio Corrêa de Oliveira aprovaria as ações de Vargas. Segundo ele, a habilidade do chefe da nação seria “uma coisa inegável”; mais do que isto, “seria proverbial”, uma vez que Vargas colocava “fim aos velhos partidos políticos” e mantinha ativos os estabelecimentos através dos quais “viviam e se irradiavam a Igreja no Brasil”¹⁸⁴.

¹⁸³ A oposição integralista ao governo já vinha se manifestando através de pequenos episódios como a distribuição de panfletos antigovernistas e folhetos de propaganda integralista em vários estados. Em janeiro de 1938 ocorreram incidentes graves no estado do Rio de Janeiro, um dos maiores redutos da extinta AIB, quando a polícia localizou vários depósitos clandestinos de armas e munições, implicando alguns militares. A primeira tentativa de levante ocorreu no dia 11 de março de 1938, sendo, contudo, abortada pela polícia. Na realidade, o que houve foi um alarme falso, mas, desconhecendo a contra-ordem, os grupos de conspiradores se dirigiram para os locais estabelecidos prontos para o ataque: o edifício dos Correios e Telégrafos, as usinas geradoras de eletricidade, a Rádio Mayrink Veiga e a Escola Naval. Já em 11 de maio, o levante foi rapidamente dominado pelas autoridades, o mesmo fracassou pela omissão de muitos dos que se haviam comprometido com o movimento. A repressão policial foi implacável. Cerca de 1.500 pessoas foram detidas, entre integralistas e partidários de outros credos políticos. O governo legislou imediatamente, expedindo em 16 de maio o Decreto-Lei nº 428, que transformou os juramentos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado por Vargas em 1936, em ritos sumários com prazos e testemunhas reduzidos ao mínimo. Dois dias depois Vargas baixou outro decreto, o de nº 431, instituindo, entre outras medidas, a pena de morte, que vinha sendo pedida pela imprensa desde o dia seguinte ao do levante. (Banco de dados sobre a revolta integralista de 1938 - informações obtidas no DHBB - CPDOC-FGV)

¹⁸⁴ Artigo ‘7 dias em revista’ – publicado em 27 de novembro de 1938 – *O Legionário*, edição 324.

Tal momento de irradiação da Igreja no Brasil levava Plínio Corrêa de Oliveira a exaltar aquele que seria “a dinamite de Cristo”, que nos anos 1920 – em meio à ‘uma crise espiritual, moral e intelectual’, buscaria “dinamitar a pedreira cinzenta e informe da despreocupação do ambiente, semeando inquietação e luta na placidez letal e vergonhosa do Brasil de então” - Jackson de Figueiredo¹⁸⁵. Para Plínio:

“Jackson, no amorfismo da sociedade de então, foi um reivindicador estrepitoso e épico dos direitos da Igreja. Foi ele quem separou o joio do trigo, os católicos autênticos dos não autênticos, os leais e generosos daqueles que pensavam poder “filar” o Céu, fazendo evolar sua alma, diretamente, de um corpo entregue a todas as corrupções até o seio da bem-aventurança eterna”¹⁸⁶.

Tal luta de Jackson de Figueiredo teve início com o amparo e ação - na capital federal, Rio de Janeiro - de Dom Sebastião Leme, que possuía uma grande habilidade política, que ficaria notória com mais clareza durante a Era Vargas, onde buscou garantir privilégios a Igreja em troca de apoio ao regime; simultaneamente, em São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva¹⁸⁷, chegava aos 30 anos de arcebispado em 1938, e se apresentava como figura de relevo no amparo dado a intelectualidade leiga católica, tendo participação ativa na fundação da Liga Eleitoral Católica e sempre dando respaldo para a atuação de Plínio Corrêa de Oliveira no pensamento católico e na ação política. Também merece ser destacado o papel destes dois membros da elite eclesiástica de então na consolidação do papel das atividades da Ação Católica Brasileira.

Em 13 de novembro de 1938, Dom Duarte falecia. Seria uma grande perda para Plínio e para os membros de *O Legionário*. Plínio considerava que Dom Duarte tinha sido um “homem providencial”, sendo vital na defesa dos valores católicos, tendo “excelsa autoridade” e poder de ação como representante do Clero na política¹⁸⁸.

Plínio Corrêa de Oliveira passaria a dar mais destaque, a partir de 1939, para a importância e relevância da Ação Católica na formação doutrinária e na construção da “unidade” entre todos os católicos.

Ao analisar os fatos que marcaram 1938, Plínio considera que quatro eram as grandes posições ideológicas em que se distribuía a humanidade: “o

¹⁸⁵ Artigo – A dinamite de Cristo – publicado em 5 de novembro de 1938 – *O Legionário*, edição 321.

¹⁸⁶ id.ibid – Idem Ibidem

¹⁸⁷ Nos documentos anexos tem quatro imagens referentes a Dom Duarte Leopoldo e Silva. Em uma das fotos ele está com Plínio Corrêa de Oliveira e os colaboradores do Jornal *O Legionário* – ANEXOS 6 e 7.

¹⁸⁸ Um bispo providencial – artigo publicado em 20 de novembro de 1938 – *O Legionário*, edição 323.

catolicismo, o liberalismo, o comunismo e o nazismo”. E dentro deste íterim, Plínio destacava que passava a despontar novas perspectivas de se avaliar a definição do que se convencionou chamar “cristianismo”. Para Plínio, o “cristianismo” seria só um:

“... a doutrina pregada por Nosso Senhor Jesus Cristo. Nós, católicos, sabemos, pela graça de Deus, que esta doutrina só se conservou íntegra e completa dentro da Santa Igreja. E, portanto, conhecemos com a máxima e mais absoluta certeza que todas as doutrinas de inspiração aparentemente cristã, que se encontram fora da Igreja, são na realidade falsificações mais ou menos parecidas com o original, conforme o caso, mas que em nenhuma hipótese passam de falsificações”¹⁸⁹.

Nas análises de Plínio, vicejaria certa forma de “cristianismo superconfessional”, que passava a ser súpula de princípios comuns a todas as religiões que se dissessem cristãs, em nome dos quais se pretendia reformar a “humanidade”¹⁹⁰.

Neste momento, Plínio Corrêa de Oliveira faria sua primeira crítica indireta sobre o surgimento da obra do francês Jacques Maritain¹⁹¹ - *Humanismo Integral* - publicada em 1936. Para Mattei (1997), apesar de uma adesão declarada de Maritain ao tomismo, a sua filosofia da história e sua sociologia passavam a convergir com o neo-modernismo, que despontava entre jovens jesuítas e dominicanos. Seria uma perspectiva que buscava recuperar e transferir para o patrimônio da Igreja qualquer elemento de certo valor que pudesse emergir de uma aproximação com o modernismo.

As críticas dirigidas as novas concepções de cristianismo dentro de grupos intelectuais católicos (caso de Maritain e seu humanismo integral), se somava a

¹⁸⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Entre o passado e o futuro – publicado em 1 de janeiro de 1939 – *O Legionário*, edição 329.

¹⁹⁰ id.ibid – Idem Ibidem

¹⁹¹ Jacques Maritain (1882-1973) nasce em Paris. Discípulo do filósofo Henri Bergson, converteu-se ao Catolicismo em 1906, juntamente com a esposa Raïssa, judia de origem russa. Depois de ter se aproximado da Action Française (movimento contrarrevolucionário monarquista, defensor de um integralismo de inspiração tradicionalista, que tinha como principal ideólogo Charles Maurras), afastou-se quando a mesma foi condenada pelo Papa Pio XI em 1926. Desde então passou a ser considerado como o novo *maître à penser* do mundo católico. Na Action Française de Charles Maurras, vai ser utilizada a questão da “unidade” para fundamentar a defesa do nacionalismo. Tal perspectiva encontrará ressonância nos países onde floresceriam regimes autoritários e totalitários. Na década de 1930, o filósofo francês Jacques Maritain utiliza essa mesma temática, mas passa a associar o conceito de unidade ao de ‘pluralidade’, agora sob uma forma que caminha para uma perspectiva mais próxima do conceito de democracia, que passará a ficar mais clara a partir da obra *Humanismo Integral*. No Brasil, Alceu Amoroso Lima também tomou a questão da unidade por um tempo considerável, sobretudo no que concerne à unidade nacional e, nesse sentido, ele esteve em sintonia com o discurso nacionalista do governo Vargas por um tempo significativo. Depois de ter passado o período da II Guerra Mundial na América, Maritain foi nomeado embaixador de França junto à Santa Sé (1944-1948), para em seguida voltar à América como professor na Universidade de Princeton. Foi a Maritain que Paulo VI dirigiu a “mensagem aos intelectuais” na conclusão do Concílio Vaticano II. Maritain morreu em 1973, em Toulouse.

aquilo que Plínio considerava ser uma “marcha de espíritos dúbios”, onde tanto a esquerda como a direita passavam das posições instáveis e transitórias para as radicais e definidas. A história do socialismo estaria caminhando “tão aceleradamente para a extrema esquerda”, marcando um passo avantajado para o desaparecimento das posições intermediárias. Na direita, ocorria nos “círculos nazistas uma coloração anticatólica que se tornava cada vez mais franca”, enquanto “nos círculos fascistas a coloração se tornava cada vez mais nazista”. Em meio a esta descambada da esquerda e da direita para os extremos, o liberalismo “derretia como sorvete”¹⁹².

Em vista disso, Plínio Corrêa de Oliveira definia claramente qual seria a posição de um católico em tal cenário:

“Os católicos devem ser anticomunistas, anti-nazistas, anti-liberais, anti-socialistas, anti-maçônicos etc., porque são católicos. E nunca, como pensa certa gente, ser católico porque são anticomunistas, anti-nazistas ou qualquer outra coisa do mesmo gênero”¹⁹³.

Em meio a um período onde a II Guerra Mundial já estava próxima de se deflagrar no mundo europeu, ocorria no Vaticano à morte do Papa Pio XI¹⁹⁴, pondo fim a um pontificado de 17 anos¹⁹⁵. O conclave escolheria como novo papa o Secretário de Estado de Pio XI, o Cardeal Eugênio Pacelli. Segundo Plínio, Pacelli seria o braço direito, o “alter ego” de Pio XI, e continuaria a maravilhosa ação no Trono Pontifício, uma vez que participou com a máxima intimidade da “ação diplomática e internacional da Santa Sé”¹⁹⁶. Desta maneira levaria o legado e o nome do Papa anterior. Entrava em cena Pio XII.

Plínio Corrêa de Oliveira destacaria que durante o conclave havia uma forte corrente de Cardeais que, “simpáticos ao racismo e ao totalitarismo”, queriam

¹⁹² Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Entre o passado e o futuro – publicado em 1 de janeiro de 1939 – *O Legionário*, edição 329.

¹⁹³ Artigo: Pela grandeza e liberdade da Ação Católica – publicado em 15 de janeiro de 1939 – *Jornal O Legionário*, edição 331.

¹⁹⁴ Em alguns países do mundo, a Igreja foi submetida a perseguições durante o pontificado de Pio XI: Na Rússia e no México. Os últimos anos deste pontificado foram marcados pela sombria expectativa da deflagração de uma guerra, que se acreditava previsível. Pio XI morreu em 10 de fevereiro de 1939, poucos meses antes do início da Guerra. Em 14 de fevereiro foi ele sepultado na cripta da basílica de São Pedro. O pontificado de Pio XI representa um ponto alto na história da Igreja e dos últimos papas. A solução da “Questão Romana”, a conclusão de numerosas concordatas, a promoção do apostolado dos leigos e do clero indígena nos países de missão, constituíram-se em marcos referenciais para os tempos vindouros (FISCHER-WOLLPERT, 2006, p. 163-164).

¹⁹⁵ No ANEXO 8 desta dissertação pode ser vista a reportagem de capa do *Jornal O Legionário* de 12 de fevereiro de 1939, tratando da comoção da morte do papa Pio XI no mundo católico.

¹⁹⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Em torno da eleição pontifícia – publicado em 5 de março de 1939, *Jornal O Legionário*, edição 338.

evitar a eleição do Secretário de Estado de Pio XI, por acharem que a política deste estava errada. Enfatizava Plínio:

“E não faltavam católicos que, fazendo-se eco deste disparatado modo de ver, consideravam que, se o Papa é infalível nas suas definições doutrinárias, não o é quanto ao acerto de suas atitudes políticas, de sorte que uma pessoa pode, sem deixar de ser muito boa católica, estar em declarada divergência com a linha de conduta da diplomacia pontifícia. Não discutimos essa miséria. Quem tem senso católico não precisa refletir muito para perceber o que há de profundamente malsão nisso. Entretanto, pelo ardor das paixões partidárias e nacionalistas, e por um resquício deplorável de liberalismo religioso, muita gente se sente com esse ilusório e funestíssimo direito de livre exame em relação aos atos pontifícios”¹⁹⁷.

Segundo Plínio Corrêa de Oliveira, ocorria uma manobra envolvente que certas “pseudo-direitas”, artificialmente, delineavam a fim de desnortear e atrair a opinião católica, arrebatadamente correndo aos pés de Hitler e de Maurras (no caso da *Action Française*) que já havia sido condenada pelo Papa Pio XI. Em paralelo, a mesma moléstia de “adesite”, produziria seus frutos também no setor da “extrema esquerda”. Certos elementos procurariam unir as causas irreconciliáveis da “Igreja e do demônio”, adorando simultaneamente “Deus e a Revolução”, sendo o pretexto o nazismo¹⁹⁸. Plínio argumentava:

“O catolicismo é antitotalitário. As esquerdas também (?????). Por que não estabelecer entre comunistas e católicos uma cooperação antinazista? Por que não fazer os católicos marcharem nitidamente para a esquerda, enquanto os esquerdistas fariam uma evolução para a Igreja? Nós cederíamos o temporal mas lucraríamos o espiritual. Não seria bom o negócio?”¹⁹⁹

Desse ponto inicial, segundo Plínio, “falso”, inúmeros erros decorreram. O primeiro seria uma “posição de hostilidade falsa e não de prudência em relação à guerra da Espanha”. O outro seria “uma política francesa interna errônea, que visava colocar escandalosamente ao serviço do “*Front Populaire*”, o prestígio católico”. O Papa Pio XI condenaria formalmente [Encíclica *Divini Redemptoris*] a “*politique de la main tendue*”, nos “termos capciosos” em que ela se apresentava²⁰⁰.

¹⁹⁷ id.ibid – Idem Ibidem

¹⁹⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Contra a *main tendue* - O Legionário, edição 350, 28 de maio de 1939.

¹⁹⁹ id.ibid – Idem Ibidem

²⁰⁰ id.ibid – Idem Ibidem

Apesar de se tornar um crítico ferrenho do nazismo desde o seu primórdio, e depois do fascismo (quando este passa a ter convergências e depois projetos alinhados com o Führer), Plínio Corrêa de Oliveira saía em defesa da Espanha do General Francisco Franco²⁰¹. Franco liderou um levante militar apoiado por setores da Igreja e por grupos oligárquicos rurais contra a Frente Popular (composta dos republicanos, socialistas e comunistas), que havia vencido as eleições de 1936. Tal levante deu início a violentos conflitos entre milícias populares - lideradas por anarquistas, socialistas, comunistas – e o Exército. A Guerra Civil Espanhola ganhou dimensão internacional. Os republicanos contaram com o auxílio da União Soviética, que enviou armas e organizou as Brigadas Internacionais, com milhares de voluntários comunistas de 50 países; já os franquistas recebem apoio dos governos da Alemanha e da Itália, que mandam tropas e aviões. A Guerra Civil durou três anos (1936-1939), com a vitória dos militares. Franco assumiria poder supremo – sendo chefe de estado, chefe de governo, chefe de partido único e generalíssimo dos exércitos; o partido seria a Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.

O ‘diferencial da ditadura de Franco’ em comparação ao estado hitlerista e fascista, que fez com que muitos intelectuais católicos saíssem em defesa do franquismo, foi, antes de qualquer coisa, a rádio-mensagem²⁰² divulgada pelo novo Papa Pio XII – *Con inmenso gozo* - sobre o término da Guerra Civil Espanhola. Em telegrama divulgado após o fim da guerra, o Papa Pio XII faria a seguinte afirmação:

“Elevando nosso coração ao Senhor, agradecemos sinceramente a tão desejada vitória da Espanha católica. Fazemos votos para que esse país querido, uma vez alcançada a paz, retome com novo vigor as antigas tradições cristãs que tanto a dignificaram. Com esses sinceros sentimentos, enviamos a V. Ex^a [General Franco] e a todo o nobre povo espanhol a nossa bênção apostólica”²⁰³.

No caso espanhol, teremos com o franquismo (1936-1976) o surgimento de um “nacional-catolicismo”. Conforme Rego (2007), a maior parte do clero, de fato, estava ligado ao poder e ao dinheiro das oligarquias. Todavia, a partir de 1931, com o

²⁰¹ Artigos de Plínio Corrêa de Oliveira - O triunfo da Espanha Católica - *O Legionário*, N.º 343, 9 de abril de 1939 / e ‘7 dias em revista’ - *O Legionário*, N.º 345, 23 de abril de 1939.

²⁰² Tal rádio-mensagem divulgada pelo Papa Pio XII em 16 de abril de 1939 pode ser lida em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390416_inmenso-gozo_sp.html

²⁰³ id.ibid – Idem Ibidem

início da Segunda República, que tinha Manuel Azaña Díaz²⁰⁴ (Frente Popular) como principal figura, as relações Estado-Igreja começariam a ganhar contornos problemáticos. Azaña ficaria famoso por dizer que “*España ha dejado de ser católica*”. A República cometia o erro político de ferir os sentimentos de um povo massivamente “católico”, ao menos em seu “majoritário mundo rural” e na “classe média”. Foi um “laicismo adolescente”, que menosprezou as forças adversas, levando a República a se chocar com a Igreja. Haveria motivos para os republicanos se mostrarem anticlericais, porém lhes faltariam “tato” e “realismo”. O anticlericalismo “primário” e “visceral” da Frente Popular, com a “queima de Igrejas” e a “matança de curas (sacerdotes que tem encargos de pastorear fiéis)”, viria a criar “uma aterrorizante imagem popular” que mais tarde se empunharia nos 40 anos restantes como eficaz ameaça: “*¡La vuelta al 36!*”. Portanto, o “incômodo a liberdade de cultos”, “a proibição do ensino religioso nas escolas”, com “a eliminação de crucifixos”, e a retirada de “ajuda econômica de culto e de auxílio ao clero”, assim como outras medidas legisladas, levaram a uma reação (para alguns: uma cruzada – caso de Plínio Corrêa de Oliveira) que teve como base uma cobertura ideológica cujos primeiros proclames não apresentavam nenhum “matiz religioso”, contudo, chegou a ser posteriormente um “*leitmotiv* racionalizador” (REGO, 2007).

O resquício de “liberalismo religioso” que levava os indivíduos ao ‘livre exame em relação aos atos pontifícios’, ao qual Plínio Corrêa de Oliveira faz referência, também afetaria a realidade brasileira, sendo um dos “problemas religiosos do Brasil”. Plínio afirmava que o Brasil seria um povo inteiramente católico no sentido “numérico da palavra”, mas não totalmente católico na sua vida política, econômica, intelectual, artística e social. Deste modo, a meta principal dos católicos não seria buscar a conversão de ateus, protestantes, espíritas, etc; mas sim, a luta devia ser pelo avivamento e esclarecimento da Fé católica já professada pelo povo brasileiro. O papel desta “catolicização dos católicos” seria da Ação Católica – que teria a missão providencial de “definidor de limites”. Tal missão só poderia se realizar

²⁰⁴ Azaña Díaz (1880-1940) foi primeiro ministro da Espanha entre 1931-1933, e em 1936. Era uma das principais figuras políticas da Frente Popular, partido que vence as eleições em 16 de fevereiro de 1936. Ele viria a ser eleito presidente em 10 de maio. O levante militar ao governo Azaña se inicia em 17 de julho de 1936, sendo Francisco Franco reconhecido como chefe da Junta Militar em 12 de setembro, e constituído como chefe de estado em 1º de outubro. Já em 1937, uma carta coletiva do episcopado espanhol apoiava o levante militar. A vitória dos militares é oficializada em 1º de abril de 1939, após uma guerra civil de grande dimensão internacional. Tal desfecho faz com que Azaña se exilasse e terminasse a vida na França.

convenientemente na medida em que a Ação fosse real e autenticamente uma “arregimentação de católicos de escol”, em cujas fileiras não se encontrassem senão elementos cuidadosamente selecionados²⁰⁵. Para atuar em tais fileiras, Plínio considerava cinco premissas como vitais²⁰⁶.

Plínio frisava que considerar a Ação Católica como um movimento de escol não significaria, de nenhum modo, que ele não devesse tender a ser também um movimento de “grande extensão e larga repercussão”. As razões doutrinárias e práticas que elementos novos nas fileiras dos referidos núcleos [cada núcleo era composto por pessoas de mesma área profissional] necessitavam seguir como requisitos para admissão se deram a partir de um ofício de consulta dirigida a Junta Nacional da Ação Católica, por parte de assistentes eclesiásticos e com o auxílio do ainda Bispo auxiliar em São Paulo, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva²⁰⁷. A resposta da Junta Nacional declarava que os requisitos seriam: *comunhão ao menos semanal; um ano de estudo de doutrina católica; a execução conveniente, durante esse ano, de todas as obras de apostolado que fossem indicadas*²⁰⁸.

Estas seriam as primeiras mobilizações que iriam passar a consagrar o funcionamento da Junta Paulista da Ação Católica. Os primeiros núcleos representados foram os dos advogados, engenheiros e médicos. Merece ser destacado que no estado de São Paulo durante a década de 1930, as Congregações Marianas tinham grande prestígio e grande participação da população no apostolado evangelizador. A Ação Católica viria

²⁰⁵ Artigo: Seleção e Formação - publicado em 23 de abril de 1939 – *O Legionário*, N.º 345.

²⁰⁶ Estas eram as cinco premissas: I - Devem os membros da Ação Católica, de acordo com todos os documentos pontifícios, ser dotados de uma preparação e formação efetivamente rigorosa e esmerada; II - Além desse motivo, inspirado na própria essência da Ação Católica, cumpre lembrar que a expansão e eficiência do apostolado desta não serão prejudicadas por um autêntico rigor na formação de seus membros; pelo contrário, a eficácia do apostolado está na razão direta da formação espiritual dos que o exercem, pelo que só poderá lucrar a Ação Católica com um rigor prudente na admissão de seus membros; III - Que, de mais a mais, o apostolado exercido nas fileiras da Ação Católica requer uma formação especializada, que dificilmente pode ser obtida fora dela, máxime em se tratando de pessoas que jamais pertenceram a outras associações religiosas; IV - Que o compromisso da Ação Católica, pelas graves obrigações que impõe, e pelo acesso que dá às fileiras da milícia universal fundada por Pio XI, deve normalmente ser a coroação e o termo final da formação dos candidatos, e não seu proêmio; V - Que as condições locais da Arquidiocese de São Paulo, dado o grande surto de vida religiosa que aqui se observa, permitem, dentro das exigências acima formuladas, a organização de fortes e pujantes núcleos de Ação Católica, não existindo qualquer das circunstâncias locais que, em outras dioceses, podem talvez sugerir temporariamente uma orientação diversa.

²⁰⁷ Dom José Gaspar de Affonseca e Silva (1901-1943) nasceu em Araxá-MG. Foi ordenado Sacerdote em 12 de agosto de 1923 por Dom Duarte Leopoldo e Silva. Depois de ter estudado em Roma na Universidade Gregoriana, foi sagrado Bispo e em 28 de abril de 1935 recebeu o cargo de auxiliar do Arcebispo de São Paulo. Dom Duarte morreu em 13 de novembro de 1938. Em 29 de julho de 1939, Dom José Gaspar é elevado a Arcebispo de São Paulo. Dom José irá morrer em 27 de agosto de 1943, em um acidente aéreo.

²⁰⁸ Artigo – Rumo à expansão - publicado em 30 de abril de 1939 – edição 346 – *O Legionário*.

a somar forças ajudando na reverberação dos valores apostólicos e na construção de uma “vida interior autêntica para seus membros”²⁰⁹.

As Congregações Marianas mobilizaram o apostolado católico por todo Estado de São Paulo, sendo o Padre Irineu Cursino de Moura, diretor da Federação das Congregações Marianas. As congregações foram um exemplo de sucesso de apostolado no qual a Ação Católica Paulista buscava inspiração²¹⁰.

Em julho de 1939, o Governo Federal, por meio do Ministério das Relações Exteriores, convidou a um grande banquete a ser realizado no Itamaraty, os Padres Conciliares ora reunidos no Rio de Janeiro. Tal convite veio a ser recusado pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme. Em vista da recusa, o presidente da República Getúlio Vargas escreveu pessoalmente uma carta convidando o Cardeal. O convite foi aceito e o evento se realizou em 18 de julho. O Presidente da República Getúlio Vargas afirmou neste banquete que: *“O Brasil é católico, ao Catolicismo deve as suas melhores tradições e nele procura hoje as suas melhores esperanças”*. Tais palavras alimentaram a esperança de que diversas questões sociais de importância vital para os católicos que estavam pendentes de solução legislativa encontrariam brevemente solução favorável²¹¹.

Dias após a ocorrência deste encontro de Vargas com membros da Hierarquia Eclesiástica; em São Paulo, o Bispo auxiliar Dom José Gaspar era elevado à posição de Arcebispo de São Paulo – sucedendo ao falecido Dom Duarte Leopoldo e Silva. Plínio Corrêa de Oliveira exaltaria a importância e a trajetória de Dom José Gaspar, que com apenas 38 anos se tornava Arcebispo, e passava a ser o responsável por

²⁰⁹ “A vida interior não significa só prática assídua dos Sacramentos, mas prática viva, sincera e esclarecida, que gera na inteligência uma perfeita conformidade com a doutrina católica, uma aptidão maravilhosa para discernir entre tudo que é e não é católico, e um zelo vivo para manter sempre exatas essas fronteiras. Na vontade, essa vida interior deve gerar um amor intenso por tudo aquilo que a Igreja manda, um zelo de obediência que se manifesta não apenas nos atos, mas nos sentimentos, não apenas nas linhas gerais, mas nas minúcias, não apenas nos conselhos, mas sobretudo no exemplo. Pensar como a Igreja pensa, sentir como a Igreja sente, agir como a Igreja manda, e depois reconhecer em tudo isto a obra de Deus em nós, eis o ideal da vida interior”. Artigo – “Rumo à expansão”, publicado em 30 de abril de 1939 – edição 346 – *O Legionário*.

²¹⁰ Como exemplo das realizações de sucesso de apostolado das Congregações pode-se destacar como exemplo fato ocorrido em 1935, exatamente em comemoração ao 1º ano de promulgação da Carta Constitucional de 1934. As Congregações Marianas realizaram uma grande Concentração Estadual na Capital e no interior do Estado de São Paulo, com mais de 15000 participantes. Os ANEXOS 9 e 10 desta dissertação mostram imagens da realização desta Grande Concentração Estadual organizada em 16 de julho de 1935. O ANEXO 11 traz estatísticas de época que destacavam o aumento de congregações organizadas pelo estado, e o aumento considerável de participantes assíduos nas fileiras do movimento.

²¹¹ Artigo ‘7 dias em revista’ – Jornal *O Legionário*, N° 358, 23 de julho de 1939.

“delinear os novos planos do apostolado paulista”²¹². Afirmava Plínio:

“Não seria, pois, necessária qualquer explicação para a alegria verdadeiramente explosiva que se apoderou de São Paulo no dia 1 [de agosto], quando o Rádio noticiou a nomeação do Ex.mo Rev.mo Sr. D. José Gaspar de Affonseca e Silva para o sólio Arqueiepiscopal. A essa alegria, o “Legionário”, que sempre teve nele um apoio precioso e mais do que isto um amigo paternalmente solícito, se associa com a abundância de sentimentos que facilmente se pode imaginar”²¹³.

Na conjuntura mundial, teria início a II Guerra Mundial, em 1^a de setembro. As tropas alemãs invadiam a Polônia numa ofensiva-relâmpago (blitzkrieg). Plínio Corrêa de Oliveira destacava que “O Legionário”, como jornal católico, se recusava obstinadamente a se envolver em conflitos “meramente políticos e temporais”, quer entre os povos quer entre os partidos. Desde que, entretanto, os interesses da Igreja fossem afetados por tais conflitos, passaria a tomar “atitude firme e desassombrada”. A Santa Sé não seria “neutra no conflito europeu”. A Igreja buscaria “apaziguamento” e “aproximação” - a explicação caberia, dentro de três palavras que se liam no brasão de armas do Papa Pio XII: “*Opus justitiae pax*”: a paz é fruto da justiça. Na visão de Plínio, haveria dois tipos de guerra, aquela pela “legítima defesa”, e a “guerra sagrada”. No caso da legítima defesa, a guerra seria um direito incontestável. No caso da guerra sagrada, não existiria apenas o direito, existiria um dever.²¹⁴

O ano de 1940 levaria o Jornal *O Legionário* a dedicar grande espaço ao desenrolar da II Guerra e ao tabuleiro de forças que se formava na Europa, dando especial atenção a situação da Igreja Católica frente às ocorrências dos fatos. Plínio recorreria ao Jornal ‘*Osservatore Romano*’ – órgão do Vaticano, para destacar os pontos nevrálgicos da Guerra e suas circunstâncias.

Neste mesmo cenário, a Junta Paulista da Ação Católica começaria a funcionar de modo efetivo. Conforme ressalta Manoel (1999), a Ação Católica buscaria abarcar o homem em todos os momentos de sua vida, em todos os lugares, no campo e na cidade, nas capitais e no interior, nos centros mais populosos e nas regiões mais distantes do país. Para tanto, a Ação Católica deveria ser desenvolvida a partir de uma estrutura organizacional já estabelecida: paróquias e dioceses. Uma das grandes

²¹² Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Dom José – publicado em 6 de agosto de 1939 – *O Legionário*, N.º 360.

²¹³ id.ibid – Idem Ibidem

²¹⁴ Artigos de Plínio Corrêa de Oliveira - Reflexões à margem da Guerra Teuto-Polaca - *O Legionário*, N.º 365, 10 de setembro de 1939/ A posição do Vaticano - *O Legionário*, N.º 368, 1 de outubro de 1939.

preocupações da hierarquia da Igreja era o reduzido número das dioceses e mesmo de paróquias no Brasil e a vasta extensão territorial de cada uma delas. Enquanto na Europa as paróquias e dioceses se multiplicavam, exigindo sempre a criação de novos arcebispados, no Brasil, paróquias havia maiores que muitas dioceses européias (3). Basta, a título de exemplo, que pensemos no Estado de São Paulo que, até 1908, não possuía ainda um arcebispado (MANOEL, 1999).

3.3. “Idéias, só as da Igreja. Vida, a vida sobrenatural da graça. Ação, a ação católica”

Em 11 de março de 1940, Dom José Gaspar confiava a Plínio Corrêa de Oliveira o mais prestigiado dos postos: Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista²¹⁵. O padre Antônio de Castro Mayer foi nomeado Assistente Geral da Ação Católica Paulista, enquanto o padre Geraldo de Proença Sigaud foi designado assistente arquidiocesano da Juventude Estudantil, masculina e feminina. Conforme destaca Mattei (1997), Plínio Corrêa de Oliveira passaria a ser responsável pela direção de todas as forças do laicato paulista, compreendendo organizações estudantis, os homens e as mulheres da Ação Católica e as associações auxiliares como as Pias Uniões, as Ordens Terceiras e as Congregações Marianas.

Plínio Corrêa de Oliveira descreveria o momento destacando que o programa da Ação Católica Paulista se resumia em um lema que aceitava com entusiasmo, o que era ditado pela própria natureza das coisas estabelecidas pela “Providência”. Era o “dístico” que se encontrava no brasão de armas do Arcebispo Metropolitano: “para que todos sejam um”. Conforme Plínio afirmou “Idéias, só as da Igreja. Vida, a vida sobrenatural da graça. Ação, a ação católica”. Encerrando seu primeiro artigo como Presidente da Junta Paulista da Ação Católica, Plínio afirmava:

“A legião dos que trabalham por Nosso Senhor é imensa em São Paulo. Uma estatística oficial de há poucos anos atrás informava serem 150.000 na Arquidiocese as pessoas filiadas a associações religiosas. É com toda esta legião que a Junta conta para, sob a direção da Ação Católica, levá-la mais aguerrida, mais coordenada, mais ardorosa e mais disciplinada do que nunca para as arenas que lhe apontar o báculo do Ex.mo e Rev.mo Sr. Arcebispo. (...) Sejamos um na oração, um na vida interior, um no modo de pensar, de sentir e de

²¹⁵ No ANEXO 12 é possível ver a reportagem de capa do Jornal *O Legionário* de 17 de março de 1940, tratando da nomeação da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista. No ANEXO 13 é destacado o trecho da reportagem que destaca a escolha de Plínio Corrêa de Oliveira e de outros membros da equipe da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista.

viver, e necessariamente seremos um na hora do combate. Esse grande exército, assim unido, poderá infundir terror no adversário e, o que é muito mais importante, atrair sobre si a abundância das bênçãos de Deus”²¹⁶.

Para Plínio, o problema da união dos católicos não era uma mera questão sentimental e precisava ser encarado com “realismo e espírito prático”. Tal problema se revestiria de aspectos diversos, conforme cada ambiente: entre os católicos militantes ele seria um; entre os que eram simplesmente praticantes, ele seria outro; e, finalmente, no que se referia à união dos não católicos à Igreja, os termos da questão variavam.

Com relação aos católicos militantes [aqueles que fazem parte de uma “porção do escol”], Plínio Corrêa de Oliveira destacava que convinha lembrar que a identidade dos princípios doutrinários não se mostrava suficiente para assegurar aos homens uma efetiva unidade de movimentos. Tão complexa seria a realidade contemporânea, que quando os espíritos passavam da “ordem doutrinária” para o campo da “ação”, muitas vezes eram levados a “divergir entre si sobre o modo de ajustar os fatos aos princípios”. Seria evidente, a impossibilidade de reduzir os espíritos a uma unidade completa. Entretanto, seria certo que grandes divergências poderiam ser evitadas entre os elementos católicos, desde que houvesse um sistema de articulação mais “metódico e inteligente”. Seria necessário estabelecer uma grande obra de conjunto, onde os feitos particulares deveriam trazer benefícios ao coletivo²¹⁷.

Com relação à “massa geral de fiéis”, o assunto seria de complexidade, uma vez que as pessoas acabavam por cometer exageros ou atitudes unilaterais que prejudicavam uma visão objetiva dos fatos, estando expostas por “generalizações perigosas”. Evidentemente, a linha de conduta a seguir para com as pessoas não seria simples de traçar. Quem lhes mostrasse a “abjeção de seu estado” corria o risco de desanimá-las. Quem lhes mostrasse apenas a “beleza da virtude” corria o risco de perder inteiramente seu tempo. Os católicos militantes otimistas deveriam compreender que seria nociva à Igreja sua posição de “falsa tranquilidade” e de “temerária confiança” com relação aos fiéis (“as aparências iludiam”). Assim como, os católicos militantes pessimistas deveriam compreender que o Evangelho não mandava partir de uma vez “o

²¹⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, “*Ut Omnes Unum Sint*” – *O Legionário*, 17 de março de 1940, edição 392.

²¹⁷ União – artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 24 de março de 1940, *Jornal O Legionário* – edição 393.

arbusto ainda vivo”, nem extinguir a “mecha que ainda fumegasse” em certos fiéis²¹⁸.

Plínio constataria:

“É preciso, antes de tudo, que o apostolado católico atinja a massa dos fiéis, e os integre profundamente no espírito e na vida sobrenatural da Santa Igreja. Não há apostolado mais meritório nem mais urgente do que este. (...) a conclusão deste artigo deve ser um incitamento veementíssimo ao apostolado. Um apostolado autêntico, dotado de todos os recursos sugeridos pela prudência comum, mas sobretudo, antes de tudo, acima de tudo, estribado na oração, na penitência, e na meditação e caracterizado pela disciplina e pela renúncia a quaisquer veleidades e interesses mundanos”²¹⁹.

Conforme Manoel (1999), mostrava-se evidente, para a Hierarquia Católica, que tanto o trabalho pastoral, centrado na expansão da Ação Católica, quanto às próprias tarefas administrativas só poderia ter um fortalecimento e atingir certo nível de eficácia com o desdobramento das antigas dioceses paulistas em novas dioceses. Cada vez mais a população aumentava, dispersando-se por uma vasta região, tornando praticamente impossível qualquer controle da Igreja, quer sobre a questão pastoral, quer sobre a própria administração de seu patrimônio. Somavam-se a isso, cada vez mais novas vertentes do cristianismo: presbiterianos, batistas, adventistas; aos quais vieram se juntar religiões não-cristãs, firmando raízes e constituindo assim um perigo para o desenvolvimento da pastoral e, mais grave ainda, atraindo para seu convívio muitos católicos.

Em maio de 1940, Plínio atacava o totalitarismo nazista, destacando que os totalitarismos das direitas seriam acessoriamente correntes políticas. No fundo, elas seriam, sobretudo, doutrinas filosóficas extensas, complexas, coerentes dentro do erro de suas posições iniciais, e implicavam por isto mesmo em uma concepção de Deus e do mundo que, sendo-lhes inteiramente peculiar, se opunha radicalmente ao pensamento da Igreja²²⁰.

Em 19 de maio *O Legionário* dava papel de destaque ao Papa Pio XII no combate as ações nazistas que se alastravam pela Europa. O jornal destacava informações sobre a perseguição religiosa levada até as últimas conseqüências pelo Nazismo e pela União Soviética de Stalin. Vale destacar também uma crítica do jornal dirigida a Ku-Klux-Klan – classificada como “*uma sociedade de combate aos católicos,*

²¹⁸ Ainda a União - artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 7 de abril de 1940, *Jornal O Legionário* – edição 395.

²¹⁹ id.ibid – Idem Ibidem

²²⁰ Artigo - Corporativismo – publicado em 5 de maio de 1940, *O Legionário* - edição 399.

negros e judeus, em nome da população branca protestante e primitiva dos Estados Unidos”²²¹. Os adeptos da Ku-Klux-Klan eram classificados como “os maiores inimigos do Papa na América”, uma vez que pregavam que o catolicismo e o americanismo seriam idéias antagônicas. A Ku-Klux-Klan também atacaria a Encíclica *Sertum Loetitiaie*, na qual Pio XII tratava de problemas sociais e se dirigia a população negra norte-americana, exprimindo palavras de apoio e bênção especial.

Plínio Corrêa de Oliveira considerava que naquele contexto havia “várias e legítimas razões de ordem temporal” que justificavam e até mesmo impunham uma política de “afetuosa aproximação luso-brasileira”. Estas razões, não seriam apenas de ordem meramente temporal. Segundo Plínio, devíamos a Portugal o “benefício inestimável da Fé Católica”. Tal benefício era “infinitamente” maior do que todas as vantagens materiais que a administração portuguesa poderia ter trazido. E a Fé criava entre os brasileiros laços infinitamente “mais íntimos e mais suaves do que a afinidade racial”. De Portugal, o Brasil teria recebido além “dos Missionários, veneráveis tradições de vida doméstica e social, impregnadas do mais genuíno espírito católico”. A “manutenção destas tradições” não poderia deixar de ser objeto de “uma atividade especial da Ação Católica”. E, finalmente, por este motivo, os católicos deveriam considerar com especial simpatia qualquer obra de aproximação com Portugal²²².

Tal análise de Plínio Corrêa de Oliveira com relação às origens da sociedade brasileira enfatiza o papel de Portugal na construção da “Fé Católica” como algo que suplantava a “afinidade racial”. No Brasil, neste período, já tinha sido publicada a obra de Gilberto Freyre que tratava da formação da sociedade brasileira – *Casa Grande & Senzala*, de 1933.

Gilberto Freyre destacaria em sua obra que o Brasil teria em seus colonizadores, uma despreocupação com a “unidade ou pureza da raça”. Recorrendo a Handelman, Freyre considerava que para ser admitido como colono do Brasil no Século XVI, a principal exigência era professar a religião cristã: ‘somente cristãos’- e em Portugal isso queria dizer “católicos”. O perigo não estaria no “estrangeiro” nem no indivíduo “disgênico” ou “cacogênico”, mas no “herege” (FREYRE, 2003). Segundo Freyre:

²²¹ Os ANEXOS 14,15 e 16 mostram respectivamente: 1) os telegramas enviados pelo Papa aos soberanos da Bélgica, Holanda e Luxemburgo; 2) reportagem especial sobre a perseguição religiosa praticada por nazistas e soviéticos (artigo Nazismo & Comunismo); 3) reportagem que trata da Ku-Klux-Klan e suas ações.

²²² Artigo ‘7 dias em revista’ – publicado em 9 de junho de 1940, edição 404, Jornal *O Legionário*.

“Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade”. (FREYRE, 2003, p.91-92)

Para Meucci, a obra *Casa Grande & Senzala* foi uma das mais emblemáticas dos anos 1930. A partir de uma consciência positiva acerca de mestiçagem cultural e étnica da população brasileira e do papel vital dos setores tradicionais no equilíbrio social, se consolidava fundamentos importantes para celebrar o novo acordo político nacional deste período, de forma que a “guarda intelectual” do governo Vargas e da Universidade passam a dar boa acolhida à interpretação de Freyre (MEUCCI, 2010).

O Legionário e Plínio Corrêa de Oliveira, em julho de 1940, demonstravam preocupação com o avanço nazista, que já tinha tomado Paris. Plínio classifica o momento como de “nazificação da França” e simultaneamente a isto, fazia uma crítica a Pio XII pelo “silêncio clamoroso” com o qual a Santa Sé acompanhava tais fatos. Havia certos fatos que se desenrolavam causando à Santa Sé o mais “profundo desagrado”. Segundo os “estilos e tradições diplomáticas do Vaticano”, a “bolchevização das repúblicas bálticas” não poderia ter passado sem um profundo e veemente protesto do Papa. Entretanto o Papa se calou. Para Plínio, isto poderia causar um impacto negativo no pontificado de Pio XII, permitindo a criação das mais variadas críticas e análises sobre a posição do Pontífice em meio a II Guerra²²³.

Com relação aos problemas religiosos da Igreja Católica na América Latina, Plínio Corrêa de Oliveira daria destaque à situação do Peru e do México. No Peru, “jornais diários informavam que o Senado aprovava o confisco dos bens das Congregações Religiosas”, com isso a Santa Sé incumbia por meio de seu Núncio em Lima de apresentar ao governo da República vizinha uma nota de protesto categórico contra tal fato. No México, a perseguição religiosa teria cortado toda a década de 1930, e apresentaria “duas fases”, “uma legislativa e outra executiva”. Na primeira fase, “leis truculentas contra a Igreja”, de cunho abertamente anticlericais, passavam a deixar a

²²³ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Um silêncio clamoroso – Jornal *O Legionário*, 28 de julho de 1940, edição 411.

situação da “Igreja perfeitamente calamitosa”. E, assim, da “fase legislativa” se passou bruscamente para a “fase executiva”, condição esta, que Segundo Plínio, fez com que “o sangue dos mártires começassem a jorrar abundantemente sobre o solo mexicano”²²⁴.

No Brasil, Plínio afirmaria que condições de perseguição religiosa contra certas figuras da Igreja já tinham ocorrido – numa referência a Questão Religiosa (1872-1875), que envolveu os Bispos Dom Vital e Dom Macedo da Costa durante o Segundo Reinado. Todavia, a realidade que se formava no fim de 1940 seria bem distinta daquele período, com a Igreja vivenciando outro horizonte. Plínio considerava que as fundas modificações vivenciadas na realidade dos católicos se devia ao “triunfo maciço da Liga Eleitoral Católica”, classificado como uma das “mais belas páginas de nossa vida religiosa”, e seria a comprovação que os católicos não mais permitiriam qualquer intervenção do Estado que ferisse os católicos. A Liga também teria efetuado um “trabalho de esclarecimento da opinião pública”, atingindo resultados consideráveis, e ainda teria muito caminho a percorrer²²⁵.

Plínio Corrêa de Oliveira destacava que algo grandioso, que poderia promover uma “reação vigorosa” para os católicos e que por muitos anos era impensável que pudesse se consolidar estava próximo de tornar-se realidade, auxiliando na produção artística, científica, literária e intelectual; aproximando as pessoas e as elites intelectuais para a doutrina católica – *A Universidade Católica Brasileira*²²⁶.

Em 1934, ano da fundação da Universidade de São Paulo, o Primeiro Congresso Católico sobre Educação apelava para a criação de uma universidade católica, o mais rapidamente possível. Tinham ocorrido alguns antecedentes estruturais, e o principal esforço era reunir as faculdades isoladas existentes. Os jesuítas assumiram a maior parte das importantes responsabilidades pedagógicas e administrativas. Foi constituída uma sociedade civil para reunir os recursos financeiros necessários e, em 1940, a Universidade Católica do Rio de Janeiro tornava-se a primeira universidade privada do Brasil, recebendo autorização oficial do presidente Getúlio Vargas. Os cursos se iniciaram em 1941, e somente em 1946 a instituição cumpriu todos os requisitos oficiais para receber o status de verdadeira universidade. O Vaticano concedeu o status pontifício em 1947. Em pouco tempo, o Brasil tinha pontifícias

²²⁴ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Problemas religiosos na América Latina – Jornal *O Legionário*, 24 de novembro de 1940, edição 428.

²²⁵ id.ibid – Idem Ibidem

²²⁶ id.ibid – Idem Ibidem

universidades católicas (PUCs) em São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte (LEWY, 1982).

Para Schwartzman, a Universidade Católica, que foi conseguida à custa de uma grande luta da Igreja, quando é constituída, vira uma universidade privada igual às outras, com muito pouco “caráter confessional”. A idéia de uma universidade que formasse “líderes católicos”, uma universidade que desse um conteúdo ideológico diferente para os seus alunos, isso não acontece (SCHWARTZMAN, 1982).

Merece ser destacado que já havia escolas superiores isoladas católicas no Brasil. A Escola de Filosofia *Sedes Sapientiae*, em São Paulo, foi criada em 1908, ligada à Universidade de Louvain, na Bélgica, muito antes da primeira Universidade Federal e muito antes da primeira faculdade de filosofia federal ou oficializada. E é importante saber que a universidade católica não seria a mesma em todo lugar. A de São Paulo seria muito diferente da do Rio de Janeiro. Cunha (1982) afirma:

“A Universidade Católica do Rio pode ser vista como nascendo claramente de um projeto educacional fascista, enquanto a de São Paulo tem outras características. (...) A Universidade Católica do Rio de Janeiro nasceu com uma tarefa supletiva. Era uma universidade supletiva em relação à Universidade do Brasil, que não conseguia preparar quadros com a eficiência desejada pelo próprio Estado. Dessa maneira, tanto quanto ou (quem sabe?) mais do que uma luta da Igreja pela criação da sua universidade, houvesse uma luta do Estado para que a Igreja criasse uma universidade para a formação de quadros para o seu próprio aparelho. Discursos do Capanema, do padre Franca, que foi o primeiro reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro nesse período, sugerem essa hipótese - a função supletiva”. (CUNHA, 1982, p.498)

Plínio Corrêa de Oliveira, após ter concluído seu mandato como deputado na Assembléia Constituinte de 1933/1934, além de advogar e atuar como jornalista, também passou a se dedicar a vida acadêmica, assumindo a cátedra de História da Civilização no Colégio Universitário anexo à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e no Colégio Roosevelt de São Paulo. Mais tarde, Plínio tornou-se professor catedrático de História Moderna e Contemporânea na *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento*, e na Faculdade *Sedes Sapientiae*, as quais viriam a integrar-se mais tarde na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em entrevista concedida em 1990²²⁷, Plínio Corrêa de Oliveira destacou o seu papel na Faculdade *São Bento*:

(...)... havia em São Paulo um estabelecimento privado de ensino, que era de ensino superior, que era chamada a Faculdade de São Bento, prévia a todos esses fatos que estou falando à Sra. Essa faculdade foi fundada pelo Abade beneditino D. Miguel Kreuse. E dispondo de São Bento aqui em São Paulo de muito prestígio, e também de muitos recursos, ela tinha constituído uma escola, essa Faculdade de Filosofia do São Bento, e que tinha como os dois *pivots* da Faculdade o Prof. Leonardo Vanhaekert, um belga-flamengo, formado na Universidade de Louvain, na famosa Universidade Católica da Bélgica, e o Prof. Alexandre Correia, este último brasileiro, paulista até, se eu não engano. Eu creio que sim, que era paulista de Ribeirão Preto até, se não me engano, também formado por Louvain. E ambos homens muito inteligentes, muito competentes, que eram dois dos mais insignes professores superiores de São Paulo, e que dispensavam o ensino da Filosofia de São Tomás de Aquino nesse estabelecimento de São Bento. Prevaleceu então a idéia de transformar esse estabelecimento, que dava um ensino de grau superior mas não era reconhecido oficialmente – ia lá lecionar quem quisesse conhecer a Filosofia de São Tomás, comparativamente e analiticamente em si mesma e em relação a outras filosofias – que se fizesse então a transformação dessa Faculdade numa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, segundo o padrão oficial de Faculdade de Filosofia, publicado pelo Governo Federal, depois que a Constituição lançou os fundamentos legais para o ensino superior particular. Fizeram entre intelectuais católicos convite para serem catedráticos, e eu fui convidado para ser professor de História da Civilização, mais especificamente da História da Civilização Moderna e Contemporânea. Como eu era deputado nesse tempo, eu aceitei a cátedra mas não pude aceitar a docência imediata. E a Faculdade se fundou, começou a funcionar, sendo eu apenas professor titular. Pouco tempo depois as Cônegas Regulares de Santo Agostinho, que tinham um colégio secundário de grande fama, chamado Colégio *Des Oiseaux*, aqui em São Paulo, à Rua Caio Prado. Depois mudou-se. E depois com o terreno que dava até os fundos da Rua Paranaguá, onde funcionou o *Sedes Sapientiae*.

Com relação à Faculdade *Sedes Sapientiae*, Plínio destacou:

“(...) No São Bento aceitavam rapazes e moças. No *Sedes Sapientiae* – era o nome da nova Faculdade – aceitavam só moças. (...) a Igreja Católica, que não via com bons olhos o estabelecimento de ensino mistos, secundários sobretudo, de algum modo também primário, mas aí com mais elasticidade, sempre foi mais aberta para o ensino superior com os dois sexos. Têm mais responsabilidade, e sabem melhor conduzir-se, etc. Mas no *Sedes Sapientiae* pareceu mais prudente fazer só de moças, porque era um instituto feminino que ia

²²⁷ Entrevista concedida a pesquisadora Nadia Dumara Ruiz Silveira, em 13 de junho de 1990. Esta entrevista foi feita pela pesquisadora como parte de sua tese de doutorado no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da USP, obtido em 1996 com o título: *Universidade, Igreja e Modernidade: Restauração e Inovação*.

tomar conta, já especializado na formação de meninas, estaria melhor para a formação de moças. E fundou o *Sedes Sapientiae*. A grande propulsora da fundação dessa Faculdade foi uma pessoa de grande valor também, uma belga aliás também, disseram-me que de uma família rica, distinta da Bélgica, *Mère Sainte Ambroise*, que eu conheci pessoalmente e que tinha um valor, uma pessoa inteligente, culta, e depois muito realizadora, capaz de fazer o que queria, sabendo bem o que entendia, etc. E a quem as superiores deram uma liberdade muito grande na direção da Faculdade. Para lá me convidaram também para professor da História Medieval, Moderna e Contemporânea. Outro catedrático era professor de História da Antiguidade. E eu lecionei lá anos também. Em 1935 encerrou-se a Constituinte, e eu voltei para a vida privada, saí da política e voltei para a vida privada. E aí assumi essas duas cátedras. E fiquei no exercício da docência eu creio que mais ou menos uns 20 anos. E depois eu fundei a TFP. A TFP foi fundada em 60...”

Em 1960, Plínio Corrêa de Oliveira ainda seria membro de banca examinadora²²⁸ para provimento da Cátedra de História do Brasil, da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criada no Brasil, a *Sedes Sapientiae*.

Retomando o encadeamento cronológico das análises de Plínio Corrêa de Oliveira, destaca-se em 1941 o papel da JUC (Juventude Universitária Católica) e a fundação pelos membros da mesma do Instituto de Serviço Social, que completava seu primeiro ano de funcionamento. Conforme Plínio, os membros que atuassem como assistentes sociais pela causa da Igreja deveriam ser católicos autênticos, não apenas daqueles que, ávidos de erros, se debruçariam curiosamente por sobre os muros da “ortodoxia contemplando afetuosamente todos os disparates que a razão humana engendrasses longe da Igreja”, mas daqueles que tivessem “um senso católico vivo, eficaz, diligente, zeloso, demonstrando que sua ação pudesse ser de um incalculável valor”. Se, pelo contrário, ele fosse um católico de “convicções bruxuleantes”, difícil tornar-se-ia impedir que o contrabando de “idéias espúrias se insinuasse e viciasse toda a sua ação”. O mal não estaria na “técnica”. Estaria na “ausência do influxo da Igreja”²²⁹.

Em março de 1940, um grupo de jovens ligados à JUC (subordinada à Ação Católica) fundava o Instituto de Serviço Social na Biblioteca do Mosteiro São Bento, destinado exclusivamente aos jovens masculinos no período noturno. Os

²²⁸ Tal banca examinadora era composta de Hélio Vianna, Pedro Calmon, Aureliano Leite, Alexandre Corrêa e Plínio Corrêa de Oliveira (<http://www.pucsp.br/ex-alunos/homenagem.html>).

²²⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Instituto de Serviço Social – Jornal *O Legionário*, 23 de março de 1941, edição 445.

colaboradores ligados a JUC foram: André Franco Montoro²³⁰ (Direito), José Pinheiro Cortez (Direito/Serviço Social), Plínio Corrêa de Oliveira (Direito/História), Fernando Furquim de Almeida (História), José Benedito Pacheco Sales, João Payão Luz, Geraldo Gomes Corrêa, Ugo Guimarães Malheiros e a assessoria eclesialística do Cônego Silvío de Moraes Matos. A meta seria promover a “formação do laicato social católico”, a “difusão da Doutrina Social da Igreja” e a “mobilização das lideranças e intelectuais católicos” (SILVA, 2010).

Para Plínio Corrêa de Oliveira, a partir do fim da década de 1930 e principalmente em 1941, estava sendo posto em jogo a Doutrina Católica. Para ele, muitos julgavam a Igreja tão ameaçada, que se “sentiam inclinados a concessões

²³⁰ André Franco Montoro (1916-1999) nasce em São Paulo. Em 1934 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), pela qual se bacharelou em 1938. Nesse mesmo período realizou os cursos de filosofia e de pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, licenciando-se também em 1938. Durante sua vida acadêmica exerceu algumas atividades políticas, tendo chegado a disputar as eleições para o Centro Acadêmico 11 de Agosto, nas quais foi derrotado. Colaborou ainda em jornais e revistas como *O Debate* (cuja direção técnica ocupou de 1934 a 1938), *O Legionário*, *Folha da Manhã*, *A Noite* e *Diário de São Paulo*. Professor de lógica, psicologia, filosofia e história da filosofia no Colégio São Bento de 1935 a 1945, lecionou instituições de direito e sociologia na Faculdade de Serviço Social da USP de 1939 a 1945, e filosofia social, ética e fundamentos sociológicos da educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, cuja revista dirigiu em 1944. De formação católica, integrou também nesse período a Ação Católica Brasileira (ACB), criada em 1935 por dom Sebastião Leme, então cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. A partir de 1943 começou a delinear-se uma nova orientação dentro da ACB no sentido de que esta se voltasse mais para a atividade social, o que tornaria possível a criação da Juventude Universitária Católica (JUC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Por volta de 1947, Montoro, Clóvis Garcia e Marcos Nogueira Garcez, entre outros, fundaram a JUC em São Paulo, mantendo constantes contatos com membros da ACB que, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima, se vinham organizando no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Janeiro, com o objetivo de organizar a participação do laicato católico no apostolado da Igreja. Em 1947, Montoro, Alceu Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto participaram de um congresso católico realizado em Montevidéu, ao qual compareceram expoentes de alguns partidos democratas cristãos já organizados na América Latina, como os de Eduardo Frei e de Rafael Caldera — que seriam presidentes do Chile e da Venezuela, respectivamente —, e no qual se debateu a questão de participação social e política dos cristãos. De volta ao Brasil, Montoro fundou a Vanguarda Democrática, organização cuja principal finalidade era o estudo dos problemas econômicos e sociais do Brasil e o encaminhamento deste à esfera política. Dela participavam, além de Montoro, Antônio de Queirós Filho, Clóvis Garcia, Plínio de Arruda Sampaio, Odilon da Costa Manso, Teófilo Ribeiro de Andrade, Chopin Tavares de Lima e outros. A Vanguarda Democrática elaborou diversos trabalhos sobre questões como as do menor abandonado, do problema hidrelétrico e do planejamento urbano de São Paulo. O grupo evoluiu para a idéia de que era necessário ingressar num partido político e, por suas afinidades, Montoro decidiu ingressar no PDC (Partido Democrata Cristão), onde permaneceu até 1965, sendo deputado federal de São Paulo (1959-1961); ministro do Trabalho (1961-1962); e novamente deputado federal por São Paulo (1962-1965). Com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que extinguiu todos os partidos políticos do país, e a posterior instauração do bipartidarismo, nos primeiros meses de 1966 formaram-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da oposição, tendo Montoro ingressado neste último. Pelo MDB foi deputado federal de São Paulo (1966-1971), além de senador (1971-1983) e governador (1983-1987). Ingressou no PSDB em 1988, logo quando da fundação do partido, sendo deputado federal entre 1995-1999 por São Paulo (dados da trajetória de vida de André Franco Montoro disponibilizados pelo DHBB - CPDOC/FGV).

doutrinárias perante os atuais dominadores do mundo”, numa referência as máquinas de guerra nazista [alemã] e comunista [soviética].

Conforme Plínio, a doutrina católica deveria ser tratada como um “conjunto de verdades”, e se nesse conjunto, uma só verdade fosse adulterada, a doutrina católica já não seria ela mesma. Plínio, ao se referir a Doutrina Católica afirmaria:

“(…) Assim, tentar acomodá-la, adaptá-la, ajeitá-la, é trabalhar para que Ela perca sua identidade consigo mesma: em outros termos, é tentar matá-la. E achar que o apostolado não é possível sem essa adaptação é achar que a Igreja só pode vencer morrendo!”²³¹

Novamente sua crítica se dirige a intelectuais como o francês Jacques Maritain- idealizador do humanismo integral – e no caso brasileiro, Alceu Amoroso Lima, que passava a se tornar o fidelíssimo interprete de seu pensamento.

Plínio afirmaria que “a mania invariável de condescender levava muitos a procurar dilatar os espaços intelectuais reservados à dúvida”²³².

Com relação ao nazismo e ao comunismo, Plínio afirmava em vários artigos em *O Legionário* que a identidade do *substratum* ideológico do nazismo e do comunismo apresentaria uma “solidariedade ideológica”. Desde a assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov, de agosto de 1939 - que consagrava a não agressão entre alemães e russos, assinado uma semana antes da invasão da Polônia [evento que inicia a II Guerra] – Plínio passava a alinhar as ações alemãs e russas no mesmo espectro. Em 27 de agosto de 1939, 4 dias após a assinatura do Pacto entre o Ministro do Exterior soviético Vyacheslav Molotov e o Ministro do Exterior nazista Joachim von Ribbentrop, Plínio publicava artigo no qual declarava que a essência destas doutrinas seria a mesma. Ambas teriam um “mesmo pensamento central”, que seria “o Estado como fonte de todos os direitos”. Em suas palavras:

“(…) o homem não tem nenhum direito que lhe seja inerente, o que equivale dizer que o homem não tem nenhum conteúdo que lhe seja substancial e especificamente próprio, não tem realidade por si, mas é um mero acidente da coletividade e, por conseqüência, do Estado. Esta é a idéia central e dominante do nazismo e do comunismo, idéia predileta de todos os mestres (...) de Marx a Durkheim. As diferenças

²³¹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Nós também - Jornal *O Legionário*, 13 de abril de 1941, edição 448.

²³² id.ibid – Idem Ibidem

que se possam notar são acidentais, acessórias, versam apenas sobre minúcias”²³³.

Portanto, agora em 1941, com a conflagração da guerra entre Rússia e Alemanha se efetivando, Plínio dizia não haver diferenças entre nazistas e comunistas. A diferença seria que o nazismo procurava realizar com um “método sumamente inteligente e com um sábio espírito de contemporização aquilo que o comunismo tentou levar a cabo com uma estúpida precipitação”. O comunismo, para Plínio, começou por “incendiar igrejas e conventos, trucidar Sacerdotes e virgens consagradas ao Senhor, destruir com uma só investida todo o mundo czarista e recostar comodamente sobre seus escombros”. A despeito do aspecto desolador em que a Rússia se encontraria, das “inúmeras e deploráveis ruínas morais que o bolchevismo conseguiu realizar, seria inegável que não foi possível extirpar dali a Igreja Católica”. Já a máquina de propaganda nazista seria utilizada com uma “habilidade superior aos recursos da natureza humana”. O nazismo não teria começado incendiando conventos nem matando sacerdotes: “preferindo preludiar com a assinatura de uma concordata”. O “comunismo efetivamente teria atirado os maus contra os bons”. O nazismo teria “começado por atrair a confiança dos bons, para depois os arrastar ao mal”. Para Plínio Corrêa de Oliveira, “as duas potências totalitárias pareciam estar representando, para o mundo inteiro, uma farsa de esconde-esconde”; ficava bem patente a extrema complexidade dos problemas com que o Papa se defrontava no contexto, com a ascensão do nazismo e do comunismo no front de batalha²³⁴.

Acompanhando com desconfiança e apreensão “a mania invariável de condescender” de certos intelectuais católicos, Plínio exaltaria Jackson de Figueiredo, considerando-o como “o maior paladino suscitado pela Providência a atuar nas fileiras do laicato católico brasileiro”. Recorrendo a um personagem da obra *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós – *Conselheiro Acácio* – Plínio afirmaria que “havia coisas que se deviam tolerar, outras não podiam e nem deviam ser toleradas”. E argüia:

“Diria pois o Conselheiro Acácio que há situações em que a intolerância é uma grande virtude, e situações em que a tolerância pode ser um imenso pecado. Não há, pois, a menor razão para que se constitua em torno destas palavras um tabu. Acusar uma pessoa de

²³³ Artigo – Os recentes acontecimentos proporcionaram uma confirmação sensacional às previsões desta folha – artigo publicado em 27 de agosto de 1939, Jornal *O Legionário*, edição 363.

²³⁴ Artigos – À margem do ‘conflito’ teuto-russo / As relações entre nazismo e comunismo - publicados respectivamente em 29 de junho de 1941 (edição 459) e 6 de julho de 1941 (edição 460), de *O Legionário*.

intolerante e com isto pretender atirar-lhe uma injúria, é muitas vezes um erro grave. Mesmo porque os excessos de intolerância são quase sempre muito mais toleráveis do que os excessos de tolerância”²³⁵.

Portanto, Jackson teria sido o “apóstolo da intolerância” uma vez que abominava as “atitudes intermediárias” que se encontrava em voga em certos meios; detestava as acomodações que para certas pessoas pareciam “a suprema sabedoria do apostolado”; abominava os “silêncios covardes”, os “disfarces indignos”, as pequenas espertezas mesquinhas que muita gente principiava a considerar condição essencial para toda a atividade apostólica inteligente. Nada disto existia em Jackson. E se alguma coisa disto existia em outrem, ali estava Jackson “impávido, pronto para atacar, para discutir e para censurar”²³⁶.

A Ação Católica, neste cenário, passava a receber uma atenção especial do Sumo Pontífice Pio XII e do presidente da Comissão Cardinalícia, Cardeal Piazza, no que se referia ao papel do “apostolado hierárquico”. Buscava-se trabalhar de modo mais aprofundado o ‘desenvolvimento de uma definição’. Varias considerações doutrinárias e jurídicas levava a Santa Sé a tratar das expressões ‘participação’ e ‘colaboração’ nos documentos que originaram a Ação Católica durante o Pontificado de Pio XI. A estrutura jurídica da A.C, ou seja, sua organização interna podia variar de um país para outro. Sua essência jurídica, isto é sua qualificação como elemento integrante da Igreja docente ou discente, participantes das funções hierárquicas ou órgão de atividade inteiramente súdito, era o mesmo em todo o “orbe católico” - incluindo associações fundamentais e associações auxiliares existentes²³⁷. A meta era enfatizar o respeito à Hierarquia e destacar que o papel do leigo na estrutura da Igreja era meramente de ‘simples’ colaboração e subordinação as decisões da hierarquia eclesiástica²³⁸.

Como organização central das atividades da Igreja, a Ação Católica

²³⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira: Apóstolo da Intolerância - publicado em 12 de outubro de 1941, em *O Legionário*, edição 474.

²³⁶ id.ibid – Idem Ibidem

²³⁷ Os Estatutos da Ação Católica Brasileira consideravam três espécies de organizações: a) os quadros das associações fundamentais da A.C, a saber, os Homens da A.C, a Juventude com os Benjamins e os Aspirantes; e as entidades que lhes correspondem no plano feminino; b) as associações auxiliares, em cujo número se inclui todas as associações de piedade e apostolado pré-existentes à fundação da A.C, ou instituídas depois dela; c) as obras econômico-sociais, que não têm um fim imediato de apostolado nem de piedade, mas que se dedicam diretamente à solução de questões econômico-sociais ligadas à realização das diretrizes da Igreja neste assunto.

²³⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Rumos da Ação Católica sob o Pontificado de Pio XII – (I) - publicado em *O Legionário* de 21 de junho de 1942, edição 510.

visaria promover a fundação de núcleos da AC dentro das próprias associações auxiliares, o que evidentemente constituía um poderoso vínculo de união e coordenação entre todos, haja vista que as associações fundamentais já viviam sob uma dependência mais direta dos meios de execução imediatos e habituais dos desígnios expressos pela Autoridade da Junta (diocesana ou central). Até então, as associações auxiliares podiam desenvolver trabalhos que estivessem à margem das atividades próprias e oficiais, sem estarem sujeitas as Juntas, prestando contas apenas a Confederação Católica²³⁹ (Hierarquia máxima de então). A meta principal seria apelar para o concurso dos organismos auxiliares, sempre que se fosse notado à insuficiência dos recursos das associações fundamentais no estabelecimento dos programas e métodos. ‘União com a Hierarquia’, ‘União com Deus’ e ‘União com as outras associações’ seriam as proposições a serem traçadas, conforme alocução de Pio XII²⁴⁰.

3.3.1. O IV Congresso Eucarístico Nacional e a defesa de Plínio pela Hierarquia e a ortodoxia católica

O ano de 1942 seria marcado pela realização do IV Congresso Eucarístico Nacional, que tinha a Coordenação Executiva do Arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar. Informações disponibilizadas no Boletim Eclesiástico de 1941, no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, mostram que os preparativos para o IV Congresso já se dava desde 1941, com participações do Arcebispo de São Paulo e de Plínio Corrêa de Oliveira (na posição de presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista) em vários congressos eucarísticos regionais pelo Estado de São Paulo. A peregrinação e a divulgação das ações da Ação Católica incluíam passagens pelas cidades de Jaboticabal (onde ocorreu um Congresso Eucarístico de grande relevância), Campinas, Araraquara, São Carlos, Sorocaba, dentre outros municípios. Dados da revista *Fides*, de Março/Abril de 1941, destacados no Boletim Eclesiástico, indicavam que as dioceses que mais contribuíam financeiramente para a obra de propagação da fé e na efetivação das ações missionárias pelo Brasil estavam no Estado de São Paulo. Das doze principais cidades que mais contribuíam, cinco eram paulistas,

²³⁹ A Conferência Católica foi criada em 1922, com o objetivo de melhor coordenar a ação dos leigos e das associações católicas. Foi fundada por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, então Arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. Em 1952 ela deixaria de existir, nascendo assim a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

²⁴⁰ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Rumos da Ação Católica sob o Pontificado de Pio XII – (II) - publicado em *O Legionário* de 28 de junho de 1942, edição 511.

sendo respectivamente: 1ª - São Paulo, 6ª - Jaboticabal, 7ª - Ribeirão Preto, 8ª - Santos, 12ª - São Carlos ²⁴¹.

O IV Congresso Eucarístico Nacional ocorreu entre os dias 4 e 7 de setembro de 1942 na capital paulista, contando com a participação de católicos de todo o país. Estimativas de época destacam que mais de 500.000 pessoas participaram do evento, lembrando que a capital paulista tinha uma população de 1.320.000 habitantes, segundo o censo demográfico de 1940 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ²⁴². Ocupava a presidência de honra desse evento o Núncio Apostólico ²⁴³ e Legado Pontifício, D. Bento Aloisi Masella - substituindo Dom Sebastião Leme, que apresentava problemas de saúde - sendo o Interventor Federal Fernando Costa, representante do Presidente da República. Estavam presentes aproximadamente 60 Arcebispos e Bispos, numeroso clero, autoridades, representações de outros Estados e de alguns países da América do Sul.

Plínio Corrêa de Oliveira seria o orador responsável pela saudação oficial às autoridades civis e militares presentes na cerimônia de encerramento, que ocorreu em 7 de setembro – Dia de aniversário da Independência do Brasil. O evento se realizou no Centro de São Paulo (ponto central era o Vale do Anhangabaú) ²⁴⁴.

O discurso de Plínio Corrêa de Oliveira deixava claro sua escolha por uma Igreja Católica que defendesse os valores tradicionais, fazendo uma crítica contundente ao “liberalismo anacrônico” e ao “laicismo e agnosticismo desdenhoso e artificial” que teria marcado o Século XX no país. Plínio defendia o “renascimento religioso” a partir da “ortodoxia da doutrina e da pureza de vida”, deixando clara sua crítica ao “laicismo formalista”, e enaltecendo a defesa das perspectivas ultramontanas, fazendo inclusive reverência a um dos ícones do pensamento ultramontano brasileiro no século XIX: Dom Vital.

Plínio demonstrava com clareza que já tinha tomado posição definida quanto à questão da doutrina católica, se colocando em posição antagônica frente às

²⁴¹ No ANEXO 17 está o ranking das 19 principais dioceses que auxiliavam financeiramente a propagação da fé e as ações missionárias da Igreja Católica no Brasil.

²⁴² No ANEXO 18 é destacado os dados do Censo do IBGE de 1940, com as cidades mais populosas.

²⁴³ É representante diplomático permanente da Santa Sé. Representa a Santa Sé perante os Estados (e perante algumas organizações internacionais) e perante a Igreja local. De costume, os núncios já são arcebispos. Normalmente residem na nunciatura apostólica, que goza dos mesmos privilégios e imunidades que uma embaixada.

²⁴⁴ Nos ANEXOS 19 e 20 estão reportagens e fotos que tratam do IV Congresso Eucarístico Nacional realizado em São Paulo. Também é destacado o discurso na íntegra feito por Plínio Corrêa de Oliveira no encerramento do evento.

perspectivas heterodoxas que passavam a aglutinar intelectuais católicos e membros da hierarquia eclesiástica dentro da estrutura da Igreja Católica.

Na questão política, seu discurso deixava claro seu apoio ao governo Getúlio Vargas no combate ao “imperialismo nazista pagão” e ao seu “sósia vermelho de Moscou”, que teriam em mente a “diabólica empreitada de destruir a Igreja em todo o mundo”. O discurso era feito semanas após a declaração de Guerra do Brasil a Alemanha nazista – feito em agosto - quando os alemães afundaram navios brasileiros em nossas próprias águas territoriais. Logo após o ataque contra a marinha brasileira, Plínio já tinha declarado em artigo²⁴⁵ que tanto o nazismo quanto o comunismo constituíam perigo, sobretudo interno, todavia o golpe de 10 de Novembro teria sido feito precisamente para dotar as autoridades de todos os meios “não só para reprimir como ainda para evitar qualquer propaganda em sentido contrário as instituições e tradições cristãs brasileiras”.

Conforme destaca Leo Daniele, embora houvesse grande fervor no Congresso Eucarístico, “nem tudo corria bem nos círculos católicos que compartilhavam da visão de Plínio Corrêa de Oliveira”. Começava a germinar uma ‘nova mentalidade’. André Franco Montoro - que atuava ao lado de Plínio no Instituto de Serviço Social e na Ação Católica - abordou Plínio e lhe disse: *“Plínio, ou você adere à nova mentalidade, ou ficará completamente à margem, porque esta mentalidade avança por toda parte, e está preparando um trabalho enorme em favor dela”* (DANIELE, 2005).

Franco Montoro fazia referência à linha de pensamento de Maritain, que já tinha conquistado figuras intelectuais como Alceu Amoroso Lima e outros membros da Ação Católica pelo país.

Ao fim de 1942, mais exatamente em outubro, morria o inspirador da reação católica iniciada em 1916, responsável por dar amparo para as ações de Jackson Figueiredo, além de idealizador da fundação da Ação Católica no Brasil na década de 1930 – o arcebispo do Rio de Janeiro: Dom Sebastião Leme.

O momento que marca o início da reação católica propriamente dita foi da promulgação da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, então arcebispo de Olinda e Recife, em 1916. A pastoral de Dom Leme fazia parte de um ciclo que se delineava

²⁴⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Considerações sobre o afundamento dos navios brasileiros – publicado em *O Legionário* de 23 de agosto de 1942, edição 519.

desde a proclamação republicana, quando a instituição eclesiástica imprimiu suas forças na tentativa de consolidar as reformas internas, como o recrutamento de novos membros estrangeiros para as ordens religiosas e a criação de novas dioceses. Dom Sebastião Leme e sua pastoral marcaram de tal modo o início de uma nova era para a Igreja brasileira, que sua influência começaria a ser enfraquecida apenas a partir de 1942, ano de sua morte (Mainwaring, 1958 apud CALDEIRA, 2005).

Plínio Corrêa de Oliveira exaltaria o legado de Dom Sebastião Leme, retratando a primeira ocasião na qual falou com o Cardeal-Arcebispo, durante a fase da Assembléia Constituinte de 1933/1934:

“Cardeal da Eucaristia, Cardeal mariano, o saudoso Dom Sebastião Leme timbrava em ser também o Cardeal da Ação Católica, o que, como Presidente da A. C. me é gratíssimo recordar. Tive a honra insigne de conversar com ele, um ano antes da promulgação dos Estatutos da A. C., sobre esse magno e palpitante assunto. Lembro-me de que foi um momento fugaz. Encontrava-me com ele e Alceu Amoroso Lima na sala de trabalho do Palácio São Joaquim, e ali examinávamos vários assuntos atinentes às reivindicações católicas na Assembléia Constituinte. Não me lembro como, o assunto à certa altura mudou de curso, e o Cardeal-Arcebispo entrou a falar da Ação Católica, cujos estatutos estavam em anteprojeto sobre sua mesa, para estudo. Era de se ver o entusiasmo com que se referia à Ação Católica, e as esperanças que nela depositava. Dedicou-se de corpo e alma à confecção dos estatutos da A.C. Foi um dos grandes anelos de sua vida, uma grande e larga Ação Católica, uma Ação Católica larga e grande como seu coração. E, sob a direção dela, desejava ver as imensas falanges católicas fraternalmente unidas em torno dos esquadrões vigorosos das organizações fundamentais, formando todo aquele exército combativo e invencível que, em fileiras de aço, soubesse lançar o assalto contra a cidade de Satanás”²⁴⁶.

Tal episódio da morte de Dom Sebastião Leme seria impactante no episcopado nacional e entre os intelectuais leigos, causando mudanças na atuação da Igreja. Seria um ponto de inflexão da Igreja Católica brasileira frente ao mundo moderno.

3.4. *Em Defesa da Ação Católica, “contra a main tendue” e os “adesistas” oportunistas*

Plínio Corrêa de Oliveira começaria 1943 destacando as palavras pronunciadas pelo Papa Pio XII na alocução de Natal (ao fim de 1942). Antes de

²⁴⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Junto à sepultura de nosso grande cardeal – publicado em 25 de outubro de 1942, Jornal *O Legionário*, edição 533.

destacar tais palavras, Plínio trataria da expressão ‘totalitarismo’. Plínio considerava que certos setores da opinião mundial e algumas agências telegráficas estariam vinculando a característica do totalitarismo com a forma de governo dirigida pelos “Srs. Hitler e Mussolini”, e que, portanto, a mesma organização, “sem ter a sua testa esses dois políticos, já não seria tratada como totalitária”. A definição da Igreja sobre totalitarismo seria “clara e irretorquível”. De acordo com Plínio:

“É totalitário todo e qualquer regime, com toda e qualquer dominação, governado por um, alguns, ou muitos homens, no qual o Estado pretenda invadir esferas que não lhe são próprias, atentando assim contra os direitos da Igreja, da família, e das pessoas, incluindo o direito de propriedade com toda a extensão que o Direito Natural lhe confere”²⁴⁷.

Portanto, em última análise, esta seria a razão pela qual a Igreja condenava o nazismo. E era esta a mesma razão pela qual a Igreja também condenava o comunismo. Plínio enfatizaria que “Totalitarismo e comunismo” eram termos que se equivaliam, qualquer que fosse a roupagem que este totalitarismo se revestisse. A partir destas análises ele passava a procurar amparo na sua crítica ao comunismo na alocução de Natal de Pio XII, onde o Sumo Pontífice declarou:

“Novos perigos surgiram da tendência de subordinar todas as coisas ao interesse político, e por isso mesmo ao Estado Nacional, que tudo subordina a suas leis humanas. A Igreja sempre condenou o socialismo marxista e reafirma ainda hoje esse ponto de vista. (...) Através da renúncia ao egoísmo nacional acha-se a estrada para a salvação universal. A segurança jurídica para todos, como é solicitada pelos princípios cristãos, significa que as leis, conforme são administradas pelas cortes e juízes, devem resultar num bem ou então devem ser afastadas as medidas legislativas que infringem a liberdade e a propriedade ou a melhora do bem estar”²⁴⁸.

Plínio, neste período, efetivamente daria prioridade em seus escritos a uma crítica mais contumaz dirigida ao comunismo e ao socialismo. Segundo ele, propalava-se, insinuava-se, afirmava-se de mil maneiras em diferentes setores sociais que o “comunismo já não era o que há pouco foi, que evoluía para um socialismo aceitável, e que por isto qualquer pessoa se podia dizer comunista, sem incorrer nas censuras que esta palavra explosiva provocava não há muito tempo atrás”. E, à sombra deste equívoco, existia “comunistóides” que, com “grande gáudio para os totalitários

²⁴⁷ ‘7 dias em revista’ – artigo publicado em 3 de janeiro de 1943 – *O Legionário*, edição 543.

²⁴⁸ id. *ibid* – *Idem Ibidem*

que vivem da exploração do perigo comunista”, começavam a ressuscitar a “campanha vermelha”²⁴⁹. O panorama que se abria assombrava Plínio, que fazia a seguinte afirmação, levando em consideração a sociedade brasileira:

“Em nosso público, não falta quem esteja constantemente à cata dos mais leves sintomas de que uma idéia vai entrar em moda, para imediatamente a ela aderir. O comodismo ideológico de muita gente é, neste sentido, imensamente mais novidadeiro do que a dos "fãs" mais entusiasmados das modas européias ou americanas em matéria de indumentária. Não faltará, pois, quem suponha que a turbamulta dos escritores, professores, políticos e jornalistas que forjam pelo mundo inteiro a opinião pública se vai inclinar para esse "*leitmotiv*" de que a socialização do mundo é o caminho forçado de sua evolução política e social. E bastará tanto, para que em todos os quadrantes ideológicos - com que dor o dizemos - já os adesistas se ponham em movimento”²⁵⁰.

Em texto composto pela *Imprensa Nacional* em 1943, sob o título de “A Ordem” (baseado em manuscritos originais), o ministro da educação do governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, destacava que um dos maiores títulos do governo, era o combate empreendido contra o comunismo, que segundo ele, chegou a assumir, em certa época, “proporções ameaçadoras”. Nas palavras de Capanema, os adeptos da teoria marxista não se “limitavam à pregação doutrinária; articulavam-se secretamente, insinuavam-se em sociedades e organizações partidárias de existência legal, que vieram a dominar, chegando a lançar um levante armado ao governo em 1935”. Abortado o movimento revolucionário, Capanema considerava que “não havia cessado a propaganda subterrânea dos remanescentes do Partido Comunista”, de modo que a propaganda dividia de tal modo “a família brasileira, fomentando a anarquia e prenunciando a guerra civil”, que levou Vargas a dissolver o Parlamento e promulgar nova Constituição, como meio de “combater as forças e elementos de desagregação”. A Vargas o Brasil devia a “coesão nacional e a integridade de sua soberania” (SCHWARTZMAN, 1983).

O dissabor de Plínio Corrêa de Oliveira com o mundo moderno se tornava lancinante; era o integrismo²⁵¹ tornando-se a base plena de ação e inspiração

²⁴⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Comunismo - I – publicado em 28 de fevereiro de 1943, *Jornal O Legionário*, edição 551.

²⁵⁰ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Comunismo - II – publicado em 7 de março de 1943, *Jornal O Legionário*, edição 552.

²⁵¹ [De *íntegro* + *-ismo*.] *S. m. Teol.* Atitude mental de pessoas conservadoras com respeito a sua religião, que se traduz no apego mais a fórmulas que à investigação e solução dos novos problemas que se apresentam à fé. [Opõe-se a *progressismo*.] – *Dicionário Aurélio, Ed. Nova Fronteira, 1986.*

deste intelectual. Para Plínio, para o progresso da humanidade, para a grandeza espiritual e material do gênero humano, era preciso que os homens vivessem unidos na variedade. Cada povo teria a sua “índole nacional”, sua “psicologia coletiva”, suas “tradições próprias”. A conjuntura de então, com a II Guerra Mundial em movimento, levava Plínio a rememorar o mapa da Europa antecedente as duas guerras mundiais. Plínio enfatizaria que houve tempo em que cada um dos países europeus tinha uma “cultura própria, nitidamente individualizada e distinta dos demais”. Cada uma destas culturas era expressão “florescente dos feitios diversos de cada povo, constituindo um tesouro”. Segundo Plínio, a civilização ocidental e cristã teria sido mais pobre se todos os povos europeus tivessem tido “a mesma arte, a mesma cultura, a mesma mentalidade”. Todavia, as condições técnicas do mundo moderno viriam a criar “sérios embaraços à continuidade desta situação”²⁵².

Plínio afirmava:

“Com efeito, a mentalidade revolucionária arrastou o mundo inteiro num mesmo turbilhão, e insuflando a todas as massas a mesma tendência niveladora e destruidora, a mesma monomania igualitária e iconoclasta, teve como lamentável conseqüência um desejo desregrado de impor os mesmos hábitos, os mesmos costumes, os mesmos trajés, a mesma arte, a mesma filosofia, e até a mesma culinária ao mundo inteiro”²⁵³.

O futuro previsto, com o pós-guerra, era analisado pela imprensa internacional da época, segundo Plínio, como um cenário de criação de vastas federações de Estados, formadas por povos de tradições raciais ou culturais, de interesses econômicos e geográficos afins. Cada uma destas federações formaria uma só entidade diplomática, ou seja, um só organismo comum dirigiria todas as relações do grupo com as demais. Teria também uma só moeda. Teria ainda forças militares federais e coletivas. Em suma, “seria um grande super-governo, a enfeixar, conter e canalizar a soberania e as atividades dos governos federados”. A consolidação destas vastas federações de Estados era vista por Plínio com muita negatividade e preocupação:

“O homem não é tal que um estado de coisas assim possa subsistir para ele sem grave inconveniente. (...) quem não vê que o homem que vive assim em um ambiente que não é feito para ele e por ele, mas é estandardizado para um homem internacional abstrato, que não existe

²⁵² Problemas Internacionais - Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado em 2 de maio de 1943, em *O Legionário*, edição 560.

²⁵³ id.ibid – Idem Ibidem

realmente e concretamente em parte alguma, quem não vê, dizíamos, que esse homem há de sofrer de um mal estar interior imenso? Quem não vê que se cava assim um abismo profundo entre as produções artísticas, literárias, científicas e até as instituições políticas e sociais formadas nesse ambiente cosmopolítico e o mundo interior de cada homem que nada tem de ver com isto, que no fundo detesta isto, e que entretanto, vive sob o jugo disto? (...) Qual a consequência? Na cultura, o artificialismo, a esterilidade, o menosprezo por todos os frutos da inteligência e o exclusivo endeusamento dos valores materiais, únicos que realmente ainda afinam com o homem. Um exemplo: um homem que não encontra na literatura, nem na música, nem nas belas artes, uma consonância com seu temperamento, aborrece-se de tudo isto. Mas ele é homem, e por isto não se aborrecerá dos prazeres materiais. Resultado: o material dominará inteiramente nele o gosto pelo intelectual”²⁵⁴.

Para Plínio Corrêa de Oliveira, o homem passaria a viver oprimido, contrafeito, “subjugado pela ditadura cultural do cosmopolitismo”, se deformando e finalmente decaindo.

Em junho de 1943, com as devidas licenças eclesiásticas, Plínio Corrêa de Oliveira publicaria seu primeiro livro, *Em defesa da Ação Católica*²⁵⁵. O livro foi prefaciado pelo Núncio Apostólico Dom Bento Aloisi Masella. Neste livro, Plínio se dedica a uma análise minuciosa da Ação Católica, dos seus antecedentes, passando por sua fundação e avaliando sua atuação.

De acordo com Plínio, os antecedentes que levam a idealização da Ação Católica eram: a desorganização dos Estados liberais [haveria um grande sentimento de insegurança, que passava da esfera constitucional para o terreno econômico e social], o pânico universal [ilusões liberais promoviam a ruína iminente da civilização ocidental], as ditaduras [a ascensão dos grandes condutores de massas humanas] e a suprema catástrofe [as duas guerras mundiais].

As razões que levavam Plínio a escrever tal obra seria a certeza de que a Ação Católica “oferecia remédio aos males contemporâneos”, todavia, tal época seria de “fundo abalo moral”, onde muitos entusiasmos se manifestavam de modo menos equilibrado do que fora desejado. Para Plínio, ocorria uma “paixão pela ação absoluta” e por “resultados imediatos”. O fato seria que um “messianismo malsão” começava a fazer delirar em certos espíritos “os princípios fundamentais da Ação Católica”. Tais

²⁵⁴ id.ibid – Idem Ibidem

²⁵⁵ No ANEXO 21 pode ser vista a publicidade feita sobre o livro, datada de 11 de julho de 1943, Em *O Legionário*.

“verdades que deliravam estariam prestes a se transformar em erros”. Tais erros começariam a ser visíveis na vida espiritual, no apostolado e na disciplina.

Plínio ressaltaria que este livro não era escrito para ser um tratado sobre a Ação Católica, destinado a dar uma idéia geral e metódica sobre o assunto. Era uma obra, que em suas palavras, seria “feita para dizer o que a Ação Católica é, o que ela não deve ser, o que ela não deve fazer”. Um dos pontos centrais tratados é “Hierarquia”.

Toda atividade apostólica exercida pelos fiéis (inclusos os intelectuais leigos da Ação Católica) estava potencialmente colocada sob a plena direção da Hierarquia (eclesiástica), que podia avocar a si, na medida em que bem entendesse quaisquer poderes, ou a totalidade dos poderes de direção, até os últimos pormenores de execução, de qualquer obra de apostolado privado, à qual tivesse sido dada, com uma simples permissão de funcionar, uma plena autonomia. Não se podia conceber nem admitir, na Santa Igreja, uma obra fundada em virtude de um pretense direito natural dos fiéis que daria aos mesmos a mais ampla faculdade de agir no campo do apostolado, como bem entendessem, sem interferência da Santa Igreja, desde que não ensinassem o erro ou praticassem o mal (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

Caberia aos intelectuais leigos que ocupavam posição de prestígio dentro da Ação Católica, conforme Plínio, “respeitar a plenitude de poderes, que seria propriedade exclusiva da Hierarquia Eclesiástica”. Os direitos da Hierarquia seriam inalienáveis. Portanto, o mandato dos leigos na Ação Católica deveria seguir a seguinte afirmação: “Deus deu à Hierarquia um encargo análogo ao que os pais dão ao professor: – A Hierarquia dá aos leigos um encargo análogo ao que o professor dá ao aluno repetidor”. Os dirigentes da Ação Católica teriam incontestavelmente uma autoridade, porém não se poderia pretender que essa autoridade fosse de substância idêntica à da Hierarquia (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

A Ação Católica teria uma autoridade efetiva sobre seus membros e, mais ainda, sobre terceiros, no que diz respeito à realização de seus fins. Ela foi incumbida de uma tarefa de colaboração instrumental pela Hierarquia, e, assim, aqueles que a dirigiam segundo as intenções da Hierarquia, o faziam por autoridade desta. E tanto os membros da A.C. quanto terceiros não podiam violar a autoridade dos dirigentes da A.C. sem, implicitamente, atingirem a autoridade da Hierarquia. A A.C não estaria incorporada a Hierarquia Eclesiástica. Nas palavras de Plínio:

“Ela exerce uma função de súdita, precisamente como o chefe de uma turma de operários, que em suas atividades na propriedade do amo dirige os trabalhadores, nem por estes, nem por terceiros pode ser turbado no exercício de sua autoridade. Não quer isto dizer que ele participe do direito de propriedade, mas que ele age em virtude da autoridade do proprietário”. (OLIVEIRA, 1983 [1943], p.33)

A meta de Plínio era refutar grupos de intelectuais leigos que estariam cometendo erros doutrinários ao usar o apostolado de forma que entrasse em choque com a Hierarquia Eclesiástica.

Segundo Plínio, certos membros da Ação Católica estariam advogando admissões em massa de certas pessoas - promovendo “recrutamentos tumultuários”. Seria errôneo pretender que a necessidade de um rápido desenvolvimento da A.C. autorizasse tais facilidades. A vida espiritual impunha como condição de perseverança a prática de deveres por vezes heróicos e ninguém poderia saber que grau de fortaleza ofereceria certos elementos tumultuariamente recrutados, quando tivessem de sofrer as “provas de fogo” da luta interior.

No Brasil, particularmente, a Ação Católica devia ser um movimento de elites (elites com pleno conhecimento sobre a questão doutrinária e espiritual), se realmente quisesse ser fecundo. Haveria uma fascinação pelos grandes movimentos de massa que passava a iludir os dirigentes católicos de alguns países. No Brasil, porém, a mais rápida análise dos fatos mostraria que não seriam as massas que faltariam, mas elites bem formadas, aguerridas e disciplinadas que soubessem, no momento dado, imprimir a todo o laicato católico uma orientação segura e realmente conforme as intenções da Autoridade Eclesiástica. Vários países pagariam caro sua ignorância deste princípio, uma vez que tinham pensado em formar elites apenas sob o fogo das perseguições (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

Para Plínio, ninguém ignoraria que o termo socialismo servia de denominador comum para todas as correntes sociais anti-individualistas, que iam desde “alguns matizes nitidamente conservadores até o comunismo”. Assim, dado que Leão XIII (1878-1903) se manifestava radicalmente anti-individualista, a expressão ‘socialismo católico’ abria um “terreno comum” entre todas as doutrinas anti-individualistas e a Igreja. Do ponto de vista da política dos “panos quentes”, a expressão era tanto mais vantajosa, quanto não comprometia as relações entre católicos e individualistas, já irremediavelmente rotas, em consequência de atitudes anteriores da

Santa Sé. Pio XI (1922-1939), entretanto, rompeu com este termo ambíguo [Encíclica *Quadragesimo Anno*] e o proscreeu pelo mau sentido que se lhe poderia atribuir, causando com isto evidente surpresa aos muitos partidários dos “panos quentes” (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

Enquanto Plínio se declarava abertamente anticomunista em tal realidade, o pensador católico e filósofo francês Jacques Maritain publicava no mesmo ano o livro *Cristianismo e Democracia*, onde defendia que o cenário do pós-guerra deveria dar a palavra “democracia” um sentido muito mais largo do que nos tratados clássicos de ciência do governo. Os regimes que sairiam da II Guerra Mundial deveriam buscar uma concordância dos espíritos sobre as “bases essenciais da vida comum, o respeito da dignidade humana e os direitos da pessoa”. Seria para os ideais da “liberdade, igualdade e fraternidade” que deveriam se voltar os países, mesmo àqueles que não possuísem tradição democrática. Deveria se ceder o lugar a uma comunidade internacional organizada, “*onde a opressão e a exploração do homem pelo homem fossem abolidas, de modo que todos pudessem participar da herança comum da civilização, rumo a uma vida realmente humana*” (MARITAIN, 1957 [1943]).

No que se refere às relações da política e da religião, estaria claro que o cristianismo e a fé cristã não poderiam ser enfeudados a qualquer espécie de forma política, também não o podendo ser, quer à democracia como forma de governo, quer à democracia como filosofia de vida humana e política. Deveria se “libertar a religião de toda servidão temporal, despojando o Estado de qualquer pretensão sagrada, em outras palavras, laicizando o Estado”. Sendo que nenhuma doutrina ou opinião de origem simplesmente humana, por mais verdadeira que fosse, “poderia ser imposta”. Poderia se ser cristão e salvar sua alma militando em qualquer espécie de regime político e também defendendo uma filosofia política diferente da filosofia democrática (MARITAIN, 1957 [1943]).

Quanto ao nazismo e o comunismo, Maritain diria que o primeiro seria a “última etapa de uma reação implacável contra o princípio democrático e contra o princípio cristão em conjunto”, e o segundo seria a “última etapa da destruição interna do princípio democrático, devido à rejeição do princípio cristão”. Ele reconheceria que o comunismo seria um sistema econômico “e uma filosofia de vida fundada sobre uma rejeição coerente e absoluta de transcendência divina, uma ascética, e uma mística do materialismo revolucionário integral”. Todavia o comunismo apresentaria uma “linha de

movimento de emancipação do homem no ponto de convergência histórica”, apesar de certos erros. E a nova situação da guerra, com a União Soviética se unindo aos países aliados poderia promover uma restauração geral deste pensamento, reintegrando-o a democracia. Isto seria possível junto daqueles que tivessem um “sentimento de dignidade da pessoa”, que se “inclinaria ao comunismo mediante a revolta contra as injustiças sociais”. Mas isto não se aplicaria aos “ortodoxos marxistas e nem aos disciplinados do Partido Comunista” (MARITAIN, 1957 [1943]).

Em artigo publicado em *O Legionário*, também em 1943, Plínio afirmava que não se devia dar o menor crédito à sinceridade com que o governo russo dissolvia a III Internacional. Stalin escreveu ao Sr. Harold King, representante especial da *Reuters* em Moscou, uma carta em que procurava, mais pormenorizadamente, explicar o seu gesto. O primeiro argumento alegado por Stalin - destacava Plínio - seria que a propaganda anticomunista de Berlim perderia o "*leitmotiv*" de que a União Soviética procurava intervir na vida interna dos outros países, a fim de os bolchevizar. Stalin também afirmava a necessidade de evitar as antipatias, que recaiam sobre os partidos comunistas do mundo inteiro, pelo fato de sua obediência a um poder estranho, ou seja, a III Internacional. Plínio analisaria isso como “expediente tático” de Stalin, adotado no interesse da “expansão do partido comunista em cada país”. Stalin também afirmava em tal carta, que a dissolução da III Internacional facilitaria a formação da frente única antifascista no mundo inteiro, o que seria indispensável para o esmagamento do ‘eixo’. Stalin encerrava a carta com as seguintes palavras: “facilita o trabalho dos patriotas em todos os países, unindo-os na luta contra a ameaça de domínio do mundo pelo hitlerismo, assim abrindo caminho para uma futura organização de nações, baseada na igualdade”. Para Plínio, a propaganda bolchevista “retomaria livre curso com o fim da guerra”, sendo um erro crer na restauração geral do pensamento da União Soviética²⁵⁶.

Plínio criticaria a visão de Maritain – que defendia *os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade*, além do *‘fim da opressão e a exploração do homem pelo homem’* – recorrendo a um fato histórico ocorrido entre o fim do século XIX e início do século XX. Plínio faria referência ao “Le Sillon”, movimento político e religioso originado na França, que perdurou entre 1894-1910, buscando promover um catolicismo com grande conformidade com a República Francesa e os ideais socialistas,

²⁵⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – ‘7 dias em revista’ – publicado em 6 de junho de 1943, *O Legionário*, edição 565.

como objetivo de criar uma alternativa ao Marxismo e a outros movimentos trabalhistas anticlericais. Tal movimento veio a ser condenado pelo Papa Pio X (1903-1914), em carta apostólica divulgada em 25 de agosto de 1910.

Conforme Plínio - tendo como base a carta do Papa Pio X - a pretensão do “Le Sillon” e seu catolicismo, só se acomodavam com a forma democrática de governo, que julgava ser a mais favorável à Igreja, e como que se confundindo com ela; portanto, “enfeudava sua religião a um partido político”. A Igreja que desceria à arena política; arrastariam-na, “para mutilá-la, e para despojá-la” (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

Com efeito, “não havia hierarquia” em *Le Sillon*. A “elite que o dirigia se desprendia da massa por via de seleção”, isto é, impondo-se por sua autoridade moral e suas virtudes. Os estudos se faziam sem professor, e quando muito, com um conselheiro. Os círculos de estudos seriam “verdadeiras cooperativas intelectuais”, onde cada qual era ao mesmo tempo mestre e aluno. Em consequência disto, “o ensino perdia seu caráter tradicional”, passando a constituir uma pesquisa de verdades cujos resultados são sancionados, não pela autoridade e prestígio do professor, mas, “à moda democrática”, pelo sufrágio e consenso dos alunos autodidatas [processo de diminuição de autoridade] (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

Um dos “graves erros” do *Le Sillon* seria o “interconfessionalismo”. Houve um tempo em que o “Sillon”, como tal, se apresentava formalmente católico. Em matéria de força moral, ele só conhecia uma, a força católica, e ia proclamando que a “democracia havia de ser católica, ou não seria democracia”. Em dado momento, entretanto, ele mudou de parecer. Deixou a cada um sua religião ou sua filosofia. Ele próprio deixou de se qualificar de “católico”, e a fórmula “A democracia há de ser católica” substituiu-a por esta outra “A democracia não há de ser anticatólica” (OLIVEIRA, 1983 [1943]).

Plínio Corrêa de Oliveira, a partir desta refutação, colocava a visão de democracia de Maritain no mesmo patamar das perspectivas defendidas e praticadas pelo Sillon. Para Plínio, recorrendo às palavras de Pio X, ocorreria o “nivelamento das condições”, a partir de um tríplice ponto de vista:

Hoje em dia, o povo está sob tutela, debaixo de uma autoridade que lhe é distinta, e da qual se deve libertar: **emancipação política**. Ele está sob a dependência de patrões que, detendo seus instrumentos de trabalho, o exploram, o oprimem e o rebaixam; ele deve sacudir seu jugo: **emancipação econômica**. Enfim, ele é dominado por uma casta chamada dirigente, a qual o desenvolvimento intelectual assegura uma

preponderância indevida na direção dos negócios; ele deve subtrair-se à sua dominação: **emancipação intelectual**. (OLIVEIRA, 1983 [1943], p.170-171)

A trilogia “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” quebraria preceitos do catolicismo tradicional, principalmente no campo hierárquico, atingindo a ação prática do apostolado, da disciplina e da vida espiritual.

A publicação da obra *Em Defesa da Ação Católica* escrita por Plínio Corrêa de Oliveira, com prefácio do Núncio Apostólico Bento Aloisi Masella provocou um vendaval nos meios eclesiásticos da época. Plínio Corrêa de Oliveira “foi execrado pelas autoridades da Igreja brasileira”, o Padre Sigaud e Monsenhor Antônio de Castro Mayer, ligados a Plínio também foram discretamente punidos com medidas administrativas. Monsenhor Antônio de Castro Mayer foi quem trouxe o ‘imprimatur’ do Arcebispo de São Paulo - Dom José Gaspar de Affonseca e Silva - para a publicação; deixou de ser Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo, e foi deslocado para ocupar o cargo de Vigário Econômico da paróquia do Belém, e o Padre Sigaud foi enviado para a Espanha (SOUZA, 2006).

Em julho de 1943, o novo arcebispo do Rio de Janeiro – sucessor de Dom Sebastião Leme – Dom Jaime de Barros Câmara, tomava posse. E em agosto, o Arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar, morria em um acidente aéreo.

Neste ano, no segundo semestre, o grupo de Plínio Corrêa de Oliveira se retira da Ação Católica, negando as novas idéias. A natureza elitista, hierárquica e corporativista da Igreja, ao qual Plínio estava inserido, perde espaço. Todavia, Plínio se manterá como diretor de *O Legionário* após sua saída da Presidência da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista.

3.4.1. Defesa do ultramontanismo em meio ao “declínio do poder totalitário”

Em sua primeira publicação de 1944, Plínio destacaria que *O Legionário*, “com o coração a transbordar de gratidão, e mal contendo um suspiro de alívio, dava por encerrado, aos pés de Deus, um dos anos mais tormentosos e mais fecundos de sua já não tão curta existência”²⁵⁷.

²⁵⁷ ‘365 dias em revista’ – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 1ª de janeiro de 1944 – edições 595 – *O Legionário*.

Para Plínio, entre os múltiplos índices da confusão em que ele e os membros de *O Legionário* viveram em 1943, poderia mencionar-se um comentário feito sobre as publicações de *O Legionário* referentes à obra de Maritain: "o assunto seria da alçada exclusiva de Sacerdotes, pelo que sobre ele os leigos se deveriam calar".

E Plínio afirmava:

“Maritain é um leigo. São leigos quase todos os que alimentam entre nós uma corrente inspirada em suas idéias. Por que motivo os leigos não podem então manifestar-se livremente sobre o assunto? A liberdade dos leigos só existe para aplaudir Maritain? Ou nem para isto? Neste caso, que é Maritain: um escritor leigo especializado em escrever para Padres?”²⁵⁸

Plínio também destacaria a relevância da Encíclica *Mystici Corporis Christi*, que, “confirmava plenamente a existência de erros graves a respeito de Liturgia, denunciados pelo *O Legionário*”, vindo a elucidar os fiéis sobre a “complexa e admirável doutrina do Corpo Místico”²⁵⁹.

Em 1944, Plínio Corrêa de Oliveira dedicou cinco artigos²⁶⁰ especiais para a trajetória de vida de Dom Vital Maria de Gonçalves Oliveira, um dos maiores defensores e praticantes do ultramontanismo que fizeram parte do Episcopado brasileiro. Neste ano se comemorou o centenário de nascimento deste membro de relevo da Igreja. Ficava mais do que claro que Plínio queria levar adiante o legado iniciado por Dom Vital e expandido a partir dos anos 1920 pelo intelectual leigo Jackson de Figueiredo. Em tais artigos, Plínio aproveita pra fazer uma grande análise histórica sobre a realidade da Igreja Católica durante o Império, destacando os problemas práticos do catolicismo na arena política/social da época.

Conforme Plínio, para Dom Vital “a luta foi um dever, o conflito uma necessidade, a pugnacidade uma virtude sem a qual se caía em pecado mortal”²⁶¹. Não era possível compreender todo o alcance da ‘questão religiosa’ que teria sido “a grande cruz, o grande martírio de Dom Vital”, sem uma análise metódica de todos os aspectos do problema, do ponto de vista do direito canônico, da legislação temporal, da situação religiosa e política do país quando o conflito entre a Igreja e o Estado se manifestou.

²⁵⁸ id.ibid –Idem Ibidem

²⁵⁹ id.ibid –Idem Ibidem

²⁶⁰ Os cinco artigos intitulados – Dom Vital – foram publicados respectivamente nas edições dos dias: 6 de agosto, 13 de agosto, 20 de agosto, 3 de setembro e 17 de setembro. Todos em *O Legionário*.

²⁶¹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Dom Vital - publicação de 6 de agosto de 1944, edição 626 – *O Legionário*.

Desde as primeiras eras da evangelização do Brasil, constatava Plínio, os missionários católicos, fiéis ao costume universalmente seguido pela Igreja, instituíram várias irmandades, confrarias, e associações de fiéis, destinadas a estimular nos mais fervorosos o espírito da Igreja, e difundir na sociedade os benefícios espirituais e temporais da influência cristã. Todavia, porém, os frutos produzidos para a Igreja por essas irmandades “estavam muito abaixo do que se poderia esperar”. Conforme Plínio:

“A piedade de seus membros era rotineira e sem fervor e se exprimia muito mais pelo fausto puramente material das cerimônias religiosas teatralizadas pela música profana, pelo aparato dos irmãos, pelo estampido dos rojões e morteiros, do que por uma devoção interior fecunda e vivaz. Daí infelizmente, uma dolorosa dissonância entre os deveres impostos aos irmãos pelos estatutos das respectivas confrarias, e o teor habitual de sua vida privada. O ambiente religioso era, pois, de tibieza e modorra, e não se podia falar nem em seleção, nem em formação, nem em exclusão de membros faltosos”²⁶².

Ainda que o irmão ou irmã deixasse de freqüentar, “repudiasse a Fé católica”, rompesse com a Igreja, em certas irmandades continuava irmão, convocado regularmente para os atos coletivos, por meio de avisos públicos e particulares. As irmandades empregavam seu patrimônio, sobretudo, para “aliviar os próprios irmãos, aliás, pouco necessitados em geral”. De obras espirituais ou temporais de caridade cristã, “haveria vaguíssimos resquícios”. Nesta conjuntura, “a maçonaria estava espalhada de alto abaixo em todos os degraus da hierarquia social e política do país”²⁶³.

Frisava Plínio que “desde 1738 a Santa Sé vinha denunciando à Europa monárquica e cristã os manejos ocultos dos ‘Pedreiros Livres’ que tramavam nas sombras a ruína da Igreja e de toda ordem política e social conformada por seu espírito”, e Pio IX também tinha sido claro quanto à reprovação da existência de maçons dentro das irmandades católicas. A regeneração das irmandades se complicava com outro problema: “a declaração da guerra aberta contra a maçonaria”. Uma questão levava a outra. A luta contra a maçonaria representava um ataque a uma instituição poderosa em si mesma, amparada além do mais em duas forças de primeira grandeza: “as tradições acomodáticas do País e o governo imperial”. Condes, barões, generais, Padres, pertenciam em número não pequeno às lojas maçônicas²⁶⁴.

²⁶² Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Dom Vital (II) - publicação de 13 de agosto de 1944, edição 627 – *O Legionário*

²⁶³ id.ibid – Idem Ibidem

²⁶⁴ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Dom Vital (III) - publicação de 20 de agosto de 1944, edição 628 – *O Legionário*

O Governo imperial, herdeiro das tradições pombalinas da última fase da monarquia lusa, fazia com que nenhum documento pontifício pudesse ser divulgado no Brasil sem o *placet*, a aprovação da Coroa. Nas palavras de Plínio:

“Em outros termos, a Coroa entenda-se não só o imperador, mas o Conselho de Estado, mas o Parlamento, mas a imprensa, mas a opinião pública se arrogava o direito de aceitar ou recusar algum ensinamento do Papa, dar ou negar obediência a alguma ordem proveniente de Roma”²⁶⁵.

O Brasil teria quatro espécies de figuras de elite na análise de Plínio: o “doutor” formado no País ou em Portugal; o “argentário tipo Mauá”, fabulosamente enriquecido no comércio, na indústria ainda incipiente, nos transportes; o “militar”, vagamente invejoso do “doutor” a quem procurava imitar praticando incursões nas letras e, sobretudo na política; e por fim o Sacerdote, que “era só Sacerdote e inteiramente Sacerdote quando bom”, mas que por vezes se sentia diminuído em sua condição, e procurava “compensar” a obscuridade da “roupeta negra pelo brilho da fama tribunícia, da influência eleitoral, ou das relações sociais”²⁶⁶.

Dom Vital seria considerado por Plínio como um ícone do contexto, por sua combatividade e defesa da infalibilidade papal, uma vez que declarou abertamente sua crítica ao *placet* e as ações do governo. Se Dom Vital obedecesse ao governo, trairia seu dever de Bispo e se insurgiria contra Roma. Se, pelo contrário, desobedecesse ao governo, seria ele preso e processado. Seu processo equivaleria a um escândalo imenso, a uma colisão pública e formal entre o governo imperial e o Episcopado Nacional.

Voltando aos fatos que marcaram o ano de 1944, ocorria a nomeação do novo arcebispo de São Paulo – um ano após a morte de seu antecessor, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva – o novo arcebispo nomeado em agosto foi Dom Carlos Carmelo Vasconcellos Mota.

Segundo Plínio, o novo arcebispo de São Paulo – que se tornava o terceiro da história paulista - parecia fundir em sua personalidade alguma coisa de cada um dos dois arcebispos anteriores, considerados por Plínio como “absolutamente excepcionais”. Afirmava Plínio:

²⁶⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Dom Vital (IV) - publicação de 3 de setembro de 1944, edição 630 – *O Legionário*.

²⁶⁶ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Dom Vital (V) - publicação de 17 de setembro de 1944, edição 632 – *O Legionário*.

“O lema de Dom Duarte era *"Ipse firmitas et autoritas mea"*. - "É Cristo, minha firmeza e minha autoridade". Firmeza para quê? Autoridade para quê? O lema de Dom José parecia um complemento ao lema de Dom Duarte: *"Ut omnes unum sint"* - "Para que todos sejam um". Firmeza, autoridade, que não tem outro objetivo senão conservar a unidade de todos, aquela unidade que era a suprema aspiração do Coração de Jesus. Mas unidade em torno de quê, no quê? O lema de Dom Carlos Vasconcelos parece por sua vez uma resposta, um complemento, do lema de Dom José. Devemos ser todos um, sim, todos um *"In sinu Jesu"* – “Junto ao peito de Jesus”. Eis aí o centro adorável da unidade espiritual de todos os fiéis. Assim, pois, os lemas de nossos três Arcebispos se completam reciprocamente, continuam-se um ao outro, como um esplêndido símbolo de continuidade de governo”²⁶⁷.

Ao fim de 1944, Plínio afirmava que seria irremediável o “declínio do poderio totalitário”. Mais do que nunca, o problema da organização do “mundo novo se colocava diante dos olhos de todos que vivenciavam tal momento”²⁶⁸.

3.5. Fim da Era Vargas: A defesa da bandeira anticomunista, e a crítica a idéia de democracia do pós-II Guerra

No último ano da Era Vargas (1945), já se apresentava uma fase efetiva de transição para uma nova ordem política, onde o clima político nacional estava inteiramente tomado pela sucessão de Vargas e pela realização de eleições, ou seja, pelo término da experiência estado-novista.

“A nossa organização política” — declara Francisco Campos (um dos ideólogos do Estado Novo) em março de 1945:

“... foi modelada sob a influência de idéias que não resistiram ao *test* da luta. Mudou, a datar de dois anos para cá, a fisionomia política do mundo. As idéias democráticas, que até o começo da guerra pareciam condenadas à derrota e que eram por esta antecipadamente responsabilizadas, resistiram galhardamente à ordália da guerra. Fizeram a sua prova e não apenas de maneira indireta; as nações aliadas deram a esta guerra um sentido definido. Elas transformaram esta guerra em uma guerra ideológica e a vitória não pode deixar de ser uma vitória ideológica” (FAORO, 2001, p.844).

Junto a esta conjuntura, Plínio Corrêa de Oliveira analisava a possibilidade da consolidação da democracia com certa apreensão. Em última análise, para Plínio, as instituições democráticas entre os povos ocidentais (principalmente os

²⁶⁷ “In Sinu Jesu” – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – publicado em 27 de agosto de 1944 – *O Legionário* – edição 629.

²⁶⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira - A mensagem de Natal – (I) – publicado em 31 de dezembro de 1944, *O Legionário* – edição 647.

européus) no pós I Guerra Mundial – “não na tese, mas na prática” - faziam com que “o grande poder pertencesse ao povo”. O povo, considerado segundo certos processos de sufrágio, seria a “massa”. E a massa de homens, de acordo com Plínio, se porta, freqüentemente, “de modo muito lamentável, de modo mais lamentável do que se portaria cada homem isoladamente” ²⁶⁹. Numa referência a realidade norte-americana, Plínio afirmava:

“O domínio da massa chegou a ser tão grande, que um dos maiores comentadores da Constituição norte-americana, James Bryce²⁷⁰, chegou a escrever que o poder da massa sobre os órgãos de governo nos Estados Unidos era comparável ao do sultão turco sobre os escravos” ²⁷¹.

Para Plínio, a massa seria “anônima e surda”, só tendo olhos para ler o que escrevessem os jornais, e para ouvir o que dissessem as emissoras de rádio. Os rádios e os jornais não pertenceriam aos mais inteligentes, nem aos mais cultos, mas aos que possuíam o dinheiro. Todo o poder atribuído à massa não pertenceria a esta. A técnica moderna praticava uma “imensa escamoteação: o poder pertence aos que têm os meios de falar à massa, pertence às potências do dinheiro”, e os intelectuais são reduzidos a “lacaio” dos senhores do dinheiro.

Logo, Plínio indagaria:

“uma democracia assim estruturada, é conforme à lei natural? E, para começar, é ela uma verdadeira democracia? Este é o problema trágico que os espíritos penetrantes começaram a considerar depois da grande guerra” ²⁷².

Segundo Plínio, tratava-se de saber se, na organização social, a nivelação das classes não chegaria a ponto de transformar a sociedade humana, “que seria pela lei natural um organismo vivo, com funções diferenciadas para cada uma de suas partes, em um amontoado inorgânico, um caos social, disciplinadas apenas pela força do hábito e pelo temor das leis”. A evolução das instituições e das idéias tendia para a democratização, todavia a técnica dava aos potentados do dinheiro os elementos

²⁶⁹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira - A mensagem de Natal – (II) – publicado em 7 de janeiro de 1945, *O Legionário* – edição 648.

²⁷⁰ James Bryce (1838-1922) foi um acadêmico britânico, sendo jurista, historiador, e político pelo Liberal Party, no Reino Unido. Em 1921, ele publica o livro *Modern Democracies*, analisando as democracias do pós I Guerra Mundial, considerando a aplicabilidade do governo democrático em certas nações.

²⁷¹ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira - A mensagem de Natal – (II) – publicado em 7 de janeiro de 1945, *O Legionário* – edição 648.

²⁷² id.ibid – Idem Ibidem

necessários para instalar por “de trás do arcabouço democrático um regime estritamente oligárquico”²⁷³.

Plínio Corrêa de Oliveira encontraria no horizonte político do contexto o retorno dos comunistas na arena dos debates de opinião pública. Em 23 de maio, Luís Carlos Prestes, livre após nove anos de prisão (condenado pela organização do levante comunista de 1935 e como desertor do exército) participou de um comício no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, na época o maior local para uma concentração popular. Ao estádio, que abrigou, segundo a imprensa, uma assistência de aproximadamente dez mil pessoas, compareceram delegações de diversos estados, da Argentina e de Cuba. Discursaram Manuel Venâncio Campos da Paz, Eugênia Álvaro Moreira, Álvaro Ventura e, ao final, Prestes. Em seu discurso, Prestes falou da anistia como uma conquista dos marinheiros, soldados e aviadores da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, ao lutarem na Itália contra o nazi-fascismo, prestaram notável ajuda à luta do povo brasileiro pela democracia. Considerou também que a anistia fora obra do governo, que preferira ficar ao lado do povo, cortar relações com o Eixo, declarar-lhe guerra, estabelecer relações com o governo soviético, abrir as prisões e revogar as restrições à democracia²⁷⁴.

Quatro dias após o discurso dos membros do Partido Comunista, Plínio trataria deste episódio em um artigo, dando atenção especial às palavras proferidas por Prestes. Para Plínio, Prestes parecia ver na doutrina comunista e no esforço de guerra soviético o principal elemento da vitória das democracias ocidentais na II Guerra Mundial, atribuindo a esta “guerra um subsentido comunista”, uma vez que afirmava que “os povos soviéticos, sob a direção do Partido Bolchevique de Lênin e do guia genial o marechal Stalin, são hoje o esteio máximo das Nações Unidas”²⁷⁵.

Plínio Corrêa de Oliveira dizia não compreender como o orador Prestes afirmava que “dez anos de guerras e perseguições contra o comunismo, fizeram de nosso povo o povo mais comunista da América”. Plínio afirmava que “Prestes tinha o

²⁷³ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira - A mensagem de Natal – (III) – publicado em 14 de janeiro de 1945, *O Legionário*, edição 649.

²⁷⁴ Evento destacado em fragmentos da vida de Luís Carlos Prestes disponíveis no DHBB - CPDOC-FGV. O discurso de Prestes feito em 23 de maio de 1945, no estádio do Vasco da Gama (São Januário), pode ser encontrado na íntegra em:

https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZVkfQZk5ERHNTZzg/edit?pli=1

²⁷⁵ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – O discurso do Sr. Prestes – publicado em 27 de maio de 1945, *O Legionário* – edição 668.

pensamento e a orientação política fiel ao comunismo soviético”. E destacava trecho do discurso de Prestes:

“comunista, para nosso povo, é aquele que, de maneira mais forte e conseqüente, luta contra o estado de coisas intolerável e injusto, predominante em nossa terra. Comunista é o que quer a negação disto que aqui vemos, a negação da miséria e da fome, a negação do atraso e do analfabetismo, a negação da tuberculose e do impaludismo, a negação do barracão e do trabalho puxado de sol a sol nas fazendas do senhor, a negação da censura à imprensa e das limitações de toda ordem às liberdades civis do homem pelo homem. E o povo tem razão porque é realmente este, em seus traços gerais, o programa do Partido Comunista do Brasil, que justamente por isto é, nos dias de hoje, o partido não só do proletariado como de todo o nosso povo”.

A partir desta citação de trecho de discurso do “cavaleiro da esperança” (apelido ganho pelo líder comunista durante a fase da Coluna Prestes), Plínio afirmava que tomadas de modo global as palavras deste texto, não haveria quase um partido que não desejasse a realização do fim do analfabetismo, da miséria, da fome, etc. E completava:

“O orador não ignora que há muitas correntes da opinião pública que visam vários dos fins que ele enumera, mas que têm verdadeiro horror ao comunismo. Como então afirmar que é comunista quem quer que tenda para esse ideal? Um exemplo entre mil outros. E o mais frisante. No próprio dia em que o Sr. L. C. Prestes falou, e cerca de doze horas antes, se espalhava pelo Rio o texto oficial da importantíssima Pastoral do Exmo. Revmo. Sr. D. Jaime de Barros Câmara. Como é óbvio vários dos itens acima são colimados pela Pastoral. Ora, ela condena mais uma vez o comunismo, mostrando a insanável oposição entre ele e a Igreja. Pretenderia o orador que nosso Episcopado é comunista? Que é comunista a Igreja? Seria difícil sustentar sem jocosidade essa tese. Ou o orador abstraiu da Igreja?”²⁷⁶

Plínio considerava que haveria problemas que ficavam sem resposta no discurso promovido por Prestes. Seria importante, antes de tudo, que todas as organizações não comunistas definissem claramente sua posição, de “sorte a dissipar a ambigüidade que as palavras de Prestes pudessem criar”.

Prestes, ao afirmar que ‘o único partido político verdadeiramente nacional’ que já existiu e passava a existir em nossa terra seria o comunista, levava Plínio a efetivamente constatar que seria fácil perceber até que ponto interessava à

²⁷⁶ id.ibid – Idem Ibidem

soberania nacional conviver com tal idéia, “ficando entendido que o comunismo era incompatível com a idéia de Pátria”²⁷⁷.

A propaganda comunista – na visão de Plínio – passava a pintar Stalin, “não mais de rosto sanhudo e longa adaga mortífera em punho, mas de semblante sorridente, tendo nos lábios, emaranhado poeticamente entre os fios enovelados de seu bigode o raminho de oliveira”. Os comunistas se apegariam a esta imagem de Stalin como “tábua de salvação”²⁷⁸.

“Abandonar suas teses seria sinônimo de morrer, para uma doutrina”- afirmava Plínio Corrêa de Oliveira. Uma vez que as doutrinas teriam seus nomes e seu conteúdo ideológico correspondente, elas deveriam logicamente “abandonar sua primitiva denominação caso seus adeptos abandonassem suas primitivas idéias”. Logo, ao não agirem de maneira a abandonar suas primeiras denominações, todas “as grandes revoluções teriam feito recuos estratégicos”. Em geral, depois de um período muito agudo, “os revolucionários se retraíam, adaptariam o país por algum tempo a um estado de coisas intermediário, e prosseguiram para reformas mais arrojadas”²⁷⁹. Isto levava Plínio a fazer a seguinte afirmação:

“Para cortar qualquer discussão, lembremos que Pio XI condenou não só a doutrina socialista, mas a própria palavra "socialismo". E não condenou a palavra "comunismo" porque ao tempo da "Quadragesimo anno" ninguém tinha tido a extravagância de pensar em um comunismo católico. Mas se o comunismo não é senão a forma mais radical do socialismo, a conclusão é fácil de se tirar...”²⁸⁰

De acordo com Plínio Corrêa de Oliveira, um dos aspectos mais singulares da política russa seria o Partido Comunista. “Se a URSS considera comunistas todos os seus cidadãos, se tem certeza de que ao menos a imensa maioria o é, por que um partido comunista?” – questionava Plínio. Na definição de Plínio, “um partido seria uma arregimentação de todos que aceitam certa doutrina e certo programa de governo”. A partir desta afirmação se concluiria que Partido e unanimidade seriam

²⁷⁷ id.ibid – Idem Ibidem

²⁷⁸ Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – Mudou o comunismo? – publicado em 3 de junho de 1945, *O Legionário*, edição 669.

²⁷⁹ Ainda o comunismo – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 10 de junho de 1945, em *O Legionário*, edição 670.

²⁸⁰ id.ibid – Idem Ibidem

termos de tal maneira incompatíveis, “sendo sintoma de loucura fundar um partido para sustentar uma opinião unanimemente aceita”²⁸¹.

Existiria um grupo de escol inteiramente devotado, especializado em funções técnicas que atuariam nos principais departamentos governamentais, dentro de uma hierarquia de nível militar. Para se referir a esta elite incrustada no Partido Comunista, Plínio fazia uma analogia da elite formada dentro do Partido Comunista com a elite formada pelo governo nazista:

“Propriamente, foi este o plano de Hitler com suas famosas "ordensburgs", em que "formava" com uma "pedagogia" toda especial os seus futuros "heróis". O que dizia contra as "ordensburgs" a opinião mundial, calorosamente apoiada por tantos escritores comunistas? Que eram viveiros de fanatismo hiper-delirante; que é impossível, em matéria política, apurar de tal maneira uma elite sem acabar selecionando apenas fanáticos, exaltados, maníacos, lunáticos em estado de permanente obsessão partidária. Que um regime planejado por esta forma, e governado por gente tal, está permanentemente exposto a todas as tiranias, a todas as crueldades que o fanatismo gera inevitavelmente. Pobre país, entregue ao "liberalismo" dessa gente. Pobre do mundo, se a acuidade visual dos homens baixou tanto, que dão crédito a um liberalismo como este”²⁸².

Em setembro de 1945, Plínio Corrêa de Oliveira daria entrevista a *Folha da Manhã*²⁸³, onde defendia uma ampla articulação nacional em defesa dos princípios católicos contra a expansão comunista.

Afirmava Plínio que “a luta dos católicos contra o comunismo nunca foi meramente negativa”. A meta seria “refazer toda a civilização cristã, abalada em seus mais profundos alicerces, pela impiedade contemporânea”. A civilização cristã seria uma decorrência dos princípios evangélicos, e a razão de combater o comunismo não seria puramente negativa, “não é apenas o anticomunismo, mas a realização de uma grande tarefa positiva”. Afirmou Plínio a *Folha da Manhã*:

“Um dos aspectos mais salientes da civilização cristã, é a justa cooperação do capital e do trabalho, de acordo com os princípios traçados pela Santa Sé. A Igreja tem desenvolvido, nos últimos séculos, um grande esforço para resolver os problemas sociais e é prova disto a infinidade de obras e estabelecimentos de toda a ordem, que no mundo inteiro se erguem sob sua autoridade ou sua inspiração em favor dos desprotegidos. É evidente que, sendo embora o fim

²⁸¹ Ainda o Partido Comunista na URSS – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 24 de junho de 1945 – *O Legionário*, edição 672.

²⁸² id.ibid – Idem Ibidem

²⁸³ Título da reportagem: Ampla articulação em defesa dos princípios católicos: declarações feitas a “Folha da Manhã” pelo Sr. Plínio Corrêa de Oliveira, ex- presidente da Ação Católica, 13-09-1945. No ANEXO 22 pode ser vista a reportagem na íntegra.

próprio e direto dessas obras a realização do bem que lhes é próprio, elas constituem acidentalmente um poderoso meio de combate ao comunismo, difundindo os princípios cristãos, apacando o ódio entre as classes sociais, e resolvendo dentro do limite de suas possibilidades, os problemas econômicos”²⁸⁴.

Ao sacrificar se pela aceleração de uma felicidade futura que a humanidade alcançaria pelo desenvolvimento indefinido do progresso, e que traria consigo a isenção de qualquer sofrimento, de todos os defeitos e quiçá da própria morte, os comunistas, na visão de Plínio, fariam com que “a noção de crime perdesse sua razão de ser se esse crime não tivesse conseqüência perturbadora do progresso da evolução da humanidade para a felicidade”. Somente a utilidade das coisas para o progresso humano é que as tornariam boas ou más. Disporia o Estado dos particulares, de suas aptidões e capacidades, com um despotismo tirânico. Plínio recorreria a uma fala de Winston Churchill veiculada na imprensa da época: “*O socialismo sem a polícia é impossível*”, e completava: “provando essa afirmação, temos patente a existência da GPU e da Gestapo, dos campos de concentração e de redes policiais secretas, que “eliminam” da face terráquea os elementos que atrasaram a marcha do universo para a felicidade”²⁸⁵.

De acordo com o historiador norte-americano, Robert Mcneal, em *História do Marxismo – volume VII*, a transformação mais radical do Partido Comunista depois da tomada do poder em 1917, na Rússia, ocorreu por volta do início dos anos 1930. (...) As mudanças ocorreram durante o primeiro plano quinquenal (1928-1932). No curso desta primeira e turbulenta campanha para a construção de uma “economia moderna”, o Partido Comunista não apenas assumiu a autoridade suprema no que se refere às decisões econômicas, mas tornou-se também a maior força de mobilização em favor das campanhas dirigidas no sentido de aplicar aquelas decisões. (...) Jamais houvera dúvidas quanto ao fato de que o Partido Comunista pretendia a autoridade suprema no que se refere às decisões políticas, mas era um dado novo e imprevisto que a organização interviesse de modo “tão específico e radical na direção da economia” (MCNEAL, 1988).

Antes da revolução proletária, era evidente que o partido reivindicava sua legítima autoridade entre os trabalhadores enquanto força capaz de organizar a derrubada da “velha ordem”. Porém, ao ver realizado este objetivo, não se criava uma

²⁸⁴ id.ibid – Idem Ibidem

²⁸⁵ O Comunismo – artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 14 de outubro de 1945, em *O Legionário*, edição 688.

íntima associação do Partido com a grande missão histórica da “era pós-revolucionária, ou seja, a transição ao socialismo”. Se houvesse se tratado, para o desenvolvimento da economia, de realizar um plano de dimensões exequíveis, elaborados por especialistas – muitos dos quais nem eram comunistas -, a exigência vital de um partido talvez tivesse sido redimensionada. Todavia, destaca Mcneal:

“A transformação do plano por iniciativa de Stalin, contudo, mudou radicalmente as coisas. A partir daquele momento, o Partido – como elemento essencial, sem o qual não se poderia realizar o necessário desenvolvimento econômico – tornou-se o pressuposto implícito da construção do socialismo na URSS. O Estado operário não era suficiente. Não podiam ser somente os especialistas a planificar o desenvolvimento necessário para alcançar o socialismo, nem apenas os trabalhadores a construí-lo”. (MCNEAL, 1988, p.244)

Seria bem mais provável que essa transformação do papel do Partido se tenha verificado porque, naquele tempo, o Partido era o centro do poder de Estado, o único organismo através do qual Stalin podia impor suas opções políticas, bem como o melhor instrumento para mobilizar a população em apoio de tais opções. O aparelho administrativo do Comitê Central foi reestruturado para criar uma seção de Colocação, com subseções para a indústria pesada, a indústria leve, os transportes, as finanças, a planificação e o comércio, e a agricultura. (...) A administração do Partido no interior das fábricas tornou-se uma carreira assalariada, de tempo integral, e constituiu o maior terreno de recrutamento para os *aparatchiki*, os membros do corpo de burocratas profissionais do Partido. As dimensões dessa força não foram jamais indicadas publicamente, mas em 1937, Stalin afirmou que havia três ou quatro mil “dirigentes superiores”, trinta ou quarenta mil “dirigentes médios” e cem - cento e cinquenta mil membros do “comando inferior do Partido”. Esses profissionais constituíam respectivamente, segundo Stalin, os “generais”, os “oficiais” e os “suboficiais”. (...) O partido organizou também “brigadas de assalto” de operários, reforçadas pela presença de comunistas ou de membros do *Komsomol* (a organização comunista juvenil), que deviam se ocupar de projetos particularmente importantes. Nessa cultura de “campanha”, as metáforas militares eram freqüentes, e deixavam subentendido, de modo evidente, que era precisamente o “Partido a elite determinante para a luta” (MCNEAL, 1988).

Com relação ao setor agrícola, foi confiada ao Partido a maior responsabilidade na direção das cerca de 200 mil fazendas coletivas criadas no início

dos anos 30. A agricultura requeria particular atenção porque, além do mais, constituía a parte mais débil da economia e da população. Enquanto classe, os camponeses demonstraram estarem bem menos dispostos do que os operários industriais a aderirem à campanha imposta pelo Partido; e, portanto, o Partido fez “enormes esforços para encorajá-los ou obrigá-los”. O problema se apresentou com particular gravidade no início dos anos 30, quando Stalin – retificando drasticamente o plano quinquenal original - pediu a liquidação dos chamados *kulaks* (os camponeses supostamente ricos) e a rápida coletivização dos mesmos. Para acelerar o impulso, o Partido deslocou das cidades industriais para o campo a força de choque dos “vinte e cinco mil” (na realidade, mais de vinte e sete mil). Cerca de 70% desta força selecionada eram formadas por inscritos no Partido, enquanto mais 8,6% pertenciam ao *Komsomol*. Entre esses emissários proletários, que permaneceram nas zonas rurais, recrutaram-se muitos administradores do Partido no campo e das fazendas coletivas, “precisamente porque eram muito poucos os camponeses comunistas”. Destaca Mcneal:

“Em 1932, o Partido declarou que 18% de seus inscritos eram agricultores coletivos ou camponeses: o que não era muito, para um país com cerca de 75% de população rural, mas que, de qualquer modo, era um exagero no que se refere à real participação camponesa, se considerar que entre os “agricultores coletivos” contava-se também o pessoal técnico e administrativo”. (MCNEAL, 1988, p.248)

No campo, o Partido era representado de modo excessivamente exíguo para poder esperar dirigir a agricultura através das células partidárias das fazendas coletivas, análogas às células das fábricas. Quando Stalin proclamou que: “passamos de uma política de restrição das tendências exploradoras dos *kulaks* para uma política de eliminação dos *kulaks* como classe” o ambiente rural passaria pelo seu elemento mais destrutivo. Era a eliminação de uma classe considerada perturbadora do “progresso” stalinista. Efetivamente totalitário, o estado soviético eliminou cerca de 6,25 milhões de pessoas em estatísticas da época (dados referentes exclusivamente aos 5% dos camponeses que seriam *kulaks*). A GPU, polícia política da época atuava junto aos *gulags*, que eram considerados como o “final humanitário e glorioso da luta de classes”. Stalin, sem dúvida, considerava necessário envolver a polícia e os campos de trabalho forçado (*gulags*) na luta de classes.

Em 1940, o Partido Comunista soviético era composto de aproximadamente 3,4 milhões de inscritos (entre membros efetivos e candidatos), de

modo que o pessoal técnico dirigente não era inteiramente constituído por comunistas, não sendo suficientemente capaz de conter 100%, ou mesmo menos, da elite técnica-dirigente de um país imenso (MCNEAL, 1988).

Se analisarmos as estatísticas demográficas²⁸⁶ da União Soviética, produzidas pelo demógrafo norte-americano Frank Lorimer, publicadas em 1946 pela Liga das Nações, com o título *The population of the Soviet Union: History and Prospects*, podemos estimar a população da União Soviética de 1940 com 173,8 milhões de habitantes. Portanto, as pessoas que faziam parte da estrutura do Partido Comunista da União Soviética representavam um pouco menos que 2% da população total – mais exatamente 1,95%.

Após elucidar algumas informações sobre o papel do Partido Comunista soviético e sua atuação junto à sociedade nas décadas de 1930 e 1940, voltemos à realidade brasileira do fim de 1945, fase marcada pelo fim do Estado Novo.

O Estado Novo - conforme destaca Lucia Lippi Oliveira - em sua complexa trama de "tradição" e "modernização" exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo - tanto os que ingressaram nos movimentos radicais dos anos 30, quanto os que se mantiveram ligados aos partidos tradicionais - foram desembocar numa corrente comum que se inseriram no projeto de construção do Estado nacional. De um lado, o próprio crescimento do Estado pós-30 permitiu a cooptação dos intelectuais nas novas instituições culturais; de outro, cremos ter havido uma confluência de orientações. Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado, já que “em vez de propor confessionalidades aos intelectuais, o Estado Novo polarizava os à base de afinidades tanto teóricas quanto eletivas” (OLIVEIRA, 1982).

O novo regime, instaurado em 1937, que agora chegava ao fim, assumiu como ideário a crença de que cada povo devia elaborar suas instituições obedecendo às inspirações particulares, aos imperativos históricos de seu tempo. Daí a importância da "nova democracia", que, segundo seus ideólogos, era genuinamente brasileira. Dever-se-ia reconhecer o caráter nacional da organização política implantada. O "Estado Nacional", como era comumente denominado o novo regime, era aquele capaz de

²⁸⁶ No ANEXO 23 desta dissertação estão em destaque duas tabelas do trabalho produzido por Frank Lorimer, com as estatísticas populacionais de 1940 da União Soviética, além de projeções populacionais para outras partes da Europa.

disciplinarem forças e produzir o progresso social, já que este era dependente de uma ordem política adequada. Conforme Lucia Lippi Oliveira:

“(…) A "boa" elite aceita a hierarquia, a coordenação política e a ordem e, embora nem todos os seus membros participem diretamente da atividade política identificada, no Estado Novo, com a ação administrativa, vê a ordem autoritária como um esforço de modernização da sociedade brasileira”. (OLIVEIRA, 1982, p.523)

3.5.1. A defesa da “constitucionalização” e a crítica a lei eleitoral vigente

Com a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, Plínio Corrêa de Oliveira publicava artigo²⁸⁷ em *O Legionário*, tratando da questão.

Plínio ressaltaria que não era aquele o momento de falar de um “homem contra cuja obra havia realmente muito que dizer”, entretanto, enfatizava a oposição dele e do Jornal *O Legionário* ao regime que se findava. E afirmava:

“Se as retaliações pessoais não são elegantes neste momento, nada nos impede, entretanto, que proclamemos o motivo essencial por que nos rejubilamos com a nova situação. Restaurou-nos o regime jurídico. Renasce com ele a nova ordem natural. E a Civilização Cristã, oprimida por 7 anos do totalitarismo incruento mas muitíssimo autêntico, respira por fim”²⁸⁸.

A meta agora seria “acelerar a marcha do país para a sua constitucionalização”²⁸⁹.

Plínio Corrêa de Oliveira dedicou-se entre novembro e dezembro de 1945 na escrita de alguns artigos onde tratava da funcionalidade da Lei Eleitoral vigente, em meio a proximidade para as eleições para Presidente e para eleger os membros do Congresso Constituinte – que tinha como data fixada 2 de dezembro, ficando os pleitos estaduais para 6 de maio de 1946. Plínio destacava que esperava os pronunciamentos da Liga Eleitoral Católica sobre a conduta a seguir no próximo pleito. Segundo ele, a lei eleitoral de então “faltava o essencial, isto é, a lisura, a fidelidade à sua missão”²⁹⁰. Criticava Plínio:

“Pelo sistema em vigor, cada partido apresenta uma lista de candidatos a deputado, registrada em seguida no Tribunal Eleitoral.

²⁸⁷ O grande dever – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira publicado em 4 de novembro de 1945, em *O Legionário*, edição 691. No ANEXO 24 este artigo pode ser lido na íntegra.

²⁸⁸ id.ibid – Idem Ibidem

²⁸⁹ id.ibid – Idem Ibidem

²⁹⁰ Uma péssima lei – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira – publicado em 18 de novembro de 1945, *O Legionário*, edição 693.

Acontece que nossos partidos políticos têm contornos ideológicos muito vagos. Qual a linha demarcatória entre as idéias do PRP e da UDN? Qual a que separa este ou aquele, do PSD? É preciso reconhecer que a diferença está principalmente nos nomes dos partidos e dos candidatos. Quanto a idéias, PRP, PC, UDN, PSD têm a mesma substância: "plus ça change, plus c'est la même chose" ²⁹¹.

Era frisado por Plínio, que os católicos “não estavam enfeudados em qualquer partido”, e isto fazia com que eles fossem “manietados” pela lei. Os eleitores católicos seriam obrigados a “votar sempre em chapa completa”, logo a “liberdade de voto não existia” ²⁹².

Conforme destaca Campello Souza (1983), somente poderiam concorrer candidatos registrados pelos partidos políticos ou por alianças de partidos; um candidato poderia concorrer por mais de um partido para os cargos regidos pelo princípio majoritário, mas somente por um partido ou coligação partidária para os cargos regidos pelo princípio proporcional (artigos 39 a 42); de modo que um candidato poderia concorrer simultaneamente para presidente, senador e deputado federal num mesmo estado ou em mais de um estado ²⁹³.

A uma semana das eleições, Plínio Corrêa de Oliveira enfatizava que a imprensa diária de São Paulo – a partir de telegrama enviado pela “Agência Meridional” - havia publicado há poucos dias a íntegra de um ofício do diretório nacional da UDN (União Democrática Nacional) à Junta Nacional da Liga Eleitoral Católica, onde a UDN se comprometia a defender quatro dos dez itens que formavam o programa da LEC. O presidente da Junta Nacional da Liga Eleitoral Católica, embaixador Hildebrando Accioly, declarava que a UDN não recusou de se pronunciar sobre todo o decálogo da LEC. A LEC é que havia promovido uma consulta sobre quatro dos dez itens do referido decálogo. E a UDN se limitou a responder afirmativamente quanto aos pontos sobre os quais foi consultada ²⁹⁴.

²⁹¹ id.ibid – Idem Ibidem

²⁹² id.ibid – Idem Ibidem

²⁹³ Um exemplo de candidato que concorreu simultaneamente para senador e deputado federal foi Vargas. Concorrendo para senador em cinco estados e para deputado federal em nove, sendo eleito respectivamente em dois (SP [PTB], RS [PSD]) e sete (DF, SP, RS, MG, BA, RJ, PR). Como deputado federal, Vargas teve 116.712 votos no distrito federal; 119.055 votos em São Paulo; 11.291 no Rio Grande do Sul, onde se elegeu senador com 461.913 votos; 32.012 em Minas Gerais. Além disso, foi o único deputado eleito pelo PTB na Bahia, com 10.032 votos; no Rio de Janeiro, com 20.745; e no Paraná, com 8.648 votos. A legislação eleitoral da época não exigia o domicílio como condição para a inscrição dos candidatos, permitindo assim que um político concorresse por estados e partidos diversos. (Fontes: TSE dados estatísticos 1964, Souza (1983), DHBB - CPDOC-FGV)

²⁹⁴ Partidos, Candidatos, Eleições – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 25 de novembro de

No dia das eleições – 2 de dezembro – a Liga Eleitoral Católica divulgava na imprensa²⁹⁵ uma lista de candidatos que seriam apoiados para a Presidência da República, e para o Congresso, com seus nomes e respectivos partidos. Os partidos que teriam candidatos que receberiam apoio da LEC eram: UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PAN (Partido Agrário Nacional), PDC (Partido Democrata Cristão), PPS (Partido Popular Sindicalista) e PRP (Partido Republicano Progressista).

Nesta mesma data, Plínio Corrêa de Oliveira destacava que no panorama político-ideológico em função do qual foram feitas quase todas as chapas, não se tomava em consideração que São Paulo, o Brasil inteiro, passava por uma transformação ideológica fundamental nos últimos anos. Havia “uma opinião católica moça, vigorosa, sadia, idealista”, que lutava pelo “bem da Igreja e pela grandeza do Brasil”. Seria uma “corrente”, mais que corrente, uma “torrente”, que havia sido ignorada na composição das “chapas da generalidade dos partidos”²⁹⁶. E afirmava:

“A inclusão de um ou outro católico modelar em uma ou outra chapa, não é suficiente para nos conformar com a apresentação neste festim eleitoral do velho "menu" maçonzado e indigesto das mesmíssimas listas políticas de há 20 ou 20.000 anos atrás. Sem dúvida, entre os nomes antigos há candidatos excelentes, verdadeira madeira de lei. Mas há também madeira carunchada nestes destroços, nomes surrados sem significação ideológica nem intelectual. E estes, ninguém os suporta. Há "elementos novos" talvez, mas que em sua maioria provocam no eleitorado católico reações alérgicas das mais violentas”²⁹⁷.

Plínio Corrêa de Oliveira defendia uma campanha enérgica pela reforma da lei eleitoral, já visando os pleitos estaduais de maio de 1946, enfatizando constantemente que “o sistema eleitoral de 1935 e de hoje é para nós católicos uma lei radicalmente desfavorável”²⁹⁸.

Uma semana após as eleições, Plínio afirmava que as apurações dos votos ainda eram imprecisas, mas mostrava surpresa pela grande votação do PTB. Para ele, deveria ser entendido que as eleições que tinham ocorrido não constituíam uma “batalha inteira e acabada”, mas apenas a primeira etapa de um processo de

1945, em *O Legionário*, edição 694.

²⁹⁵ O Jornal *O Legionário* divulgou tal informe, que está disponível no ANEXO 25 desta dissertação.

²⁹⁶ Verdade amarga – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 2 de dezembro de 1945, em *O Legionário*, edição 695.

²⁹⁷ id.ibid – Idem Ibidem

²⁹⁸ id.ibid – Idem Ibidem

pronunciamento público realmente “bipartite”. O voto depositado pela nação nas urnas produziria seu “fruto na Constituinte”. A este fruto o povo “diria sim ou diria não” nas eleições estaduais. Apenas aí que se saberia realmente “o que quer o Brasil”. O definitivo seria o que fosse decidido em maio de 1946, quando o Parlamento, reunido em Assembléia Constituinte, já teria iniciado seus debates ²⁹⁹.

“O sistema em que se elegeu a Constituinte de 1934. É precisamente o sistema cuja restauração devemos pleitear com todas as forças”, afirmava Plínio Corrêa de Oliveira. Em alguns aspectos, o sistema eleitoral de 1934 parecia-se com o utilizado em 1945. Todavia, no utilizado até 1934, ressaltava Plínio: “havia duas espécies ou classes de voto, a do primeiro e a do segundo turno”. Chamava-se "primeiro turno" o voto dado ao candidato que encabeçava a cédula. "Segundo turno", os votos dados aos nomes restantes. Assim, escolhendo uma Câmara de 80 membros, por exemplo, todo o eleitor daria um voto de primeiro turno para o candidato de sua preferência, e 79 votos de segundo turno para cada um dos outros 79 candidatos que constituíssem sua cédula ³⁰⁰. Logo:

“A primeira diferença entre esse sistema e o atual está em que, hoje em dia, nem sequer escrevemos os nomes dos candidatos em que votamos em segundo turno. Votando em primeiro turno em um candidato somos obrigados a votar em segundo turno na totalidade absoluta dos candidatos apresentados pelo mesmo partido. No sistema de 1934, não. Podemos escolher para o segundo turno candidatos de qualquer partido, colocando em nossa cédula todos os católicos, e excluindo todos os anticatólicos, de sorte que o voto católico aproveite só aos candidatos católicos” ³⁰¹.

A primeira versão de representação proporcional adotada no Brasil em 1932 já previa o voto preferencial. “A cédula podia conter um grande número de candidatos (tantos quantas fossem as cadeiras do estado na Câmara dos Deputados mais um), e o eleitor podia escolher candidatos de diferentes partidos e até mesmo nomes de candidatos não inscritos em nenhum partido”. Mas o processo de apuração privilegiava o nome que encabeçava a lista de candidatos, já que o cálculo da distribuição das cadeiras entre os partidos só considerava esse voto; os outros nomes da lista só podiam disputar as cadeiras não alocadas na primeira distribuição (sobras). Este sistema foi

²⁹⁹ Durante as apurações – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 9 de dezembro de 1945, em *O Legionário*, edição 696.

³⁰⁰ Ainda a lei eleitoral - Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 23 de dezembro de 1945, em *O Legionário*, edição 698.

³⁰¹ id.ibid – Idem Ibidem

utilizado nas eleições de 1933 e 1934, mas as críticas à complexidade da apuração (que chegou a demorar semanas em alguns estados) foi um forte estímulo para adoção, em 1935, de uma versão mais simples, na qual o eleitor passaria a votar em um único nome. Por conta da suspensão das eleições durante o governo autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945), a nova regra só entrou em vigor nas eleições de 1945 (NICOLAU, 2006).

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, realizadas entre 1945 e 1958, não havia cédula oficial. Em geral, elas eram impressas pelos partidos e distribuídas no dia das eleições pelos cabos eleitorais e também colocadas pelo presidente das mesas eleitorais no interior da cabine de votação. Neste período, votar significava comparecer aos locais de votação para colocar a cédula confeccionada pelos partidos em um envelope e, posteriormente, colocar este em uma urna. Os votos de legenda eram contabilizados apenas no processo de apuração, quando houvesse imprecisões de preenchimento, mas ainda assim era possível identificar o partido no qual o eleitor havia votado (NICOLAU, 2006).

Plínio Corrêa de Oliveira chegaria ao fim de 1945, se sagrando como um “intelectual orgânico” no pensamento católico que corta a Era Vargas. Sua defesa pela bandeira tradicionalista tornaria o representante oficial desta linha de catolicismo no Brasil. Podemos verificar, que os “intelectuais orgânicos” são fruto do desenvolvimento histórico, que culmina na sociedade capitalista com sua respectiva estrutura social e seu Estado moderno.

Plínio Corrêa de Oliveira teve uma missão que passa pela ação direta na política e na construção de uma linha de pensamento que estará representada dentro da ordem política e na ação administrativa do Estado brasileiro nos anos 1930 e 1940. Tal linha de ação e pensamento ganhará seguidores e se consolidará nos anos seguintes, vindo a ser representada no campo institucional por meio da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, fundada em 1960.

Tal legado permanece vivo no Século XXI, encarando os avanços da secularização e das perspectivas modernas e pós-modernas que se apossam da nossa sociedade no tempo-espço atual. A secularização não veio a substituir os deuses, por saberes, convicções ou idéias que viessem a desempenhar suas funções. Deixou um vazio espiritual que as pessoas preenchem como podem; logo, a Fé é o caminho que busca proporcionar equilíbrio e ordem aqueles que se sentem solitários e confusos no mundo de hoje.

Considerações Finais

A Era Vargas efetivamente seria marcante na formação e na consolidação da linha de pensamento que Plínio Corrêa de Oliveira passou a irradiar nos primeiros anos da década de 1930. Os primeiros passos na militância católica, junto as Congregações Marianas, ainda no período do pré-1930, fizeram de Plínio um vivaz defensor do ideário católico. As circunstâncias do contexto proporcionaram que o jovem pensador que se formava intelectualmente, levasse para a seara política toda a sua formação solidificada no Catolicismo desde a sua infância.

Em meio a um mundo propenso as mais extremadas visões ideológicas, Plínio buscou amparo no campo do catolicismo, visando a partir do mesmo o seu reconhecimento dentro da arena política.

Sua atuação como membro-fundador da Liga Eleitoral Católica foi marcante, sendo voz ativa como representante do Estado de São Paulo, defendendo o lema católico: ‘fora e acima dos partidos’.

Estar no Estado de São Paulo nesta conjuntura também é fator que não pode ser esquecido para determinar certos posicionamentos políticos. Alguns setores da elite política paulista acompanharam com muitas reservas a ascensão do grupo vinculado a Aliança liberal de Getúlio Vargas, que agora tinham o poder político do país. Tais divergências entre a “velha elite” do poder e a “nova elite” no poder levavam a controvérsias e constantes instabilidades políticas. O resultado destas lacunas mal resolvidas levou a Revolução de 1932, que promove um novo *modus operandi* da elite política paulista atuar e ser atendida pela elite do governo central.

A realidade nacional estaria exposta a uma radicalização ideológica na primeira metade da década de 1930, fato que também marcava a realidade do mundo europeu, sendo fruto de totalitarismos e das perspectivas mais autoritárias em defesa de projetos ideológicos, tanto à esquerda quanto à direita.

Plínio Corrêa de Oliveira vivenciou tais eventos e sempre demarcou de forma clara sua posição no espectro ideológico e doutrinário que se formatava no Brasil e no mundo. Ele saiu em defesa do “espírito legalista” da Revolução Constitucionalista de 1932. Nas primeiras eleições presidenciais após o governo discricionário de Vargas, atuando como deputado constituinte, Plínio confiou seu voto ao candidato Borges de

Medeiros, considerado por ele um candidato mais adequado pra defender os projetos católicos nacionais.

Plínio Corrêa de Oliveira acompanhou a fase constitucional crente que seria um novo “crepúsculo” para a sociedade brasileira, entretanto, logo notou que com as polarizações dos partidos políticos, a ameaça de instabilidade do regime constitucional seria uma constante.

Em vista da “ameaça comunista” que pairava sob o horizonte nacional, Plínio saiu em defesa da criação da Lei de Segurança Nacional, como forma de manutenção da ordem política e social - alinhando-se ao projeto de combate ao comunismo do Governo Vargas - procurando seu amparo para criticar o comunismo e o socialismo nas encíclicas papais do período, que declaravam as perspectivas comunistas e socialistas como incompatíveis com o catolicismo.

Em tal contexto, Plínio via no integralismo uma “indefinição doutrinária”, principalmente no que se tratava da relevância do catolicismo para os ‘camisas verdes’. Plínio considerava os integralistas como “interconfessionalistas”, de modo que “eles agiriam por um prisma de pretensa neutralidade perante a todas as religiões”. E ao não prescindir de apoio de nenhum dos grupos, eles poderiam tornar-se uma ameaça ao panorama político de então.

Getúlio Vargas, como chefe supremo da Nação, seria analisado por Plínio como o “mais sutil e sinuoso político” do país, ainda mais após as articulações que o mesmo promoveu para dar o auto-golpe, originando o Estado Novo, em 1937. Getúlio efetivamente teria “matado a política”, tornando o poder executivo “a medula do novo estado de coisas”.

O nazi-fascismo foi tema de muitos dos artigos escritos por Plínio Corrêa de Oliveira. Para ele, o nazismo lançava contra a Igreja uma série de “invectivas”, além de promover uma “idolatria pagã do Estado”, de modo que a identidade do *substratum* ideológico do nazismo e do comunismo apresentaria uma “solidariedade ideológica”.

Com relação aos doutrinadores do fascismo, a crítica dirigida por Plínio também seria enfática. Segundo ele, as “tendências totalitárias” do Estado fascista transpareceriam através de inúmeros “pontos nevrálgicos” da organização da Itália, de modo que o próprio papa Pio XI já tinha sido claro ao condenar os doutrinadores de tal perspectiva ideológica.

Crítico ferrenho da funcionalidade do sistema partidário brasileiro, Plínio Corrêa de Oliveira considerou de grande relevância o “fim dos velhos partidos políticos” durante o Estado Novo; de modo que não seriam prejudicados os estabelecimentos através dos quais “viviam e se irradiavam a Igreja no Brasil”.

Como intelectual leigo e professor, sua militância católica e atuação o levam a atingir a posição de Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista, nomeação feita por Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, em 1940. Nesta posição ele deixa claro sua defesa por uma Igreja que respeita a “Hierarquia” e a “ortodoxia católica”.

A defesa dos valores tradicionais da Igreja Católica passaria a ter em Plínio Corrêa de Oliveira um dos principais irradiadores de propagação no Brasil. Segundo ele, os “erros” que passavam a ser visíveis na Igreja, ocorreriam em razão da busca por “resultados imediatos” e pela pretensão de certos grupos que partiriam para uma “ação absoluta”, sem prever possíveis conseqüências. Conforme Plínio, seria necessário “respeitar a plenitude de poderes, que seria propriedade exclusiva da Hierarquia Eclesiástica”. Faltariam “elites bem formadas”, aguerridas e disciplinadas que soubessem, no momento dado, imprimir a todo o “laicato católico” uma orientação sólida, segura. A crítica de Plínio Corrêa de Oliveira era dirigida aos defensores do ‘humanismo integral’; considerados por ele como “condescendentes” com erros que poderiam ser irreversíveis para o futuro da Igreja.

O idealizador do Humanismo Integral, Jacques Maritain, dizia que o comunismo apresentaria uma “linha de movimento de emancipação do homem no ponto de convergência histórica”, apesar de certos erros. E a nova situação da II Guerra, com a União Soviética se unindo aos países aliados, poderia promover uma restauração geral deste pensamento, reintegrando-o a democracia. Plínio consideraria tal leitura como de um equívoco sem precedentes, e que a *main tendue* sendo praticada no seio da Igreja, faria com que toda a doutrina da mesma ficasse exposta a uma ideologia que sempre defendeu o materialismo e uma rejeição clara da transcendência divina.

Em seu livro *Em Defesa da Ação Católica*, de 1943, Plínio Corrêa de Oliveira demarca seu território de defesa do tradicionalismo e promove uma cisão entre a nova perspectiva levada adiante por setores de intelectuais leigos e alguns membros da hierarquia eclesiástica. Esta publicação lhe custa à presidência da Ação Católica Paulista, e leva-o ao ostracismo dentro de tal contexto. No fim da Era Vargas, Plínio

militaria de forma combativa, defendendo a bandeira anticomunista, e criticando a idéia de democracia que se formatava no cenário político nacional, por apresentar um “subsentido comunista”, já que o comunismo não seria julgado e considerado “totalitário” tal qual o nazismo e o fascismo. O sistema eleitoral que passaria a valer para as eleições de 1945, também seria visto com descontentamento, uma vez que o mesmo mudava as condições de disputa pelo poder entre aqueles que se candidatavam a uma vaga no legislativo pela Liga Eleitoral Católica; dificultando a representação dos católicos que teriam que obrigatoriamente estarem vinculados a partidos políticos para terem suas candidaturas aceitas. A Igreja seria “enfeudada por partidos políticos”, tendo que descer a arena política.

Após 15 anos de atuação ininterrupta no campo da religião católica e na ação política da Era Vargas, Plínio Corrêa de Oliveira entraria na nova fase política do Brasil certo de suas convicções e sabendo o preço que sofreria por defender tais perspectivas.

O período entre 1945-1964 seria popularmente chamado de Democracia Populista. Pela primeira vez na história do país, surgiriam e se fortaleceriam partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado. Para Ferreira (2010b) não mais se tratava dos partidos da época do Império ou das organizações estaduais da Primeira República, em ambos os casos, instrumentos das elites. As eleições tornaram-se sistemáticas e periódicas para os cargos do Executivo e do Legislativo nos planos federal, estadual e municipal, e passaram a contribuir para a consolidação de um sistema partidário nacional que expressasse as diversas correntes de opinião existentes. Entretanto, merece ser ressaltado que certos grupos políticos caíram na ilegalidade, caso do PCB, a partir de 1947, em virtude da cassação de seu registro pelo STF, em meio ao cenário bipolar da Guerra Fria. O Brasil não ficou imune aos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética e, em vários setores da sociedade, despontou o sentimento anticomunista (ALENCAR JR, 2013b).

Todavia, as raízes do Estado Novo ainda se encontrariam incrustadas na estrutura organizativa do Estado - por meio das estruturas burocráticas e do executivo, com suas agências centralizadoras - afetando ora direta e indiretamente os três Poderes, assim como a institucionalização dos partidos políticos, que se apresentavam muito frágeis, estando atrelados a interventorias e clientelas sindicalizadas.

Plínio Corrêa de Oliveira e seu grupo permaneceriam à testa do Jornal *O Legionário* até dezembro de 1947, quando já se tornava insustentável sua defesa naquele semanário frente à nova ala progressista que ascendia na Ação Católica a nível nacional. Em 1947, o padre Hélder Câmara³⁰² assumia o cargo de assistente eclesiástico da organização. Como primeiro assistente-geral da ACB (cargo que ocuparia até 1962),

³⁰² Hélder Câmara (1909-1999) entrou para o seminário arquidiocesano de sua cidade natal (Fortaleza) em 1923 e mais tarde fez os exames preparatórios de filosofia e teologia. Ordenou-se padre em agosto de 1931 em Fortaleza. Ainda em 1931, organizou a Juventude Operária Cristã, que se ligou à Legião Cearense do Trabalho (LCT), criada pelo tenente Severino Sombra. A LCT, inspirada no salazarismo português, pretendia ser uma organização de associações populares e profissionais destinada à defesa dos trabalhadores, tendo por metas a economia distributiva e o regime corporativo. No ano seguinte, com a prisão e exílio de Severino Sombra, que aderira à Revolução Constitucionalista de 1932, assumiu, juntamente com Jeová Mota, a chefia da organização. Ainda naquele ano a LCT, que chegou a ter grande número de adeptos em Fortaleza e no interior do Ceará, uniu-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação difusora dos ideais do integralismo. A pedido de Plínio Salgado e com autorização de seu superior, o arcebispo de Fortaleza, dom Manuel da Silva Pimentel, o padre Hélder assumiu a chefia do setor de educação da AIB no Ceará. Neste contexto, Apenas no Ceará a Liga Eleitoral Católica, que tinha sido idealizada por Dom Sebastião Leme para atuar na Constituinte de 1933-1934, se transformou em partido político. O padre Hélder, a pedido do arcebispo de Fortaleza, percorreu o estado fazendo campanha eleitoral, com o slogan: “Um voto para a LEC é um voto para Nosso Senhor Jesus Cristo.” A LEC do Ceará saiu amplamente vitoriosa no pleito de maio de 1933, elegendo seus seis candidatos. Nas eleições de outubro de 1934, a LEC elegeu o maior número de deputados federais e estaduais do Ceará. Além disso, seu candidato ao governo estadual, Francisco de Meneses Pimentel, foi eleito pela Assembléia Legislativa cearense. Iniciado o novo governo, o padre Hélder foi convidado para assumir o cargo de diretor do Departamento de Educação do Ceará, em 1935. Francisco Campos — que em 1936 assumira a Secretaria de Educação do Distrito Federal — convidou-o para o cargo de assistente-técnico de Educação do Distrito Federal, passando a ser subordinado a Dom Sebastião Leme. Antecedendo o Estado Novo (1937-1945), através de contatos com Francisco Campos e depois com o próprio Vargas, Plínio Salgado tomou conhecimento e apoiou as diversas etapas do golpe de 1937. Em seguida, procurou o padre Hélder e pediu-lhe que, com a devida autorização do cardeal, fizesse parte do conselho supremo da AIB, composto de 12 membros. Consultado, o cardeal Leme autorizou-o a aceitar, com a condição de que fosse uma espécie de assistente eclesiástico. Plínio Salgado concordou com a condição, mas, a cada discurso do padre Hélder, os jornais integralistas o anunciavam como membro do conselho supremo da AIB. Nos anos seguintes, dom Hélder dedicou-se à educação. Participou e foi aprovado num concurso aberto por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Cultura, para técnico de educação, uma vez que exercia o cargo sem ser diplomado. Depois do Estado Novo, recebeu em 1946, durante a presidência do general Eurico Dutra, a autorização do cardeal dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio desde 1943, para demitir-se do Ministério da Educação. Dom Jaime quis, naquele mesmo ano, fazê-lo seu bispo-auxiliar, mas o processo para elevá-lo a bispo foi dificultado pela nunciatura apostólica, que preveniu o Vaticano contra a inconveniência de tal medida. Segundo informou a nunciatura, haveria protestos pelo fato de o cardeal ter como auxiliar um bispo integralista. O papa realmente negou a nomeação, que só seria concedida seis anos depois. Como conselheiro privado do núncio dom Carlo Chiarlo e, mais tarde, a partir de 1954, de seu sucessor, dom Armando Lombardi, dom Hélder trabalhou pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A idéia surgiu em conseqüência dos problemas gerados pelas próprias condições do país, com as dioceses se multiplicando e cada bispo envolvido por numerosos problemas. Era necessária, no entendimento de dom Hélder, a criação de um órgão que estivesse a serviço do povo, através da Igreja ou de seus bispos. Em princípios de 1952 chegou do Vaticano a permissão para a criação da CNBB. Em março do mesmo ano, o padre Hélder foi eleito bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, tendo sido sagrado em abril e imediatamente empossado. Finalmente, ao ser criada a CNBB em outubro de 1952, foi eleito secretário-geral da organização, enquanto dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal-arcebispo de São Paulo, foi seu presidente. Em abril de 1955, Dom Hélder foi promovido a arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, e entre 1964-1985 foi Arcebispo de Olinda e Recife, atuando de forma combativa contra o regime militar (fragmentos da trajetória de vida de Dom Hélder Câmara – dados do DHBB - CPDOC-FGV).

Hélder Câmara organizou o secretariado nacional da Ação Católica Brasileira neste contexto, se apresentando como libertado de sua antiga filiação integralista, a qual tinha defendido enfaticamente durante a Era Vargas – chegando a ser um dos membros do conselho supremo - classificando o ocorrido como um “erro da juventude”, e explicaria:

“O aspecto social não era o forte de meus mestres (no seminário). Tanto assim que a nossa visão era a de que o mundo se dividiria entre direita e esquerda, entre capitalismo e comunismo. E nos sopravam, discretamente, que dos males, o menor. Pouco a pouco foi fácil ver que não era verdadeiro este embate”³⁰³.

Também em 1947 (janeiro), o padre Geraldo de Proença Sigaud, (que atuou como assistente arquidiocesano da Juventude Estudantil, masculina e feminina, na Ação Católica Paulista, ao lado de Plínio Corrêa de Oliveira) que acabou sendo punido em 1943, sendo enviado para a Espanha após a publicação de *Em Defesa da Ação Católica*, era eleito por Pio XII como Bispo da cidade de Jacarezinho, no Paraná, retornando ao Brasil. Já em março de 1948, Monsenhor Antônio de Castro Mayer, que também atuava com Plínio Corrêa de Oliveira na Ação Católica, e também fora punido deixando de ser Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo, sendo deslocado para ocupar o cargo de Vigário Econômico da paróquia do Belém, passava a ser eleito Bispo-Coadjutor da cidade de Campos.

Os dois sacerdotes que deram apoio ao livro *Em Defesa da Ação Católica* e ao jornal *O Legionário* durante a fase de Plínio Corrêa de Oliveira como Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista eram elevados no Episcopado nacional, mantendo a ortodoxia católica e a defesa do apostolado hierárquico.

Agora, em 1949, após seis anos do afastamento de Plínio Corrêa de Oliveira das fileiras de atuação da Ação Católica, em razão da publicação de seu livro *Em Defesa da Ação Católica*, a Santa Sé enviava carta de aprovação³⁰⁴ ao livro. A mesma era assinada pelo Substituto³⁰⁵ da Secretaria de Estado do Vaticano, Monsenhor

³⁰³ Fragmentos da trajetória de vida de Dom Hélder Câmara – dados do DHBB - CPDOC-FGV.

³⁰⁴ Tal carta esta disponível em anexo. Versão original em latim, com a tradução do texto em português. ANEXO 26.

³⁰⁵ A Seção dos Assuntos Gerais é chefiada por um arcebispo conhecido como o Substituto para os Assuntos Gerais, ou, mais formalmente, Substituto para os Assuntos Gerais da Secretaria de Estado. Tal seção é responsável pelas operações normais da Igreja, organizando as atividades da Cúria Romana e as nomeações dos cargos da mesma. É ela que mantém os documentos papais, além do selo papal e o anel de Pescador. Tal seção se ocupa das preocupações das embaixadas perante a Santa Sé; e é a responsável por publicar as comunicações oficiais. No exterior, esta seção se encarrega de organizar as atividades dos

João Batista Montini (futuro Papa Paulo VI {1963-1978}). Em trecho da carta se destaca:

“Sua Santidade regozija-se contigo porque explanaste e defendeste com penetração e clareza a Ação Católica, da qual possui um conhecimento completo, e a qual tens em grande apreço, de tal modo que se tornou claro para todos quão oportuno é estudar e promover tal forma auxiliar do apostolado hierárquico”.

Efetivamente, a partir deste momento, Plínio Corrêa de Oliveira construía em torno de si um amparo legitimador daquela linha de pensamento que ele defendeu de forma contundente durante toda a Era Vargas, mesmo estando em posição antagônica às novas lideranças do Episcopado nacional.

Na década de 1950, Plínio Corrêa de Oliveira continuará a reverberar sua defesa pelo apostolado hierárquico e sua crítica as alas progressistas da Igreja no mensário de cultura *Catolicismo*, criado em 1951, pelo Bispo de Campos, Antonio de Castro Mayer. Membros que atuavam em *O Legionário* juntos de Plínio, também passaram a atuar em *Catolicismo*.

Em 1952, um fato novo veio influir na atuação da Ação Católica Brasileira; foi criada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), tendo como secretário-geral Dom Hélder Câmara (então Bispo-auxiliar do Rio de Janeiro). De certo modo, a CNBB brotou da ACB, já que, na qualidade de assistente desta organização, dom Hélder dela se utilizou para convocar os dois primeiros encontros da hierarquia eclesiástica. Vários integrantes da CNBB haviam trabalhado na ACB como assistentes, e ainda permaneciam em contato com a entidade. Graças a essa ligação estreita com a CNBB, a ACB alterou sua relação com a Igreja. Em lugar de depender das diretrizes ditadas individualmente por cada bispo, passou a tratar com um órgão de representação nacional, aumentando assim sua autonomia de ação e podendo manifestar-se mais livremente sobre as questões temporais.

Em 1954, a Santa Sé enviou ao Brasil novo Núncio, dom Armando Lombardi, que se pronunciou favoravelmente à ACB, defendendo-a das críticas formuladas por alguns bispos. O único aspecto em que os bispos contrários à ACB concordavam com a direção desta era o caráter nacional impresso ao movimento.

Nos anos 50, as dimensões do mercado interno, criado de modo prévio pelo capitalismo nacional, já era de uma ordem de grandeza que o tornava atrativo às

Núncios de todo mundo em suas atividades relacionadas com a Igreja local.

“inversões maciças do capital estrangeiro” no âmbito da produção industrial. Os investimentos do Estado e do capital estrangeiro serão marcas registradas do salto industrial do governo JK. Até o início dos anos 60, o populismo foi à política do Estado, que bem ou mal, permitiria levar à frente a industrialização pela via dos atoleiros e conflitos. O populismo seria a forma e hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou e obteve em elevado grau, consenso da classe operária para a construção da “nação burguesa” (GORENDER, 1990).

A intelectualidade brasileira foi atuante nos debates sobre os rumos da nação, especialmente nas perspectivas que envolviam projetos de desenvolvimento e à questão democrática. Dentro desta realidade, ocorre um grande debate entre as diferentes alas do pensamento católico.

Tais debates ficarão mais notórios no fim da década de 1950 e início dos anos 1960. Neste período ficava consagrado que toda a construção da linha de pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira atingia seu ápice e demarcava de forma clara a cisão nos movimentos da Igreja Católica no Brasil.

Em janeiro de 1958, escrevia Alceu Amoroso Lima³⁰⁶ com relação à Igreja, que havia dois modos de ser e entender as coisas, dois temperamentos, duas atitudes em face do mundo e da própria natureza humana. Tendo a “*fille ainée de l’Eglise*” (França) como exemplo, afirmava Alceu que as lutas “entre católicos galicanos e ultramontanos e as suas diferenças temperamentais e políticas jamais degeneraram em cismas radicais, como os que vieram da Arábia, de Constantinopla ou da Alemanha. A unidade católica não se confundiria com a unidade fascista ou comunista. As unidades fascista e comunista seriam negadoras da pluralidade, enquanto a unidade católica buscaria a integração. E dentro disto afirmava que “a verdade da fé católica reconcilia em sua unidade suprema, dos Dogmas, dos Costumes, e da Disciplina, a pluralidade humana das inteligências e dos temperamentos”. E para mostrar tal pluralidade se referia a revista “*A Ordem*” e o periódico “*Catolicismo*”. Eram as perspectivas antagônicas da realidade da Igreja Católica brasileira de então (LIMA,1964). Deve ser lembrado que a revista “*A Ordem*” - que nasceu como defensora dos valores da ordem e dos ideais contrarrevolucionários pela revitalização dos preceitos da Igreja Católica em meio ao mundo moderno, e teve como figura

³⁰⁶ Artigo: Unidade e Pluralidade - publicado em setembro de 1958. Tal artigo faz parte da coletânea que originou o livro *Revolução, Reação ou Reforma?* – que contou com uma seleção de artigos escritos por Alceu Amoroso Lima entre 1958 e 1964, no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*.

principal Jackson de Figueiredo na década de 1920 - já apresentaria no fim dos anos 1930 e início dos anos 1940, sobre a liderança de Alceu Amoroso Lima, uma defesa do discurso de Jacques Maritain em sua nova fase (humanismo integral), que proporcionaria uma mudança considerável nas proposições frente ao mundo que se delineava.

Para evidenciar este antagonismo ainda mais, Plínio Corrêa de Oliveira publicaria o livro *Revolução e Contra-Revolução*, em abril de 1959. Esta obra se tornaria a difusora oficial da linha de pensamento construída por Plínio; construção esta que se iniciou nos primórdios da década de 1930.

Plínio Corrêa de Oliveira deixava claro que se a “Revolução é a desordem, a Contra-Revolução é a restauração da ordem”. Seu discurso com base no catolicismo origina nesta obra sua linha definitiva de ação anticomunista.

Três grandes revoluções constituiriam as etapas capitais do processo de “demolição gradual da Igreja e da civilização cristã”: no século XVI, o Humanismo, a Renascença e o protestantismo (*I Revolução*); no século XVIII, a Revolução Francesa (*II Revolução*); e na segunda década do século XX, o Comunismo (*III Revolução*) (OLIVEIRA, 1998 [1959]).

Para se sagrar a Contra-Revolução deveria ocorrer um profundo respeito dos direitos da Igreja e do Papado e uma sacralização, em toda a extensão do possível, dos valores da vida temporal, tudo por oposição ao “laicismo”, ao “interconfessionalismo”, ao “ateísmo” e ao “panteísmo”, bem como a suas respectivas seqüelas. O “espírito de hierarquia” deveria marcar todos os aspectos da sociedade e do Estado, da cultura e da vida, por “oposição à metafísica igualitária da Revolução”. Deveria existir uma diligência com o objetivo de detectar e combater o mal em suas formas embrionárias ou veladas, em “fulminá-lo com execração e nota de infâmia”, e em puni-lo com inquebrantável firmeza em todas as suas manifestações, e particularmente nas que atentassem contra a “ortodoxia e a pureza dos costumes”, tudo por oposição à metafísica liberal da Revolução e à tendência desta a dar livre curso e “proteção ao mal” (OLIVEIRA, 1998 [1959]).

A partir de 1960, intensificou-se nas universidades o debate ideológico, generalizaram-se os movimentos de cultura popular e dinamizou-se o movimento sindical rural e urbano. Acreditando na necessidade de mudanças estruturais, as organizações estudantis da ACB passaram a trabalhar abertamente pela transformação

da sociedade. Em contrapartida, nesse mesmo ano foi fundada a Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), por iniciativa do grupo de leigos conservadores liderados por Plínio Corrêa de Oliveira, com apoio dos bispos Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Geraldo Proença Sigaud. Era o mesmo grupo que, em 1943, havia-se desligado da ACB - denunciando seu caráter “modernista” -; agora unidos em uma instituição de caráter religioso e político conservador.

O gesto de “kamikaze”, expressão cunhada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1969, em artigo escrito na *Folha de São Paulo* - para se referir ao fato que levou ele e seus parceiros da Ação Católica ao ostracismo a partir de 1943 - seria definido com as seguintes palavras: “O sacrifício do kamikaze valeu o muito que custou”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos publicados por Plínio Corrêa de Oliveira em *O Legionário* e em outros jornais, que foram utilizados nesta dissertação.

OLIVEIRA. Plínio Corrêa de. **Uma Universidade Católica** – *O Legionário*, edição 43, 22 de setembro de 1929.

_____. **A ciência e o indiferentismo religioso** - *O Legionário*, edição 61, 13 de julho de 1930.

_____. **Nossas Reivindicações Políticas** - *O Legionário*, edição 74, 8 de fevereiro de 1931.

_____. **Deus e a Constituição – (I)** - *O Legionário*, edição 76, 8 de março de 1931.

_____. **Deus e a Constituição – (II)** – *O Legionário*, edição 77, 29 de março de 1931.

_____. ‘**A nota da Semana**’ - *O Século*, 19 de junho de 1932.

_____. ‘**A nota da Semana**’ - *O Século*, 17 de julho de 1932.

_____. **Liga Eleitoral Católica - A postos!** - *O Legionário*, edição 111, 15 de janeiro de 1933.

_____. **Definindo situações – A Liga Eleitoral Católica e os Partidos** – *O Legionário*, edição 112, 29 de janeiro de 1933.

_____. **Previsões** – *O Legionário*, edição 127, 3 de setembro de 1933.

_____. **Como sempre** - *O Legionário*, edição 132, 12 de novembro de 1933.

_____. **As Emendas Católicas** - *O Legionário*, edição 135, 24 de dezembro de 1933.

_____. **Política de Abelha** – *O Legionário*, edição 138, 4 de fevereiro de 1934.

_____. **On ne passe pas...** - *O Legionário*, edição 138/2, 4 de fevereiro de 1934.

_____. **Na "hora H"** – *O Legionário*, edição 140, 4 de março de 1934.

_____. **Subtração de valores** – *O Legionário*, edição 143, 15 de abril de 1934.

_____. **Au dessus de la mêlée...** – *O Legionário*, edição 144, 29 de abril de 1934.

_____. **O primeiro triunfo** – *O Legionário*, edição 145, 13 de maio de 1934.

_____. **O primeiro marco** – *O Legionário*, edição 147, 10 de junho de 1934.

- ____. **A consolidação** – *O Legionário*, edição 150, 22 de julho de 1934.
- ____. **À margem dos acontecimentos** – *O Legionário*, edição 151, 5 de agosto de 1934.
- ____. **À margem de uma crítica** – *O Legionário*, edição 153, 2 de setembro de 1934.
- ____. **Um erro** – *O Legionário*, edição 153, 2 de setembro de 1934.
- ____. **Três rumos** – *O Legionário*, edição 157, 28 de outubro de 1934.
- ____. **Extremismos** – *O Legionário*, edição 160, 9 de dezembro de 1934.
- ____. **Sobre a greve** – *O Legionário*, edição 162/1, 6 de janeiro de 1935.
- ____. **Na montanha Russa** – *O Legionário*, edição 162/2, 6 de janeiro de 1935.
- ____. **A Lei de Repressão ao Extremismo** – *O Legionário*, edição 164/2, 3 de fevereiro de 1935.
- ____. **Igreja, Autoridade e Liberdade** – *O Legionário*, edição 165, 17 de fevereiro de 1935.
- ____. **Cristo e a Sociedade** – *O Legionário*, edição 167, 17 de março de 1935.
- ____. **Desvairamento** – *O Legionário*, edição 169, 14 de abril de 1935.
- ____. **Catolicismo e Política** – *O Legionário*, edição 169, 14 de abril de 1935.
- ____. **Aliança Nacional Libertadora** – *O Legionário*, edição 172, 26 de maio de 1935.
- ____. **Por que?** – *O Legionário*, edição 172, 26 de maio de 1935.
- ____. **Ainda a Aliança Nacional Libertadora** – *O Legionário*, edição 173, 9 de junho de 1935.
- ____. **Reconquistemo-los** – *O Legionário*, edição 173, 9 de junho de 1935.
- ____. **“Urgente definição”** – *O Legionário*, edição 174, 23 de junho de 1935.
- ____. **Ofensiva?** – *O Legionário*, edição 181, 29 de setembro de 1935.
- ____. **As atividades comunistas no Brasil** – *O Legionário*, edição 185, 24 de novembro de 1935.
- ____. **O discurso do Municipal** – *O Legionário*, edição 190, 2 de fevereiro de 1936.
- ____. **Perigo Irreal** – *O Legionário*, edição 195, 12 de abril de 1936.

- ____. **Patriotismo** – *O Legionário*, edição 197, 10 de maio de 1936.
- ____. **Em torno de um discurso** – *O Legionário*, edição 201, 5 de julho de 1936.
- ____. **Na expectativa** – *O Legionário*, edição 206, 23 de agosto de 1936.
- ____. **O candidato predileto** – *O Legionário*, edição 210, 20 de setembro de 1936.
- ____. **Cobras, cordeiros e governadores** – *O Legionário*, edição 213, 11 de outubro de 1936.
- ____. **O Barrete Frígio, perante a Cruz, o sigma e a bandeira vermelha** – *O Legionário*, edição 215, 25 de outubro de 1936.
- ____. **O Papa perante a esquerda e a direita** – *O Legionário*, edição 216, 1 de novembro de 1936.
- ____. **Unidade Nacional** – *O Legionário*, edição 219, 22 de novembro de 1936.
- ____. **Porque estamos sós** – *O Legionário*, edição 223, 20 de dezembro de 1936.
- ____. **Meia volta, volver** – *O Legionário*, edição 227, 17 de janeiro de 1937.
- ____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 237, 28 de março de 1937.
- ____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 238, 4 de abril de 1937.
- ____. **Pela pluralidade sindical** – *O Legionário*, edição 239, 11 de abril de 1937.
- ____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 239, 11 de abril de 1937.
- ____. **Mussolini** – *O Legionário*, edição 241, 25 de abril de 1937.
- ____. **A sucessão presidencial** – *O Legionário*, edição 244, 16 de maio de 1937.
- ____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 249, 20 de junho de 1937.
- ____. **Os católicos e a sucessão presidencial** – *O Legionário*, edição 251, 4 de julho de 1937.
- ____. **Os católicos e a sucessão presidencial (II)** – *O Legionário*, edição 252, 11 de julho de 1937.
- ____. **A Igreja não se deixa enfeudar por qualquer corrente política** – *O Legionário*, edição 256, 8 de agosto de 1937.
- ____. **O discurso do Sr. Getúlio Vargas** – *O Legionário*, edição 261, 12 de setembro de 1937.

- ____. **Posição do “Legionário” em face da política brasileira - A renovação pela qual pugnamos deve atingir a Nação inteira, desde a alma de seus filhos até os fundamentos de suas instituições** – *O Legionário*, edição 265, 10 de outubro de 1937.
- ____. **À margem do hitlerismo...** – *O Legionário*, edição 267, 24 de outubro de 1937.
- ____. **Nem ditaduras nem aventuras** – *O Legionário*, edição 267, 24 de outubro de 1937.
- ____. **Em um regime novo** – *O Legionário*, edição 270, 14 de novembro de 1937.
- ____. **A Igreja e o Estado na nova Constituição** – *O Legionário*, edição 271, 21 de novembro de 1937.
- ____. **Corporativismo** – *O Legionário*, edição 274, 12 de dezembro de 1937.
- ____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 277, 2 de janeiro de 1938.
- ____. **No limiar de 1938** – *O Legionário*, edição 277, 2 de janeiro de 1938.
- ____. **Bom prognóstico** – *O Legionário*, edição 284, 20 de fevereiro de 1938.
- ____. **Legítima Defesa** – *O Legionário*, edição 295, 8 de maio de 1938.
- ____. **À margem do 13 de maio** – *O Legionário*, edição 296, 15 de maio de 1938.
- ____. **No século das heresias políticas** – *O Legionário*, edição 298, 29 de maio de 1938.
- ____. **O Estado-Pedagogo** – *O Legionário*, edição 304, 10 de julho de 1938.
- ____. **E a política?** – *O Legionário*, edição 313, 11 de setembro de 1938.
- ____. **Vargas e Bonaparte** – *O Legionário*, edição 320, 30 de outubro de 1938.
- ____. **A dinamite de Cristo** – *O Legionário*, edição 321, 5 de novembro de 1938.
- ____. **Um bispo providencial** – *O Legionário*, edição 323, 20 de novembro de 1938.
- ____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 324, 27 de novembro de 1938.
- ____. **Entre o passado e o futuro** – *O Legionário*, edição 329, 1 de janeiro de 1939.
- ____. **Pela grandeza e liberdade da Ação Católica** – *O Legionário*, edição 331, 15 de janeiro de 1939.
- ____. **Em torno da eleição pontifícia** – *O Legionário*, edição 338, 5 de março de 1939.
- ____. **O triunfo da Espanha Católica** – *O Legionário*, edição 343, 9 de abril de 1939.

- ____. **'7 dias em revista'** – *O Legionário*, edição 345, 23 de abril de 1939.
- ____. **Seleção e Formação** – *O Legionário*, edição 345, 23 de abril de 1939.
- ____. **Rumo à expansão** – *O Legionário*, edição 346, 30 de abril de 1939.
- ____. **Contra a *main tendue*** – *O Legionário*, edição 350, 28 de maio de 1939.
- ____. **'7 dias em revista'** – *O Legionário*, edição 358, 23 de julho de 1939.
- ____. **Dom José** – *O Legionário*, edição 360, 6 de agosto de 1939.
- ____. **Os recentes acontecimentos proporcionaram uma confirmação sensacional às previsões desta folha** – *O Legionário*, edição 363, 27 de agosto de 1939.
- ____. **Reflexões à margem da Guerra Teuto-Polaca** – *O Legionário*, edição 365, 10 de setembro de 1939.
- ____. **A posição do Vaticano** – *O Legionário*, edição 368, 1 de outubro de 1939.
- ____. **"*Ut Omnes Unum Sint*"** – *O Legionário*, edição 392, 17 de março de 1940.
- ____. **União** – *O Legionário*, edição 393, 24 de março de 1940.
- ____. **Ainda a União** – *O Legionário*, edição 395, 7 de abril de 1940.
- ____. **Corporativismo** – *O Legionário*, edição 399, 5 de maio de 1940.
- ____. **'7 dias em revista'** – *O Legionário*, edição 404, 9 de junho de 1940.
- ____. **Um silêncio clamoroso** – *O Legionário*, edição 411, 28 de julho de 1940.
- ____. **Problemas religiosos na América Latina** – *O Legionário*, edição 428, 24 de novembro de 1940.
- ____. **Instituto de Serviço Social** – *O Legionário*, edição 445, 23 de março de 1941.
- ____. **Nós também** – *O Legionário*, edição 448, 13 de abril de 1941.
- ____. **À margem do 'conflito' teuto-russo** – *O Legionário*, edição 459, 29 de junho de 1941.
- ____. **As relações entre nazismo e comunismo** – *O Legionário*, edição 460, 6 de julho de 1941.
- ____. **Apóstolo da Intolerância** – *O Legionário*, edição 474, 12 de outubro de 1941.
- ____. **Rumos da Ação Católica sob o Pontificado de Pio XII – (I)** – *O Legionário*, edição 510, 21 de junho de 1942.
- ____. **Rumos da Ação Católica sob o Pontificado de Pio XII – (II)** – *O Legionário*,

edição 511, 28 de junho de 1942.

_____. **Considerações sobre o afundamento dos navios brasileiros** – *O Legionário*, edição 519, 23 de agosto de 1942.

_____. **Saudação às autoridades civis e militares** (discurso de encerramento do IV Congresso Eucarístico Nacional) – *O Legionário*, edição 525, 7 de setembro de 1942.

_____. **Junto à sepultura de nosso grande cardeal** – *O Legionário*, edição 533, 25 de outubro de 1942

_____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 543, 3 de janeiro de 1943.

_____. **Comunismo – (I)** – *O Legionário*, edição 551, 28 de fevereiro de 1943.

_____. **Comunismo – (II)** – *O Legionário*, edição 552, 7 de março de 1943.

_____. **Problemas Internacionais** – *O Legionário*, edição 560, 2 de maio de 1943.

_____. **‘7 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 565, 6 de junho de 1943.

_____. **‘365 dias em revista’** – *O Legionário*, edição 595, 1 de janeiro de 1944.

_____. **Dom Vital (I)** – *O Legionário*, edição 626, 6 de agosto de 1944.

_____. **Dom Vital (II)** – *O Legionário*, edição 627, 13 de agosto de 1944.

_____. **Dom Vital (III)** – *O Legionário*, edição 628, 20 de agosto de 1944.

_____. **“In Sinu Jesu”** – *O Legionário*, edição 629, 27 de agosto de 1944.

_____. **Dom Vital (IV)** – *O Legionário*, edição 630, 3 de setembro de 1944.

_____. **Dom Vital (V)** – *O Legionário*, edição 632, 17 de setembro de 1944.

_____. **A mensagem de Natal – (I)** – *O Legionário*, edição 647, 31 de dezembro de 1944.

_____. **A mensagem de Natal – (II)** – *O Legionário*, edição 648, 7 de janeiro de 1945.

_____. **A mensagem de Natal – (III)** – *O Legionário*, edição 649, 14 de janeiro de 1945.

_____. **O discurso do Sr. Prestes** – *O Legionário*, edição 668, 27 de maio de 1945.

_____. **Mudou o comunismo?** – *O Legionário*, edição 669, 3 de junho de 1945.

_____. **Ainda o comunismo** – *O Legionário*, edição 670, 10 de junho de 1945.

_____. **Ainda o Partido Comunista na URSS** – *O Legionário*, edição 672, 24 de junho

de 1945.

____. **O Comunismo** – *O Legionário*, edição 688, 14 de outubro de 1945.

____. **O grande dever** – *O Legionário*, edição 691, 4 de novembro de 1945.

____. **Uma péssima lei** – *O Legionário*, edição 693, 18 de novembro de 1945.

____. **Partidos, Candidatos, Eleições** – *O Legionário*, edição 694, 25 de novembro de 1945.

____. **Verdade amarga** – *O Legionário*, edição 695, 2 de dezembro de 1945.

____. **Durante as apurações** – *O Legionário*, edição 696, 9 de dezembro de 1945.

____. **Ainda a lei eleitoral** – *O Legionário*, edição 698, 23 de dezembro de 1945.

____. **Kamikaze** – *Folha de São Paulo*, 15 de fevereiro de 1969.

Entrevistas feitas com Plínio Corrêa de Oliveira, que foram utilizadas nesta dissertação:

“Organização Política dos Católicos - O que diz ao "Diário Nacional" um dos líderes da ação católica em São Paulo” - *Diário Nacional*, 27 de abril de 1932.

“São Paulo mobiliza-se, espontânea e rapidamente, para as lutas eleitorais. A ação da Liga Eleitoral Católica na capital e no interior do estado. Suas finalidades, no momento político nacional” – *Folha da Manhã*, 9 de fevereiro de 1933.

“A CHAPA-ÚNICA CONSAGRADA PELA OPINIÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO. A palavra de diversos candidatos em torno das diretrizes da Constituinte. O que declarou o Dr. Plínio Corrêa de Oliveira” - *Folha da Manhã*, 13 de abril de 1933.

“A eleição do presidente da república - Chegado hoje do Rio, o Deputado Plínio Corrêa de Oliveira fala ao "Diário da Noite" sobre o pleito de ontem”. *Diário da Noite*, 18 de julho de 1934.

“Ampla articulação em defesa dos princípios católicos: declarações feitas a “Folha da Manhã” pelo Sr. Plínio Corrêa de Oliveira, ex- presidente da Ação Católica”. *Folha da Manhã*, 13 de setembro de 1945.

Entrevista de Plínio Corrêa de Oliveira concedida a pesquisadora Nadia Dumara Ruiz Silveira, em 13 de junho de 1990. Esta entrevista foi feita pela pesquisadora como parte de sua tese de doutorado no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da USP, obtido em 1996 com o título: *Universidade, Igreja e Modernidade: Restauração e Inovação*.

Livros, artigos, monografias, dissertações e teses

Annaes da Assembléa Constituinte 1933/1934.

ALENCAR JR, Moacir Pereira. **A Assembléa Nacional Constituinte e o papel da TFP como grupo de pressão no processo de promulgação da Constituição de 1988.** Monografia apresentada ao DCSO – UFSCar, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, 2011.

____. **TFP - TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE - Um Movimento Católico Conservador Atuando na Assembléa Constituinte de 1987/1988.** Artigo apresentado na I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política- UFSCar, 2013a.

____. **Segundo Reinado Brasileiro - Uma realidade Parlamentarista em meio ao Poder Moderador? .** Artigo apresentado na XI Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNESP – Araraquara, 2012.

____. **1964: Da teoria a prática – A “Revolução” segundo os vitoriosos.** Artigo apresentado no XIV Congresso Internacional do Fórum Universitário Mercosul, FOMERCO, Palmas-TO, 2013b.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** [Tradução: Mauro W. Barbosa]. 5ª. Ed. São Paulo: Perspectiva. 1979. p. 28-42 (Prefácio "A quebra entre o Passado e o Futuro").

____. **Origens do Totalitarismo.** Tradução: Roberto Raposo - São Paulo, 1990, Companhia das Letras.

Associação dos Fundadores da TFP – Tradição, Família, Propriedade. **Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995) – Dez anos depois...** , 2005, 331 pgs.

BETT, Ianko. **Janguismo sem Jango: O golpe militar de 1964 nas páginas da Revista Catolicismo.** Artigo apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013.

Biblioteca da Presidência da República - <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/>

BOMENY, Helena M. B. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo.** In: **REPENSANDO o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p., pp.137-166.

BOURDIEU, Pierre. **Condição de Classe e Posição de Classe.** Tradução de Rosa Maria Ribeiro da Silva – Traduzido com autorização do autor e do editor do original “Condition de Classe et Position de Classe”. *Archives Européennes de Sociologie*, VII, 1966, pp. 201-223.

BUSETTO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas.** São Paulo: Unesp, 2002.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **O Influxo Ultramontano no Brasil: o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião, UFJF, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização** – 3ª edição – Ed. Paz e Terra, 1975.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional**. In: **REPENSANDO o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Dom Pedro II / por José Murilo de Carvalho**. Coordenação: Elio Gaspari e Lília M. Schwarcz – São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2008.

_____. **A utopia de Oliveira Vianna**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.7, 1991, p. 82-99.

CEPÊDA, Vera Alves. **O sentido da industrialização: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República**. In: **Revisão do Pensamento Conservador: Idéias e Políticas no Brasil** – Organizadores: Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho. Editora HUCITEC, FAPESP, São Paulo, 2010, pp.206-232.

_____. **Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934**. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 35, p. 211-242, jan./jun. 2009.

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. Edições ALMEDINA, Coimbra - Portugal, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **Debates** In: **A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas**. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54).

DANIELE, Leo. **A Escola de Ação de Plínio Corrêa de Oliveira**. In: **Plínio Corrêa de Oliveira 1908-1995 Dez anos depois...** . Livro publicado em 2005 pela Associação dos Fundadores da TFP – TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE, p.65-96.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1919-64**. Estudos CEBRAP, n. 12, p. 5-52, 1975.

DHBB - Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930 – FGV, 2010.

Coordenadores: Christiane Jalles de Paula e Fernando Lattman-Weltman, 3ª edição.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Tradução: Eduardo Brandão – 2ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos).

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**. Editora Globo, 3º edição, revista, acrescida de índice remissivo, 2001. Versão em PDF adquirida em:

<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

_____. **Existe um pensamento político brasileiro?** / Editora Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. In: **Brasil em Perspectiva** – Organização e Introdução de Carlos Guilherme Mota. DIFEL, 1980.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro**. In: **Revisão do Pensamento Conservador: Idéias e Políticas no Brasil** – Organizadores: Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho. Editora HUCITEC, FAPESP, São Paulo, 2010, pp. 95-118.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro**. In: **Revisão do Pensamento Conservador: Idéias e Políticas no Brasil** – Organizadores: Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho. Editora HUCITEC, FAPESP, São Paulo, 2010, pp. 55-75.

FERREIRA, Jorge. **Dossiê 1946 – 1964: a experiência democrática no Brasil – Apresentação**. Tempo, Jun 2010b, vol.14, n.28, p.11-18.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. **Os papas e o papado – de Pedro a Bento XVI**. Editora Vozes, 2006.

FIGUEIREDO LUSTOSA, Oscar de. **Igreja e Política no Brasil – Do Partido Católico a Liga Eleitoral Católica (1874-1945)**. Edições Loyola, São Paulo, 1983.

FORESTI, Luiz Felipe Loureiro. **O Arauto da Contra-Revolução: O pensamento conservador de Plínio Corrêa de Oliveira (1968-1976)**. Dissertação de Mestrado em História Social da PUC-SP, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso, 48ª edição – São Paulo, Ed. Global, 2003 – (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1)

GENTILE, Emilio. **Itália Fascista: do partido armado ao Estado Totalitário**. In: Gentile, Emilio & Felice, Renzo de. **A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo**. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição, Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **REGIONALISMO e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30/** Coordenação Ângela de Castro Gomes... [et al]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501p.

GONZÁLES, Justo L. **Diccionario Manual Teologico**. Editorial Clie, 2010. Barcelona, Espanha.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada**. - 4ª edição, Editora Ática, 1990.

HEGEDÛS, András. **A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica**. In: **História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao Stalinismo/** András Hegedüs... (et al); coordenação de Eric J. Hobsbawn... (et al); tradução de Carlos Neto Coutinho, Luis Sergio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2ª edição.

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca nacional – <http://www.memoria.bn.br>

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil /** Sergio Buarque de Holanda – 26 ed. – São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

KERSHAW, Ian. **HITLER, um perfil do poder**. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas biográficas: Samuel Salinas, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. Seminário “**A construção da ideologia do Estado**” In: **A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas**. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54)

LEWY, Daniel. **O estado e o desenvolvimento das universidades na América Latina: Um panorama comparativo (1920-1940)** – Tradução de Lúcia Hippólito. In: **A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas**. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54)

LIMA, Alceu Amoroso. **Catolicismo no Brasil**. In: **Enciclopédia Delta Larousse**, 1967.

____. **Revolução, Reação ou Reforma**. Prefácio de Otto Lara Resende. 2º edição, revista, edições Tempo Brasileiro, 1964.

LIMA, Lizânias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um cruzado do Século XX**. Dissertação de Mestrado em História Social – FFLCH - USP, 1984.

LORIMER, Frank. **The population of the Soviet Union: History and Prospects**. Economic, Financial e Transit Department - League of Nations, Geneva, 1946. Printed

in USA, by Princeton University Press, Princeton, N.J. Disponível no formato PDF em: <http://www.marxists.org/history/ussr/government/1946/population.pdf>

LOVE, Joseph. **Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa.** Tradução de Sérgio Lamarão e Dora Rocha Flaksman. In: **A REVOLUÇÃO de 30:** seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54)

MACHADO, Antonio Augusto Borelli. **Meio Século de Epopéia Anticomunista.** Coordenação: Antonio Augusto Borelli Machado. Texto: Abel de Oliveira Campos Filho. Editora Vera Cruz, 2º edição, 1980.

MAIA, Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil.** Edições Loyola, São Paulo, 1992.

MANNHEIM, Karl. **O Pensamento Conservador.** In: Introdução Crítica à Sociologia Rural. Organizador: José de Souza Martins, Universidade de São Paulo. 2º edição – Editora Hucitec, 1986.

MANOEL, Ivan Aparecido. **A Ação Católica Brasileira: Notas para estudo.** Acta Scientiarum 21 (1): 207-215, 1999. ISSN 1415-6814

MARITAIN, Jacques. **Cristianismo e Democracia.** Tradução e Introdução de Alceu Amoroso Lima. 4ª edição, 1957, AGIR Editora – Rio de Janeiro, primeira edição publicada em 1943.

_____. **O Homem e o Estado.** Tradução de Alceu Amoroso Lima, 4ª edição, 1966, AGIR Editora – Rio de Janeiro, primeira edição publicada em 1951.

MATTEI, Roberto de. **“O Cruzado do Século XX – Plínio Corrêa de Oliveira”.** Tradução do original italiano: Leo Daniele. Revisão e projeto gráfico: Antônio Carlos de Azeredo. Livraria Civilização - Editora, Porto, 1997. Versão em PDF obtida em <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/Cruzadoseculo20.pdf> 199 páginas.

MCNEAL, Robert. **As instituições da Rússia de Stalin.** In: **História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS da construção do socialismo ao Stalinismo/** András Hegedüs... (et al); coordenação de Eric J. Hobsbawn... (et al); tradução de Carlos Neto Coutinho, Luis Sergio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2ª edição.

MELLO FRANCO, Affonso Arinos de. **Evolução da Crise Brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, 265 p.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **O ensaísmo na historiografia brasileira.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 34, n. 1, p. 91-100, Jan.-June, 2012.

MEUCCI, Simone. **O mundo português criado por Gilberto Freyre: fundamentos, efeitos e possibilidades do luso-tropicalismo nos anos 50.** In: **Revisão do Pensamento Conservador: Idéias e Políticas no Brasil** – Organizadores: Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho. Editora HUCITEC, FAPESP, São Paulo, 2010, pp. 311-343.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930).** Tese apresentada ao concurso de livre docência em sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1985.

NICOLAU, Jairo. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil.** *Dados* [online]. 2006, vol.49, n.4, pp. 689-720. ISSN 0011-5258.

NISBET, Robert. **As idéias-unidades da Sociologia; Conservadorismo e Sociologia.** In: *Introdução Crítica à Sociologia Rural.* Organizador: José de Souza Martins, Universidade de São Paulo. 2º edição – Editora Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana.** Livraria Civilização-Editora, 1993.

_____. **Em Defesa da Ação Católica.** 2ª edição – março de 1983, Artpress Papéis e Artes Gráficas Ltda, São Paulo-SP. A primeira edição publicada foi prefaciada pelo Núncio Apostólico Dom Bento Aloisi Masella, em 1943, Editora Ave Maria. Versão PDF obtida em:

http://www.pliniocorreadeoliveira.info/EmDefesadaA%C3%A7%C3%A3oCat%C3%B3lica_R_04_2011.pdf

_____. **Revolução e Contra-Revolução.** 4ª edição, Artpress, São Paulo, 1998. Primeira publicação desta obra é de 1959. Versão em PDF obtida em: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/RCR.pdf>

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. **As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o estado.** In: **A REVOLUÇÃO de 30:** seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54)

ORLEANS E BRAGANÇA, Dom Luís de. **Plínio Corrêa de Oliveira e a Família Imperial do Brasil.** In: *Plínio Corrêa de Oliveira 1908-1995 Dez anos depois...* . Livro publicado em 2005 pela Associação dos Fundadores da TFP – TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE, p. 35-44.

PALLA, Marco. **A Itália Fascista,** Editora Ática, 1996.

PANDOLFI, Dulce. **REPENSANDO o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PAULA, Christiane Jalles de. **Jackson de Figueiredo e o antiliberalismo no Brasil.** Artigo apresentado no 8ª Encontro da ABCP, Gramado-RS, 2012.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antônio. **A Invenção da Ordem: Intelectuais católicos no Brasil**. Tempo Social revista de sociologia da USP, volume 19 n.1 – junho/2007.

PIUS IX, Pope. **Quanta Cura & The Syllabus of Errors**. Angelus Press Edition, February 1998, Printed in the United States of America. Kansas City, Missouri.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980**. In: **A REVOLUÇÃO de 30**: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54)

RAMOS, Plínio de Abreu. **Os partidos paulistas e o Estado Novo**. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 1980. 213 p.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937)**. Revista Intellectus / Ano 07 Vol II – 2008-UERJ - <http://www.intellectus.uerj.br>

REGO, Xosé Chao. **Iglesia y franquismo: 40 años de nacional-catolicismo (1936-1976)**. tresCtres Editores – Santa Comba (A Corunã), 2007 – 1º edición.

RICUPERO, Bernardo. **O conservadorismo difícil**. In: **Revisão do Pensamento Conservador: Idéias e Políticas no Brasil** – Organizadores: Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho. Editora HUCITEC, FAPESP, São Paulo, 2010, pp.76-94.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Críticos da Revolução Francesa: conservadores tradicionalistas e contrarrevolucionários**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 343-367.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do. **“O Cardeal Leme” (1882-1942)** – Ed, José Olympio – Rio de Janeiro, 1962.

SCHWARTZMAN, Simon. **O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema**. In: **A REVOLUÇÃO de 30**: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54).

_____. **Debates** In: **A REVOLUÇÃO de 30**: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54).

_____. **Estado Novo, um Auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, c1983. 620p. (Coleção Temas Brasileiros, 24)

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **O difícil aprendizado do nacionalismo: As relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942.** In: **A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas.** Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54).

SILVA, Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira. **Serviço Social e a ação sócio-pastoral da Igreja Católica: Assistência, promoção humana e emancipação social.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC-SP, 2010.

SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz. **Universidade, Igreja e Modernidade: Restauração e Inovação.** Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da USP. São Paulo, 1996.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Uma sociedade juxta jotum naturare ou um corporativismo incompleto? - *TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 424-444.**

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964).** Editora Alfa - Omega, São Paulo, 1983. Direção: Paulo Sérgio Pinheiro, Unicamp.

SOUZA, Pe. Ney de. **Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e Limites.** Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional** / Alberto Torres – 3º edição – São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, 1978.

TORREZAN, Roseli. **O Governo Provisório na Constituinte de 1933/34** / Roseli Torrezan. Dissertação de Mestrado em Direito Político e Econômico – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, 2009.

TRINDADE, Hélgio. **A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológicos e históricos.** In: **A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas.** Brasília, D.F, em setembro de 1980: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.(Coleção Temas Brasileiros, 54)

_____. **Integralismo – O fascismo brasileiro na década de 30.** 2º edição revista e ampliada, DIFEL, 1979. Coleção Corpo e Alma do Brasil, direção de Fernando Henrique Cardoso.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império** / Oliveira Vianna; [introdução de José Murilo de Carvalho]. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: ABL, 2006. xxvi, 189 p.; retr. ; 21 cm. – (Coleção Afrânio Peixoto; v. 75. História)

_____. **O idealismo da Constituição.** Companhia Editora Nacional – São Paulo - Rio de Janeiro – Recife - Porto Alegre, 1939, 2ª edição aumentada.

VILLA, Marco Antonio. **1932: imagens de uma revolução**/ Marco Antonio Villa: Prefácio de Boris Fausto – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 208p. : Il.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento Católico no Brasil**./ Antônio Carlos Villaça – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995)**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 87-101, 2010.

_____. **Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução**. Revista Esboços (UFSC), Chapecó/SC, n. 09, p. 193-214, 2002.

Jornais

O Legionário (órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo) - (Edições de 1927 a 1947 digitalizadas em DVDs cedidos pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira)

O Século

Folha da Manhã

Diário Nacional

Diário da Noite

Diário de São Paulo

O Estado de São Paulo

Instituições visitadas

CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica) – PUC – SP.

Instituto Plínio Corrêa de Oliveira – IPCO – SP. <http://www.ipco.org.br>

Arquivo da Cúria Metropolitana da Cidade de São Paulo.

Biblioteca Nacional – RJ.

Museu Coluna Prestes – Palmas – Tocantins – TO.

Sites

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil <http://www.cpdoc.fgv.br>

Site que disponibiliza vários dados da trajetória de vida de Plínio Corrêa de Oliveira, como artigos e livros em PDF: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info>

Sociedade Rural Brasileira – SRB – <http://www.srb.org.br>

Biblioteca da Presidência da República - <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca nacional – <http://www.memoria.bn.br>

Fundadores da TFP – <http://www.fundadores.org.br>

ANEXOS

ANEXO 1 – Plínio Corrêa de Oliveira com 24 anos (1933) – Deputado Constituinte representando o Estado de São Paulo na Capital Federal.



Estatutos da Liga Eleitoral Catholica

Art. 1.º — A L. E. C. tem por fim a arregimentação eleitoral de todos aquelles que acceitarem o seu programma, no que se refere ao exercicio do direito do voto, pugnando pelos ideaes catholicos na vida publica brasileira.

MEIOS

Art. 2.º — Para realizar os seus fins a L. E. C. tratará:

1.º — de alistar, de accordo com a lei, o maior numero possivel de eleitores;

2.º — de unir, efficientemente, a estes numa organização centralizada, que se mantenha, rigorosamente, dentro da sua finalidade.

ORGANIZAÇÃO

Art. 3.º — A organização da L. E. C. terá, como órgãos respectivos de direcção, quatro juntas:

- a) a nacional;
- b) a estadual;
- c) a regional;
- d) a local.

Art. 4.º — A JUNTA NACIONAL, com séde na capital do paiz, é composta de cinco membros e um secretario geral, tendo ella funcções de orientação superior, para todo o movimento de conjuncto, no sentido de manter constantemente viva a unidade de pensamento e de acção da Liga em todo o Brasil.

Art. 5.º — A JUNTA ESTADUAL, com séde na capital de cada Estado, é composta de cinco membros, um secretario geral e um representante de cada diocese do Estado, tendo como função orientar e movimentar a Liga dentro dos limites do Estado.

Paraphrase unico — A representação de varias dioceses póde recahir em uma só pessoa.

Art. 6.º — A JUNTA REGIONAL, cuja séde será fixada pela Junta Estadual, recahindo a escolha de preferencia nas sédes de Bispado, é composta de tres membros e um secretario geral, com as mesmas funcções da Junta Estadual, mas sómente dentro dos limites da diocese.

Art. 7.º — A JUNTA LOCAL, com séde em cada parochia, compôr-se-á de cinco membros, cabendo-lhe promover todos os trabalhos de alistamento, de conformidade com as instrucções baixadas pelas Juntas superiores.

Art. 8.º — A Junta Nacional, attendendo ás suggestões e necessidades locaes, designará os cinco membros de cada Junta Estadual.

§ 1.º — Cada uma dessas escolherá o seu secretario geral, que poderá ou não ser membro da mesma, e, em condições idénticas ás da Junta Nacional, designará os tres membros das varias Juntas Regionaes.

§ 2.º — Constituidas essas, designarão o seu secretario geral e, nas mesmas condições, os seus representantes nas Juntas Estaduaes.

§ 3.º — Os membros de cada Junta Local, em condições idénticas, serão designados pela Junta Diocesana.

Art. 9.º — Não poderão fazer parte das Juntas, de qualquer grau, as pessoas que por sua situação politica partidaria possam comprometter a finalidade da Liga, que sempre se conservará acima e fóra de todos os partidos.

Art. 10.º — Cada Junta escolherá os seus Presidente, secretario e thesoureiro, que exercerão as suas funcções de accordo com um regulamento interno, que não poderá contravir ás disposições geraes destes Estatutos.

Art. 11.º — As Juntas Locaes poderão inscrever na Liga qualquer pessoa que tenha direito a voto, de accordo com o Codigo Eleitoral, desde que assuma por escripto o compromisso de:

- a) — cumprir o dever eleitoral;
- b) — votar de accordo com a orientação da Liga.

ACTUAÇÃO

Art. 12.º — Os socios da Liga poderão filiar-se a qualquer partido, reservando, porém, para si toda a liberdade necessaria para seguir a orientação eleitoral da mesma.

Paragrapho unico — Não poderão, entretanto, pertencer a partido politico, cujo programma infrinja os deveres da consciencia religiosa.

Art. 13.º — A Junta Nacional ou as Juntas Estaduaes, conforme a natureza das eleições, apresentarão aos candidatos a cargos electivos o programma elaborado préviamente por ellas.

Paragrapho unico — Sobre a conveniencia, ou não, de intervenção nas eleições municipaes, resolverá a Junta Regional.

Art. 14.º — Nas eleições federaes esse programma será apresentado pela Junta Nacional, depois de audiencia prévia ás Juntas Estaduaes.

Art. 15.º — Os candidatos aos votos do eleitorado da Liga se comprometterão por escripto a defender, no decorrer de todo o seu mandato, o programma apresentado pela mesma.

Art. 16.º — Por occasião das eleições, depois de tomados os compromissos dos candidatos, serão apresentados, em lista, os nomes recommendados pela Liga aos suffragios de seus eleitores.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 17.º — Os presentes Estatutos só poderão ser reformados pela Junta Nacional.

Art. 18.º — Cabe ao Secretario Geral da Junta Nacional interpretar os casos duvidosos e supprir os omissos nestes Estatutos, representando, outrossim, a Liga em Juizo, activa e passivamente.

Art. 19.º — Para todas as questões em que a Liga apparecer como autora ou ré, será fóro privativo o do Rio de Janeiro.

Art. 20.º — O patrimonio da Liga será constituído pelas contribuições voluntarias de seus socios, bem como donativos que venha a receber.

Art. 21.º — Em caso de dissolução da Liga, cuja duração é por tempo indeterminado, passarão os seus bens para a Mitra Archiepiscopal do Rio de Janeiro.

Art. 22.º — Os socios não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações contrahidas pela administração da Liga em seu nome.

ANEXO 4 - MANIFESTO AUSCISTA.



ANEXO 5 – Votos de sucesso da equipe do Jornal *O Legionário* dirigidas a Plínio Corrêa de Oliveira, que passaria a representar os católicos na Assembléa Constituinte de 1933/1934.

O LEGIONARIO

Quinzenario catholico com
aprovação ecclesiastica —

Director:
PLINIO CORREA DE OLIVEIRA

Redacção e administração:
R. Immaculada Conceição, 5 - Caixa Postal, 3471

ANNO VII

Redactor-secretario:
JOSE FILINTO DA SILVA Jr.

S. Paulo, 12 de Novembro de 1933

Gerente:
CARLOS ELIAS AUN

NUM. 132

As proximas eleições na Hespanha

DR. PLINIO CORREA DE OLIVEIRA

Frente Unica das "Direitas" Colligação Anti-Marxista

Dissolvidas as Córtes Hespanholas no mez passado, em seguida ás criticas que são do conhecimento de todos, e marcadas que foram as novas eleições para o dia 19 deste mez, desenvolve-se, actualmente, no paiz lberico, uma intensa campanha eleitoral.

Será difficil, de tão longe e com as informações tão pouco minuciosas que chegam até nós por via das agencias telegraphicas, qualquer previsão sobre o resultado do proximo pronunciamento do povo castelhano.

Abalançamo-nos, no entanto, a dar algumas noticias acerca do desenvolvimento da intensa campanha dos partidos hespanhols, e tambem a lançar alguns "palpites" a respeito dos seus resultados.

Proclamada que foi a republica na Hespanha, subiram ao poder os socialistas, caracterisando-se o seu dominio pela balburdia na administração, pela intolerancia levada ao extremo das leis anti-religiosas e pela agitação dos espiritos, resultado do descontentamento popular.

Despertas as forças latentes, que a republica veio encontrar desprenvidas ou semi-adormecidas, começaram as mesmas a fazer-se sentir já nas eleições verificadas em Abril deste anno, que, então, diminuíram de muito as bancadas governamentais socialistas na Camara Hespanhola.

quatrocentos e sessenta electoras, que emulação para as brasileiras!).

Dahi a grande insegurança que é o voto feminino e que reservará talvez surpresas para as proximas eleições.

A esse proposito, manifestam grande optimismo os partidos da direita, desde os conservadores e publicanos de Maura, que, com razão, contam com o voto feminino.

Ao contrario, Azaña, si bem que muito optimista e que "não creia absolutamente na derrota das esquerdas que alguns predizem", revela certa inquietação a respeito da intervenção das mulheres nas eleições. Essa é para elle, assim como para todos os socialistas, a grande interrogação. E elle manifesta, com alguma apreensão, que a mulher ainda não tem uma educação politica sufficiente...

A respeito do resultado das eleições, Marcelino Domingo, antigo ministro, chefe dos radicacs-socialistas, disse ao jornal "La Unión Mercantil", de Malaga, que si os republicanos não concorrerem unidos ás proximas eleições, creé possível o triumpho das direitas, e que no proximo Parlamento as "direitas" terão u'a maior representação.

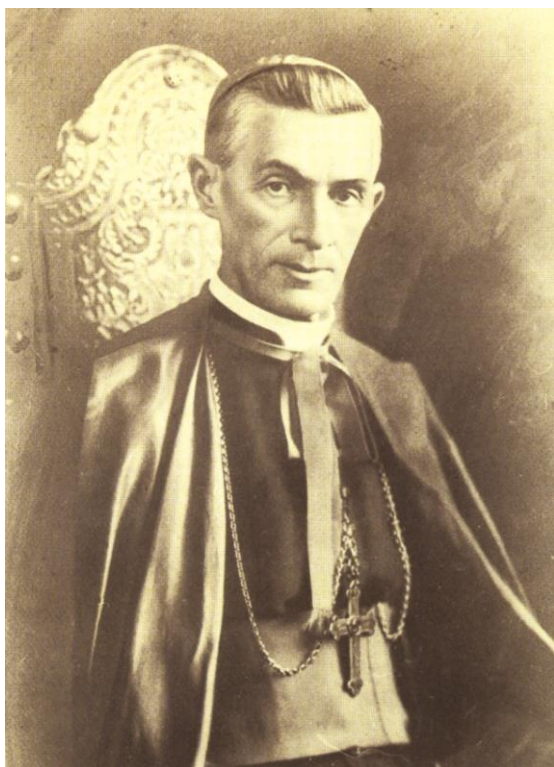
Por ahí se vé que o dia 19 promete, na Hespanha, boas surpresas aos socialistas; e que para as direitas será possivelmente um dia de grande triumpho, trazendo os electores, como disse Gil Robles, "em suas mãos uma parte dos ideaes e do thesouro espirital da Hespanha Catholica, que não de levar a bom porto".



Congregado Mariano, Deputado eleito á Assembléa Constituinte pela Chupa Unica, Secretario da Junta Regional da Liga Eleitoral Catholica em São Paulo, director deste jornal, Plínio Corrêa de Oliveira, por motivo de sua partida para o Rio afirm de tomar parte nos trabalhos da Assembléa, tem sido muito homenageado pelas Associações representativas dos catholicos, de cujos principios elle será defensor e paladino na Constituinte da Segunda Republica.

A todas as manifestações por elle recebidas, juntam os seus companheiros de trabalho orações e votos de felizes victorias na defeza dos ideaes christãos em que se empenhará com todo seu ardor.

ANEXOS 6 e 7 – Dom Duarte Leopoldo e Silva – Arcebispo de São Paulo entre os anos de 1908 e 1938. Na segunda foto, à direita de Dom Duarte, está Plínio Corrêa de Oliveira; os demais são os colaboradores do Jornal *O Legionário*.



Abaixo destaco duas fotos que registrei no dia 27 de dezembro de 2013, no Largo de Santa Cecília – São Paulo, local onde se encontra a Paróquia de Santa Cecília. Dom Duarte Leopoldo e Silva foi pároco no fim do Século XIX nesta paróquia, para depois ser o primeiro Arcebispo de São Paulo (1908-1938).

Ao fundo na foto, a Paróquia de Santa Cecília, tendo em destaque à sua frente o monumento em homenagem a Dom Duarte Leopoldo e Silva.



Placa de bronze do monumento destaca a trajetória de Dom Duarte Leopoldo e Silva



ANEXOS 9, 10 – Imagens da edição de 21 de julho de 1935 de *O Legionário* demonstra a comoção e a participação da população nas ações das Congregações Marianas que se expandiam pela capital e interior de SP. Tal concentração realizada a 16 de julho de 1935, em comemoração a um ano da Carta Constitucional de 1934, contou com a presença do prefeito de São Paulo – Fábio da Silva Prado.



A Concentração Mariana Estadual de 16 de Julho

O dia 16 de julho foi realmente o "dia do Congregado Mariano". Desde o amanhecer até à noite, a cidade toda ofereceu o aspecto inédito de numerosos grupos de jovens

Paula S. Exela, o Sr. Bispo Auxiliar explicou o cerimonial litúrgico e fez rezar várias preces pelo Papa, pelo Brasil e pela santificação da mocidade. As terminar a cerimônia,

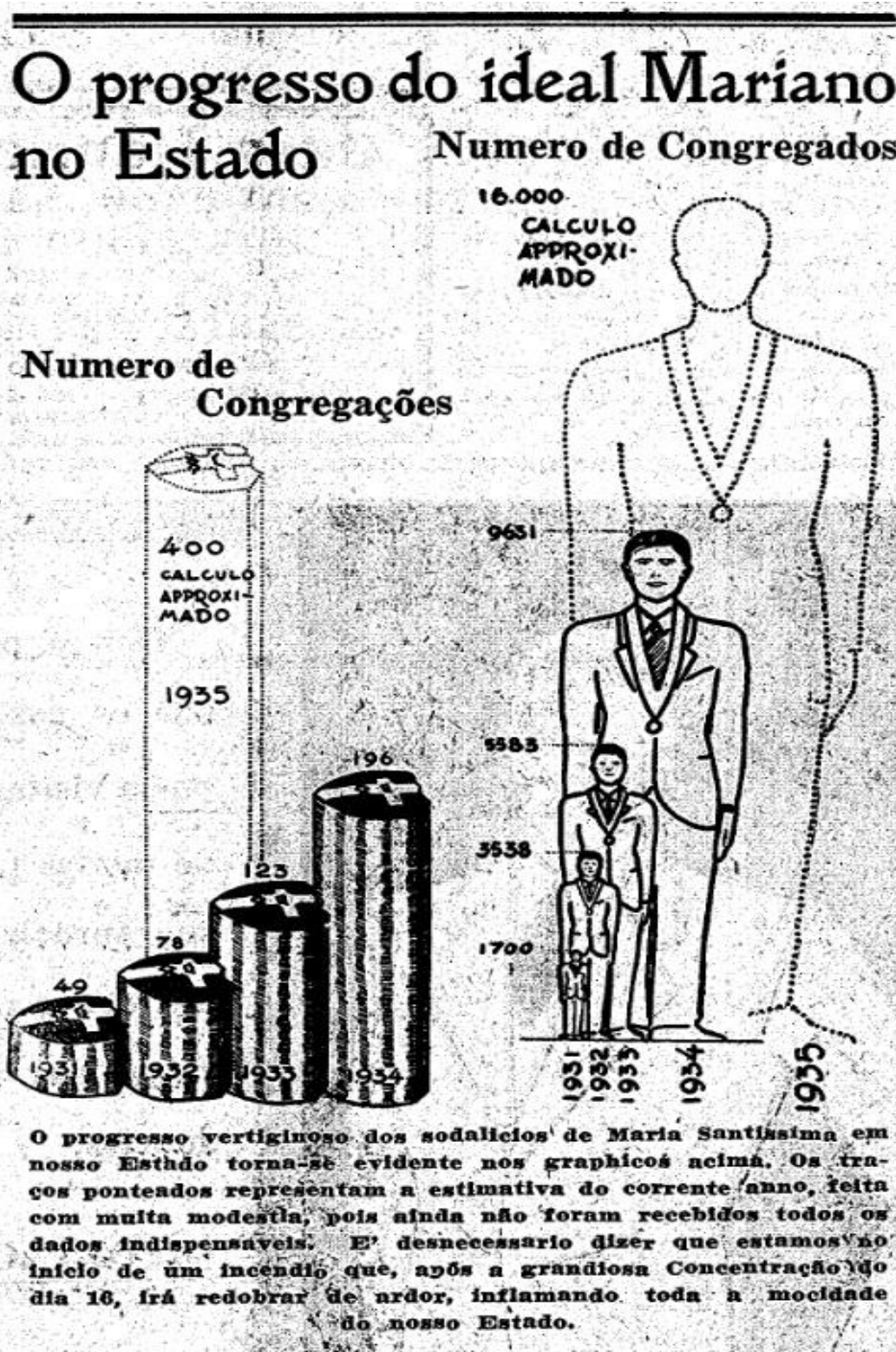
QUINZE MIL CONGREGADOS. PRESTAM UM JURAMENTO DE FIDELIDADE A SANTA IGREJA CATHOLICA E INVOCAM A PROTECCAO DIVINA PARA A PATRIA BRASILEIRA

discursos, o Sr. Bispo Auxiliar, referindo-se á impossibilidade de ser aquella grande reunião realizada na Praça da Sé, como fora annunciada, por motivos de ordem publica, longinquas, levando ainda aos ouvintes a palavra de um dos oradores da tarde: se não partiam do marco zero da praça da Sé, partiam comido do "Coração de Jesus" — o



O pátio interno do Lycée C. de Jesus, durante a Assembléa da tarde, do dia 16.

ANEXO 11 – Gráficos acompanhados de estatísticas mostram a expansão das atividades das Congregações Marianas no Estado de SP entre os anos de 1931 e 1935. Jornal *O Legionário* de 21 de julho de 1935.



ANEXO 13 – Trecho da reportagem “*Nomeada a Junta Archidiocesana da Acção Catholica*”, de 17 de março de 1940. Destaque dado para fragmento da reportagem onde são divulgados os nomes da equipe da Junta Paulista da Ação Católica.

Assim, na reunião do Clero, realizada na Curia Metropolitana no dia 11 p. p., S. Excia. Revma. annunciou a nova Junta, assim constituída: Assistente Geral da Acção Catholica, Reverendissimo Conego Antonio de Castro Mayer; Presidente da Junta Archidiocesana, Dr. Plinio Corrêa de Oliveira; Secretario da Junta Archidiocesana, Dr. José Gonzaga Arruda; Thezoureiro da Junta Archidiocesana, Dr. José Benedicto Pacheco Salles.

diários em revista

Notícias provenientes da Europa na semana passada informaram ao publico, brasileiro a respeito de providencias tomadas pelas autoridades fascistas, no sentido de cercar, na Italia, a liberdade de manifestação do "Osservatore Romano", órgão da Santa Sé. O motivo apontado foi a attitude assumida por aquelle jornal perante a situação internacional. O mesmo motivo tinha sido alegado, dias antes, para explicar o facto de serem elementos fascistas incendiados, em plena rua, em Roma, exemplares desse diário.

Infelizmente, os telegrammas não foram bastante explicitos, e dando embora a certeza da existencia de fortes medidas restrictivas, não esclarecem se a circulação do jornal chegou tambem a ser affectada.

Entretanto, o facto oferece outros aspectos, que não podemos deixar de comentar.

O "Osservatore Romano" quasi-mado em plena via publica, na Capital da Christandade, e coartado em sua liberdade de expressão por toda a península italiana! Se ha alguns annos, ou simplesmente ha alguns meses atrás, o *LEGIONARIO* tivesse previsto a occorrença desses factos, com que indignação trucidaria os elementos fascistas não teriam nos accusado de injustiça e até de má fé! Hoje, no entanto, o facto ahí está patente, gritante, indubitavel. E estes mesmos elementos que se teriam irritado com uma possível previsão nossa neste sentido, agora fazem ouvidos moucos, calam-se e continuam a pensar e a agir como se estes factos não se tivessem verificado.

Não percebem elles a clamorosa incoherencia existente em sua

(Conclua na 2.ª pag.)

Cuidado com as imitações!
ENO é o unico e verdadeiro "Sal de Fructo"
A VIDA DE HOJE PRECISA DO ENO
SAL DE FRUCTO

DE NOVO A KU-KLUX-KLAN

Actualmente muitos catholicos americanos têm como leda o movimento anti-catholico Ku-Klux-Klan, que teve origem uma triste fama.

Pura illusão. Essa sociedade

O PAPA CONDEMNA AS ULTIMAS AGRESSÕES NAZISTAS

Perseguição religiosa

sem precedentes na Polónia

A rádio do Vaticano, fundamentado nas palavras de S. Em. o Cardeal Hlond, primate da Polónia, transmitiu o que ha de positivo nesse país, sob o dominio alemão:

"No decorrer de sua milenar existencia sobre o territorio polones — declarou S. Em. — a Igreja Catholica jamais foi perseguida como actualmnte. As províncias occidentales polonesas têm sido catholicas por exerciencia, desde que a Polónia foi convertida. Elas conseguiram resistir à invasão do protestantismo no século XVI e reagir contra a oppresão do "Kulturkampf" prussiano do século XIX.

E' nessas províncias que, actualmente, as igrejas são fechadas, os padres expulsos aprisionados ou mortos; os fieis privados dos Santos Sacramentos. Após tantos séculos de florecente vida catholica, os territorios que, foram posteriormente incorporados ao Reich, se transformam paulatinamente em um vasto cemitério, onde os alemães querem enterrar a Fé e a Esperança dos poloneses."

Sua Eminencia o Cardeal Hlond concretizou esta existência dessa perseguição.

Na archidiocese de Gniezno foram fustigados dez sacerdotes e morto a golpes de coronha o Revmo. Pe. Skrzypczak, de Pionkowo. Na archidiocese de Poznan foram fustigados tres sacerdotes e tres morreram na prisão.

São innumeras as perseguições que a Igreja padece. O clero é maltratado barbaramente nas prisões e nos campos de concentração, os parochos são privados de suas parochias, as igrejas se fecham, o matrimonio e os outros sacramentos estão praticamente prohibidos; sacrilegios de toda a sorte e os mais horribes são cometidos; as ordens religiosas destruidas, a Acção Catholica as instituições religiosas são perseguidas.

Publicamos hoje o texto dos telegrammas que S. S. o Papa Pio XII enviou aos soberanos da Belgica, Hollanda e Luxemburgo.

São elles os mais importantes documentos diplomaticos emanados do Vaticano nos ultimos annos.

S. M. o Rei Leopoldo III, da Belgica, telegraphou ao Sto. Padre nos seguintes termos:

A pesar dos repetidos e formaes compromissos de respeitar a neutralidade belga, mantido com toda lealdade, a Alemanha acaba de atacar brutalmente a Belgica sem aviso algum. Meu país, respeitando a sua honra e fiel a sua palavra defende-se com todas as forças. Peço permissão para interceder junto a S. Santidade, Chefe do Catholicismo, para que apoie com a sua autoridade moral a causa por que nos batemos com invencivel decisão.

A este pedido de apoio, Sua Santidade respondeu nos seguintes termos:

No momento em que, pela segunda vez é contra sua vontade e seu direito, o povo belga vê seu territorio exposto á crueldade da guerra, enviamos a vossa magestade e a toda a nação amada a segurança e paternal afeição, rogando a Deus Todo Poderoso que esta dura prova termine pelo pleno restabelecimento da liberdade e independencia da Belgica. A vossa magestade e ao seu povo concedemos de todo coração a nossa bênção apostolica.

O Sto. Padre tambem se dirigiu a S. M. a Rainha Guillermina com as seguintes expressões:

Recebi com viva emoção a noticia de que os esforços de V. M. para a manutenção da paz não conseguiram preservar esse nobre país e que, contrariamente á sua vontade e ao direito foi a Hollanda transformada em theatre de guerra. Supplico a Deus — arbitro supremo dos destinos das nações — que abrevie pelo seu todo poderoso soccorro o restabelecimento da justiça e da liberdade.

E á S. A. a Princesa Carlota do Luxemburgo:

No momento doloroso em que o povo do Luxemburgo, apesar de seus anseios de paz, se encontra envolvido na guerra, sentimo-nos ainda mais proximos de seu coração e imploramos á nossa padroeira celeste o auxilio e a protecção necessarias, para que esse povo possa viver em liberdade e san independencia. Concedemos a V. A. Real e aos seus fieis subditos nossa bênção apostolica.

CABIDO METROPOLITANO

NOVAS AUTORIDADES NOVAS CONEGOS

Revestiu-se de grande solemnidade a tomada de posse das novas dignidades, novos Conegos catholicos e novos honorarios do Cabido Metropolitano, realhada dia 12 de Maio, domingo, na Igreja de Santa Ephigenia.

O Santo Padre dignou-se, a pedido de S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo Metropolitano, prebender as vagas do Cabido, nomeando as seguintes dignidades:

- Arcediago: Mons. Dr. João Baptista Martins Ladeira.
- Arcepreste: Conego Da Nicotau Cosentino;
- Chantre: Mons. Ernesto de Paula;
- Theosocroto mór: Conego Manuel Meireles Freire;
- Os novos Conegos Catholicos nomeados pela Santa Sé foram:

- Conego José Joaquim Rodrigues de Carvalho;
- Conego Francisco Cipulley;
- Conego José Amarel de Melio;
- Conego Antonio da Castro Mayor;
- Conego João Favestio;
- Conego Antonio Alves de Siqueira;
- Conego Paulo Rolim Lustreiro;

Os novos honorarios, nomeados por S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo Metropolitano são:

- Conego Affonso Chicauda e Conego Dr. Carlos Macedos Nitsch.

Após a Missa Pontifical, S. Excia. Revma. Dom José Dampar de Affonseca e Silva iniciou a cerimonia declarando a Igreja de Santa Ephigenia como Sala Capitular para effeito da tomada de posse dos novos membros do Cabido.

Em seguida realizaram-se a Profissão de Fé, Juramento ao ultimo dermistic e Juramento de Fidelidade ao Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo e á Santa Igreja Cathedral, dos novos Conegos. Tendo, nessa occasião, o Arcebispo, perante o Juramento

ANEXO 15- Artigo de O Legionário, de 19 de maio de 1940, trata das perseguições religiosas sofridas por católicos por parte de nazistas e comunistas soviéticos durante a II Guerra Mundial.

NAZISMO & COMMUNISMO

O Nazismo confisca os bens da Igreja

O hitlerismo continua a fazer das suas, evidenciando cada vez mais cabalmente o seu espirito atheu.

E a Igreja é sempre a grande, a maior e a mais visada de suas victimas.

Além da perseguição aos seus crentes e aos seus ministros, as Igrejas, os conventos tradicionaes e muitas vezes centenarios, são expropriados para que o Erario do Estado se equilibre com as possíveis riquezas encontradas.

O jornal Der Deutsche Weg, de Oldenzaal (Hollanda) traz a noticia das ultimas confiscações. Entre ellas figura o convento redemptorista Heilandsfrieden, situado no campo militar do Senna, na Westphalia.

Protestando que o prior escondera peças de fazendas para subtrair-as ás requisições do Estado, a Gestapo mandou-o para o campo de concentração de Dranien bourgo, dispersando em seguida os padres e os seminaristas.

As propriedades conventuaes avaliadas em 200.000 marcos foram declaradas naturalmente pertencentes ao Estado.

Para finalizar tudo já se preve nos meios nazistas que a expropriação total será feita no fim da guerra.

Para isto decerto arranjão novos protestos, si a vontade do Sr. Hitler não servir de motivo... como sempre tem acontecido.

Íntensa campanha dos Sem-Deus contra as Festas Pascaes

O movimento sovietico dos Sem Deus desenvolveu intensa campanha contra a celebração das festas Pascaes na Russia e principalmente nas regiões recentemente submettidas ao poder de Moscow.

De accordo com informações coligidas pela imprensa Suissa, o movimento dos Sem Deus poz á disposição dos organizadores da campanha, 2.800.000 rublos, aproximadamente quatorze mil contos; foram realizadas 14.000 assembleias.

A Polonia foi objecto de cuidado especial por parte dos Sem Deus, é disso facto expressivo, ter sido designado para dirigir a campanha naquella região, o chefe supremo dos Sem Deus, Jaroslowski.

Um outro facto bem sugestivo, e que serve como desmentido

ao propalado rompimento das relações russo-allemais, tornando tambem patente como essa aliança tem um caracter francamente acatholico, é o agradecimento feito pelos Sem Deus russos ao governador allemao da Polonia, dr. Frank, pelas medidas já tomadas contra a Igreja.

Essas medidas foram precedidas de uma campanha de imprensa russa em que se apontou o elemento ecclesiastico como causa dos recentes disturbios na Polonia.

Por outro lado, o Commissariado do Povo dos Correios e Telegraphos determinou não se aceitar correspondencia para o Vaticano que não existe, para as autoridades sovieticas, nem como cidade nem como Estado.

Nenhuma restricção existe, porém, em relação a Roma.

DE NOVO A KU-KLUX-KLAN

Actualmente muitos catholicos americanos têm como lenda o movimento anti-catholico Ku-Klux-Klan, que teve outrora uma triste fama.

Pura illusão. Essa sociedade tão perniciosa conta ainda hoje com cerca de 2 milhões de adeptos. O 3.º Congresso do "Imperial Klan vocation", realizado em Atlanta, em 1939, reuniu adeptos de todas as unidades norte-americanas, marcando um verdadeiro ressurgimento do Ku-Klux-Klan.

O programa dessa sociedade é o combate aos catholicos, negros e judeus, em nome da população branca-protestante e primitiva dos Estados Unidos.

Os adeptos do Ku-Klux-Klan são os maiores inimigos do Papa na America. Pregam elles

que zmericanismo e catholicismo são ideas antagonicas, porque os catholicos estão sujeitos a um principe italiano, e muitas outras infamias.

O actual chefe, "Imperial Wizard", é James A. Colescott de Terra Haute tem combatido com intolerancia a Encyclica de Pio XII "Sertum Loeititiae", sobre o problema social, na qual o Santo Padre teve palavras carinhosas aos negros norte-americanos, enviando-lhe sua Benção especial.

O Comité-Diez, encarregado de um inquerito sobre movimentos e conspirações contra raça, classe, religião ou individuos determinados, chegou a conclusão de que, embora enfraquecido, o Ku-Klux-Klan é ainda o mais pernicioso movimento da America do Norte.

ANEXO 17 – Informação do Boletim Eclesiástico de 1941 da Cúria Metropolitana de São Paulo, destaca dados da Revista *Fides* de Março/Abril de mesmo ano, mostrando as principais dioceses que mais contribuía financeiramente na ação missionária para propagação da Fé em todo o Brasil.

AÇÃO MISSIONÁRIA

I

CONTRIBUIÇÃO DAS DIOCESES DO BRASIL PARA A OBRA DA PROPAGAÇÃO DA FÉ

De revista "Fides" de Março-Abril de 1941.

1 -- São Paulo	574.000.000
2 -- Rio de Janeiro	540.000.000
3 -- Belo Horizonte	114.000.000
4 -- Porto Alegre	107.000.000
5 -- Recife	107.000.000
6 -- Jaboatão	75.000.000
7 -- Ribeirão Preto	71.000.000
8 -- Santos	69.000.000
9 -- Santa Maria	69.000.000
10 -- Caxias	67.000.000
11 -- Bala	55.000.000
12 -- São Carlos	51.000.000
13 -- Curitiba	51.000.000
14 -- Campanha	47.000.000
15 -- Guaxupé	42.000.000
16 -- Niterói	40.000.000
17 -- Mariana	40.000.000
18 -- Fortaleza	38.000.000
19 -- Florianópolis	37.000.000

ANEXO 18 – Dados do Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) destacam as cidades mais populosas do Brasil em 1940.

Tendências demográficas no período de 1940/2000



Tabela 4 - População, crescimento absoluto, participação relativa e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo as Unidades da Federação dos municípios mais populosos no período - 1940/2000

Unidades da Federação	Municípios mais populosos no período	População		Crescimento absoluto	Participação relativa em relação				Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente no período (%)
		1940 (1)	2000 (2)		Ao total do País (%)		Ao total do estado (%)		
					1940	2000	1940	2000	
São Paulo	São Paulo	1 320 317	10 434 252	9 113 935	3,2	6,1	18,4	28,2	3,6
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1 752 852	5 857 904	4 105 052	4,3	3,4	48,5	40,7	2,1
Bahia	Salvador	289 239	2 443 107	2 153 868	0,7	1,4	7,4	18,7	3,7
Minas Gerais	Belo Horizonte	207 936	2 238 526	2 030 590	0,5	1,3	3,1	12,5	4,1
Ceará	Fortaleza	178 953	2 141 402	1 962 449	0,4	1,3	8,6	28,8	4,3
Pernambuco	Recife	342 740	1 422 905	1 080 165	0,8	0,8	12,7	18,0	2,4
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	266 472	1 360 590	1 094 118	0,6	0,6	8,0	13,4	2,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

(1) População presente. (2) População residente.

Tabela 5 - População presente, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação dos municípios mais populosos - 1940

Unidades da Federação	Municípios mais populosos	População presente		
		Total	Homens	Mulheras
Brasil				
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1 752 852	871 310	881 542
São Paulo	São Paulo	1 320 317	653 210	667 107
Pernambuco	Recife	342 740	157 487	185 253
Bahia	Salvador	289 239	131 665	157 574
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	266 472	128 790	137 682
Norte				
Pará	Belém	206 886	97 356	109 510
Amazonas	Manaus	106 354	52 842	53 512
Pará	Bragança	48 326	24 275	24 051
Pará	Santarém	47 249	23 805	23 444
Pará	Cametá	40 005	19 755	20 250
Nordeste				
Pernambuco	Recife	342 740	157 487	185 253
Bahia	Salvador	289 239	131 665	157 574
Ceará	Fortaleza	178 953	82 310	96 643
P Paraíba	Campina Granda	126 614	61 155	65 459
Bahia	Ilhéus	112 896	61 214	51 682
Sudeste				
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1 752 852	871 310	881 542
São Paulo	São Paulo	1 320 317	653 210	667 107
Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	222 384	110 864	111 520
Minas Gerais	Belo Horizonte	207 936	99 211	108 725
São Paulo	Santos	163 605	85 019	78 586
Sul				
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	266 472	128 790	137 682
Paraná	Curitiba	139 548	69 582	69 966
Rio Grande do Sul	Palmeira das Missões	107 309	54 803	52 506
Rio Grande do Sul	José Bonifácio (1)	107 139	54 551	52 588
Rio Grande do Sul	Pelotas	103 375	50 594	52 781
Centro-Oeste				
Mato Grosso	Cuiabá	54 099	27 413	26 686
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	48 610	25 559	23 051
Goiás	Goiânia	47 992	24 505	23 487
Goiás	Goiás	44 164	22 409	21 755
Goiás	Anápolis	38 602	19 654	18 948

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940.

(1) Em 2000, a denominação do município passou a ser Erechim.

Em 30 de novembro de 2012, quando estive no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo levantando dados e documentos, registrei uma foto do Brasão do IV Congresso Eucarístico Nacional de 1942, que fica em posição de destaque junto de outras informações da época.



Artigo do Cônego Manoel Corrêa de Macedo tratava da origem dos Congressos Eucarísticos, em edição do Jornal *O Legionário* de 3 de setembro de 1942.

ORIGEM DOS CONGRESSOS EUCARÍSTICOS

Cgo. Dr. MANOEL CORREA DE MACEDO
Professor do Seminário Central

A 29 de Junho de 1873 na Capela das Aparições em Paray-le-Monial, diante do Santíssimo Sacramento solenemente exposto, duzentos Deputados católicos da França consagraram sua Pátria ao Sagrado Coração de Jesus.

Entre os fiéis presentes a este ato solene, de repercussão mundial, achava-se uma piedosa donzela, ignorada de todos, cujo nome só foi conhecido após sua morte: Maria Marta Emiliã Tamisier.

Ao ouvir aqueles duzentos Deputados, todos juntos, leram o ato de Consagração de sua Pátria ao Coração Sacratíssimo de Nosso Senhor, a senhorinha Tamisier viu-se assaltada por um pensamento que não a deixou mais: — “salvar o mundo por meio da Eucaristia”.

Colocou a Divina Providência três homens admiráveis no seu caminho, três varões iluminados, que a guiaram com seus prudentes conselhos e a moveram com seus ardores eucarísticos para a Obra que o mesmo Deus lhe havia inspirado. Foram eles: primeiramente o Bem-aventurado Padre Pedro Julião Eymard, fundador das Congregações dos Padres Sacramentinos e das Servas do SS. Sacramento; depois, o Padre Cheurjer, fundador da Providência do Prado, em Lion; finalmente, o piedoso cego, ou melhor, o ardoroso vidente da Eucaristia, Mons. De Ségur.

Com os conselhos e incitamentos destes santos varões e graças à tenacidade dos passos dados junto a vários prelados, chegou a senhorinha Tamisier a levar o seu piedoso intento até o Santo Padre, o Papa

Leão XIII, o qual, comovido, respondeu ao apêlo que se lhe fazia com estas memoráveis palavras: — “tudo estou disposto a conceder para o desenvolvimento das Obras Eucarísticas”.

É assim, a começar pelo Congresso Eucarístico de Lille, em 1881, o primeiro desta série gloriosa de Congressos Internacionais, com as posteriores ramificações de Congressos Nacionais, Diocesanos e Paroquiais, originaram-se estas magníficas glorificações públicas e sociais de Nosso Senhor Jesus Cristo na Eucaristia, que são os Congressos Eucarísticos.

EM TODA PARTE
Se Encontra esta Verdade:



Para os

MALES DO FIGADO

Só ha um Remedio:

HEPACHOLAN

Xavier

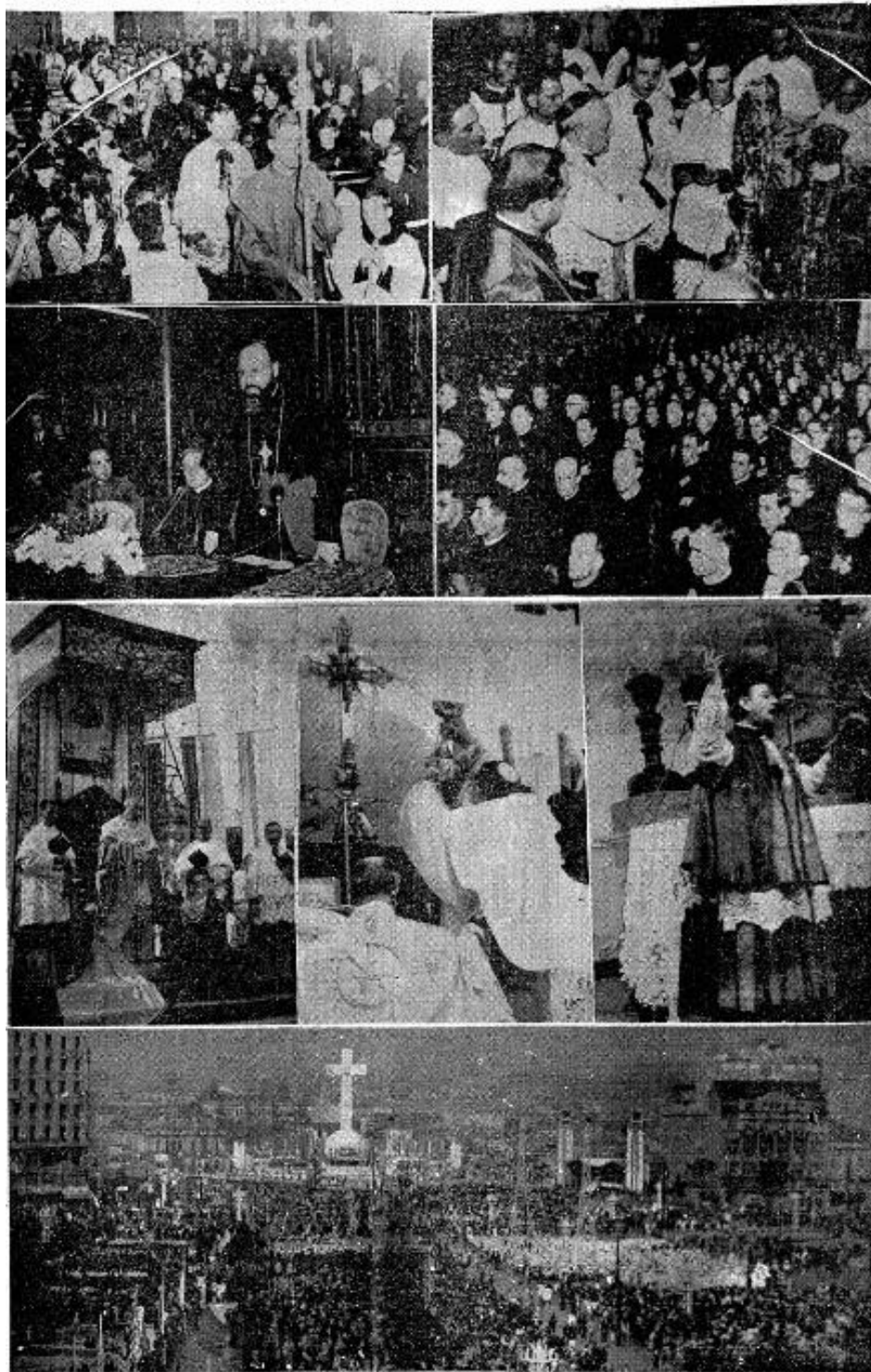
ANEXO 20 – Imagens do IV Congresso Eucarístico Nacional, realizado em 1942.

Esta imagem mostra o Vale do Anhangabaú com aproximadamente 500 mil pessoas participando do IV Congresso Eucarístico Nacional.



Imagens da edição de 5 de setembro de *O Legionário* mostram fotos do primeiro dia do Congresso realizado entre 4 e 7 de setembro.

AS PRINCIPAIS SOLENIDADES DO IV CONGRESSO EUCARISTICO NACIONAL ONTEM REALIZADAS



O Sr. Legado Pontifício chega à sede da Adoração Perpetua e procede a benção do ostensorio.
O Exmo. Sr. Arcebispo de Montevidéu fala, na recepção ao clero, que aparece ao lado — Aspecto da Pontifical de abertura do Congresso; o Sr. Nuncio no Trono; a Elevação; a homilia do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo de Garanhuno; e parte da assistência.

Plínio Corrêa de Oliveira discursa para a multidão de aproximadamente 500 mil pessoas como orador e presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista em Cerimônia de encerramento do IV Congresso Eucarístico Nacional.



DISCURSO DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA DIRIGIDO AS AUTORIDADES CIVIS E MILITARES AO FIM DO IV CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL - 07-09-1942.

Contemplando por vários dias os esplendores desta cena que hoje se desenrola pela última vez diante de vossos olhos como diante dos olhos deslumbrados de nossa piedade, e pensando por certo nas emoções que sentiria o coração paternal do Sumo Pontífice se aqui estivesse, é possível que por uma natural associação de idéias vossa imaginação, vagueando, conduzida pelas saudades através dos salões do Vaticano tivesse estabelecido uma analogia entre a imortal obra prima de Rafael, na Stanza della Signatura, em que o grande pintor figurou a "Disputa do Santíssimo Sacramento", e o quadro esplêndido, que, não em pintura, nem em imaginação, mas em realidade e vida, agora se contempla neste local.

O certo é que a analogia é frisante e as diferenças de personagens passam quase despercebidas ante a identidade do ato místico e sobrenatural que naquela pintura e nesta hora de glória e de vida se celebra.

Figurou Rafael uma larga esplanada de mármore tendo ao fundo um panorama risonho da Itália, e ao centro sobre alguns degraus, um altar com a Sagrada Eucaristia. De um e de outro lado, em afetuosa e animada porfia os maiores potentados da Cristandade: papas, imperadores, reis, cardeais e doutores, contendem entre si, louvando cada qual o Diviníssimo Sacramento segundo toda a medida de seu fervor. Pairando sobre nuvens, as figuras mais excelsas da Igreja Gloriosa, no Antigo e Novo Testamento, coros inumeráveis de anjos, o próprio Padre Eterno, e o Espírito Paráclito figuram de forma a atribuir o lugar central ao Divino Redentor. É a glorificação do Sacramento do amor por todos os filhos de Deus, isto é, por todos aqueles que souberam ouvir o apelo austero e divinamente suave das bem-aventuranças.

Que importa que as figuras terrenas que aqui temos não sejam as mesmas que as da Stanza della Signatura? É sempre a mesma Igreja de Deus, é o mesmo o Sacramento que adoramos, e do mais alto dos Céus, são o Padre, o Filho e o Espírito Santo, a Rainha do Céu, as incontáveis multidões angélicas, os mártires, as virgens, os confessores e os doutores que nos contemplam. E como os atos de piedade praticados pelos fiéis sob o bafejo do Espírito Santo valem infinitamente mais do que a melhor das obras de arte produzidas pelo engenho humano, força é reconhecer, que há algo de mais e infinitamente mais precioso do que o inestimável quadro de Rafael que aqui temos.

Estes grandes dias que estão prestes a se escoar foram luminosos instantes de Tabor na história brasileira. E se no Tabor o tempo correu tão rápido que os apóstolos entenderam de poder apreciar plenamente suas delícias ali fixando morada, mandaria a lógica que também aqui aproveitássemos avidamente os minutos, na tarefa santamente silenciosa, da adoração. Entretanto, ordena a sagrada autoridade do Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano que as nossas atenções se desviem por alguns minutos da Custódia Sagrada e, cessados por instantes os louvores eucarísticos, se faça uma saudação ao Chefe da Nação, e demais representantes do poder temporal aqui presentes. E fez bem. Não são apenas aqueles que dizem "Senhor, Senhor" que tem o reino de Deus, mas ainda os que ouvem a vontade de Deus e a cumprem. E é tão velho quanto o Catolicismo o preceito da obediência sobrenaturalmente respeitosa e filial, não apenas àqueles que tem o poder e o encargo de reger os interesses temporais da Cristandade.

Permita pois, Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Legado Pontifício que as homenagens e as saudações de toda esta multidão subam agora, até àqueles que, encarnando a autoridade natural do Estado, aqui representam a venerável soberania do poder temporal, e, com ela o próprio Brasil.

Exmo. Sr. Dr. Fernando Costa, DD. Interventor Federal; Exmo. Sr. General Maurício Cardoso, DD. Comandante da II Região Militar; Exmos. Srs. Presidente do Departamento Administrativo e Secretários do Governo; Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

Não seria preciso que ouvísseis estas palavras, para que notásseis que, no curso já quatro vezes secular, da história do Brasil, jamais se reuniu assembléia mais solene e ilustre que esta. No momento em que a vida nacional caminha para rumos definitivos, quis a Divina Providência reunir em pleno coração de São Paulo, os elementos representativos de tudo quanto fomos e somos, de todas as glórias de nosso passado e de nossas melhores esperanças para o futuro como uma afirmação brilhante dos altos e amorosos desígnios que tem sobre nós.

Aqui está a Santa Igreja Católica. Em outros termos aqui está a própria alma do Brasil. Aqui estão sob a augusta presidência do Legado Pontifício aquele Episcopado e aquele clero que desde os nossos primeiros dias, ministrando os Sacramentos, e ensinando a palavra de Deus, conservaram o Brasil verdadeiramente brasileiro, conservando-o fundamentalmente católico. Há quanto tempo, a conjuração de todos os meios de descristianização desde os mais poderosos aos mais sutis, se estabeleceu nesta Terra de Santa Cruz, afim de arrancá-la ao regaço da Igreja. Mas enquanto quase tudo que no sentido humano da palavra pode chamar-se glória, poder, riquezas, se mobilizou no sentido de assim cometer esse estranho e tenebroso crime de matar a fogo lento a alma de um país inteiro – enquanto isto a Igreja estava vigilante, e, depois de perto de 40 anos de um agnosticismo desdenhoso e de uma luta insana, de norte a sul do país soprava uma verdadeira primavera, e o renascimento religioso provoca a estruturação de um apostolado tão vigoroso e tão coeso, tão sedento de ortodoxia de doutrina e pureza de vida que, hoje já o podemos afirmar, o movimento de leigos católicos, coesos e disciplinados, militantes e valorosos, já constitui por si uma vitória de imensas conseqüências e um penhor de que a Providência nos está armando para triunfos ainda maiores.

Digamos tudo em uma só palavra: a Ação Católica, na solidez de suas organizações fundamentais e na sábia e justa policromia de suas associações auxiliares, é hoje uma potência ideológica de primeiro valor, que conta, na realização de suas finalidades, não só com o concurso apaixonado de quanto nela se inscreveram, mas ainda da própria massa do povo brasileiro.

Vós o sentistes, Senhores representantes do Poder Temporal, e vossa gratíssima presença entre nós constitui a afirmação tangível de que cessou para o Brasil a era do laicismo desdenhoso e artificial. Para explicardes vosso comparecimento em caráter oficial nestas solenidades, não vos seria necessário alegar convicções particulares nem pendores pessoais. Todo o mundo sentiria que direis uma grande verdade, afirmando que é hoje tal a pujança do movimento católico no Brasil, que governo algum o poderia ignorar, apegando-se às fórmulas decrépitas de um laicismo formalista.

Pois este magnífico reerguimento da alma nacional, no que ela tem de mais genuíno, isto é na Fé, é obra desse Episcopado e desse Clero que, pobre embora de todos os dons que devem fazer grandes as obras dos homens, soube vencer o deslumbramento de todos os artifícios com que se costuma fascinar as multidões.

Como não bastasse, para completar esse quadro tão evocativo das lutas passadas ou recentes de nossa História aqui se encontra também, cercado de nosso respeitoso carinho, o representante de uma família cujo nome não se pode pronunciar sem fazer vibrar todas as páginas de nossa História: é Dom Pedro de Orleans e Bragança, cuja presença lembra o heroísmo do brado do Ipiranga, a sabedoria do governo de Dom Pedro II, os louros da guerra do Paraguai e a figura radiante de piedade da Princesa que soube quebrar as algemas da raça negra.

Se alongarmos mais nossos olhares, veremos os vultos claros e alguns tanto indecisos, dos arranha-céus que a Paulicéia construiu. Moldura esplêndida deste quadro, ela nos fala das possibilidades de nossa grandeza temporal e nos traz a garantia de que por mais que o Brasil cresça no sentido espiritual, terá riquezas suficientes para crescer proporcionalmente no sentido material.

E, neste momento, os olhares de todos estes Prelados, as vistas de todas estas multidões, a atenção dos milhares de espectadores que para além do vale, do alto dos arranha-céus ou até onde as ondas do rádio puderem chegar em terras brasileiras acompanham esta solenidade, se volta para vós. Para vós cuja presença, como acabamos de ver, tanto significa e tanto realce dá a estas glorificações de Cristo-Eucarístico. Para vós, cujo comparecimento constitui a homenagem oficial do Brasil ao seu Divino Rei, que é Cristo, para vós que recebeis a demonstração inequívoca da satisfação que vossa presença nos causa.

Os aplausos que neste momento chegam até vós, são o de todo apoio que em todos os tempos a Igreja sempre tributou aos detentores da autoridade temporal.

A magnífica cena que tendes diante dos olhos, está longe de ser inédita nos fastos da Cristandade. Ela não tira seu valor do fato de ser uma novidade sensacional, mas, pelo contrário, da extraordinária continuidade com que se tem repetido.

Às margens do Jordão como do Nilo, à sombra das colunas clássicas de Atenas como nos esplendores da grande metrópole de Cartago, no fastígio do poder da Idade Média como nas lutas tormentosas contra o proto-totalitarismo josefista ou pombalino, sempre que assembléias como esta se tem reunido, a Igreja repete ao Poder Temporal com uma constância e uma uniformidade impressionante, a mesma mensagem de paz e aliança, em que para si reserva tão somente o reino do espiritual, ciosa de respeitar a plena soberania do Poder Temporal em todos os outros terrenos, dele pedindo tão somente que ajuste suas atividades aos preceitos evangélicos, ou seja aos princípios que constituem o fundamento da civilização cristã católica.

Essa mensagem é eco fiel do divino preceito: "Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Pelos aplausos dessa multidão, a vossos ouvidos chega agora esse eco, poderosa afirmação de princípios que as vicissitudes dos tempos, em todas as épocas não puderam aluir.

Poucas vezes, no curso de História Brasileira, se tem erguido em torno de uma figura, com acerto tão generalizado, de louvores e admiração, do que em torno de S. Excia., o Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas. Será supérfluo, neste momento, acrescentarmos a tantos louros, mais um. A situação de beligerância em que nos encontramos fez erguer-se em torno de S. Excia., todos os brasileiros, de todos os quadrantes geográficos e ideológicos do país. Esse apoio unânime ao governo de S. Excia., é hoje um imperativo patriótico, em cujo cumprimento os católicos reclamam para si a primeira linha, no terreno do devotamento e da disciplina.

Mas há uma afirmação sobremaneira importante a fazer aqui. Mil e mil vezes tem sido ditos a S. Excia. os motivos pessoais que em torno de sua figura tem congregado tanta solidariedade. É preciso que o intérprete da opinião católica afirme que a disciplina dos católicos ao Poder Temporal firma suas raízes mais no fundo, e que, abstração feita das considerações de ordem pessoal, sua obediência aos poderes públicos se baseia na convicção de que obedecem assim à vontade do próprio Deus, conhecida pela luz da razão natural e pelos esplendores da revelação cristã.

Católicos, não somos nem podemos ser partidários da doutrina da soberania popular, e por isto mesmo recusamo-nos a ver a augusta autoridade do Poder Temporal firmada sobre a areia movediça entre todas, da popularidade. Ela se crava na rocha firme das nossas consciências cristãs, e faz, de nossa submissão e de nossos propósitos de ardente colaboração convosco, nas sendas da civilização cristã e na realização da grandeza da Terra de Santa Cruz, um fundamento inabalável que as tempestades da adversidade contra as quais ninguém está garantido – jamais poderão destruir.

Isto não impede, entretanto, que depois de termos prestado homenagem ao Chefe da Nação, símbolo em tempo de guerra mais do que nunca, da unidade e grandeza pátrias, de público agradeçamos também a V.Excia. Sr. Interventor Fernando Costa, toda a cooperação que V.Excia. prestou para o êxito desse grande congresso. Essa vossa conduta simpaticíssima, de que as homenagens ao Cristo Eucarístico receberam tanto esplendor, foi seguida também por vosso ilustre secretariado, que aqui associamos o preito de reconhecimento que nesse momento prestamos a V.Excia. Na mesma homenagem de reconhecimento envolvemos a figura respeitável do Sr. Comandante da 2a. Região Militar, General Maurício Cardoso, no qual comparamos em aplaudir neste momento todas as glórias do Exército Nacional; o Exmo. Sr. Dr. Godofredo da Silva Telles, Presidente do Departamento Administrativo do Estado, figura característica e brilhante do patriciado paulista; o Exmo. Sr. Dr. Prestes Maia, Prefeito Municipal, e todos quanto, mostrando compreender admiravelmente com isto o significado que para o povo católico do Brasil tem este Congresso, tanto concorreram para seu esplendor e grandeza.

Senhores, é hoje o dia 7 de setembro, a data é expressiva, e estou absolutamente certo de que um imenso clamor se levantará neste glorioso dia, transpondo os limites do Estado e do País para notificar ao mundo inteiro que como um só homem, o Brasil se ergue ao lado do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, contra o imperialismo nazista pagão que trama sua ruína e parece ter chamado a si, exatamente como seu sócia vermelho de Moscou, a diabólica empreitada de destruir a Igreja em todo o mundo.

Contra os inimigos da Pátria que estremecemos, e de Cristo que adoramos, os católicos brasileiros saberão mostrar sempre uma invencível resistência. Loucos e temerários! Mais fácil vos seria arrancar de nosso céu o Cruzeiro do Sul, do que arrancar a soberania e a Fé a um povo fiel a Cristo, e que colocará sempre seu mais alto título de ufania em uma adesão filialmente obediente e entusiasticamente vigorosa à Cátedra de São Pedro.

* * *

Mas esta saudação por demais longa não seria completa se não lhe acrescentássemos uma última palavra. É próprio do feitio que Deus deu ao brasileiro, que a suavidade de um ambiente de família impregne todos os atos de nossa vida e perfume sem os deslustrar até mesmo os mais solenes. A despeito dos esplendores desta noite, estamos pois em família, e o ambiente é propício para que se desatem em confidências as esperanças que abrigamos em nós.

Produto da cultura latina valorizada e como que transubstanciada pela influência sobrenatural da Igreja, a alma brasileira resulta da transplantação, para novos climas e novos quadros, destes valores eternos e definitivos que, precisamente porque definitivos e eternos, podem ajustar-se a todas as circunstâncias contingentes, sem perderem a identidade substancial consigo mesmo. A perfeita formação da alma brasileira comporta, pois, duas tarefas essenciais, uma que mantenha sempre intactos os fundamentos de nossa civilização cristã e ocidental e outra que ajuste esses fundamentos às condições peculiares a este hemisfério.

Nossos maiores executaram com evidente êxito e indomável valentia a primeira parte dessa ingente tarefa. Depois de quatrocentos anos de luta, de trabalho, aqui floresce este Brasil que é para a civilização ocidental um motivo de esperança, e para a Santa Igreja de Deus uma causa de júbilo. Mas esse esforço de conservação, que ainda é e continuará a ser sempre necessário, foi até aqui tão observante que relegou para o segundo plano o problema da adaptação.

Esmagava-nos a desproporção entre nossos recursos materiais que do seio da terra desafiavam nossa capacidade de produção, e a insuficiência de nossos braços, de nosso dinheiro e de nossas energias para os explorar. A terra brasileira apresentava-se cheia de possibilidades fabulosamente vastas, de riquezas inesgotavelmente fecundas, que se adivinhavam e se sentiam mesmo antes de qualquer demonstração técnica e científica. E o mesmo se poderia dizer de nossa história, toda tecida até aqui de acontecimentos políticos de alcance meramente ocidental e transcorrida quase toda ela em um tempo em que não estava na América o centro da gravidade do mundo. Bem estudada e despida das versões oficiais de um liberalismo anacrônico, aí podemos ver claramente, na fidelidade de Amador Bueno como no espírito de Cruzadas dos heróis da reconquista pernambucana, na fibra de ferro desde grande martelo da pior das heresias, que foi Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, como no coração maternal e suave da princesa Isabel, as expressões rútilas de um grande povo que, ainda nos primeiros passos de sua História, já dava mostras de ser um povo que Deus criou para grandes feitos.

Esta predestinação se afirma na própria configuração de nossos panoramas.

Talvez não fosse ousado afirmar que Deus colocou os povos de sua eleição em panoramas adequados à realização dos grandes destinos a que os chama. E não há quem, viajando por nosso Brasil, não experimente a confusa impressão de que Deus destinou para teatro de grandes feitos esse País cujas montanhas trágicas e misteriosas penedias parecem convidar o homem às supremas afoitezas do heroísmo cristão, cujas verdejantes planícies parecem querer inspirar o surto de novas escolas artísticas e literárias, de novas formas e tipos de belezas, e na orla de cujo litoral os mares parecem cantar a glória futura de um dos maiores povos da Terra.

Quando nosso poeta cantava que *"nossa terra tem palmeiras onde canta o sabiá, e que as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá"*, percebeu, talvez confusamente, que a Providência depositou na natureza brasileira a promessa de um porvir igual ao dos maiores povos da Terra.

E hoje, que o Brasil emerge de sua adolescência para a maturidade, e titubeia nas mãos da velha Europa o cetro da cultura cristã, que o totalitarismo quereria destruir, aos olhos de todos se patenteia que os países católicos da América são na realidade o grande celeiro da Igreja e da Civilização, o terreno fecundo onde poderão reflorir com brilho maior do que nunca as plantas que a barbárie devasta no velho mundo. A América inteira é uma constelação de povos irmãos. Nessa constelação, inútil é dizer que as dimensões materiais do Brasil não são uma figura de magnitude de seu papel providencial.

Tempo ouve em que a História do mundo se pode intitular *"Gesta Dei per Francos"*. Dia virá em que se escreverá *"Gesta Dei per brasilienses"* (As ações de Deus pelos brasileiros).

A missão providencial do Brasil consiste em crescer dentro de suas próprias fronteiras, em desdobrar aqui os esplendores de uma civilização genuinamente Católica, Apostólica Romana, e em iluminar amorosamente todo o mundo com o facho desta grande luz, que será verdadeiramente o "*lumen Christi*" que a Igreja irradia. Nossa índole meiga e hospitaleira, a pluralidade das raças que aqui vivem em fraternal harmonia, o concurso providencial dos imigrantes que tão intimamente se inseriram na vida nacional, e mais do que tudo as normas do Santo Evangelho, jamais farão de nossos anseios de grandeza um pretexto para jacobinismos tacanhos, para racismos estultos, para imperialismos criminosos. Se algum dia o Brasil for grande, selo-á para bem do mundo inteiro.

"Sejam entre Vós os que governam como os que obedecem", diz o Redentor. O Brasil não será grande pela conquista, mas pela Fé; não será rico pelo dinheiro tanto quanto pela generosidade. Realmente, se soubermos ser fiéis à Roma dos Papas, poderá nossa cidade ser uma nova Jerusalém, de beleza perfeita, honra, glória e gáudio do mundo inteiro.

Aqui mesmo encontrais disto, Senhores, um formoso símbolo. Pela primeira vez arderá em uma cerimônia pública o incenso nacional. Pela primeira vez órgão inteiramente nacional tem deliciado nossos ouvidos. Mas esse incenso queimar-se-á nos altares de uma Religião que é Universal, e esse órgão fará ecoar as melodias da Igreja na língua-mater de toda a cultura do mundo. Nada poderia dizer melhor do verdadeiro sentido de nosso nacionalismo, ou, posta de lado essa palavra tantas vezes mal empregada, de nosso patriotismo.

"Dáí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Explorai, Senhores do Poder Temporal, as riquezas de nossa terra; estruturari segundo as máximas da Igreja, que são a essência da civilização cristã, todas as nossas instituições civis. Auxiliai quanto em Vós estiver, a Santa Igreja de Deus e que plasme a alma nacional na vida da graça, para a glória do céu. Fazei do Brasil uma pátria próspera, organizada e pujante, enquanto a Igreja fará do povo brasileiro um dos maiores povos da História. Na harmonia desta mesma obra está a predestinação de uma íntima cooperação entre dois poderes. **Deus jamais é tão bem servido, quanto se César se porta como seu filho. E, Senhores, em nome dos católicos do Brasil, eu vo-lo afianço, César jamais é tão grande, como quanto é filho de Deus.**

Nessa colaboração está o segredo de nosso progresso e nela vossa parte é verdadeiramente magnífica.

Trabalhai, senhores, trabalhai neste sentido. Tereis a cooperação entusiástica de todos os nossos recursos, de todos os nossos corações, de todo o nosso fervor. E quando algum dia Deus Vos chamar à vida eterna, tereis a suprema ventura de contemplar um Brasil imensamente grande e profundamente cristão, sobre o qual o Cristo do Corcovado, com seus braços abertos, poderá dizer aquilo que é o supremo título de glória de um povo cristão. Executai o programa de Governo que consiste em procurar antes o reino de Deus e sua justiça, que todas as coisas lhes serão dadas por acréscimo.

Em um Brasil imensamente rico, vereis florescer um povo imensamente rico, vereis florescer um povo imensamente grande, porque dele se poderá dizer:

Bem-aventurado este povo sóbrio e desapegado, no esplendor embora de sua riqueza, porque dele é o reino dos céus.

Bem-aventurado este povo generoso e acolhedor, que ama a paz mais do que as riquezas, porque ele possui a terra.

Bem-aventurado este povo de coração sensível ao amor e às dores do Homem-Deus, às dores e ao amor de seu próximo, porque nisto mesmo encontrará sua consolação.

Bem-aventurado este povo varonil e forte, intrépido e corajoso, faminto e sedento das virtudes heróicas e totais, porque será saciado em seu apetite de santidade e grandeza sobrenatural.

Bem-aventurado este povo misericordioso, porque ele alcançará misericórdia.

Bem-aventurado este povo casto e limpo de coração, bem aventurada a inviolável pureza de suas famílias cristãs, porque verá a Deus.

Bem-aventurado este povo pacífico, de idealismo limpo de jacobismos e racismos, porque será chamado filho de Deus.

Bem-aventurado este povo que leva seu amor à Igreja a ponto de lutar e sofrer por ele, porque dele é o reino dos céus".

ANEXO 21 – Propaganda do Jornal *O Legionário* - de 11 de julho de 1943 - divulga o livro de Plínio Corrêa de Oliveira lançado em junho, *Em Defesa da Ação Católica*.

L E I A M
“EM DEFESA DA AÇÃO CATÓLICA”
P O R
PLÍNIO CORREA DE OLIVEIRA

livro de grande atualidade apresentado pelo
Exmo. e Revmo. Sr. Nuncio Apostolico.

Natureza jurídica da A. C. — Posição perante a Hierarquia Eclesiástica. — Posição perante as Associações Auxiliares. — A. C. e Vida Interior. — Critério para recrutamento de membros da A. C. — Atitude da A. C. perante seus membros. — Associações neutras e inter-confessionais. — Atitude da A. C. perante as pessoas não católicas. — Apostolado de infiltração. — Apostolado de conquista. — A. C. e os Circulos de Estudo. — Caridade e Fortaleza apostolicas no Novo Testamento. — Conclusão.

Este livro apresenta a Doutrina da Santa Sé, em sua luminosa continuidade, a respeito destes problemas atualmente tão palpitantes. Riquíssima documentação de textos pontificios especialmente de Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII, com uma precisão e um valor concludente absolutos.

“Este livro... fará muito bem às almas e promoverá a causa da Ação Católica nesta terra abençoada de Santa Cruz”. — escreve o Exmo. e Revmo. Sr. Nuncio Apostolico.

A venda em todas as livrarias e mais — Em São Paulo: Legionário, Rua Seminario, 199 - fone 4-0931 e Editora Ave Maria, Rua Jaguaribe, 699 - Caixa Postal 515 - fone 5-1304 — No Rio: Agencia Noticias Sul Americana, Rua S. José, 49 - fone 22-4375 e 42-6637. P.R.E.Ç.O. C.r\$ 15,00

FOLHA DA MANHÃ

S. PAULO, QUINTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1945

AMPLA ARTICULAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DOS PRINCÍPIOS CATÓLICOS

Declarações feitas a "Folha da Manhã" pelo sr. Plínio Corrêa de Oliveira, ex-presidente da Ação Católica

Vários telegramas distribuídos pelas diversas agências telegráficas nacionais, têm informado sobre uma posição de combate decisivo que as organizações católicas estavam assumindo contra o comunismo.

A propósito, o sr. Plínio Corrêa de Oliveira, ex-presidente da Ação Católica em S. Paulo fez as seguintes declarações a "Folha da Manhã":

ANTIGA, A ARTICULAÇÃO

— "Devo dizer antes de tudo, que tal articulação é velha. Como cético, o comunismo visceralmente oposto ao catolicismo em seus princípios fundamentais, foi combatido ininterruptamente pela Igreja, desde Karol Marx até nossos dias. A Santa Sé, e os bispos de todos os países católicos, têm esclarecido constantemente a opinião pública contra os erros comunistas, com uma vigilância e um desassombro em que ninguém os supera. Mesmo quando certos governos pareciam descurar o problema, absorvidos pelas lutas políticas de alcance mais imediato, a Igreja teve sempre os olhos fitos no perigo, e não cessou de o denunciar. E quando a pregação anticomunista exigiu muitas vezes o risco da própria vida, os membros da hierarquia não recusaram diante de nenhuma ameaça, para esclarecer os fiéis sobre tão grave assunto. E' o que se tem visto desde Pio IX até nossos dias."

NAO E' UMA LUTA NEGATIVA

— "A luta dos católicos contra o comunismo nunca foi meramente negativa. Temos a rejeição toda a civilização cristã, abalada em seus mais profundos alicerces, pela impiedade contemporânea. A civilização cristã é uma doutrina dos princípios evangélicos. Ela brota, pois, da própria doutrinação da Igreja e é a realização, em ordem dos fatos, dos princípios que Jesus Cristo ensinou. Essa obra positiva é o novo grande ideal. Somos anticomunistas, naturalmente anticomunistas, irredutivelmente anticomunistas, porque o comunismo é uma doutrina que procura realizar uma ordem de coisas diametralmente oposta à nossa. E' importante fazer esta pontuaçao, para que se compreenda que nossa razão de ser não é puramente negativa, não é apenas o anticomunismo em si, mas a realização do novo grande larva positiva, para cuja execução o comunismo é um obstáculo gravíssimo que cumpre remover."

Um dos aspectos mais salientes da civilização cristã, é a justa cooperação do capital e do trabalho, de acordo com os princípios traçados pela Santa Sé. A Igreja tem desenvolvido, nos últimos séculos, um grande esforço para resolver os problemas sociais, e é prova disto a infinidade de obras e estabelecimentos de toda ordem, que do mundo inteiro se erguem sob sua autoridade ou sua inspiração, em favor dos desprotegidos. E' evidente que, sendo embora o fim próprio e direto dessas obras a realização do bem que Deus é próprio, elas constituem acidentalmente um poderoso meio de combate ao comunismo, difundindo os princípios cristãos, aproximando o ódio entre as classes sociais, e resolvendo, dentro do limite de suas possibilidades, os problemas econômicos.

No momento presente, sem prejuizo dessa ação que é e continua a ser sempre a mais importante, a que se deve desenvolver cada vez mais, é essencial que se detalize a propaganda comunista por meio de uma publicidade moderna, ágil, eficaz. E' preciso mostrar ao povo, o que é verdadeiramente o comunismo despertar nele todos os sentimentos e tradições que o preservam da propagação vermelha, mostrar enfim ao povo, que o comunismo é a própria realização de tudo quanto a doutrina católica nega e condena.

E' o que em boa hora fez em S. Paulo o exmo. e revmo. sr. arcebispo metropolitano, como é do conhecimento público. Seu exemplo vai fructificando por todo o Brasil, e a

ação positiva e construtiva se nota hoje em constante eferaz e crescente do comunismo, que é preciso intensificar.

Conta o Escritura que os hebreus que trabalhavam na reconstrução de Jerusalém, com uma das mãos edificavam os muros e com a outra mantinham a espada para se defender contra os inimigos que perturbavam a obra. E' assim, que devem lutar os católicos, na realização da civilização cristã.

UNIAO DAS FORÇAS VIVAS DA NACIONALIDADE

— "Os católicos — poderíamos dizer simplesmente os brasileiros

— se distribuem através das diversas conservadoras, intelectuais, operárias, do magistério da magistratura das forças armadas, do jornalismo, de mil outros ramos da vida social.

Estou informado de que os católicos accionam de bom grado, pedem e estimulam a cooperação, todos estes elementos, na luta contra o comunismo. E' mostrar que as forças vivas da nacionalidade, unidas sem discriminação em torno deste grande ideal, saibam preservar o Brasil do grande risco a que, com a propagação vermelha, está exposto presentemente." — terminou o sr. Plínio Corrêa de Oliveira.

MARTINICA DESEJA IMPORTAR DO BRASIL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E MANUFATURADOS

DECLARAÇÕES DO DIRETOR DO SERVIÇO DE INTERCAMBIO COMERCIAL DAQUELA POSSESSÃO FRANCESA



O sr. Edmond Jean Baptista falando ao repórter da "Folha da Manhã"

Acha-se em São Paulo, em missão oficial do governo de Martinica, o sr. Edmond Jean Baptista, diretor do Serviço de Intercambio Comercial daquela possessão francesa.

A fim de ouvir sobre os motivos de sua viagem ao Brasil, a reportagem da "Folha da Manhã" procurou a. s. a., que nos fez as seguintes declarações:

— "Vim em missão especial de meu governo com o fim de adquirir todos os produtos que o Brasil puder nos fornecer, pela Martinica tem necessidade de alimentos, tecidos, maquinarias etc. Somos, a verdade, um país monocultor, mas no momento, as matérias que precisamos suprir o estorço dos nossos produtores. Ainda não colhemos as vantagens de nossa missão, pois que o Brasil não está exportando o excesso de sua produção: tem contratos com a Inglaterra e os Estados Unidos e para estes países envia todo o "superávit" do consumo interno. Chegou no entanto, alocando toneladas de arroz de Martinica e respectivamente dentro de dias com o ministro do Exterior do Brasil, embaixador Leopoldo Veloso, a fim de chegar a entendimentos mais concretos com relação ao assunto."

PRODUTOS BRASILEIROS NAS ANTILHAS FRANCICAS

Continuando, disse o sr. Baptista: — "Martinica é um país pequeno e não possui grandes quantidades de produtos ao Brasil, do modo de afetar fortemente o comércio dos outros países que mantem há muito tempo relações comerciais com a nação brasileira. Esta, uma das razões da importância do plano que estamos fazendo."

E' nosso projeto organizar em Fort de France, Capital de meu país, uma casa comercial com ramos produtos brasileiros. Essa Capital é grande centro de turismo, pois anualmente recebe cerca de um milhão de turistas, e por grande vantagem para o Brasil e conseqüente expansão dos seus produtos a referida instalação. Depara-se porém, uma dificuldade de natureza técnica, a saber: a falta de meios para a compra de mercadorias brasileiras. Seria necessário que o governo brasileiro cedesse o pagamento em francos, os quais seriam utilizados pelo mesmo governo, sua despesa em sua embaixada e em outras, na França, Cuba e possessões.

Tal assunto também deve ser tratado na entrevista que farei com o sr. Plínio Corrêa de Oliveira.

ENFOREÇAÇÃO PARA O BRASIL

A seguir, a. s. a., declarou: — "Os principais produtos de Martinica são açúcar e rum. Esperamos fazer com o Brasil, comércio desta natureza, não é a mais bem fabricada do mundo, há sendo muito conhecida aqui, pela sempre a exportação para a França, Inglaterra e Estados Unidos."

Novo comércio exterior, é necessário, em ordem com a importância do território. Antes da guerra, exportávamos cerca de 300 milhões de francos e importávamos mais ou menos dos mesmos países. Agora, estamos preparando a saída de açúcar da ilha, esperando produzir 50 mil toneladas, que exportamos para a França.

Vemos, pois, a riqueza que o Brasil poderá obter pelo intercambio comercial com Martinica e que poderá ascender, favoravelmente a balança brasileira, a algumas dezenas de milhões de cruzados."

Importação de novilhos argentinos para São Paulo

A propósito de recente reunião realizada no Parque da Indústria Animal, entre a diretoria daquela repartição e criadores de gado do Vale do Paraíba e regiões circunvizinhas, a nossa reportagem procurou ouvir o sr. Plínio Pia, diretor da Indústria Animal.

Atualmente, esclareceu-nos a. s. a., ter sido tratada nessa reunião a questão da entrega do gado argentino recentemente importado para os criadores paulistas.

Depois de afirmar que o gado vindo das pastagens argentinas se adapta perfeitamente ao nosso clima, o sr. Plínio Pia informou que a pedido dos criadores a Diretoria da Indústria Animal vai propor ao governo do Estado, a importação de grande quantidade de novilhos para ser criados em um estabelecimento do mesmo interior.

Anã "Bebê"

Recobremos alguma tableta, de um novo tipo de anã que brevemente será lançado à praça, de fabricação de R. Dória, caixa postal 4507.

ANEXO 23 - Dados demográficos divulgados em trabalho do demógrafo norte-americano Frank Lorimer, em 1946, mostram estimativa populacional soviética de 1940.

TABLE 69
Total Population of the U.S.S.R. (January-1939 Area) Projected by Five-Year Intervals with and without Hypothetical War Losses, 1940-1970

Year	Without Adjustment for War Losses (In millions)	Adjusted for Hypothetical War Losses (In millions)
1940	173.8	173.8
1945	189	169
1950	203	181
1955	216	192
1960	228	203
1965	240	213
1970	251	222

WAR CHANGES AND POPULATION PROSPECTS

TABLE 72
Distribution by Age and Sex of Projected Population in Specified Parts of Europe and the U.S.S.R., 1940-1970

Area and Date	Total	Both Sexes		Males		Females		Both Sexes 65 Years and Over
		Under 20 Years	20-44 Years	45-64 Years	20-44 Years	45-64 Years		
U.S.S.R. (January-1939 Area) Unadjusted								
1940	173,788	79,070	31,040	9,780	34,450	12,230	7,218	
1945	189,033	85,100	34,410	10,820	36,940	13,850	7,913	
1950	203,080	86,050	38,600	12,990	40,120	16,650	8,670	
1960	228,457	89,600	42,670	19,570	42,810	23,070	10,737	
1970	251,310	87,500	49,610	23,600	49,320	25,640	15,640	
U.S.S.R. (January-1939 Area) Adjusted for Hypothetical War Losses								
1940	173,788	79,070	31,040	9,780	34,450	12,230	7,218	
1945	168,876	75,150	28,590	10,040	34,800	13,020	7,276	
1950	181,053	75,080	32,510	11,990	37,740	15,670	8,063	
1960	203,186	76,320	37,820	16,940	40,330	21,720	10,056	
1970	222,262	77,100	43,580	19,220	43,640	24,160	14,562	
Eastern and Baltic Europe								
1940	90,812	38,862	16,677	6,261	17,140	7,333	4,539	
1945	94,735	38,643	18,130	6,921	18,156	8,094	4,792	
1950	98,285	37,158	19,524	8,010	19,219	9,118	5,254	
1960	104,531	34,503	21,176	10,695	20,383	11,393	6,381	
1970	108,053	32,185	21,914	12,043	21,044	12,244	8,624	
Northwestern and Central Europe, except Estonia and Latvia								
1940	230,425	72,630	43,995	22,676	44,905	26,533	19,687	
1945	233,280	69,053	45,223	23,961	45,034	28,209	21,800	
1950	234,248	64,942	44,889	26,418	44,328	30,130	23,543	
1960	231,391	56,074	42,622	31,217	41,673	33,022	26,784	
1970	222,296	47,043	40,487	31,233	39,472	31,735	32,327	
Southern Europe								
1940	77,464	29,750	14,087	6,289	14,538	7,339	5,461	
1945	80,065	29,145	15,170	6,715	15,225	7,933	5,877	
1950	82,295	27,739	16,227	7,393	15,961	8,637	6,338	
1960	85,492	24,743	17,093	9,452	16,532	10,233	7,439	
1970	86,452	22,120	17,004	10,807	16,407	11,021	9,093	

ANEXO 24 – Artigo de Plínio Corrêa de Oliveira, publicado em 4 de novembro de 1945, intitulado: “O grande dever” – tratando da deposição de Getúlio Vargas, que tinha ocorrido em 29 de outubro de 1945.

O grande dever

Plínio CORREIA OLIVEIRA

O “Legionario” nunca foi um escouceador de vencidos: neste momento em que tantos “profiteurs” ardem em fervores anti-getulistas, absteino-nos de acrescentar algo, a tudo quanto fizemos para testemunhar nossa oposição ao regime que findou. Não é este o momento de falar de um homem contra cuja obra ha realmente muito que dizer. A margem desta enorme mudança de figurantes no cenário de nossa politica, absteino-nos de apodos ou retalições pessoais, cabíveis ontem, deselegantes hoje.

Mas ha nisto tudo uma categoria de gente que não foi vencida, porque vence sempre: para este “clique”, temos um apodo. Onde está hoje o getulismo aguerrido de certos leitores e “amigos” que nos censuravam por jamais elogiar o Sr. Getulio Vargas, afinando nossas vozes pela batuta do DIP e do DEIP? Onde estão? Vamos aos arraiais dos maiores entusiastas da nova situação: ai estão eles, injuriando provavelmente aquele, diante de quem nos queriam forçar a dobrar os joelhos!

* * *

Se as retalições pessoais não são elegantes neste momento, nada nos impede, entretanto, que proclamemos o motivo essencial por que nos rejubilamos com a nova situação. Restaurou-se o regime juridico. Renasce com ele a ordem natural. E a civilização cristã, opressa por 7 anos de totalitarismo incruento mas muitissimo autentico, respira por fim.

Acabou-se o regime da legislação torrencial, dos decretos estrepitosos irrompendo da noite para o dia, e transtornando com duas penadas situações honestas, estaveis, que pareciam poder e dever enfrentar os seculos. Acabou-se o sistema das portarias revogando-se e contradizendo-se umas às outras, revogadas por sua vez por circulares administrativas e até por simples telefonemas. Acabou-se nosso perpetuo terror de ver essa torrente legiferante, a invadir progressivamente todos os dominios da vida, e obrigando-nos, amanhã, a explicar ao Tribunal de Segurança porque não puzemos o retrato do Presidente em nosso jornal, em nossa sala, ou quiçá em nosso oratorio.

O fim desta situação de caos, a perspectiva, proxima e quase palpavel, da normalidade legal, eis o que neste momento nos enche de um jubilo real.

* * *

Por isto mesmo, julgamos dever lembrar a nossos patriocios que as questões politicas e particulares tomam a esta altura o aspecto de rugas insignificantes. O que o Pais de todos eles espera, é que não prejudiquem ou retardem essa evolução, por questiunculas habitualmente antipaticas, hoje odiosas.

Evidentemente, é forçoso e legitimo que as disputas partidarias atuem nesta jornada politica. Mas elas só serão simpaticas, na medida em que facilitarem, dignificarem e acelerarem a marcha do Pais para a sua constitucionalização.

ANEXO 25 – Lista divulgada pela Liga Eleitoral Católica, em 2 de dezembro de 1945, com os nomes dos partidos e os respectivos candidatos de cada legenda que poderiam receber o voto de um eleitor católico para a Presidência e para o Congresso.

Ao eleitorado paulista

A Liga Eleitoral Católica vem informar ao povo paulista quais os partidos políticos e candidatos que, neste Estado, já assumiram o compromisso de defender os pontos básicos das reivindicações católicas, cuja incorporação às futuras leis fundamentais é considerada desde já imprescindível.

A L. E. C. ressalta, mais uma vez que se situa fora e acima dos interesses meramente partidários. Não tem candidatos próprios. Não visa triunfos pessoais ou de grupos, mas a vitória de idéias.

Aqueles partidos que porventura não figurem nesse rol já estão, automaticamente apontados à desaprovação de todo brasileiro que deseje ver respeitadas as tradições patrias no texto da constituição e das leis a serem promulgadas.

Esta informação da Liga quanto seja um fator fundamental e preliminar não dispensa como é natural o critério seletivo do voto. Compete ao eleitor escolher conscientemente o partido e o candidato de sua preferência entre os citados pela L. E. C.

Para a escolha do partido, torna-se imprescindível cuidadoso exame dos respectivos programas das soluções neles apresentadas para os magnos problemas nacionais, das suas maiores ou menores afinidades com os objetivos da Liga, bem como verificar se as atividades políticas, a atuação social a honrabilidade e as virtudes pessoais dos dirigentes das várias agremiações, constituem penhor de fidelidade aos ideais cristãos por que se batte a Liga.

Incombe a cada eleitor atender às qualidades pessoais às convicções, ao caráter e conduta pública e particular dos candidatos para afinal votar naqueles que maiores garantias ofereçam.

Dentro deste vasto campo de apreciação individual é que o eleitor deverá livre e escrupulosamente, eleger o seu partido político e escolher o seu candidato.

Nenhum brasileiro desde que preze as tradições cristãs do nosso povo aceitará portanto cedulas em que figurem legendas partidárias

Não vote nos candidatos proibidos pela LEC, e aconselhe os outros a que também não o façam.

não incluídas na relação abaixo ou em que conste como cabeça de chapa ou isoladamente, qualquer nome não citado pela L. E. C.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS

Até o dia 27 do corrente haviam assumido o compromisso de defender as reivindicações da L. E. C. os seguintes candidatos:

a) — Para presidente: Eduardo Gomes (União Democrática Nacional) Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático).

b) — Para senadores: Alexandre Marcondes Filho (Partido Trabalhista Brasileiro) Cesar Lacerda Vergueiro (Partido Social Democrático) Ernesto de Moraes Leme (União Democrática Nacional). Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho (União Democrática Nacional). Getúlio Dornelles Vargas (Partido Trabalhista Brasileiro).

c) — Para deputados:

PARTIDO AGRÁRIO NACIONAL — Carlos Coelho de Faria, Carlos Monteiro Brisoja, Eugênio Chaves, Gustavo Lauro Korte, Heitor Macedo Bittencourt, João Gonçalves Carneiro, Nelson da Rocha Baeta Naves, Ofir Leme Gonçalves e Pedro Orlando Freire Pinto.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — Alvinio Ferreira Lima, Amador Cintra Prado, Antenor Ervetti Bettarello, Antonio Carlos de Souza Teixeira, Antonio Ferreira Cesarino Junior, Antonio Penzo Ipolito, Argemiro Couto de Barros, Armando de Sousa Diniz, Jaime Hourneaux de Moura, João Castelar Paçim, João Scantimburgo Filho, José Pinheiro Cortez, Luciano de Campos, Luciano Vasconcelos de Carvalho, Manoel Vitor de Azevedo, Mario Romeu de Lucca, Orlando Augusto de Toledo, Ornelo Teani Otavio Pupo Nogueira, Paulo Wita-ker, Romero Barbosa Antonio Luiz Leal da Costa e Waldomiro Naffah.

PARTIDO POPULAR SINDICALISTA — Abigail Horta Cavenaghi, Abilio Pinheiro, Antonio Calvo, Antonio de Melo, Bittencourt, Armando Pinto, Aulus Plautus Coelho, Pereira, Carlos Viana Pereira, Cirilo Moreira Batista, Colombo de Almeida, Diogo José da Silva Neto, Domingos Volpi, Elias de Siqueira Cavalcanti, Eugenio Beltrame, Gustavoda Veiga, João Bethlem Moreira Junior, Joaquim Teixeira, Manoel José Simões da Cunha, Nelson Leite Amaral, Nelson Presoto, Oscar Drummond Costa, Osvaldo José Aristides Cotelessa, Pedro Piva e Vinicius da Veiga.

PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA — Alkindar Monteiro Junqueira, Celobellino de Barros Serra, Decio Toledo Leite, Frederico José Marques, João Batista Gonçalves M. Soares Acolli, Leovigildo Trindade, Luiz Magno Portela Passos, Manoel Peregrino da Silva, Mario Otobrin Costa, Martin Francisco Bueno de Andrade, Paulo Lauro e Salomão Pedro Jorge.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO — Americo Maciel de Castro Junior, Antonio Esequiel Feliciano da Silva, Arthur Pequeroby de

Aguilar Witaker, Benedito Costa Neto, Carlos Cirilo Junior, Edgard Batista Pereira, Francisco Pereira Rodrigues, Francisco Alves dos Santos Filho, Gastão Vidigal, Gofredo Carlos da Silva Teles, Honorio Monteiro, Horacio Antonio da Costa, Horacio Antonio da Costa, Horacio Lafer, Irig Melnberg, João Gomes Martins Filho, Joaquim Abreu Abreu Sampaio Vidal, José Alves Palma, José Armando Afonseca, José Carlos de Ataliba Nogueira, José Carlos Pereira de Sousa, José Cesar de Oliveira Costa, José João Abdalla, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, José Lopes Ferraz Neto, José Lopes Ferraz Neto, José Machado Coelho de Castro, Lauro Cardoso de Almeida, Luis Gonzaga Novell Junior, Luis Vicente Figueira de Melo, Paulo Alvaro de Assunção, Pelagio Alvares Lobo, Pinho Cavalcanti de Albuquerque, Silvio de Campos, Sinesio Rocha, Vicente Checchia e Vitor José de Carvalho.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — Americo Paulo Segti, Arlindo Augusto do Amaral, Arthur Alvinio da Rocha, Berto Condé, Fernando de Almeida Nobre Filho, Getúlio Dornelles Vargas, Irig Junqueira Santos Fernal, José Cordeliro Bicones, José Floriano Pereira, Landulfo Monteiro, Reginaldo Maurer, Alen e Salvador Guizila.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL — Alarcio Franco Calubi, Alberto Whately, Altino Arantes, Antonio Contijo de Carvalho, Antonio Pereira Lima, Aureliano Leite, Carlos de Moraes Andrade, Carolina Pereira de Queiroz, Carolina Ribeiro, Celso Torquato Junqueira, Edgard Novais França, Francisco Emilio da Fonseca Teles, Francisco Oscar Penteado Stevenson, Herben Victor Levy, João Batista Rangel de Camargo, João Pina Sobrinho José de Moura Rezende, Luiz Antonio da Gama e Silva, Luiz de Toledo Piza Sobrinho, Marcelo Ullas Rodrigues, Mario Magagão, Nelson Omega, Paulo Alfeu Monteiro Duarte, Paulo Nogueira Filho, Raul da Rocha Medeiros, Roberto dos Santos Moreira, Romeu de Andrade Lourtenço, Teotônio Mauricio Monteiro de Barros Filho e Waldomiro Lobo da Costa.

CASA SEPPI
Fundada em 1893
Especialidade em vestes eclesíasticas e Begas para Magistrados.
R. Anita Garibaldi n.º 45, 3.º andar — Fone: 2-2237
(Em frente à Curia Metropolitana)
SÃO PAULO

DR. DURVAL PRADO
MÉDICO OCULISTA
Rua Senador Paulo Egídio, 18 - 5.º and. - Salas 512 - 13 - 14. (Esq. da Rua José Bonifácio).
Cons: 1430 às 1730 horas — Tel: 2-7313

ANEXO 26 – Versão original da carta enviada pelo Substituto da Secretaria de Estado do Vaticano, Monsenhor João Batista Montini, datada de 26 de fevereiro de 1949. Na página seguinte está a tradução do texto original (escrito em latim) para o português.



Ex Aedibus Vaticanis, die 26 februarii 1949

SEGRETERIA DI STATO
DI
SUA SANTITÀ

N. 195956

Praeclare Vir,

Filii studio et pietate permotus Beatissimo Patri volumer dono dedisti, cui inscriptio "Em defesa da Ação católica", a te sedula cura et diuturna diligentia exaratum.

Sanctitas Sua gaudet tibi, quod Actionem Catholicam, quam penitus novisti et magni aestimas, acute et diserte explanasti et defendisti, ita ut omnibus summo opere oportere appareat huiusmodi hierarchici apostolatus auxiliarem formam aequè perpendi et provehi.

Augustus Pontifex ex animo vota facit, ut e labore tuo divites maturescant fructus et haud parva et pauca solatia colligas; hoc autem in auspiciis tibi Apostolicam Benedictionem impertit.

Interea qua par est observantia me profiteor

Tibi
addictissimum

Praeclaro Domino
D. no Plínio Corrêa de Oliveira
Praesidi Actionis Catholicae
Archidioecesis S. Pauli in Brasilia

J. B. Montini
Subst.

Palácio do Vaticano, 26 de fevereiro de 1949.

Preclaro Senhor,

Levado por tua dedicação e piedade filial oferecete ao Santo Padre o livro “Em defesa da Ação Católica”, em cujo trabalho revelaste aprimorado cuidado e aturada diligência.

Sua Santidade regozija-se contigo porque explanaste e defendeste com penetração e clareza a Ação Católica, da qual possuis um conhecimento completo, e a qual tens em grande apreço, de tal modo que se tornou claro para todos quão oportuno é estudar e promover tal forma auxiliar do apostolado hierárquico.

O Augusto Pontífice de todo o coração faz votos que deste teu trabalho resultem ricos e sazonados frutos, e colhas não pequenas nem poucas consolações. E como penhor de que assim seja te concede a Bênção Apostólica.

Entrementes, com a devida consideração me declaro teu muito devotado.

J. B. MONTINI

Subst.